Nº 39
2019

Revista do Patrimônio

ISSN 0102-2571

Histórico e Artístico Nacional



Gestão turística em sítios patrimoniais:

boas práticas internacionais

IPHAN

Revista do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional



Brasília | Iphan | 2019



Revista do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional Nº 39 / 2019
ISSN 0102-2571

Gestão turística em sítios patrimoniais:

boas práticas internacionais

Organização: *Marcelo Brito*



Presidente da República do Brasil
Jair Bolsonaro

Ministro da Cidadania
Osmar Terra

Secretário Especial da Cultura
Ricardo Braga

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Kátia Bogéa

Diretores do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee
Hermano Queiroz
Marcelo Brito
Marcos José Silva Rêgo
Robson Antônio de Almeida

Superintendente do Iphan no Paraná
José Luiz Desordi Lautert

Superintendente do Iphan no Rio Grande do Sul
Renata Galbinski Horowitz

Superintendente do Iphan em Santa Catarina
Liliane Janine Nizzola

Revista do Patrimônio do Iphan nº 39

Organização
Marcelo Brito

Coordenação Editorial
André Vilaron

Produção Editorial
Isabella Atayde Henrique

Direção de Arte e Diagramação
Cristiane Dias (a partir do projeto gráfico de Victor Burton)

Pesquisa Iconográfica
André Lippmann
Bruna da Silva Ferreira
Bruna Machado Ferreira
Isabella Atayde Henrique
Oscar Liberal
Ronaldo Nogueira

Edição de Imagens
Bruna Machado Ferreira
Ronaldo Nogueira

Pesquisa e Edição de textos literários
Bruna da Silva Ferreira

Edição e Copidesque
Mariana Moura

Revisão e Preparação dos Textos
Gabriel Guimarães
Lucia Leiria

Versão para o inglês
Aline Lorena Tolosa

Versão para o espanhol
Julieta Sueldo Boedo

Divisão de Editoração e Publicações - Iphan (apoio)
Amarildo Machado Martins
Luciano Barbosa da Silva
Silvana Lobato Silva Marra

Fotos

Luva: *Sem título,* série Sudário, Carlos Vergara, São Miguel das Missões (RS), 2006.

Capa: Retrato de família, Paraná. Foto: Augusto Weiss. Acervo: Instituto Moreira Salles.

Foto contracapa: Cruz Machado, Santana (PR), 2012. Foto: Orlando Azevedo.

Falsa folha de rosto: Paraná, 1910 (*circa*). Foto: Luiz Bianchi. Acervo: Casa da Memória de Ponta Grossa (PR).

Folha de rosto: *Vista de São Luís do Maranhão*. Óleo sobre tela, Joseph Léon Righini, 49,6 x 98,7 cm, 1863 (*circa*), doação da Fundação Estudar. Foto: Isabella Matheus. Acervo: Pinacoteca de São Paulo.

Página de créditos: *Il Gaucho Oriental*. Grafite, nanquim e aguada de nanquim sobre papel, Edoardo De Martino, 21 x 27cm, Coleção Martha e Erico Stickel, Uruguai, 1871. Acervo: Instituto Moreira Salles.

A equipe da *Revista do Patrimônio* agradece aos servidores do Iphan que se empenharam para que a nossa publicação fosse produzida da melhor forma possível. Agradecemos também as parcerias estabelecidas com fotógrafos e instituições, públicas e privadas, e as respectivas equipes, que com dedicação contribuíram para a realização deste número.

A *Revista do Patrimônio* é publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1937.

Os artigos são autorais e não refletem necessariamente a posição do Iphan e do organizador deste número, Marcelo Brito.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEPS 713/913, Bloco D, Edifício Iphan.
70.390-135 - Brasília (DF)
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br



Revista do Patrimônio nº 39/2019

Kátia Bogéa
Apresentação 07

Vale
Apresentação 14

Marcelo Brito
Apresentação 17

Zurab Pololikashvili
Cultura e turismo como estratégias para o desenvolvimento sustentável 33

Peter Debrine
Estratégias para a gestão do turismo sob a perspectiva do patrimônio cultural Declarações de Siem Reap, Mascate e Istambul 43

Celia Martínez Yáñez
Carta Internacional de Turismo Cultural do Icomos de 1999: primeira aproximação para sua revisão e atualização 71

Luís Araújo
Revive: um progama que valoriza o patrimônio 91

Paula Silva
Desafios da gestão patrimonial e economia em Portugal 101

Magali Da Silva
A política de desenvolvimento do turismo cultural na França 117

Miguel Ángel Troitiño Vinuesa e Libertad Troitiño Torralba
Cidades patrimoniais e turismo: uma experiência espanhola 129

António Ponte
O papel dos centros interpretativos na comunicação do patrimônio 159

Rosário Correia Machado
A Rota do Românico em Portugal: experiência fundada na história 181

Patricia Cupeiro López
Paradores de Turismo na Espanha: modelo de gestão do patrimônio cultural 197

Silvia Fernández Cacho e Ángel Muñoz Vicente
Paisagem cultural, arqueologia e turismo: Enseada de Bolonia (Espanha) 215

Cristina Escobar e Bettina Bray
A valorização turística das Missões Jesuíticas do Paraguai 239

Silvia Martínez
O patrimônio cultural imaterial como ativo para o turismo sustentável 257

Guadalupe Espinosa, Dayanara Carrasco Yépez e Natalia Vázquez Cerón
A capacidade de carga na visitação turística de sítios arqueológicos no México 273

César Augusto Angel Valencia
Paisagem Cultural Cafeeira: turismo e revalorização da cultura e natureza 291

Notas biográficas 308





Kátia Bogéa

Apresentação

Introduction
presentación

Na Casa Velha os quartos têm nome: varandinha, quarto escuro, quarto de oratório, alcova da vó Fiinha, sobradão, sobradinho, quarto da Felizarda. O quarto donde escrevo chama-se sobradinho. A janela do sobradinho olha o rio e eu, da janela, olho o mundo.

Cora Coralina[1]

Decifrar as tramas da poesia de Cora Coralina é adentrar o espaço da memória de Villa Boa de Goyaz, fundada no início do século XVIII. Atual Cidade de Goiás, configura-se quase como uma personagem da poetisa, perpassando toda a sua obra, que dá vida às pessoas, becos, casarios e pontes, por meio de uma deliciosa viagem entre passado e presente. Por meio da poesia é possível compreender as histórias, os personagens e o movimento cotidiano da vida daquela cidade histórica.

Compartilho com vocês essa experiência, porque andar pelas ruas de pedra do centro de Goiás é conhecer de perto a história do Brasil, a ocupação do território pelas bandeiras e o ciclo do ouro, é margear

Cidade de Goiás (GO), 2019.
Foto: André Vilaron.
Acervo: Iphan.

1. *Villa Boa de Goyaz*, 2003, p. 31.

o Rio Vermelho e ver um dos mais ricos mostruários da arquitetura barroco-colonial. É também conhecer a obra de Cora Coralina, que, além de escritora, era doceira e junto com outras doceiras (uma deliciosa tradição local) conferia à bucólica cidade arte e simplicidade através de uma alma feminina inconfundível.

Mas o que têm em comum cidades como Goiás, São Luís, Ouro Preto, Córdoba, Cuzco e Évora? São todas reconhecidas como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Há diversos sítios históricos que se destacam em âmbito local, nacional ou pelo valor universal, e que constituem um verdadeiro motivo de orgulho não só para cada cidadão do país, mas também para a comunidade internacional. O patrimônio cultural é o legado que recebemos do passado, vivenciamos na dinâmica do presente e transmitimos às futuras gerações. É como uma pedra fundamental, referência que contribui sobremaneira para formar nossa identidade.

Pela primeira vez a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* tem como tema "patrimônio e turismo", apresentando casos emblemáticos de práticas de gestão turística em sítios patrimoniais. Os artigos trazem reflexões importantes sobre um debate oportuno, já que, no Brasil, essas duas grandes áreas estão cada vez mais integradas e a atuação conjunta e responsável de gestores públicos e privados tem a capacidade de potencializar ações de inclusão social, fomento, preservação, salvaguarda, gestão do patrimônio e turismo sustentável.

A adequada gestão turística dos sítios culturais possibilita a estruturação de destinos na perspectiva da valorização da cultura, proporcionando ao visitante uma experiência ampliada, na qual tem contato com a história da cidade e da região, com celebrações, arte, arquitetura, culinária, bem como com a dinâmica das comunidades, agregando valor, gerando renda e valorizando a cultura e o patrimônio.

Na perspectiva dessa rica discussão, solicitei a Marcelo Brito que organizasse estas duas novas edições, simultâneas, da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. A edição 39 apresenta diversos estudos de caso de países como Portugal, França, Espanha, México e Peru, com artigos assinados por nomes que são referência internacional sobre o assunto. É lançada em conjunto com o número 40, que destaca a questão no Brasil, com foco na riqueza cultural da Região Sul.

Fico orgulhosa de, na minha gestão, termos retomado a periodicidade da nossa publicação, que, há mais de oito décadas, é um farol para o conhecimento e a difusão dos temas patrimoniais. E o fazemos com muito trabalho, no presente, mas mirando o futuro, com a certeza da importância do patrimônio cultural brasileiro como grande vetor de transformação social.
Vamos em frente.

Kátia Bogéa
Presidente do Iphan

In Casa Velha rooms have names:
balcony, gloomy room, chapel room,
grandma Fiinha's den, sobradão, sobradinho,
Felizarda's room. The room where I write is called
sobradinho. A window opens on the river, and
I see the world from that window.

Cora Coralina[1]

Decoding Cora Coralina's poetry is like stepping into Villa Boa de Goyaz's history, which was founded in the early 18th century. Currently known as the City of Goiás, the town is practically one of the poet's characters, pervading all her work and breathing life into people, alleys, houses and bridges, in a delectable bond between past and present. Poetry makes sense of the stories, the personages and day-to-day life in that historic city.

I share this experience with you because wandering the cobblestone streets of downtown Goiás means getting acquainted with the history of Brazil and with the occupation of Brazilian territory by Bandeiras[2] *and the gold-mining economic cycle, flanking the Rio Vermelho and seeing one of our most rich-storied displays of baroque-colonial architecture. It is also about discovering the work of Cora Coralina, who was not only a writer, but also a candy maker who, with other confectioners (a very delightful local tradition), endowed this bucolic city with an art and simplicity that have an unequivocally feminine soul.*

What do cities like Goiás, São Luís, Ouro Preto, Córdoba, Cuzco and Évora have in common? The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) acknowledge them as World Heritage sites. Several historical sites stand out locally, nationally or due to their universal value, and constitute a real source of pride for every native citizen, besides the international community. Cultural heritage is the legacy we inherit, the experience of present-day dynamics and what we shall pass on to future generations. It is like a cornerstone, a benchmark that plays a major role in shaping our identity.

For the first time, the National Historical and Artistic Heritage Magazine *addresses "heritage and tourism", featuring some of the most iconic cases of tourism management practices in heritage sites. These articles offer important insights into a timely debate, since these two major areas have become increasingly intertwined in Brazil, and the joint and responsible actions of public and private managers bear the potential to leverage social inclusion, incentives, conservation, safeguarding, heritage management and sustainable tourism initiatives.*

Appropriate tourism management in cultural sites gives rise to structured destinations where culture is duly appreciated, offering visitors an enhanced experience where they come in touch with local and regional history, festivals, art, architecture, cuisine and the dynamics of their respective communities, adding value, generating income and maximizing culture and heritage.

Considering this fertile context, I asked Marcelo Brito to organize two new and simultaneous issues of the National Historic and Artistic Heritage Magazine. *Issue 39 features several case studies from countries such as Portugal, France, Spain, Mexico and Peru, with contributions by internationally renowned*

1. Villa Boa de Goyaz, *2003, p. 31.*

2. *Translator's Note: The Bandeiras were slave-hunting expeditions into the Brazilian hinterlands led by the Portuguese.*

authors. It is released alongside number 40, which emphasizes the question from the standpoint of the cultural treasures of Southern Brazil.

I am honored to announce that we have once again taken up regularly scheduled National Historic and Artistic Heritage Magazine publication. This journal has been a beacon for knowledge and dissemination of heritage issues for over eight decades. We put a great deal of effort into this work in the present day but always treasure our outlook on the future because we are sure of the importance of Brazilian cultural heritage as a major driver of social change. So we move forward.

Kátia Bogéa
President of Iphan

En la Casa Vieja las habitaciones tienen nombre: balconcito, cuarto oscuro, cuarto de oratoria, alcoba de la abuela Fiinha, mansión, casita, cuarto de Felizarda. El cuarto desde el que escribo se llama casita. La ventana de la casita mira al río y yo, desde la ventana, miro el mundo.

Cora Coralina[1]

Descifrar las tramas de la poesía de Cora Coralina es entrar en el espacio de la memoria de Villa Boa de Goyaz, fundada a principios del siglo XVIII. La actual ciudad de Goiás se configura casi como un personaje de la poeta, atravesando toda su obra, que da vida a las personas, callejones, casas y puentes, a través de un delicioso viaje entre el pasado y el presente. Por medio de la poesía podemos comprender las historias, los personajes y el movimiento cotidiano de la vida de esa ciudad histórica.

1. *Villa Boa de Goyaz*, 2003, p. 31.



Comparto con ustedes esta experiencia porque caminar por las calles de piedra del centro de Goiás es conocer la historia de Brasil, la ocupación del territorio por las banderas y el ciclo del oro, es bordear el río Vermelho y ver uno de los muestrarios más ricos de la arquitectura barroco-colonial. También es conocer el trabajo de Cora Coralina, quien, además de escritora, hacía dulces y con otras reposteras (una deliciosa tradición local) le daba arte y simplicidad a la bucólica ciudad a través de un alma femenina inconfundible.

¿Pero qué tienen en común ciudades como Goiás, São Luís, Ouro Preto, Córdoba, Cuzco y Évora? Todas han sido reconocidas como Patrimonio Mundial por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). Hay diversos sitios históricos que destacan tanto local, como nacionalmente o por su valor universal, y son una verdadera razón de orgullo no solo para cada ciudadano del país, sino también para la comunidad internacional. El patrimonio cultural es el legado que recibimos del pasado, experimentamos en la dinámica del presente y transmitimos a las generaciones futuras. Es como una piedra angular, una referencia que contribuye en gran medida con la formación de nuestra identidad.

Por primera vez la Revista del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional *tiene como tema "patrimonio y turismo", presentando casos emblemáticos de prácticas de gestión turística en sitios patrimoniales. Los artículos traen importantes reflexiones sobre un debate oportuno, ya que en Brasil estas dos grandes áreas están cada vez más integradas y la acción conjunta y responsable de los gestores públicos y privados tiene la capacidad de potenciar las acciones de inclusión social, promoción, preservación, salvaguardia, gestión del patrimonio y turismo sostenible.*

La gestión turística adecuada de los sitios culturales permite la estructuración de destinos desde la perspectiva de la valorización cultural, brindándole al visitante una experiencia ampliada, en la que tiene contacto con la historia de la ciudad y la región, con celebraciones, arte, arquitectura, gastronomía y con la dinámica de las comunidades, agregando valor, generando ingresos y valorando la cultura y el patrimonio.

En la perspectiva de esta rica discusión, le pedí a Marcelo Brito que organizara estas dos nuevas ediciones simultáneas de la Revista del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional. *La edición 39 presenta diversos estudios de caso de países como Portugal, Francia, España, México y Perú, con artículos firmados por nombres que son una referencia internacional sobre el tema. Se lanza junto con el número 40, que destaca el tema en Brasil, centrándose en la riqueza cultural de la Región Sur.*

Me enorgullece que en mi gestión hayamos reanudado la periodicidad de nuestra publicación, que desde hace más de ocho décadas es un farol para el conocimiento y la difusión de los temas patrimoniales. Y lo hacemos con mucho trabajo en el presente, pero apuntando hacia el futuro, con la certeza de la importancia del patrimonio cultural brasileño como un gran vector de transformación social.
Sigamos adelante.

Kátia Bogéa
Presidente del Iphan

Cidade de Goiás (GO), década de 1970 (circa). *Acervo: Museu Casa de Cora Coralina.*





Antonina (PR).
Foto: Jesus Santoro. Acervo: Museu da Imagem e do Som do Paraná. Coleção: Jesus Santoro

Laguna (SC).
Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau.

Vale

Apresentação

Introduction
Presentación

A Vale é uma mineradora global que acredita no potencial transformador da cultura. Por isso, patrocina iniciativas de valorização, preservação e divulgação do patrimônio, material e imaterial, em toda a sua diversidade, contribuindo para o desenvolvimento dos locais e das pessoas.

É motivo de orgulho estar presente neste número da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, que reúne informações sobre alguns sítios reconhecidos como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Esta publicação é uma oportunidade de oferecer ao público, por meio dos grandes legados, o conhecimento dos diferentes costumes, da história e da identidade dos povos. Conhecê-los é descobrir suas memórias e entender o papel dinamizador da cultura.

Vale is a global mining company that believes in the transformative potential of culture. We sponsor initiatives that promote, conserve and disseminate material and intangible patrimony in all its diversity and contribute to the growth of places and people.

We are proud to be part of this issue of the National Historic and Artistic Heritage Magazine*, which is a source of information about locations that the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) acknowledged as World Heritage sites. The major legacies mentioned in this publication afford the opportunity of bringing awareness of distinctive customs, history and identities to the public at large. Discovering them means revealing their heritage and understanding the dynamic role of culture.*



Vale es una compañía global de minería que cree en el potencial transformador de la cultura. Por eso, patrocina iniciativas de valorización, preservación y difusión del patrimonio material e inmaterial, en toda su diversidad, contribuyendo con el desarrollo de los lugares y las personas.

Nos enorgullece estar presentes en este número de la Revista del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, *que reúne información sobre algunos sitios reconocidos como Patrimonio Mundial por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO).*

Esta publicación es una oportunidad de ofrecerle al público, por medio de grandes legados, el conocimiento de las distintas costumbres, la historia y la identidad de los pueblos. Conocerlos es descubrir sus memorias y entender el papel dinamizador de la cultura.



Praça São Francisco, São Cristóvão (SE), 2016.
Foto: Vitor Hugo Mori.
Acervo: Iphan.



Marcelo Brito

Apresentação

Introduction
Presentación

Trazer boas práticas de gestão turística em sítios patrimoniais implementadas pelo mundo afora constitui o objetivo central desta edição. O enfoque internacional proposto oferece ao leitor uma abordagem sobre conceitos e ações em curso em outras latitudes. Além disso, o debate e a reflexão feitos em espaços multilaterais ampliam os entendimentos quanto à necessidade de elaborar modelos de colaboração entre cultura e turismo, fomentando o desenvolvimento do turismo sustentável em bases culturais sólidas e de modo a trazer benefícios a todos.

São apresentadas, assim, várias experiências em órbitas culturais próximas à brasileira, bem como exercícios empreendidos em distintas tipologias patrimoniais, permitindo um olhar amplo sobre a diversidade de bens existentes, tanto em relação às formas de atuação, aos atores envolvidos quanto aos requisitos exigidos para uma gestão exitosa. Os casos aqui discutidos traduzem a aliança entre patrimônio e turismo, sobre a qual o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) dedica suas atenções nesta edição, servindo de referência sobre a matéria para o leitor.

Destaco os esforços de toda a equipe editorial, que se dedicou à elaboração desta publicação.



Cânion Boa Vista, Pedra da Catedral, São José dos Ausentes (RS), 2012.
Foto: Leopoldo Plentz.



This issue's primary purpose is to showcase good tourism management practices in heritage sites around the world. Its international approach gives the reader an overview of current concepts and initiatives in other latitudes. Additionally, the discussion and deliberations that take place in multilateral settings broaden perceptions about the need to devise collaborative strategies between culture and tourism that foster sustainable tourism development on sound cultural foundations for the benefit of all of us.

Several cultural experiences similar to that of Brazil are introduced along with different heritage typology initiatives that give a comprehensive overview of asset diversity in terms of performance, stakeholders and the requirements for successful management. The cases under discussion represent partnerships between heritage and tourism, to which the National Institute of Historical and Artistic Heritage (Iphan) dedicates this edition, offering the reader solid references on the subject.

I wish to commend the efforts of the entire editorial team, who have invested all their talent in this publication.

Presentar buenas prácticas de gestión turística implementadas en sitios patrimoniales de todo el mundo es el objetivo central de esta edición. El enfoque internacional propuesto ofrece al lector un abordaje sobre conceptos y acciones en curso en otras latitudes. Además, el debate y la reflexión que se llevan a cabo en espacios multilaterales amplían la comprensión en cuanto a la necesidad de desarrollar modelos de colaboración entre cultura y turismo, fomentando el desarrollo del turismo sostenible sobre bases culturales sólidas y brindando beneficios a todos.

Se presentan, por ende, varias experiencias en órbitas culturales cercanas a la brasileña, así como ejercicios realizados en distintas tipologías patrimoniales, lo que permite una visión amplia de la diversidad de bienes existentes, tanto en relación con las formas de actuación y los actores involucrados, como en cuanto a los requisitos necesarios para una gestión exitosa. Los casos que aquí se discuten reflejan la alianza entre patrimonio y turismo, sobre la que el Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Iphan) dedica su atención en este edición, sirviendo como referencia sobre el tema para el lector.

Destaco los esfuerzos de todo el equipo editorial, que se dedicó a la elaboración de esta publicación.

Serraria,
Benedito Novo (SC), 1985.
Foto: Leopoldo Plentz.





Sem título, *série Sudário*,
Carlos Vergara, São Miguel
das Missões (RS), 2006.





Sem título, *série Sudário, Carlos Vergara, São Miguel das Missões (RS), 2006.*





Sem título, *série Sudário, Carlos Vergara, São Miguel das Missões (RS), 2006.*



Rua Sete de Setembro, década de 1920-1930, Porto Alegre (RS). Projeto MemoPOA, 2016, de Marcelo Curia, Anderson Astor e Eduardo Aigner.

Mário Quintana

Mapa-múndi[1]

A facilidade de comunicações acabou com esses tanques em que floresciam as diferentes culturas. Quando antes se olhava o mapa-múndi e via-se cada país de um colorido diferente, podia-se tomar isso ao pé da letra. É verdade que o mundo continuou a ser uma colcha de retalhos; mas são todos da mesma cor. Bombaim, Roma, Tóquio, que se escondiam, cada um com seu peculiar mistério, nos compartimentos estanques da sua própria civilização, agora, a julgar pelos filmes, estão perfeitamente padronizados, universalizados.

E, no mundo de hoje, para desconsolo dos descendentes de Sindbad e de Marco Polo, a única cor local das cidades famosas são os turistas.

1. Publicado em *Poesia completa*, em 2005, pela Nova Aguilar.



Paço Municipal,
Prefeitura de Porto Alegre (RS).
Projeto MemoPOA, 2016.





Viaduto Otávio Rocha, também conhecido como Viaduto da Borges, tombado como patrimônio histórico em 1988, Porto Alegre (RS). Projeto MemoPOA, 2016.


ESPAÇO SONIA



Zurab Pololikashvili

Cultura e turismo como estratégias para o desenvolvimento sustentável

Culture and tourism as sustainable development strategies

Cultura y turismo como estrategias para el desarrollo sostenible

Resumo

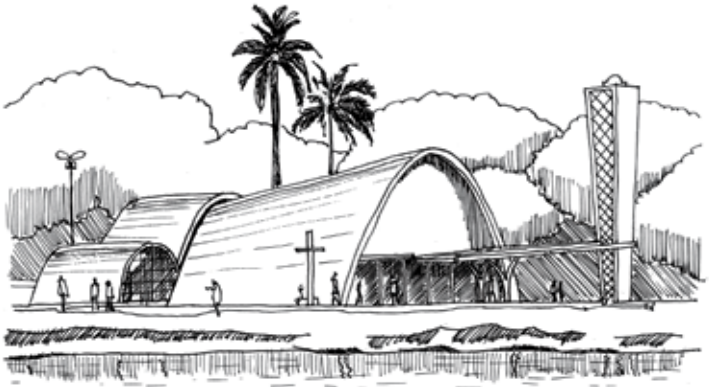
O turismo pode não só ser uma fonte significativa de renda e desenvolvimento econômico, mas também contribuir para a salvaguarda e promoção do patrimônio cultural. Por isso, fomentar o crescimento sustentável do setor é uma das prioridades atuais da Organização Mundial do Turismo (OMT). Uma boa gestão turística é fundamental, para tanto, e deve envolver todas as partes interessadas, desde governos, autoridades regionais e locais, a iniciativa privada e até outras entidades competentes, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Nos últimos anos, a cooperação entre as duas agências resultou nas Declarações de Siem Reap (2015), Mascate (2017) e Istambul (2018), que servem de parâmetro para o estabelecimento de boas práticas de turismo sustentável.

Summary

Tourism is potentially a significant generator of income and economic development, but it can also be instrumental in safeguarding and promoting cultural heritage. As such, fostering sustainable tourism growth is one of the current priorities of the World Tourism Organization (WTO). Good tourism management is essential to achieve this, and should engage all stakeholders, whether they are governments, regional and local authorities, private initiative or any other pertinent entities, such as the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Over the past few years, cooperation between these two UN agencies yielded the Siem Reap (2015), Muscat (2017) and Istanbul (2018) Declarations, which provide a benchmark for best practices in sustainable tourism.

Machu Picchu (Peru), 2013.
Foto: Danilo Curado.
Acervo: Iphan

Pampulha. *Gravura, Paulo Farsette, 2018.*



Resumen

El turismo no solo puede ser una fuente significativa de ingresos y desarrollo económico, sino que también puede contribuir a salvaguardar y promover el patrimonio cultural. Por lo tanto, fomentar el crecimiento sostenible del sector es una de las prioridades actuales de la Organización Mundial del Turismo (OMT). Una buena gestión turística es clave y debe involucrar a todos los interesados, desde los gobiernos, las autoridades regionales y locales, la iniciativa privada e incluso otras entidades relevantes como la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco). En los últimos años, la cooperación entre las dos agencias ha dado como resultado las Declaraciones de Siem Reap (2015), Muscat (2017) y Estambul (2018), que sirven como parámetro para el establecimiento de buenas prácticas de turismo sostenible.



Em 2018, dois anos antes do esperado, o número de turistas internacionais ultrapassou a marca de 1,4 bilhão (OMT, 2019). Enquanto outros setores da economia enfrentam dificuldades, as pessoas continuam motivadas a realizar viagens de lazer, mesmo que curtas ou para mais perto de casa. O que leva alguém a fazer as malas e sair do seu país natal por alguns dias ou mesmo vários meses? Entre as diversas motivações, a mais importante é a cultura, o desejo de ver e conhecer coisas novas.

Segundo um estudo da Organização Mundial do Turismo (OMT) de 2018, 40% dos turistas identificam-se como viajantes culturais. Essa proporção deve aumentar para acompanhar a demanda por experiências únicas e autênticas, uma vez que a vivência da cultura local oferece a chance de compreender determinado lugar, seu povo e sua história. No entanto, não são apenas os visitantes que se beneficiam do foco crescente no segmento, que também se firmou como um dos principais vetores do desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Quando bem administrados, os setores cultural e turístico convergem para melhorar vidas, criando oportunidades tanto no presente quanto no futuro.

No plano mais básico, o turismo cultural é uma fonte significativa de renda. Hoje em dia, uma em cada 11 vagas no mundo inteiro está vinculada, direta ou indiretamente, a essa indústria (OMT, 2016). Como um catalisador de oportunidades e igualdade, é um dos principais empregadores daqueles que durante muito tempo viram-se marginalizados no mercado de trabalho, incluindo mulheres e jovens. Ao mesmo tempo, os benefícios econômicos propiciados por esse crescente setor não se restringem aos destinos mais convencionais, ajudando a combater o desemprego e o êxodo rural. De forma análoga, nas cidades, onde está a maior concentração de sítios declarados Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), as receitas geradas pelo segmento ajudam a financiar a revitalização urbana, o que inclui melhorias de infraestrutura, trazendo consequências positivas tanto para os moradores quanto para os visitantes.

No entanto, o potencial do turismo não se limita ao fomento do crescimento econômico e à criação de empregos. Quando gerido de forma eficiente, pode contribuir para a salvaguarda e promoção do patrimônio cultural – tanto o material (obras de arte, monumentos e edifícios de interesse arquitetônico) quanto o imaterial (narrativas orais, música e artes, produção artesanal e os saberes e a compreensão da natureza locais) – não só de comunidades individuais, mas também de regiões e países inteiros. Uma vez que os turistas atuais exigem vivências cada vez mais únicas e autênticas, uma forma de atingir esse objetivo é interagir com a cultura local, desfrutando-a. Em troca, o dinheiro despendido pelos viajantes pode ser aproveitado para preservar essas tradições para as gerações futuras.

Uma das prioridades da OMT é fomentar o crescimento sustentável do turismo. Desde a cooperação com o Centro Culinário Basco para ampliar os benefícios econômicos e sociais do turismo gastronômico no norte da Espanha (OMT e Centro Culinário Basco, 2019) até a colaboração com diversos parceiros asiáticos para salvaguardar os

Grupo de pirâmides (Egito), papel albuminado, década de 1870.
Acervo: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



bens culturais ao longo de toda a histórica Rota da Seda (OMT, s.d.), a oferta de uma experiência única contribui para que um destino se destaque, atraindo mais visitantes, diversificando seu mercado e multiplicando ainda mais as externalidades positivas trazidas pelo setor.

Cooperação e boa gestão para o turismo cultural

Bumba meu boi na Festa de São João, São Luís (MA), 1978. Foto: Maureen Bisilliat. Acervo: Instituto Moreira Salles.

Seu João do Boi e os netos, Calango e Nêgo, tocam samba de roda, São Braz, Santo Amaro da Purificação (BA), 2004. Foto: Luiz Santos. Acervo: Iphan.

Uma boa gestão é fundamental para que o turismo cultural atinja o seu enorme potencial como catalisador do desenvolvimento sustentável. Para a OMT, a prioridade é a participação das partes interessadas em todos os âmbitos, incluindo governos e autoridades regionais e locais, bem como o setor privado. Como a OMT é a entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pelo turismo e a Unesco dedica-se à proteção do patrimônio, é pertinente que trabalhem juntas para projetar a atuação do segmento no futuro.

Em 2015, as duas organizações apresentaram conjuntamente a Declaração de Siem Reap (OMT e Unesco, 2015) durante a Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura, realizada no Camboja, lançando, assim, os alicerces de uma parceria mais estreita e direcionada entre os diversos atores envolvidos. Em 2017, em Omã, a Declaração de Mascate



(OMT e Unesco, 2017) selou o compromisso de seus apoiadores no sentido de reforçar a contribuição desses setores nas estratégias nacionais de consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU (2015). Ambas as declarações indicam que não só devemos nos engajar na criação de parcerias, mas também aproveitar seu potencial para gerar um impacto positivo nas comunidades e melhorar a percepção geral da experiência dos viajantes.

Recentemente, na Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura de 2018, realizada em Istambul, destacou-se a importância do trabalho direto com as comunidades locais (OMT e Unesco, 2018). Ao mesmo tempo que apreciamos as muitas benesses que o aumento contínuo do segmento pode proporcionar, devemos reconhecer os desafios significativos que daí advêm. Se não for bem gerido, o turismo de massa causará mais malefícios do que benefícios. Por exemplo, um monumento pode ser danificado sob a pressão do movimento intenso, ou o patrimônio imaterial que buscamos salvaguardar pode ser comprometido se as comunidades forem marginalizadas ou expulsas de seus lares em decorrência do aumento de preços. Esse setor só é uma força positiva que contempla todos quando se trabalha diretamente com as comunidades e os atores locais, ouvindo sempre suas vozes.


1º aninho
Lenita
Julia

Vislumbrando o futuro

Na próxima Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura, que ocorrerá no final de 2019 em Quioto, no Japão, a OMT buscará, entre outras metas, prosseguir com a estratégia de fomentar o empreendedorismo e a transformação digital do setor. A tecnologia, nesse sentido, pode ser usada para compartilhar a história de determinada cultura de forma ampla e abrangente, e as exposições digitais podem aumentar ainda mais a popularidade dos museus e outras atrações. Paralelamente, a Unesco tem tido experiências bem-sucedidas no uso de aplicativos, realidade virtual[1] e tecnologia vestível[2] para enfrentar a problemática da superlotação dos sítios Patrimônio Mundial, ao mesmo tempo que enriquece a vivência do visitante e protege os monumentos.

O setor vive tempos animadores embora desafiadores. É o momento propício de assumir uma posição de destaque. Com efeito, em 2018, 40% dos turistas globais consideravam-se viajantes culturais, e não há sinais de que o percentual vai parar de aumentar. O grande desafio consiste em garantir que esse crescimento traduza-se em benefícios reais, não só em termos de criação de emprego e desenvolvimento econômico e social, mas também na garantia de que o turismo exerça uma função de proteção e dinamização do patrimônio.

1. Interface que permite ao usuário, por meio de óculos 3D, a imersão em um ambiente virtual.

2. No inglês, *wearable technology*, é a incorporação de dispositivos eletrônicos em acessórios e roupas, como relógios, pulseiras, mochilas e óculos.

Referências

OMT – Organização Mundial do Turismo. *The tourism sector and the Sustainable Development Goals*: responsible tourism, a global commitment. 2016. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/turismo_responsable_omt_acc.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. International Tourist arrivals reach 1.4 billion two years ahead of forecasts. *OMT*, 21 jan. 2019. Disponível em: https://www2.unwto.org/press-release/2019-01-21/international-tourist-arrivals-reach-14-billion-two-years-ahead-forecasts. Acesso em: 27 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Survey on big data and cultural tourism*. 2018. Disponível em: http://www2.unwto.org/webform/survey-big-data-and-cultural-tourism. Acesso em: 27 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Technical Cooperation and Silk Road*. s.d. Disponível em: https://silkroad.unwto.org/. Acesso em: 27 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo; Centro Culinário Basco. *Guidelines for the Development of Gastronomy Tourism*. 2019. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284420957. Acesso em: 27 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaración de Estambul sobre Turismo y Cultura*: en beneficio de todos. 2018. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtounescoistanbuldeclaration30119es.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Muscat Declaration on Tourism and Culture*: Fostering Sustainable Development. 2017. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwtodeclarations.2017.26.05. Acesso em: 10 jul. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Siem Reap Declaration on Tourism and Culture*: Building a New Partnership Model. 2015. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwtodeclarations.2015.24.01. Acesso em: 10 jul. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*: 17 objetivos para transformar nosso mundo. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: 12 jun. 2019.

Diana, Júlia e Ágata. *Kitty Paranaguá, Projeto Campos de Altitude, Rio de Janeiro, 2016-2017.*





Petra (Jordânia), 2015.
Foto: Vitor Hugo Mori.
Acervo: Iphan.



Peter Debrine

Estratégias para a gestão do turismo sob a perspectiva do patrimônio cultural

Tourism management strategies from a cultural heritage perspective
Estrategias para la gestión del turismo desde la perspectiva del patrimonio cultural

Resumo

Uma das prioridades da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é a salvaguarda do patrimônio natural e cultural. Quando valorizados e protegidos, esses bens podem proporcionar os recursos necessários para o desenvolvimento do turismo, que, por sua vez, deve ser fomentado de forma adequada para atingir a sustentabilidade econômica, ambiental e social. Nesse sentido, aliar a conservação dos monumentos a uma gestão turística sustentável norteia a atuação da entidade no setor. Essa abordagem é capaz de promover os valores patrimoniais enquanto fortalece as comunidades locais, respeitando a capacidade de acolhimento dos destinos e propiciando a recuperação de espaços públicos e centros históricos deteriorados. Assim, é possível encontrar um equilíbrio entre o potencial e os riscos do turismo.

Summary

Safeguarding natural and cultural heritage is one of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization's (UNESCO) priorities. When these assets are valued and protected they can bring the funds that are needed to develop tourism, which, in turn, must be adequately leveraged to achieve economic, environmental and social sustainability. Accordingly, aligning the conservation of monuments with sustainable tourism management drives UNESCO efforts in the industry. This approach promotes heritage values while strengthening local communities by respecting the destinations' absorption capacity and fostering the restoration of damaged public facilities and historic sites. This allows a balance between tourism potential and hazards to be struck.

Caboclo de penas do grupo Boi de Matraca, de bumba meu boi, São Luís (MA), 2019.
Foto: Márcio Vasconcelos.

Resumen

Una de las prioridades de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco) es la salvaguardia del patrimonio natural y cultural. Cuando se valoran y protegen, estos bienes pueden proporcionar los recursos necesarios para el desarrollo del turismo, que, a su vez, debe fomentarse adecuadamente para lograr la sostenibilidad económica, ambiental y social. En este sentido, combinar la conservación de los monumentos con una gestión turística sostenible orienta la actividad de la entidad en el sector. Este enfoque puede promover los valores del patrimonio al tiempo que fortalece las comunidades locales, respetando la capacidad de acogida de los destinos y permitiendo la recuperación de espacios públicos y centros históricos deteriorados. Así se puede encontrar un equilibrio entre el potencial y los riesgos del turismo.



Quando pensamos em patrimônio, lembramo-nos de preservação, escavação e restauração de sítios ancestrais e edifícios antigos. Evidentemente, no entanto, trata-se de um conceito muito mais abrangente. Patrimônio é o conjunto das nossas tradições herdadas, práticas, expressões, representações, monumentos e artefatos. É a natureza que nos rodeia. A música, a comida e a língua com que nos identificamos são tão importantes quanto os prédios históricos e os sítios arqueológicos.

O leque de atividades, significados e comportamentos da contemporaneidade nos condiciona e nos molda. Por ser dinâmico por natureza, transforma-se à medida que os povos e as comunidades interagem, e os conhecimentos, as culturas e as práticas são transmitidos. Quando compartilhado, esse conjunto torna-se simultaneamente local e global, podendo representar uma plataforma de diálogo intercultural que traz em si um potencial de crescimento econômico através do turismo sustentável.

Uma das prioridades da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é a conservação, proteção e salvaguarda do patrimônio natural e cultural, norteadas pelas diversas convenções adotadas pelos Estados Partes. Os bens a serem valorizados e protegidos, muitas vezes, proporcionam os recursos necessários para o desenvolvimento do turismo, que, por sua vez, deve ser fomentado de forma adequada para atingir a sustentabilidade econômica, ambiental e social.

A conservação do patrimônio traz em seu bojo, portanto, a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos dos povos, responsáveis por modelar as identidades, as quais, por sua vez, são uma fonte insubstituível de inspiração, emoção e senso de pertencimento, elementos cruciais para o desenvolvimento turístico no presente e para as gerações futuras. A degradação de tais valores não é só uma perda irremediável para toda a humanidade, mas também um prejuízo econômico vinculado à intensa competição global entre destinos conforme sua atratividade diminui. O patrimônio imaterial enfrenta maior risco em função dos impactos negativos atrelados à globalização, embora tenha virtudes que podem ser aproveitadas pela indústria turística.

Essa questão é muito preocupante nos países emergentes e em desenvolvimento, onde o turismo patrimonial representa uma oportunidade expressiva de expansão econômica e redução da pobreza, ainda que essas nações não estejam devidamente preparadas para mitigar o problema. Quando mal gerido e descontrolado, o setor pode representar uma séria ameaça aos valores patrimoniais e ao crescimento de longo prazo, bem como provocar transtornos sociais, culturais e econômicos de efeito devastador em ambientes vulneráveis, em decorrência de uma oferta turística degradada, menos atraente e competitiva.

Essa indústria, segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), pode ser compreendida como um vetor de geração de empregos, pois é responsável por cerca de uma em cada 11 vagas de trabalho do planeta. Além disso, representa mundialmente cerca de 30% das exportações de serviços e, de forma direta e indireta, responde por aproximadamente 10% do

Sabrosa, Vila Real, Douro (Portugal), 2016.
Foto: Delfina Brochado.



produto interno bruto (PIB) (OMT, 2016, p. 12). Trata-se, portanto, de uma fonte cada vez mais importante de crescimento, emprego, rendimento e receita para muitos países em desenvolvimento, reduzindo a pobreza e promovendo a sustentabilidade ambiental, quando bem estruturado.

Portanto, a via do progresso passa por uma abordagem na qual a conservação ocorre em paralelo ao desenvolvimento sustentável do turismo com planejamento harmonizado. Esse objetivo norteia os esforços da Unesco em sua atuação no setor. No âmbito da assistência técnica, destacam-se alguns eixos-chave: desenhar as bases da boa governança e sustentabilidade turística; fomentar investimentos nacionais e estrangeiros para o crescimento sustentável dessa indústria; promover a redução da pobreza através da criação de vínculos entre o segmento e os fornecedores locais de bens e serviços; e apoiar o desenvolvimento de recursos humanos, melhorando a educação, a formação e o trabalho digno, fornecendo também capacitação.

Para a entidade, a fim de ser sustentável, o turismo implica o desenvolvimento e a oferta de atividades para visitantes que contribuam para a proteção, exposição e transmissão dos valores patrimoniais do destino. Gera, além disso, crescimento socioeconômico e traz benefícios tangíveis e intangíveis para o fortalecimento das comunidades locais e regionais de forma equitativa e compatível com a conservação do patrimônio.

Deve haver, para tanto, a colaboração entre as partes interessadas, com parcerias eficazes que otimizem os resultados da

Carnaval, Olinda (PE), 2016. Foto: Aurélio Velho. Acervo: Iphan.

Carnaval, Olinda (PE), 2017. Foto: Aurélio Velho. Acervo: Iphan.



proteção e exposição, ao mesmo tempo minimizando as ameaças e os impactos adversos decorrentes dessa indústria. Assim, com planejamento e monitoramento contínuos e proativos de forma inclusiva e participativa, as atividades turísticas podem ser desenvolvidas em prol da salvaguarda cultural, sempre respeitando a capacidade de cada bem em absorver a visitação sem comprometer os valores patrimoniais. Nesse sentido, a comunidade local deve ser não só conscientizada da importância do patrimônio na vida cotidiana, mas também capacitada para atuar em sua divulgação e preservação, incluindo os proprietários dos monumentos e os agentes mantenedores tradicionais ou indígenas, sem deixar de reconhecer suas capacidades e sua vontade de participar nas práticas turísticas.

Já a administração dos sítios deve pautar-se na cadeia de ofertas turísticas relevantes e nas questões mais abrangentes suscitadas pelos destinos, incluindo o gerenciamento dos congestionamentos e a qualidade de vida das populações locais. Da mesma forma, as infraestruturas e instalações para visitantes precisam ser cuidadosamente planejadas, localizadas, projetadas e construídas, além de atualizadas periodicamente, conforme necessário, por meio de sistemas de gestão e monitoramento dotados de competências, capacidades e recursos adequados.

Os órgãos públicos pertinentes, em associação à administração dos sítios, devem certificar-se de que uma parcela da receita proveniente das atividades turísticas seja aplicada para viabilizar a proteção, conservação e gestão dos valores patrimoniais.



Assim, garantem-se experiências satisfatórias e de qualidade, assegurando também que as comunidades locais sejam respeitadas e que o contexto ambiental, social e cultural circundante não sofra impactos adversos expressivos.

Nos últimos anos, houve uma série de conquistas políticas significativas relacionadas ao desenvolvimento do turismo sustentável, que tem um papel importante a desempenhar, por exemplo, na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). O setor foi especificamente incluído como meta nos ODS 8, 12 e 14, relativos, respectivamente, ao crescimento econômico inclusivo e sustentável, ao consumo e à produção sustentáveis (CPS) e ao uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos.

Destaca-se também a política adotada pela Assembleia Geral dos Estados Partes da Unesco durante a Convenção do Patrimônio Mundial de 2015, que introduziu a perspectiva do desenvolvimento sustentável nos processos decisórios da Convenção do Patrimônio Mundial (Unesco, 2015). Esse documento permite que Estados, profissionais, instituições, comunidades e redes canalizem o potencial do Patrimônio Mundial e dos monumentos em geral, contribuindo para um desenvolvimento que preserve os recursos naturais e o meio ambiente.

Em dezembro de 2018, durante a III Conferência sobre Cultura e Turismo da Unesco e OMT, cerca de 30 ministros e vice-ministros de ambos os setores e 800 participantes de mais de 50 países reafirmaram o compromisso de fortalecer as sinergias entre as duas áreas e impulsionar a contribuição do turismo cultural para a Agenda 2030. Eles reconheceram que uma abordagem sustentável, com a participação de todos os atores envolvidos, é de suma importância tanto para o segmento quanto para a consolidação da paz e a proteção do patrimônio. O resultado do encontro foi a assinatura da Declaração de Istambul (OMT e Unesco, 2018).

A Unesco propõe, no âmbito da indústria turística, a gestão e o planejamento global da visitação, proporcionando orientação política e ferramentas calcadas nas melhores práticas para a exposição e divulgação dos sítios. Preconiza, ainda, a participação de todos os intervenientes ligados à conservação e ao turismo no processo de planejamento e gestão dos destinos. Uma vez que o setor é também um elemento importante para as estratégias de regeneração urbana, a entidade procura reforçar o papel da cultura nesse contexto, apoiando iniciativas de revitalização de espaços públicos, recuperação de áreas industriais e centros históricos deteriorados.

O relatório global intitulado *Cultura: futuro urbano* (Unesco, 2016) é o primeiro referencial a propor um arcabouço de políticas que potencializam o papel da cultura no desenvolvimento urbano sustentável. Essas recomendações defendem a integração entre todos os aspectos da conservação e salvaguarda do patrimônio cultural e estratégias de regeneração dos grandes centros voltadas para as pessoas, com o objetivo de melhorar a habitabilidade das cidades, sempre respeitando suas identidades, o que é fundamental para garantir uma boa relação entre visitantes e moradores.

Oaxaca (México), 2018.
Foto: Antônio Brito.



Fabricação de instrumento para fandango caiçara. Foto: Felipe Varanda. Acervo: Iphan.

Segundo o documento, uma perspectiva calcada na cultura pode aumentar a resiliência das cidades, desde o reforço estrutural de bens construídos, para não sucumbir aos futuros impactos das mudanças climáticas, até a implementação de programas patrimoniais e artísticos para os cidadãos no contexto de uma reconstituição pós-catástrofe. Da mesma forma, a recuperação de áreas verdes nas urbes e em seus entornos pode criar um espaço de resistência.

O aumento do envolvimento das comunidades locais no planejamento e na gestão turística tem enorme potencial para incentivar a participação maciça desses grupos na sensibilização para além das fronteiras. Quando construído de acordo com princípios culturais e sociais, o setor representa um trunfo para a inovação, a criatividade, a formação de pequenas empresas e o lançamento de novos produtos e serviços.

Reconhecemos igualmente os perigos de um turismo mal gerido para o meio ambiente e as comunidades. Os bens Patrimônio Mundial estão sendo sobrecarregados por um número crescente de visitantes, o chamado overturismo. O termo designa uma situação na qual o impacto turístico, em determinados momentos e locais, excede a capacidade física, ecológica, social, econômica, psicológica e/ou política das localidades, comprometendo o patrimônio cultural e natural, destituindo direitos dos povos e ocasionando a perda da autenticidade, o que ameaça a futura atratividade do destino.

As causas mais profundas do fenômeno podem ter relação com os baixos custos de transporte e as novas tecnologias, embora nos faltem dados sobre o assunto. De acordo com um relatório recente da União Europeia (2018, p. 16), "os destinos mais vulneráveis não são cidades, mas sobretudo zonas costeiras, ilhas e sítios de patrimônio rural".

O desafio é encontrar um equilíbrio entre o potencial e os riscos do turismo. Isso pressupõe a colaboração entre todas as partes interessadas

e uma abordagem interdisciplinar de grande alcance. Requer também um aumento de investimento na proteção e conservação do patrimônio cultural, que é assim classificado devido a seus aportes ao conhecimento e à cultura, constituindo, nesse sentido, um elemento qualificador da riqueza das nações. Assim, em uma perspectiva econômica, os monumentos incorporam, conservam e geram um valor cultural que ultrapassa o econômico intrínseco, o que contribui para a criação de um amplo ecossistema de atividades produtivas voltadas para sua proteção, manutenção e uso pelo público.

No entanto, parte substancial deles foi severamente comprometida. Em algumas economias desenvolvidas, condições fiscais adversas restringem os recursos públicos destinados à sua preservação e gestão. Em certos locais atingidos por conflitos, bens emblemáticos foram atacados e destruídos, com consequências dramáticas para os fluxos de entrada de turistas e para as perspectivas econômicas dos países onde se situam. É preciso, nesse sentido, encontrar novas formas de engajar gestores, investidores institucionais e tomadores de decisão para que o patrimônio seja considerado um tipo de ativo contemplado por investidores financeiros para fins de conservação.

Considerando que a mobilidade pode promover o intercâmbio e o diálogo intercultural e que, hoje em dia, mais de 1,4 bilhão de pessoas atravessa fronteiras internacionais todos os anos (OMT, 2019), existem mais oportunidades de romper as barreiras que separam os povos do que no passado. Podemos, portanto, promover, reconhecer e incentivar o desenvolvimento sustentável nos sítios declarados Patrimônio Mundial e em seus arredores através da divulgação e do compartilhamento de boas práticas, cooperação internacional, colaboração entre esses locais e, principalmente, concretização das metas de conservação que nos são confiadas.

Referências

OMT – Organização Mundial do Turismo. International Tourist Arrivals Reach 1.4 billion Two Years Ahead of Forecasts. *OMT*, 21 jan. 2019. Disponível em: https://www2.unwto.org/press-release/2019-01-21/international-tourist-arrivals-reach-14-billion-two-years-ahead-forecasts. Acesso em: 27 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *The tourism sector and the Sustainable Development Goals*: responsible tourism, a global commitment. 2016. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/turismo_responsable_omt_acc.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaración de Estambul sobre Turismo y Cultura*: en beneficio de todos. 2018. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtounescoistanbuldeclaration30119es.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*: 17 objetivos para transformar nosso mundo. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: 12 jun. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Culture*: urban future. Global report on culture for sustainable urban development. 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245999. Acesso em: 27 ago. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Policy Document for the Integration of a Sustainable Development Perspective into the Processes of the World Heritage Convention*. Paris: Unesco, 2015. Disponível em: http://whc.unesco.org/document/139747. Acesso em: 27 ago. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. *Overtourism*: impact and possible policy response. Bruxelas: União Europeia, 2018. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/629184/IPOL_STU(2018)629184_EN.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.





Rodoviária, Brasília (DF), 1981.
Foto: Joaquim Paiva.

Declaração de Siem Reap sobre Turismo e Cultura: construindo um novo modelo de parceria

Os ministros do Turismo e da Cultura e chefes de delegação dos Estados membros da Organização Mundial do Turismo (OMT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), representantes da OMT, da Unesco, da Aliança das Civilizações das Nações Unidas, de organizações regionais, da academia, do setor privado, de instituições culturais e de turismo e de organizações não governamentais, reunidos por ocasião da Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura da OMT/Unesco: construindo um novo modelo de parceria, realizada em Siem Reap, Camboja, em 4 a 5 de fevereiro de 2015, sob o alto patrocínio de Sua Excelência Samdech Akka Moha Sena Padei Techo Hun Sen, Primeiro-Ministro do Reino do Camboja, do secretário-geral da OMT e do diretor-geral da Unesco.

Recordam que:

- nas últimas décadas o turismo cresceu, tornando-se um dos mais importantes setores socioeconômicos mundiais dos nossos tempos.

- o turismo engendra oportunidades substanciais para o crescimento econômico inclusivo e para o desenvolvimento sustentável através da criação de empregos, da regeneração de áreas rurais e urbanas e da valorização e proteção do patrimônio natural e cultural.

- em 2012, pela primeira vez, atingiu-se a marca de um bilhão de turistas internacionais e, em 2014, a Lista do Patrimônio Mundial chegou a mil sítios.

- a cultura, expressa pelo patrimônio, tradições e também arte contemporânea, línguas, gastronomia, música, artesanato, museus e literatura, tem importância incomensurável para as comunidades que a abrigam. Ela molda as identidades comunitárias e promove o respeito e a tolerância entre as pessoas; assim, constitui um ativo turístico fundamental que estabelece diferenças claras entre destinos.

- o turismo cultural pode trazer aportes significativos para o desenvolvimento socioeconômico e para a capacitação das comunidades locais.

E consideram que:

- A salvaguarda da cultura, em suas diversas manifestações, é uma garantia de desenvolvimento sustentável, conforme destacado em vários instrumentos internacionais de normalização, entre os quais:

a Convenção da Unesco de 2005 para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;

a Convenção da Unesco de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;

a Convenção da Unesco de 2001 sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático;

a Convenção da Unesco de 1972 para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural;

a Convenção da Unesco de 1970 sobre Medidas a serem adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência Ilícitas dos Bens Culturais;

a Convenção da Unesco para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de 1954.

- O turismo sustentável pode ser um instrumento muito importante para a salvaguarda e valorização do patrimônio material e imaterial e para o incentivo ao desenvolvimento das artes, do artesanato e de outras atividades criativas.

- O artigo 4º do Código de Ética Mundial para o Turismo, adotado pela Assembleia Geral da OMT em 1999 e aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 2001, ressalta que "o turismo se vale do patrimônio cultural da humanidade e contribui para a sua valorização".

- A Resolução da Assembleia Geral da ONU de 2013 sobre Cultura e Desenvolvimento Sustentável (A/RES/68/223) reconhece que a cultura contribui para o desenvolvimento econômico inclusivo.

- A Declaração de Hangzhou de maio de 2013, que traz a cultura para o centro das políticas de desenvolvimento sustentável, reafirma que ela deve ser considerada um fator fundamental para a sustentabilidade, uma fonte não só de significado e energia, mas também de criatividade e inovação, além de um recurso para enfrentar desafios e encontrar soluções adequadas.

- A Declaração de Florença de 2014 sobre Cultura, Criatividade e Desenvolvimento Sustentável, Pesquisa, Inovação e Oportunidades convida os governos, a sociedade civil e o setor privado a formar parcerias globais para fomentar ambientes, processos e produtos criativos.

- A OMT e a Unesco já trabalham juntas há muito tempo para aumentar a conscientização e fortalecer as vigorosas articulações entre turismo e cultura, enfatizando a necessidade de estabelecermos modelos de parceria mutuamente proveitosos, nomeadamente através do Programa de Turismo Sustentável do Patrimônio Mundial da Unesco.

- A construção de novos modelos de parceria para a colaboração entre turismo e cultura insere-se no consenso internacional emergente sobre as conexões fundamentais que existem entre cultura e patrimônio. A questão merece consideração no âmbito da agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015.

Reconhecem que:

- Apesar das inúmeras sinergias entre turismo e cultura, os dois setores muitas vezes operam em estruturas governamentais e administrativas desarticuladas ou mal coordenadas, com resultados abaixo do ideal para o desenho de políticas de desenvolvimento e planejamento e para o desenvolvimento nacional e regional.

- Nesse momento de crescimento sem precedentes do turismo, é importante enfatizar a responsabilidade compartilhada entre os atores da cultura e do turismo.

- Resultados satisfatórios exigem o engajamento dos atores da cultura e do turismo em todos os âmbitos a fim de equacionar responsabilidades transversais em campos como governança, participação

comunitária, inovação e responsabilidade social corporativa.

- Para que o turismo alcance sustentabilidade social, econômica e ambiental, os bens naturais e culturais de todas as nações e comunidades devem ser valorizados e protegidos.

- O turismo sustentável pode ser um vetor fundamental para a preservação e valorização do patrimônio cultural, estimulando o orgulho e a autoestima das comunidades e dos povos.

- Destinos em qualquer lugar do mundo, se mal geridos e desenvolvidos, podem comprometer esse patrimônio.

- O desenvolvimento do turismo e as atividades associadas ao patrimônio cultural podem alcançar a sustentabilidade através da criação de estruturas de governança responsáveis, garantindo assim proteção e conservação, gerando investimentos, promovendo a redução da pobreza, facilitando vínculos entre setores turísticos e os fornecedores locais de bens e serviços, divulgando as culturas regionais e apoiando o desenvolvimento de recursos humanos.

- É preciso reforçar e expandir a contribuição das culturas vivas e das indústrias criativas, como a música, a multimídia, o artesanato, a gastronomia, a arquitetura e o design, para a conquista de um turismo sustentável. Elas têm funções cada vez mais importantes na criação de uma experiência única e marcante para cada destino, e o investimento turístico pode trazer novos consumidores, promover a inovação e o intercâmbio de experiências que desenvolvem as indústrias criativas, com mercados em expansão.

- As rotas culturais que ligam esses locais oferecem oportunidades importantes para o desenvolvimento do turismo, para a integração regional e para o desenvolvimento econômico, promovendo simultaneamente a revitalização e o fortalecimento dos vínculos culturais e econômicos entre pessoas e comunidades.

- O turismo cultural pode contribuir para o desenvolvimento cultural, o crescimento e o rejuvenescimento das áreas urbanas e das cidades históricas.

Assim, reafirmam o seu compromisso de:

1. Construir novos modelos de parceria entre turismo e cultura para:

1.1. reforçar o trabalho de integração entre a cultura e o turismo na agenda de desenvolvimento pós-2015;

1.2. reduzir os entraves e viabilizar modelos de parceria e estruturas de governança eficazes no âmbito dos governos nacional, regional e local, para desenvolver, coordenar e aplicar políticas e práticas de turismo e cultura de maneira mais integrada;

1.3. incentivar e viabilizar parcerias eficazes entre organizações governamentais, privadas e comunitárias, tanto no setor do turismo como no do patrimônio cultural;

1.4. desenvolver políticas de turismo cultural que reconheçam, protejam e promovam a autenticidade da cultura e do patrimônio cultural e forjar sinergias eficazes por meio de uma gama de tecnologias pertinentes e plataformas de mídia social, nas quais todos os participantes compartilhem mais

informações, experiências e melhores práticas nesta área; e

1.5. utilizar o turismo e a cultura como instrumentos fundamentais na cooperação para o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento e para a recuperação de locais atingidos por crises.

2. Promover e proteger o patrimônio cultural para:

2.1. incentivar aquelas iniciativas turísticas que contribuem para sensibilizar o público e apoiam a defesa e a conservação do bem cultural, sobretudo pela divulgação das características e dos valores patrimoniais na cadeia de experiências turísticas;

2.2. atender às aspirações das comunidades de acolhimento na determinação e gestão do uso da cultura material e imaterial;

2.3. assegurar que as receitas provenientes do turismo sejam suficientes para a gestão e conservação do patrimônio cultural e natural e estimular o engajamento dos turistas;

2.4. proteger e dirigir os sítios do patrimônio mundial de forma sustentável e incentivar a adesão ao Programa de Turismo Sustentável do Patrimônio Mundial, incluindo a implantação de medidas eficazes de administração do congestionamento turístico, de treinamento e capacitação de gestores de sítios e outros atores;

2.5. apoiar a luta contra o tráfico de patrimônio cultural;

2.6. apoiar exemplos de gestão responsável e sustentável do turismo nos sítios Patrimônio Mundial e zelar para que a comunidade local ou de acolhimento seja beneficiada pelo setor;

2.7. assegurar que as populações étnicas e indígenas e as suas culturas sejam respeitadas e protegidas e que o desenvolvimento e o fomento do turismo decorram de forma plenamente participativa, com parcerias equitativas;

2.8. implantar procedimentos eficazes e apropriados para a avaliação de impacto sobre o patrimônio e a sustentabilidade socioeconômica antes da aprovação de projetos turísticos associados aos sítios Patrimônio Mundial e às comunidades locais nas suas proximidades; e

2.9. fomentar a melhoria da qualidade dos serviços, bem como a utilização de tecnologias e de ações de pesquisa de visitantes, a fim de aumentar a competitividade dos sítios culturais.

3. Estabelecer vínculos entre as pessoas e promover o desenvolvimento sustentável através de itinerários culturais, para:

3.1. sempre que oportuno, incentivar e viabilizar iniciativas internacionais e nacionais que congreguem sítios patrimoniais com ligações históricas ou temáticas, incluindo os que são Patrimônio Mundial, em rotas, corredores ou circuitos turísticos;

3.2. construir redes internacionais ou regionais que abranjam agências governamentais de cultura e turismo e outras áreas pertinentes, tais como

relações internacionais, transportes, administração interna ou imigração;

3.3. cooperar para além das fronteiras regionais ou nacionais para estimular, dinamizar e construir modelos de governança e certificação que garantam a qualidade e a coerência da experiência dos visitantes ao longo das rotas culturais;

3.4. promover a equidade das estruturas de governança, o desenvolvimento do turismo, as parcerias público-privadas e as atividades comerciais ao longo do percurso cultural; e

3.5. consultar as comunidades locais e engajá-las como parte interessada na formulação e gestão do turismo ao longo das rotas culturais.



4. Incentivar o estreitamento dos laços entre o turismo, as culturas vivas e as indústrias criativas ao:

4.1. fomentar oportunidades para que o turismo cultural torne-se um importante catalisador de oportunidades de negócio e de desenvolvimento socioeconômico para as indústrias criativas e para o setor cultural;

4.2. fomentar e viabilizar novas formas de turismo cultural, como o criativo e o vinculado a interesses específicos, por exemplo, os museus e o patrimônio industrial, subaquático ou memorial;

4.3. incentivar cadeias de valor sustentáveis nas comunidades locais que garantam a consistência da qualidade e criatividade de apresentação e/ou atuação das indústrias culturais;

4.4. favorecer a capacitação local e oferecer oportunidades educacionais para a continuidade da participação e do crescimento das indústrias culturais; e

4.5. incentivar o investimento público e privado em infraestruturas físicas e institucionais para sustentar as indústrias criativas locais.

5. Estimular a contribuição do turismo cultural para o desenvolvimento urbano ao:

5.1. incentivar as tradições culturais locais, os museus e as indústrias criativas contemporâneas a participar dos programas de desenvolvimento e/ou regeneração urbana;

5.2. incentivar a regeneração de zonas industriais degradadas ou abandonadas das cidades históricas para inclusão como patrimônio cultural;

5.3. incentivar o desenvolvimento urbano empreendido em colaboração com as comunidades locais e proporcionar oportunidades igualitárias de desenvolvimento socioeconômico;

5.4. fomentar a integração social e cultural do desenvolvimento urbano com outras áreas urbanas, melhorando a interação entre as comunidades residenciais novas e as que já existem; e

5.5. fomentar os programas culturais e as iniciativas das indústrias criativas que visam à regeneração dos espaços urbanos, incluindo a participação dos turistas e das populações locais.

Manifestam o seu sincero apreço e gratidão a Sua Majestade Preah Bat Samdech Preah Baromneath Norodom Sihamoni, Rei do Camboja, que muito gentilmente nos proporcionou uma oportunidade inesquecível de conhecer o rico patrimônio cultural cambojano, como também ao Governo Real do Camboja e ao Governo Provincial de Siem Reap pela calorosa acolhida, pela excelente organização da conferência e pela contribuição fundamental para o avanço das articulações entre turismo e cultura, promovendo um futuro mais sustentável para todos.

Siem Reap, Camboja,
5 de fevereiro de 2015.

II Conferência Mundial da OMT/ Unesco sobre Turismo e Cultura: fomentando o desenvolvimento sustentável

Um evento oficial do Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento – 2017

Mascate, Sultanato de Omã,
11 e 12 de dezembro de 2017.

Declaração de Mascate sobre Turismo e Cultura: fomentando o desenvolvimento sustentável

Nós, representantes das gestões de Turismo e Cultura e chefes de delegação dos Estados Membros da Organização Mundial do Turismo (OMT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), representantes da OMT, da Unesco, de organizações internacionais e regionais, de universidades, do setor privado, de comunidades locais e de organizações não governamentais, reunidos por ocasião da Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura da OMT/Unesco: fomentando o desenvolvimento sustentável, um evento oficial do Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento – 2017, realizado em Mascate, Sultanato de Omã, em 11 e 12 de dezembro de 2017, sob o alto patronato de Sua Alteza Real Sayyid Fahd bin Mahmoud al Said, Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Ministros de Omã, com a presença do secretário-geral da OMT e do diretor-geral adjunto para a Cultura da Unesco.

Museu das Missões, São Miguel das Missões (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano. Acervo: Iphan.

Recordando que:

A Declaração da Siem Reap sobre Turismo e Cultura: construindo um novo modelo de parceria (2015) estabelece uma série de prioridades e oportunidades de ação no amplo campo do turismo cultural, com destaque para seu impacto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

A Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), de 25 de setembro de 2015: Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Resolução A/RES/70/193 da ONU institui 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, uma oportunidade única para promover a contribuição do turismo e da cultura como atividades humanas do século XXI para o desenho de um futuro melhor para as pessoas e o planeta.

O Código de Ética Mundial para o Turismo da OMT, adotado pela Assembleia Geral da OMT em 1999 e aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2001, reafirma que "o turismo [é] fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade".

A Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, realizada em Quito, Equador, em outubro de 2016, adotou a Nova Agenda Urbana, uma nova estrutura que estabelece como as cidades devem ser planejadas e gerenciadas para promover a urbanização sustentável.

A Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Conferência Geral da Unesco em 20 de outubro de 2005, protege e promove a diversidade das expressões culturais.

A Convenção da Unesco para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Convenção do Patrimônio Mundial), adotada pela Conferência Geral da Unesco em 16 de novembro de 1972, versa sobre a proteção, conservação e apresentação do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional para toda a humanidade.

Reafirmamos o nosso compromisso de:

1. Reforçar as sinergias entre o turismo e a cultura e promover a contribuição do turismo cultural para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 ODS ao:

1.1. conceber uma visão precisa e quadros definidos nos planos local, nacional, regional e internacional para dinamizar a articulação e a cooperação entre os intervenientes do setor público e privado, bem como das comunidades locais, nos domínios do turismo e da cultura;

1.2. gerar mais informação sobre o turismo cultural, incluindo o recurso a fontes de dados existentes e a grandes volumes de dados para medir e mapear as sinergias entre o turismo e a cultura;

1.3 desenvolver políticas de turismo cultural que promovam a contribuição da cultura e do turismo para o

desenvolvimento sustentável e que estejam alinhadas com a Agenda 2030 da ONU;

1.4 estimular a participação do setor privado e das comunidades locais no turismo e no desenvolvimento do turismo cultural, assim como na preservação do patrimônio cultural; e

1.5 fomentar uma atmosfera de respeito entre os turistas e as comunidades locais, considerando suas identidades, modos de vida e crenças quando visitam locais e destinos para fins de turismo cultural sustentável.

2. Reforçar o papel do turismo e da cultura na construção da paz e na proteção do patrimônio, especialmente nas zonas afetadas por conflitos, mediante as seguintes ações:

2.1. tornar o turismo cultural sustentável mais "sensível à paz", para assim reforçar a cidadania global e incentivar visitas a locais relacionados com a paz, viagens transfronteiriças, visitas de intercâmbio e turismo religioso;

2.2. promover as experiências culturais, o intercâmbio cultural e o diálogo com modelos de turismo inovadores que permitam a interação entre o anfitrião e o hóspede, valorizem a diversidade cultural e o patrimônio, engajem e fortaleçam as comunidades locais;

2.3. sensibilizar os intervenientes internacionais, nacionais e locais sobre o impacto do turismo cultural sustentável nas sociedades pacíficas e aprofundar a investigação sobre o papel do turismo na consolidação da paz, na reconciliação e na segurança;

2.4. integrar o turismo cultural sustentável aos sistemas de segurança como resposta global às questões desta área e incluir a proteção do patrimônio nas estruturas de defesa nacionais, regionais e internacionais; e

2.5 salientar a importância de proteger os sítios do patrimônio histórico que apresentam valores culturais e religiosos comuns, como os de Jerusalém, conservando e ampliando sua diversidade social em benefício de todos os seus povos, da população da região em geral e do mundo.

3. Promover a gestão responsável e sustentável do patrimônio cultural através do turismo ao:

3.1. proteger o patrimônio cultural e salvaguardar o imaterial, que são essenciais para a manutenção da atratividade dos destinos turísticos;

3.2. promover uma gestão responsável e sustentável do turismo nos sítios Patrimônio Mundial;

3.3. assegurar a participação das comunidades locais na gestão do turismo nos sítios patrimoniais de forma sustentável, responsável e inclusiva e satisfazer as aspirações dessas comunidades no que diz respeito à salvaguarda e transmissão do seu bem e seus valores culturais tangíveis e intangíveis;

3.4 promover a gestão sustentável do turismo de sítios culturais de acordo

com critérios de administração eficaz dos visitantes e qualidade de sua experiência, e eficiência na utilização dos recursos; e

3.5 assegurar o financiamento apropriado para preservar os sítios do patrimônio cultural e para salvaguardar o patrimônio cultural imaterial através de investimentos e modelos de autofinanciamento.

4. Incentivar uma abordagem criativa e inovadora para o desenvolvimento urbano sustentável através do turismo cultural, ao:

4.1. empregar novas tecnologias e inovação para desenvolver experiências interessantes de sensibilização sobre o patrimônio material e imaterial;

4.2. incentivar a inovação na interpretação, nos produtos e nos serviços de turismo cultural, elaborando experiências turísticas voltadas para o turismo do patrimônio cultural urbano;

4.3. promover experiências de turismo cultural que contemplem a diversidade cultural;

4.4 fomentar oportunidades de negócio criativas para o turismo cultural e aumentar os benefícios socioeconômicos das cidades criativas e do desenvolvimento urbano sustentável, especialmente no que diz respeito à criação de emprego e ao empreendedorismo; e

4.5 alinhar as políticas de turismo urbano e de turismo cultural nas cidades com a Nova Agenda Urbana.

5. Explorar as sinergias entre a cultura e a natureza no turismo sustentável, procurando:

5.1. integrar as políticas e a gestão do patrimônio natural e cultural ao desenvolvimento turístico sustentável;

5.2. criar novos métodos que valorizem o caráter integrado dos valores naturais, culturais e sociais da paisagem terrestre e marítima através do turismo sustentável;

5.3. desenvolver e promover programas de turismo cultural que apoiem o desenvolvimento sustentável do turismo cultural nas zonas rurais, sobretudo através do apoio às pequenas e médias empresas locais; e

5.4 promover itinerários e rotas interpretativas temáticas nacionais e transfronteiriças que otimizem o engajamento e os benefícios para as comunidades de destino, e incentivem a compreensão cultural e as relações entre cultura e turismo de natureza.

Manifestamos o nosso sincero apreço e gratidão a Sua Majestade, o Sultão Qaboos bin Said, Sultão de Omã, bem como ao Governo de Omã pela sua cordial acolhida e pela contribuição fundamental para o avanço das relações entre turismo e cultura, com o intuito de proporcionar um futuro mais sustentável para todos.

Mascate, Sultanato de Omã,
12 de dezembro de 2017.

III Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura da OMT/Unesco: em prol do bem comum

Istambul, Turquia,
de 3 a 5 de dezembro de 2018.

Declaração de Istambul sobre Turismo e Cultura: em prol do bem comum

Nós, representantes das entidades de turismo e cultura dos Estados Membros da Organização Mundial do Turismo (OMT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), representantes de organizações internacionais e regionais, do setor privado, da academia, de comunidades locais e da sociedade civil, nos reunimos por ocasião da III Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura da OMT/Unesco: em prol do bem comum, em Istambul, de 3 a 5 de dezembro de 2018, sob o patrocínio de Sua Excelência, Senhor Mehmet Nuri Ersoy, Ministro da Cultura e Turismo da República da Turquia, com a presença dos mais altos escalões da OMT e da Unesco.

Recordamos os seguintes pontos:

A Declaração de Mascate sobre Turismo e Cultura: fomentando o desenvolvimento sustentável (2017) e a Declaração de Siem Reap sobre Turismo e Cultura: construindo um novo modelo de parceria (2015) convidam a reforçar a contribuição do turismo e da cultura para as estratégias nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a estabelecer prioridades para facilitar esse processo.

A Resolução 70/193 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), de 22 de dezembro de 2015, que institui 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, visa sensibilizar os tomadores de decisão e o público em geral sobre a contribuição do turismo sustentável para o desenvolvimento.

A Resolução 70/1 da Assembleia Geral da ONU, de 25 de setembro de 2015, Transformando o nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Código de Ética Mundial para o Turismo da OMT, adotado pela Assembleia Geral da OMT em 1999 e aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2001, reitera a importância crescente do patrimônio cultural para o turismo, ao mesmo tempo que contribui para a sua valorização.

A Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada pela Conferência Geral da Unesco em 2005, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em 2003, e a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, adotada em 1972, são voltadas à proteção, à conservação e à apresentação do patrimônio cultural e natural com valor universal excepcional para toda a humanidade.

Reafirmamos os seguintes compromissos:

1. Fortalecer as sinergias entre o turismo, a cultura e os intervenientes das comunidades locais, continuando a

contribuir com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com os 17 ODS, ao:

1.1. incentivar uma articulação mais estreita na criação de políticas e estratégias baseadas em dados concretos e na medição dos impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo cultural;

1.2. criar estruturas de governança que associem turismo e cultura e proporcionem uma vasta gama de benefícios a destinos, empresas, visitantes e populações locais, mantendo sempre um equilíbrio saudável entre o desenvolvimento turístico e a conservação e salvaguarda do patrimônio;

1.3. defender as perspectivas e os interesses das comunidades locais nas políticas e estratégias de turismo cultural;

1.4. assegurar que as parcerias público-privadas e as práticas de investimento abordem sistematicamente os desafios do desenvolvimento sustentável e promovam oportunidades de trabalho digno nos destinos turísticos e no setor cultural.

2. Configurar o turismo cultural para cidades sustentáveis e criativas:

2.1. reconhecendo que a contribuição do turismo não se limita a gerar oportunidades econômicas, particularmente nos setores culturais e criativos e nos contextos urbanos, mas constitui um elemento essencial de todas as dimensões do desenvolvimento. Ademais, o turismo centrado nas pessoas e orientado para a cultura pode ser um catalisador do desenvolvimento sustentável, sobretudo nas cidades, onde as atividades e instituições culturais devem ser sustentáveis e vibrantes;

2.2. sensibilizando para a importância das cidades, que sempre abrigam uma vasta gama de destinos e recursos turísticos, como pioneiras na promoção do turismo cultural sustentável;

2.3. fortalecendo o papel de cidades em todo o mundo como observatórios locais de dados e análises e como laboratórios de práticas inovadoras para criação de modelos de desenvolvimento sustentável no turismo, o que contribui diretamente para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

2.4. usufruindo plenamente do potencial que as organizações intergovernamentais e panregionais, assim como as redes internacionais, oferecem, estimulando o intercâmbio e a colaboração mundial entre cidades e autoridades locais em prol da construção de um ecossistema sustentável no setor do turismo, juntamente com outros intervenientes e atores.

3. Ampliar o protagonismo do turismo responsável como aliado na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial:

3.1. sensibilizando os cidadãos locais, nacionais e internacionais e assegurando a apreciação recíproca da importância do patrimônio cultural imaterial;

3.2. fortalecendo o poder de decisão das comunidades locais, incluindo os

detentores e guardiões do patrimônio cultural imaterial, bem como dos povos indígenas, mulheres e jovens, no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo e às melhores opções para o aumento da qualidade de vida;

3.3. criando plataformas de colaboração entre comunidades, autoridades turísticas e outros intervenientes para assegurar a valorização do patrimônio cultural imaterial, promovendo a diversidade cultural e a criatividade humana.

4. Impulsionar o turismo cultural para todos através da transformação digital ao:

4.1. incentivar estratégias baseadas na tecnologia e soluções personalizadas que favoreçam a investigação, a gestão dos congestionamentos e o acesso universal aos bens culturais, contemplando igualmente as pessoas com deficiência e os requisitos específicos de acesso;

4.2. utilizar as tecnologias da informação e da comunicação para salvaguardar, arquivar, preservar, gerir e promover o patrimônio cultural, oferecendo vantagens competitivas aos destinos e promovendo a inclusão social;

4.3. melhorar a experiência dos visitantes nos sítios culturais através da inovação tecnológica, sem banalizar a representação e a interpretação do patrimônio cultural constituído;

4.4. acolher as oportunidades que a transformação digital traz aos setores do turismo e da cultura, promovendo soluções inteligentes para a capacitação.

Manifestamos a nossa mais sincera gratidão ao Excelentíssimo Senhor Mehmet Nuri Ersoy, Ministro da Cultura e do Turismo da República da Turquia, e a toda a equipe pela calorosa recepção em Istambul e pela excelente organização da conferência.

Istambul, República da Turquia,
4 de dezembro de 2018.



Caçador de onça. *Vitalino Pereira dos Santos, conhecido como Mestre Vitalino (1909-1963), 1960 (circa), Museu do Barro de Caruaru, Caruaru (PE).*





Lancero de la época de Rivera. *Óleo sobre tela, Juan Manuel Blanes, 36 x 24,5 cm, século XIX.*

Anita Garibaldi, entre 1842 e 1849.





Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras, São Francisco do Sul (SC).
Foto: Cristiano Mascaro.



Celia Martínez Yáñez

Carta Internacional de Turismo Cultural do Icomos de 1999: primeira aproximação para sua revisão e atualização

Icomos International Cultural Tourism Charter of 1999: a preliminary review and update
La Carta Internacional de Turismo Cultural de Icomos de 1999: primera aproximación a su revisión y actualización

Resumo

O objetivo deste artigo é suscitar uma primeira reflexão sobre a futura revisão da Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, adotada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) em 1999. Para isso, em primeiro lugar, apresentamos o papel da organização na doutrina e no debate mundial sobre a conservação no âmbito turístico e salientamos as principais diretrizes de suas duas Cartas de Turismo Cultural (1976 e 1999). Em seguida, delineamos os antecedentes e as causas que levaram à revisão/atualização do segundo desses textos, dando especial atenção ao crescimento exponencial de visitantes aos bens culturais e à urgência de redirecionar esse setor a um patamar sustentável. Por último, apontamos os principais pontos da revisão, com ênfase na implementação de indicadores relacionados às diferentes dimensões da capacidade de carga e na necessidade de alinhar o documento resultante com os instrumentos do Icomos e de outras entidades competentes.

Summary

This paper presents a preliminary discussion about the future review of the International Cultural Tourism Charter adopted by the International Council on Monuments and Sites (Icomos) in 1999. To this end, we first introduce the importance of Icomos for global policy and debate about conservation within the framework of tourism and point out the key guidelines of its two Charters on Cultural Tourism (1976 and 1999). We then trace the background and the reasons that led to the review/update of the latter, with special attention to the exponential growth of visitors to cultural heritage sites and to the urgent need for a sustainable redirection of this sector. Lastly, we address the most important elements of the review, focusing on the implementation of indexes for each dimension of tourism activity absorption limits and the importance of aligning the resulting document with other applicable documents from Icomos and other relevant authorities.

Atenas (Grécia), 2019.
Foto: Adriana Salay.

Resumen

El propósito de este artículo es plantear una primera reflexión sobre la futura revisión de la Carta Internacional sobre el Turismo Cultural, adoptada por el Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (Icomos) en 1999. Con este fin, presentamos en primer lugar el papel de la organización en la doctrina y en el debate mundial sobre la conservación en el ámbito del turismo y destacamos las principales directrices de sus dos Cartas de Turismo Cultural (1976 y 1999).

A continuación delineamos los antecedentes y las causas que llevaron a la revisión/actualización del segundo de estos textos, prestando especial atención al crecimiento exponencial de los visitantes a los bienes culturales y la urgencia de redirigir este sector a un nivel sostenible. Por último, señalamos los puntos principales de la revisión, con énfasis en la implementación de indicadores relacionados con las diferentes dimensiones de la capacidad de carga y en la necesidad de alinear el documento resultante con los instrumentos de Icomos y de otras entidades competentes.



Icomos e proteção do patrimônio no âmbito do turismo

Os regulamentos internacionais relativos ao turismo são muito amplos e incluem recomendações e cartas promulgadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT); por organizações internacionais para a proteção do patrimônio, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos); e por outras instituições, como o Conselho da Europa, a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) etc. Essa regulamentação começou a ser desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980 – quando foram promulgados documentos fundamentais, por exemplo, a Carta de Turismo Cultural do Icomos (1976) e a Carta de Turismo e Código do Turista da OMT (1985) – e desenvolveu-se mais intensamente a partir dos anos 1990, quando o setor tornou-se uma das maiores indústrias mundiais e surgiram novos problemas, como sustentabilidade, capacidade de carga e questões éticas.

Fazendo parte desse marco institucional e estando consciente do profundo impacto do turismo em todos os bens patrimoniais e nas comunidades anfitriãs, o Icomos esteve envolvido na matéria praticamente desde que foi criado, na década de 1960, principalmente por meio de quatro mecanismos. São eles: avaliação dos bens culturais candidatos à inscrição na lista do Patrimônio Mundial e monitoramento de seu estado de conservação, o que muitas vezes implica lidar diretamente com as transformações produzidas pelo segmento; inúmeras publicações, simpósios científicos e debates realizados para abordar a problemática; estabelecimento do Comitê Científico Internacional de Turismo Cultural (ICTC); e redação de duas cartas internacionais sobre a matéria. Este artigo se concentrará exclusivamente nos três últimos.

Criado na década de 1980 e hoje formado por 170 membros de 53 países, o ICTC tem como objeto de estudo a complexa relação entre turismo e conservação do legado patrimonial. O comitê não é apenas a voz especializada do Icomos nesse campo, mas, por meio de suas atividades – conferências, seminários, consultorias para diferentes administrações e presença no debate internacional –, também proporciona um fórum de diálogo entre especialistas na tutela de bens culturais, profissionais do turismo, estudiosos e acadêmicos, além de constituir uma plataforma de pesquisa multidisciplinar para os atores envolvidos. O intuito dessa atuação é definir e divulgar critérios e estratégias para a gestão turística sustentável em todos os tipos de patrimônio cultural. O conselho, além disso, escreveu as Cartas de Turismo Cultural de 1976 e 1999, consideradas dois marcos cruciais da doutrina internacional sobre o assunto.

A Carta de Turismo Cultural de 1976, assinada pelo Icomos durante o Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, realizado em Bruxelas, na Bélgica, foi pioneira em sublinhar a dimensão econômica e educativa dos bens culturais no âmbito turístico, estabelecendo a conscientização sobre os valores patrimoniais como ferramenta educativa fundamental para

Praia da Barceloneta, Barcelona (Espanha), 2018.
Foto: Paola de Grenet.



cidadãos (especialmente crianças), visitantes e gestores dos monumentos. Nesse momento, já foi colocada a preocupação quanto ao aumento e aos efeitos do setor em locais patrimoniais:

> O turismo é um fato social, humano, econômico e cultural irreversível. Sua influência no campo dos sítios e monumentos é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento de tal atividade (Icomos, 1976, p. 1).

Considerando que o documento foi escrito na década de 1970, quando o turismo cultural era um nicho ainda complementar a outras formas predominantes (especialmente as de sol e praia), é justo estimar que se adiantou ao seu tempo, antecipando as consequências do desenvolvimento do segmento. Essa natureza antecipatória também se vê ressaltada pelo fato de que uma das realizações mais importantes da carta foi alertar sobre os múltiplos aspectos éticos, sociais e econômicos da atividade, sendo a sua posição absolutamente fundamental e vigente na problemática turística atual: "O respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural, é o que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, por muito justificada que esta se paute desde o ponto de vista social, político ou econômico" (Icomos, 1976, p. 2).

Com base no desenvolvimento dessas noções, a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural de 1999 foi aprovada na XII Assembleia Geral do Icomos no México. Estruturada em torno de seis princípios, foi e continua sendo, até hoje, um documento essencial para destacar o potencial do setor como forma de colaboração e intercâmbio intercultural. Pode-se exigir, nesse sentido, que a promoção turística colabore para



a proteção do legado, de modo que a experiência dos visitantes torne-se um importante instrumento de conscientização. Da mesma forma, a dimensão dinâmica da relação entre turismo e patrimônio é enfatizada, estabelecendo conceitos-chave como limites aceitáveis de mudanças, sobre os quais comentaremos nas seções a seguir. Além disso, o documento e seu considerável impacto em todas as doutrinas e estudos internacionais sobre o tema foram cruciais para proporcionar uma visão holística das várias dimensões nas quais reside a sustentabilidade:

> Os [...] planos [de desenvolvimento] devem estabelecer os limites aceitáveis das modificações suscetíveis de serem introduzidas nestes conjuntos, tendo em conta o impacto da utilização turística sobre as características físicas, a integridade, a ecologia e a biodiversidade dos espaços, os acessos, os sistemas de transporte, e o bem-estar social, econômico e cultural das comunidades de acolhimento (Icomos, 1999, p. 4).

Outra de suas grandes contribuições foi, sem dúvida, reivindicar uma abordagem turística orientada pela participação necessária das comunidades locais, o que nunca havia sido abordado com tanta profundidade até então e tampouco foi totalmente alcançado ou implementado nos dias atuais, como se vê no trecho a seguir:

> Os direitos e os interesses legítimos das comunidades de acolhimento, quer ao nível regional, quer local, os proprietários e as populações locais [...] devem ser respeitados. Essas comunidades devem participar na elaboração e na execução de projetos de valorização do patrimônio cultural, definindo os objetivos, as estratégias, as políticas e os procedimentos que permitam identificar, conservar, gerir, apresentar e interpretar, num contexto turístico (Icomos, 1999, p. 5).

Angkor, Siem Reap (Camboja), 2018.
Foto: Vitor Hugo Mori. Acervo: Iphan.

Motivos da revisão da Carta de 1999

Apesar da vigência de princípios e conceitos tão importantes quanto os divulgados nessas duas cartas, a relação entre a proteção do patrimônio e o impacto do turismo no bem-estar dos povos e no desenvolvimento sustentável é hoje muito contraditória. Embora, quando administrado adequadamente, o setor colabore para a conservação dos monumentos e a economia dos locais de acolhimento, a escalada do segmento cultural banalizou e modificou as pautas de sua fruição, tornada consumo, não só empobrecendo a qualidade de vida e a identificação com o legado de muitas comunidades anfitriãs, mas também consagrando sua função econômica em detrimento de sua capacidade para responder às necessidades imateriais de beleza, harmonia e cultura, que só podem ser satisfeitas quando os bens culturais e naturais são visitados em condições apropriadas.

É evidente, portanto, que o turismo tem efeitos tanto positivos quanto negativos sobre o patrimônio e as comunidades de acolhimento, cuja análise é essencial para repensar essa relação. Entre os positivos, vale ressaltar: a contribuição do segmento para uma maior valorização do legado pela sociedade, que vê nele não só uma herança do passado, mas também uma fonte de cultura, educação e riqueza; a capacidade de promover a conservação e restauração dos bens (embora, infelizmente, nem sempre com critérios corretos); a influência multiplicadora no setor de serviços e emprego; o potencial de atrair capital de investimento externo, encorajar o diálogo e a tolerância intercultural e a cultura da paz, bem como promover a melhoria das infraestruturas públicas que também beneficie as comunidades de acolhimento etc. Entre seus efeitos adversos, cabe destacar: a deterioração física devido ao uso descontrolado e massivo dos bens culturais; as restaurações, reconstruções e intervenções de todos os tipos, muito inadequadas, às quais os locais são frequentemente submetidos para adaptar-se a determinadas expectativas turísticas, por vezes medíocres, às custas de sua autenticidade e integridade; a crescente banalização, reificação, comercialização e homogeneização cultural e patrimonial como resultado da exploração econômica; a superação da capacidade de carga e degradação do entorno dos bens culturais; a gentrificação, elitização, museificação e perda da diversidade econômica nos centros e cidades históricas, resultado do foco turístico dos destinos, entre outros.

Esses efeitos adversos são consequência de quatro fatores claramente relacionados entre si. O primeiro é a falta de coordenação e comunicação entre as políticas públicas (planejamento urbano, proteção do patrimônio, turismo etc.), os agentes públicos e privados e a própria sociedade local, que intervêm no desenvolvimento da atividade. O segundo é a abordagem imediatista que norteia a maior parte da indústria e dos investidores, explorando excessivamente determinados bens, cidades históricas, paisagens culturais e destinos naturais, sem considerar a degradação produzida ou a necessidade de respeitar princípios básicos essenciais, como a capacidade de carga. O terceiro é a pressão

que o setor exerce sobre a economia e os responsáveis pela gestão de políticas públicas associadas à área, uma vez que os benefícios financeiros gerados, especialmente os induzidos, são tão grandes que é muito difícil renunciar a eles em prol de uma sustentabilidade que ainda não recebeu conteúdo normativo suficiente no caso do patrimônio. O quarto fator que mais afeta a degradação, a banalização e a exploração dos bens, como resultado de todos os itens elencados, é o aumento excessivo de visitantes a locais patrimoniais que ocorreu nas últimas décadas.

Embora esse crescimento seja, sem dúvida, sintomático do progressivo interesse social nessas localidades e do nível cultural e educativo alcançado em muitos países, também indica que o patrimônio tornou-se um componente fundamental do lazer, um lugar-comum ou nada mais que um item de uma lista de coisas a fazer em viagem. Em conjunto com a redução substancial do valor dos transportes (com o consequente efeito sobre a mudança climática), isso fundamentalmente explica a visita massiva aos bens mais conhecidos e relevantes. A transformação do legado cultural em recurso, ou mais um objeto de consumo, indica que, com frequência, o adjetivo "cultural" aplica-se a comportamentos turísticos relacionados apenas secundariamente ao conhecimento dos valores patrimoniais, mas que mesmo assim geram um impacto, positivo ou negativo, que deve ser previsto e analisado. Em vez de falar sobre o aumento espetacular sofrido pelo segmento, deveríamos nos referir ao turismo cultural de massa, que, de fato, experimentou um desenvolvimento sem precedentes nas últimas décadas. Os números fornecidos pela OMT (2017b) são mais que expressivos: se em 1950 os viajantes eram cerca de 25 milhões, e a grande maioria das pessoas não se afastava mais de 100 quilômetros de casa em toda a sua vida, em 2019 já foi ultrapassado com folga o trilhão de deslocamentos internacionais, que podem chegar a 1,8 trilhão em 2030 de acordo com as previsões da organização.

Esses números são ainda mais chocantes quando enquadrados no contexto do patrimônio, já que grande parte dos turistas internacionais, independentemente de sua motivação, visita bens culturais que muitas vezes não estão preparados para esse crescimento excessivo. Os templos de Angkor, no Camboja, são um bom exemplo. O local foi inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Unesco em 1992 e até 2006 recebia cerca de 7,7 mil visitantes anuais. No entanto, em 2006, a Autoridade Nacional de Apsara, responsável pela sua tutela, cedeu a venda de ingressos para uma companhia petrolífera nacional, a Sokimex, que comercializou quase 900 mil entradas a partir do ano seguinte, continuando essa escalada insustentável em 2010, 2011 e, especialmente, 2012, quando, em apenas um ano, o número foi acrescido de um milhão de pessoas, atingindo um total de dois milhões de turistas. Não só os dados são surpreendentes, mas também o fato de que, a despeito desse aumento, as autoridades competentes aprovaram apenas em 2013 o Plano de Gestão Turística de Angkor, talvez em resposta aos vários relatórios sobre o estado de conservação elaborados pela Unesco e seus órgãos consultivos, que indicavam também outros problemas no monumento



registrado (Winter, 2008; Smith, 2007; Channyda e Turton, 2015). Somente em 2016, o governo retirou a venda de ingressos da controvertida empresa.

Esse e outros exemplos de locais patrimoniais massificados e degradados devido à escalada do turismo (Veneza, Amsterdã, Dubrovnik, Barcelona etc.) demonstram que, se, nas décadas de 1980 e 1990, o aumento do número de turistas e a consideração otimista da cultura e do patrimônio prometiam grandes oportunidades de desenvolvimento e benefícios claros, hoje é evidente que precisamos de uma mudança urgente de paradigma que analise não só a quantidade, mas também a qualidade do turismo patrimonial e seus mecanismos de marketing e distribuição. Apesar dos esforços para diversificar o mercado, o crescimento do setor é excessivo nos locais com monumentos mundialmente famosos e muito mais modesto fora dos circuitos habituais.

Embora, como já assinalamos, a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural de 1999 continue a ser um documento relevante para abordar esses problemas, o crescimento exponencial e sem precedentes do segmento nos últimos 20 anos (669 milhões de visitantes em 2000, comparado a 1,4 trilhão previsto para 2020 – OMT, 2017b) requer uma análise cuidadosa, novas ferramentas e estratégias para evitar os impactos negativos, reforçar os aspectos positivos e tentar responder aos desafios sem elitizar o patrimônio. Portanto, após vários debates e reuniões científicas sobre o assunto, o ICTC decidiu revisar a Carta de 1999 para adaptá-la às atuais circunstâncias e problemáticas turísticas durante um simpósio realizado em Florença em 2017. O principal resultado do encontro foi a elaboração da Declaração de Florença sobre Conservação do Patrimônio Cultural e Turismo Sustentável para o Desenvolvimento (Icomos, 2017c), que convida o conselho e outras organizações internacionais a formular um contexto e uma agenda para abordar as questões urgentes e fornecer orientações sobre o assunto.

A Declaração de Florença, adotada alguns meses depois na XIX Assembleia Geral do Icomos, realizada em Délhi (Resolução 19GA 2017/20 – Icomos, 2017c), marcou, portanto, o início da revisão da Carta de 1999, estabelecendo o contexto doutrinário de sua futura atualização e iniciando o acompanhamento do processo pelo Conselho Científico e Conselho Consultivo, nas seguintes assembleias gerais da organização: Buenos Aires (2018), Marraquexe (2019) e, em breve, Sydney (2020).

Objetivos da revisão da Carta de 1999

A necessidade de atualizar a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural de 1999 não é apenas consequência do aumento vertiginoso do setor, da exploração excessiva sofrida por alguns bens e do imperativo de melhorar a gestão dos visitantes em locais patrimoniais para não comprometer sua conservação e distribuir melhor seus benefícios entre as comunidades anfitriãs. A tudo isso acrescenta-se que, desde a publicação do documento, os conceitos de patrimônio e sustentabilidade foram ampliados, assim como as demandas cidadãs a

Ta Prohm, um dos templos de Angkor, Siem Reap (Camboja), 2018.
Foto: Vitor Hugo Mori.
Acervo: Iphan.

esse respeito. Portanto, para a revisão da carta, o grupo de trabalho do ICTC estabeleceu alguns objetivos.

O primeiro, em conformidade com o exposto, é incluir, entre os seus princípios, as atuais tendências de identificação, proteção, divulgação e desenvolvimento sustentável e participativo do patrimônio. Isso significa promover a igualdade de gênero, com participação e benefícios iguais no âmbito turístico; fortalecer o apoio a grupos indígenas e todos os tipos de comunidades anfitriãs que participam do turismo patrimonial ou são por ele afetadas; levar em conta a mudança climática; avaliar as diferentes dimensões da capacidade de carga e sua necessária aplicação na gestão de visitantes; profissionalizar a divulgação e interpretação do patrimônio; conscientizar o setor em relação às prioridades de conservação.

O segundo é aumentar o senso de responsabilidade quanto aos diferentes graus de impacto (positivos e negativos) do turismo sobre os variados tipos de bens e destinos patrimoniais para os diversos tipos de atores envolvidos e, especialmente, para essa indústria, conseguindo uma melhor compreensão da problemática turística para a conservação, dentro e fora do Icomos.

O terceiro objetivo é estimular a participação dos comitês científicos nacionais e internacionais da entidade, uma vez que todas as áreas temáticas são afetadas de alguma forma pelo setor turístico. Além disso, seus membros devem ser apoiados e empoderados nos conflitos advindos dessa atividade, implicando o conjunto da organização no documento resultante.

Por último, o quarto objetivo – um dos mais importantes – é que a carta esteja alinhada com os demais regulamentos internacionais em matéria de turismo e patrimônio, o que implica sua coordenação não só com os próprios documentos emitidos pelo Icomos, mas também com os de outras organizações.

Entre as principais referências a considerar, destacam-se os documentos doutrinários do próprio Icomos, em particular: Carta de Veneza (1964), Carta de Burra (2013 [1981], bem como as revisões de 1988 e 1999); o Documento de Nara sobre Autenticidade, elaborado pela Unesco, Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) e Icomos (1994); a Carta sobre a Interpretação e Apresentação de Sítios de Patrimônio Cultural (2008); a Declaração de Paris sobre o Patrimônio como um Motor de Desenvolvimento (2011b); o Projeto Conectando Práticas, que o Icomos e a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) desenvolvem em conjunto desde 2013; a Declaração de Délhi sobre Patrimônio e Democracia (2017a); a iniciativa Nossa dignidade comum: avançando em abordagens baseadas em direitos para a conservação do patrimônio [*Our Common Dignity: advancing rights-based approaches to heritage conservation*], cujos relatórios são apresentados anualmente nas assembleias gerais do Icomos (s.d.); bem como diversas diretrizes do conselho sobre temas relacionados, entre as quais se destaca o Guia para a Avaliação do Impacto Patrimonial para os Bens Culturais Mundiais (2011a).

Deve-se mencionar também, a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das



Nações Unidas (ONU, 2015), com os quais o Icomos e o ICTC estão comprometidos por meio de um Grupo de Trabalho Interdisciplinar e um Plano de Trabalho específico sobre o tema, visam projetar indicadores para os ODS relacionados com a proteção do patrimônio cultural e turismo (Icomos, 2017b). São abordados, em particular, os ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), 12 (Consumo e produção responsáveis) e 14 (Vida na água), e seus objetivos específicos 8.9, 11.4, 12.b e 14.7. O primeiro e o segundo desses objetivos propõem-se a "até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais" bem como "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo" (ONU, 2015, s.p.). Por sua vez, o ODS 14.7 visa: "Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo" (ONU, 2015, s.p.).

Cusco (Peru), 2017.
Foto: Vincent Bonnet.



Embora, nesse programa, as referências ao legado cultural sejam bastante generalistas e instrumentais, os ODS e seus indicadores ainda têm um longo caminho a percorrer, a partir do qual talvez surja uma aproximação mais profunda da, sem dúvida, importante contribuição da proteção patrimonial para o desenvolvimento sustentável.

O Programa Patrimônio Mundial e Turismo Sustentável da Unesco, por sua vez, propõe "uma nova abordagem baseada no diálogo e cooperação das partes interessadas para integrar o planejamento do turismo e a gestão do patrimônio como destino, com o objetivo de proteger e valorizar os bens culturais e naturais para desenvolver um turismo adequado" (Unesco, s.d., s.p.). Esse importante programa ficará completo com a próxima Ferramenta para Avaliação da Gestão de Visitantes (VMAT, sigla em inglês para *Visitors' Management Assessment Tool*), com a qual a revisão da Carta de 1999 estará alinhada. Além disso, complementa outros instrumentos promulgados pela Unesco, como o Manual para a Gestão do Turismo em Sítios Patrimônio Mundial (Pedersen, 2002) e suas inúmeras declarações e recomendações sobre o tema, que de alguma forma substituem a referência mínima de aplicação à problemática turística feita pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Unesco, 1972), que a menciona, de fato, tangencialmente, apenas quando o formato dos dossiês de inscrição refere-se aos fatores que podem afetar os bens inscritos.

Também são importantes a doutrina e as recomendações emanadas da OMT, especialmente a Declaração de Chengdu sobre Turismo e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (OMT, 2017c); a Declaração de Siem Reap sobre Turismo e Cultura: construindo um novo modelo de parceria, da Unesco e OMT (2015); e, acima de tudo, a minuta da Convenção Marco sobre a Ética do Turismo (OMT, 2017a), que tornará o Código de Ética Mundial para o Turismo (OMT, 1999) um instrumento jurídico vinculante para os países signatários,

uma vez aprovado em 2019 na XXIII Sessão da Assembleia Geral da OMT em São Petersburgo (OMT, 2019).

Junto com a cooperação de todos os comitês científicos internacionais do Icomos e entre o conselho e organizações competentes, outro ponto importante para a revisão da Carta de 1999 é fornecer conteúdo e diretrizes para a sustentabilidade do turismo nos bens culturais. Embora essa questão tenha sido tratada extensivamente no âmbito do patrimônio natural ou do meio ambiente, a concretização de regulamentações internacionais em instrumentos legais e ferramentas específicas para assegurá-la continua sendo insuficiente no caso do legado cultural (incluindo a regulamentação mencionada, com exceção, logicamente, da promulgada pelo Icomos e pela Unesco, como algumas das cartas, declarações e convenções citadas).

Tendo em vista a indeterminação patrimonial de alguns dos mecanismos mencionados, a revisão da Carta de 1999 pretende tratar de aspectos concretos da relação entre turismo e conservação do patrimônio, conscientizando os atores envolvidos de que o turismo sustentável é um processo contínuo cujos impactos devem receber um acompanhamento constante. Assim, pode-se introduzir medidas preventivas ou, no pior dos casos, corretivas, que sejam essenciais, estabelecidas por instrumentos de gestão dos fluxos de visitantes. Essa gestão não pode ser determinada pela demanda potencial, mas pelo respeito rígido à capacidade de carga ou acolhimento dos diversos bens culturais, às prioridades de conservação impostas pelos responsáveis por sua proteção e gestão, à necessidade de manter a qualidade da experiência do visitante e à obrigação moral de garantir a participação das comunidades anfitriãs no desenvolvimento do turismo e na distribuição equitativa de seus benefícios.

Para nos aproximar de uma gestão de visitantes coerente com essas exigências, é preciso, sem dúvida, estabelecimento, respeito e monitoramento contínuo das diferentes dimensões da capacidade de carga por meio de indicadores de acompanhamento que não estavam totalmente desenvolvidos em 1999. Portanto, outro dos nossos principais objetivos é incluir, entre os princípios do futuro documento, a obrigação de implementar essas ferramentas de controle e gestão em todos os tipos de bens culturais, abrangendo, como já dissemos, as diversas acepções que a capacidade de carga ou acolhimento pode ter, como as que elencamos a seguir.

- Capacidade de carga física: mede o quanto o sistema pode oferecer serviços turísticos e o quanto os bens culturais podem receber visitantes com base em sua extensão, estado de conservação e fragilidade.
- Capacidade de carga ecológica: mede o quanto o meio natural pode responder ao uso turístico.
- Capacidade de carga social ou psicológica: mede tanto o nível de tolerância da população residente em relação aos visitantes quanto a qualidade da experiência do turista.
- Capacidade de carga econômica: é o limite além do qual a função turística perturba ou eclipsa outras atividades locais.
- Capacidade de gestão turística: reside em vários aspectos, como o grau de cooperação

Massificação de visitantes na Praça de São Marcos, Veneza (Itália).
Foto: Celia Martínez Yáñez.

entre as administrações públicas e privadas, a participação dos moradores em ações turísticas, a compreensão do mercado turístico e suas tendências, e a capacidade dos gestores de canalizar o turismo para os fins desejados.

Obviamente, levando em conta essa diversidade de acepções, a efetividade das abordagens baseadas na capacidade de carga e nos limites de mudança desejável resulta da combinação de vários fatores.

O primeiro deles é a necessidade de consenso entre todos os atores sobre a necessidade de implementar essas iniciativas. Embora os especialistas em patrimônio, as organizações e a doutrina internacional e até mesmo as comunidades locais estejam cientes do impacto do turismo de massa, não podemos dizer o mesmo do mercado, da indústria e dos investidores, dada sua habitual relutância em reduzir o número de visitantes em prol da conservação dos bens culturais. As recomendações internacionais e as políticas turísticas nacionais, regionais e locais deveriam, portanto, ser dirigidas a esses agentes, apelando para sua responsabilidade direta e limitando sua importante influência na gestão desses bens.

O segundo é a necessidade de certa flexibilidade e adaptação dos conceitos de capacidade de carga e limites aceitáveis de mudança, uma vez que são noções multidimensionais e variam de acordo com as percepções distintas de diferentes grupos de atores.

Em terceiro lugar, os indicadores de capacidade de carga e os limites aceitáveis de mudança devem ser projetados com base nas características específicas do bem cultural, da cidade ou paisagem em questão. Devem, ademais, ser continuamente comparados, monitorados e atualizados para continuarem relevantes na avaliação dos itens examinados.

E, finalmente, à sua implementação deve seguir-se o desenvolvimento de estratégias e ferramentas concretas para a gestão de turistas, por mais impopulares que algumas



possam ser. Entre elas, destacam-se: limites ao acesso gratuito, sistemas de reserva antecipada (essenciais para o planejamento, tanto dos responsáveis pelo patrimônio quanto dos próprios visitantes), cobrança de taxas, medidas relacionadas a planejamento urbano, regulação do trânsito, educação, formação e controle do mercado turístico etc.

Conclusões

Embora a Carta de Turismo Cultural de 1976 tenha alertado desde o início sobre os possíveis efeitos devastadores do turismo sobre o patrimônio, como já vimos, o segmento não se retraiu; pelo contrário, continua aumentando exponencialmente. Isso mostra que a maioria dos atuais sistemas de gestão do legado cultural e as políticas turísticas não são suficientes para lidar com as disfuncionalidades da atividade (congestionamento, gentrificação, banalização e degradação do bem). Elas devem-se à ausência de um diálogo frutífero entre a proteção do patrimônio e a indústria do turismo, à falta de profissionalização e conteúdos tutelares de iniciativas como interpretação e valorização do monumento. Outros empecilhos, da mesma forma, são o imediatismo e a relutância de alguns setores em implementar qualquer medida destinada a controlar a capacidade de carga/acolhimento e proteger os bens culturais de uma exploração excessiva e insensível à necessidade de conservá-los não só para as gerações futuras, mas também para que possam continuar a ser uma fonte de emoção, conhecimento e riqueza no momento presente.

Fundamentais, nesse sentido, serão a conscientização patrimonial de toda a sociedade – ferramenta tutelar básica estabelecida, pela primeira vez, na Carta de Atenas de 1931 e tão necessária na época quanto hoje – e a profissionalização da interpretação e divulgação do bem com fins turísticos – proposta que a atualização da Carta de 1999 defende. A pressão cidadã para redirecionar essa atividade para padrões sustentáveis e benéficos e a crescente turismofobia que já atinge muitas cidades e destinos patrimoniais podem ser um grande incentivo para estimular a responsabilidade social corporativa nesse sentido.

A persistência desses problemas e o repetido apelo – não apenas por parte do Icomos, mas de todas as organizações internacionais e especialistas na área – a fim de redirecionar o turismo patrimonial para limiares sustentáveis indicam que os efeitos adversos do setor sobre os bens culturais não vão diminuir, a menos que sejam tomadas medidas muito concretas para assegurar o diálogo e a coordenação entre conservação e desenvolvimento, tanto nos destinos emergentes quanto nos consolidados. A revisão da Carta de 1999 pretende justamente contribuir para essa reformulação. Isso implica, primeiro, mudar o sistema patrimonial e turístico. A administração cultural deveria ter competências mais importantes no turismo para mitigar sua pressão e seus efeitos negativos sobre o monumento, e, por sua vez, os turismólogos também precisam estar presentes na gestão e proteção dos bens para assegurar uma coordenação entre ambas as políticas, que já são essenciais e urgentes em nossos dias.

Em suma, de acordo com os critérios do Icomos e de organizações similares, o

Metropolitan Museum of Art, Nova York (Estados Unidos), 2019.
Foto: Shana Santos.

turismo sustentável é uma exigência que, por meio de um planejamento adequado, deve atender a todos os segmentos (não apenas um nicho turístico, como às vezes tem sido caracterizado), estando de acordo com, no mínimo, os seguintes princípios. O turismo sustentável deve otimizar o uso do patrimônio cultural e natural e incentivar a colaboração da indústria turística na conservação dos bens explorados; garantir o controle, pelas comunidades anfitriãs, dos fluxos de pessoas, serviços de acolhimento, benefícios gerados (diretos, indiretos e induzidos) e oportunidades de emprego associadas, sem negligenciar o envolvimento igualitário e intergeracional; estabelecer, respeitar e monitorar a capacidade de carga dos lugares; implementar atividades e estratégias que modifiquem os fluxos turísticos, mitiguem a sazonalidade, distribuam os visitantes de maneira racional no tempo e no espaço, sendo viáveis em longo prazo; e, por último, conscientizar os turistas sobre os valores do legado e seu impacto no financiamento e na conservação do bem.

Considerando tudo isso, a revisão/atualização da Carta Internacional sobre o Turismo Cultural de 1999 pretende contribuir com esses objetivos, com o debate e a tomada de decisões sobre o assunto, oferecendo à comunidade internacional um documento doutrinário atualizado e focado na problemática da conservação no âmbito do turismo. Assim, é possível enfrentar os muitos, complexos e multidimensionais aspectos da relação entre proteção patrimonial e gestão de visitantes, aumentando a credibilidade e a relevância do Icomos e do ICTC em um contexto que mudou dramaticamente neste século e no qual, muitas vezes, decisões sobre o desenvolvimento turístico são tomadas sem levar em conta seu impacto sobre o monumento e as comunidades afetadas.

Referências

CHANNYDA, Chhay; TURTON, Shaun. Govt' takes back Angkor ticketing back from powerful Sokimex. *The Phnom Penh Post*, 5 ago. 2015. Disponível em: https://www.phnompenhpost.com/post-weekend/govt-takes-angkor-ticketing-back-powerful-sokimex. Acesso em: 5 ago. 2019.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS. *Carta de Atenas*. 1931. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Museus. *Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y Sitios (Carta de Venecia 1964)*. 1964. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/venice_sp.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Museus. *Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties*. Paris: Icomos International Secretariat. 2011a. Disponível em: https://www.icomos.org/world_heritage/HIA_20110201.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Museus. *Our Common Dignity*: advancing rights-based approaches to heritage conservation. s.d. Disponível em: https://www.icomos.org/en/focus/our-common-dignity-initiative-rights-based-approach. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Museus. *The Burra Charter*. 2013 [1981]. Disponível em: https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Museus. *The Icomos Charter for the Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites*. 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/interpretation_e.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Museus. *The Nara Document on Authenticity*. 1994.

Disponível em: https://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Museus. *The Paris Declaration on Heritage as a Driver of Developmen*t. 2011b. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA2011_Declaration_de_Paris_EN_20120109.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta de Turismo Cultural*. 1976. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf. Acesso em: 2 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta Internacional sobre o Turismo Cultural*. Icomos: Cidade do México, 1999. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreturismocultural1999.pdf. Acesso em: 2 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Delhi Declaration on Heritage and Democracy*. 2017a. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA2017_Delhi-Declaration_20180117_EN.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Icomos Action Plan*: Cultural Heritage and Localizing the UN Sustainable Development Goals (SDGs). 2017b. Disponível em: https://www.icomos.org/en/focus/un-sustainable-development-goals/9329-icomos-action-for-the-sdgs-final-draft-now-online. Acesso em: 5 ago. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Resolution 19GA 2017/20*: The Florence Declaration on Cultural Heritage Conservation and Sustainable Tourism for Development. 2017c. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/General_Assemblies/19th_Delhi_2017/19th_GA_Outcomes/GA2017_Resolutions_EN_20180206finalcirc.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Carta del Turismo y Código Ético Mundial para el Turismo*. 1999. Disponível em: http://ethics.unwto.org/es/content/codigo-etico-mundial-para-el-turismo. Acesso em: 5 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Carta del turismo y código del turista*. Sófia: OMT, 1985. Disponível em: http://unrn.edu.ar/blogs/maydt/files/2012/09/OMT-CartaTuris-y-C%25C3%25B3digo-turista-1985.doc. Acesso em: 2 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Proyecto de Convención Marco sobre Ética del Turismo*. 2017a. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/draftframeworkconventionontourismethics-tableamendmentsesrevmf.pdf. Acesso em: 5 ago. 2017.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Tourism Highlights*: 2017 Edition. Madri: OMT, 2017b. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419043. Acesso em: 5 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *UNWTO Framework Convention on Tourism Ethics*. 2019. Disponível em: http://ethicsconventions.unwto.org/content/unwto-framework-convention-tourism-ethics-0. Acesso em: 5 ago. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Vigésima segunda Asamblea General de la OMT*. Chengdu: OMT, 2017c. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/a22_resolutions_sp.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*: 17 objetivos para transformar nosso mundo. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: 12 jun. 2019.

PEDERSEN, Arthur. *Managing tourism at World Heritage Sites*: a practical manual for world heritage sites managers. Paris: Unesco, 2002.

SMITH, Justine. Tourist invasion threatens to ruin glories of Angkor Wat. *The Observer World News*, 25 fev. 2007, p. 4.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris: Unesco, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em: 5 ago. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Programa Patrimônio Mundial e Turismo Sustentável*. s.d. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/tourism/. Acesso em: 5 ago. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; OMT – Organização Mundial do Turismo. *Siem Reap Declaration on Tourism and Culture*: Building a New Partnership Model. 2015. Disponível em: https://whc.unesco.org/document/139467. Acesso em: 5 ago. 2019.

WINTER, Tim. Post-conflict Heritage and Tourism in Cambodia: The Burden of Angkor. *International Journal of Heritage Studies*, v. 14, n. 6, p. 524-539, 2008.



Italo Calvino

As cidades invisíveis[1]

Kublai Khan percebera que as cidades de Marco Polo eram todas parecidas, como se a passagem de uma para a outra não envolvesse uma viagem mas uma mera troca de elementos. Agora, para cada cidade que Marco lhe descrevia, a mente do Grande Khan partia por conta própria, e, desmontando a cidade pedaço por pedaço, ele a reconstruía de outra maneira, substituindo ingredientes, deslocando-os, invertendo-os.

1. Excerto do romance homônimo, cuja edição brasileira foi publicada em 2003 pela Biblioteca Folha.





(des)construções #9.
Fotografia e colagem,
Letícia Lampert,
85 x 105 cm, 2008.

(des)construções #5.
Fotografia e colagem,
Letícia Lampert,
85 x 105 cm, 2008.

(des)construções #11.
Fotografia e colagem,
Letícia Lampert,
85 x 105 cm, 2008.



Luís Araújo

Revive: um programa que valoriza o patrimônio

The Revive Program: adding value to patrimony

Revive: un programa que valora el patrimonio

Resumo

Este artigo discorre sobre o Programa Revive, implementado em 2017 pelo governo português com o objetivo de promover a requalificação e o aproveitamento turístico de um conjunto de imóveis que – apesar de seu valor arquitetônico, patrimonial, histórico e cultural – não estavam sendo usufruídos e que, na sua maioria, se encontravam em avançado estado de degradação, de modo a exigir investimentos muito significativos. O Revive prevê a preservação e a valorização econômica sustentável do patrimônio cultural, bem como o desenvolvimento turístico como ativo estratégico, contribuindo para a permanência e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes. São identificadas como ativos diferenciadores a história, a cultura e a identidade próprias dos territórios. Valorizá-las é uma forma de impulsionar a economia.

Summary

This essay discusses the Revive Program, which the Portuguese government implemented in 2017 to encourage the renovation and use of a certain number of sites for tourism purposes. These underused estates, despite their architectural, heritage, historical and cultural merits, were mostly in an advanced state of decay that required very substantial investments. Revive provides for the conservation and sustainable economic recovery of cultural heritage and develops tourism as a strategic asset, thereby also supporting the continuity and improvement of the resident communities' livelihoods. The ingrained history, culture and identity of these territories are recognized as distinctive assets. Adding to their value also booststhe economy.

Pavilhões do Parque D. Carlos I, edificação de fins do século XIX, Caldas da Rainha (Portugal).
Acervo: Turismo de Portugal, I.P.

Resumen

Este artículo discurre sobre el Programa Revive, implementado en 2017 por el gobierno portugués con el objetivo de promover la recualificación y el aprovechamiento turístico de un conjunto de inmuebles que, a pesar de su valor arquitectónico, patrimonial, histórico y cultural, no se usufructuaban y que, en su mayoría, estaban en un avanzado estado de degradación, lo que requeriría inversiones muy significativas. El Programa Revive prevé la preservación y la valorización económica sostenible del patrimonio cultural, así como el desarrollo del turismo como un activo estratégico, que contribuya con la permanencia y la mejora de la calidad de vida de las comunidades residentes. Se identifican como activos diferenciadores la historia, la cultura y la identidad de los territorios. Valorarlos es una forma de impulsar la economía.



O[1] processo de degradação progressiva do patrimônio de um país, decorrente do passar do tempo, como na sobrecarga de usos, ou no desajustamento do desenho urbano e sua reorganização diante de novos modos de vida, foi encarado pelo governo português como uma oportunidade de intervenção integrada sobre o território. Assim, no âmbito da estratégia nacional para o setor do turismo, foi lançado, em 2016, o Programa Revive[2], com o objetivo de promover a requalificação e o aproveitamento turístico de um conjunto de imóveis do Estado com valor arquitetônico, patrimonial, histórico e cultural, convertendo-os em ativos econômicos, geradores de emprego e riqueza.

Além de propor a recuperação do edifício, que inclui também a intervenção no espaço público e a incorporação de componentes sociais, ambientais e de qualidade, o Revive encara essa tarefa como uma ferramenta para promover a revitalização do espaço e o respeito pela sua identidade. Acautela-se, assim, a regeneração criteriosa do patrimônio selecionado, de modo que este contribua de forma sustentada para a atratividade dos territórios onde se encontra.

O uso turístico, como alavanca para a economia das regiões, ajuda, através do programa, a colocar em marcha importantes processos de renovação arquitetônica e urbana, garantindo que determinados espaços sejam, de novo, habitados e vividos.

Todas as intervenções promovidas são cuidadosas e criteriosas, impedindo-se, dessa maneira, a descaraterização dos imóveis e dos locais onde se situam, pois as suas particularidades e histórias são fundamentais para a capacidade de atração das cidades e das regiões. Ainda assim, deve-se evitar a velha dicotomia entre conservação e modernização. Em vez disso, o patrimônio de interesse é encarado como uma oportunidade e um desafio, uma herança da qual todos devemos usufruir.

No que concerne especificamente à reabilitação individual ou conjunta de um patrimônio edificado, devem estar sempre presentes o conhecimento e o respeito pela arquitetura e pelas características morfológicas e tipológicas das edificações. Nesse sentido, deve-se privilegiar, sempre que possível, ações de reparação e preservação, em detrimento daquelas de substituição e alteração.

A reabilitação urbana deve basear-se em critérios de sustentabilidade, demonstrando claramente uma preocupação ambiental, econômica e social, que pode, ainda, ser concretizada com criatividade e inovação. A recuperação do patrimônio contribui para o desenvolvimento das chamadas cidades inovadoras, inteligentes, criativas e acessíveis, podendo ter um impacto muito significativo na sustentabilidade local e na criação de um ambiente favorável à captação de investimentos. Assim, há repercussões na dinâmica econômica da cidade e, em última análise, no bem-estar e na qualidade de vida da sua população.

O Programa Revive permite a regeneração de locais envelhecidos e despovoados (seja de propriedade privada ou pública) nos núcleos urbanos, majoritariamente nas zonas

Santuário do Cabo Espichel, Sesimbra, Lisboa (Portugal). *Acervo: Turismo de Portugal, I.P.*

1. O texto original foi escrito em português de Portugal, tendo sido posteriormente editado conforme a variedade brasileira pela equipe responsável pela revista.

2. Todos os dados apresentados sobre o Revive ao longo deste artigo estão disponíveis na página eletrônica do programa: https://revive.turismodeportugal.pt/.



Paço Real de Caxias, Oeiras, Lisboa (Portugal). Construído em meados do século XVII como residência de férias da família real.
Acervo: Turismo de Portugal, I.P.





mais antigas das cidades. Também contribui significativamente para a revitalização de espaços degradados que desvirtuam a paisagem em solo rural.

Essa proposta traz às regiões não só a dinamização dos imóveis, predominantemente devolutos e/ou degradados, mas também de áreas exteriores de fruição pública recuperadas ou transformadas em novos lugares, como estacionamentos. A renovação urbana é ainda uma oportunidade para a introdução de equipamentos e sistemas que contribuam para um melhor desempenho ambiental, como tecnologias que propiciem o aumento de eficiência energética ou técnicas construtivas que permitam maximizar o aproveitamento da luz natural. As cidades que apostam em estratégias de regeneração urbana, com soluções inovadoras de sustentabilidade ambiental, podem gerar um efeito muito positivo na melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano.

Outro objetivo do programa é, ainda, a transmissão às gerações futuras do patrimônio português, bem como de sua história e identidade, devolvendo às comunidades imóveis atualmente fechados e inacessíveis.

Foram identificados 33 imóveis, de norte a sul de Portugal, incluindo o Arquipélago dos Açores, cujo potencial de atratividade não era aproveitado pelas regiões onde estão localizados e cuja fruição tampouco era viabilizada pelas respectivas comunidades. Em alguns casos, os edifícios estavam em adiantado estado de degradação.

Mosteiro do Lorvão, Penacova, Coimbra (Portugal). Com elementos arquitetônicos medievais, remonta à primeira reconquista cristã de Coimbra, em 878 d.C.
Acervo: Turismo de Portugal, I.P.

Para a concretização do programa, foi constituída uma equipe que, sob a égide da Secretaria de Estado do Turismo e com coordenação do Turismo de Portugal, integra representantes dos Ministérios da Cultura, das Finanças e da Defesa, bem como dos concelhos[3] onde as construções se localizam.

A exploração dos imóveis é assegurada pelo setor privado, cujas entidades são selecionadas através de concursos públicos internacionais de concessão. No termo dos contratos, garante-se que as propriedades retornem à posse pública, não havendo, portanto, a alienação da propriedade.

Dos 33 imóveis integrados no Programa Revive, metade localiza-se no interior do país, e 17 já foram disponibilizados para concurso. Até o momento, foram assinados contratos com os vencedores de sete deles, em um investimento estimado em mais de 50 milhões de euros.

O primeiro imóvel a ser submetido a concurso foi o Convento de São Paulo, em Elvas (na região do Alentejo). De arquitetura setecentista, é a quarta e última casa da Ordem de São Paulo; sua construção teve início em 28 de outubro de 1679 e foi concluída em 31 de dezembro de 1721. A igreja manteve-se na posse da Irmandade da Ordem Terceira de São Domingos até 1886 e foi, no ano seguinte, entregue ao Regimento de Cavalaria de Elvas, que nela instalou um tribunal militar. Após a extinção das ordens religiosas, o convento entrou em um processo de degradação que culminou no incêndio que o arrasou definitivamente.

A execução da obra no Convento de São Paulo encontra-se já em fase adiantada, prevendo-se a sua abertura em finais de maio de 2019 como um hotel quatro estrelas, com 164 camas, do grupo Vila Galé. É o mesmo responsável pelo projeto da Coudelaria de Alter, em Alter do Chão, que prevê um hotel quatro estrelas com capacidade máxima de 152 camas.

Também os Pavilhões do Parque D. Carlos I, nas Caldas da Rainha, darão lugar a um hotel cinco estrelas, com capacidade máxima de 248 camas, em um projeto do grupo Visabeira. O local foi projetado no final do século XIX por Rodrigo Berquó para ser uma estância termal, mas nunca chegou a cumprir essa função. Durante mais de 100 anos, serviu para abrigar um quartel militar, uma esquadra da polícia e uma escola secundária. Atualmente, está desativado e já apresenta alguns vestígios da passagem do tempo. O complexo edificado, de arquitetura singular, enquadra o Hospital Termal das Caldas da Rainha, o lindíssimo



Casa de Marrocos, Idanha-a-Nova (Portugal). Acredita-se que o solar tenha sido construído na década de 1950 sobre um antigo fórum romano do século I a.C.
Acervo: Turismo de Portugal, I.P.

3. Unidade administrativa semelhante ao município no Brasil.

Parque D. Carlos I (jardim romântico construído na mesma altura para apoiar as termas) e a Mata Rainha D. Leonor, e é considerado um dos principais marcos distintivos da cidade.

Hoje, estão em aberto quatro concursos para revitalização dos seguintes bens: o Convento do Carmo, em Moura; o Mosteiro de Lorvão, em Penacova; o Castelo de Vila Nova de Cerveira, em Viana do Castelo; e o Paço Real de Caxias, em Oeiras. A seleção relativa ao Quartel do Carmo, nos Açores, encontra-se em fase de análise de propostas. Por sua vez, os concursos que concernem ao Convento da Graça, em Lisboa, e à Casa de Marrocos, em Idanha-a-Nova, estão em fase de análise de candidaturas.

Os usos permitidos não se limitam a empreendimentos turísticos, mas também englobam outras formas de alojamento ou projetos de vocação turística, como restauração, espaços culturais/museus ou centros interpretativos. Como exemplo, nos fortes situados na costa, poderão surgir escolas de surfe ou outras atividades realizadas com igual sucesso nas praias portuguesas. A definição do uso cabe à equipe do Revive e leva sempre em conta as características do imóvel, a sua localização e as manifestações de interesse do setor privado.

Para o Programa Revive, o turista é um consumidor de bens e serviços, e a sua presença gera riqueza e emprego, introduz novas modalidades de consumo,





potencializa o desenvolvimento de diversos ramos de atividade para atender diretamente as suas necessidades de consumo: hotelaria, restauração, comércio e atividades de animação turística. Isso tem um efeito multiplicador sobre outros setores produtivos. O turismo constitui, assim, um pilar importante para a economia de muitas cidades históricas, podendo, assim, contribuir para pôr em marcha importantes processos de reparação arquitetônica e urbana, como é o caso do Revive.

Os fatores decisivos para o sucesso do programa são a estreita articulação entre as entidades públicas envolvidas na gestão dos imóveis e a capacidade de definição de um modelo que vai ao encontro do interesse dos investidores privados e, simultaneamente, se baseia em parâmetros específicos de intervenção que assegurem a recuperação do patrimônio de forma sustentada. Nesse sentido, o programa foi pioneiro em reunir várias entidades públicas de setores distintos para a resolução conjunta de problemas, dando, assim, ao investidor privado um sinal de compromisso do Estado em proceder com sucesso à reabilitação do patrimônio.

O Revive já reuniu até hoje cerca de 500 manifestações de interesse. A equipe recebe diariamente investidores nacionais e estrangeiros que procuram conhecer o programa e os imóveis que abrange.

Além disso, o programa vai ao encontro dos objetivos da Estratégia Turismo 2027, o referencial estratégico para o turismo em Portugal nos próximos anos, que tem a valorização do território como um dos seus eixos prioritários. Mais do que recuperar o patrimônio público a fim de transformá-lo em ativo econômico, pretende-se oferecer o seu usufruto pela comunidade e transmiti-lo às gerações futuras, reforçar a atratividade do país como destino turístico, criar postos de trabalho e captar investimento, com a preocupação central de reduzir os desequilíbrios que ainda persistem no desenvolvimento econômico das diferentes regiões do país.

Convento de São Paulo, arquitetura do século XVIII, Elvas (Portugal). Primeiro imóvel a ser recuperado pelo Revive, inaugurado como hotel em junho de 2019.
Acervo: Turismo de Portugal, I.P.



Paula Silva

Desafios da gestão patrimonial e economia em Portugal

Challenges of Heritage management and the economy in Portugal
Desafíos de la gestión patrimonial y economía en Portugal

Resumo

A intenção deste artigo é proporcionar uma visão panorâmica sobre as grandes linhas de ação do governo português em matéria de gestão patrimonial por meio da Direção-Geral do Patrimônio Cultural (DGPC), sob tutela do Ministério da Cultura. A entidade desenvolve suas atividades técnicas, operacionais e científicas em diversos campos disciplinares, nomeadamente arquitetura, arqueologia, museologia, conservação e restauro, arquivística patrimonial e arqueociências. São evidenciados, nesse âmbito, alguns dos projetos mais emblemáticos realizados nos últimos anos, de acordo com as orientações internacionais que têm alavancado o papel do setor cultural no desenvolvimento das sociedades e dos países. Paralelamente, enquadra-se a experiência de Portugal à luz dos novos entendimentos e dinâmicas que se consolidam no contexto geopolítico de uma Europa cada vez mais comprometida com a preservação da memória e a valorização do patrimônio cultural como valor humanista fundamental.

Summary

This paper gives an overview of the Portuguese Government's main lines of action for heritage management implemented by the General Cultural Heritage Department (DGPC) under the Ministry of Culture. The DGPC delves into fields such as architecture, archeology, museology, conservation and restoration, heritage archives and archaeological sciences to undertake its technical, operational and scientific activities. In this context, we discuss some of the most representative recent projects that comply with the international guidelines that have leveraged the significance of cultural industries for the development of societies and of countries. We also look at Portugal's experience in the light of the new considerations and dynamics in the European geopolitical context, which is increasingly committed to the conservation of memory and to the importance of cultural heritage as a fundamental humanist value.

Mosteiro de Alcobaça, Alcobaça (Portugal), 2014.
Acervo: DGPC.

Resumen

El propósito de este artículo es proporcionar una visión panorámica sobre las grandes líneas de acción del gobierno portugués en el campo de la gestión patrimonial a través de la Dirección General de Patrimonio Cultural (DGPC), bajo la tutela del Ministerio de Cultura. La entidad desarrolla sus actividades técnicas, operativas y científicas en diversos campos disciplinarios, a saber, arquitectura, arqueología, museología, conservación y restauración, archivo patrimonial y arqueociencias. En este contexto, destacamos algunos de los proyectos más emblemáticos llevados a cabo en los últimos años, de conformidad con las directrices internacionales que han potenciado el papel del sector cultural en el desarrollo de las sociedades y los países. Asimismo, la experiencia de Portugal se ajusta a la luz de los nuevos entendimientos y dinámicas que se consolidan en el contexto geopolítico de una Europa cada vez más comprometida con la preservación de la memoria y la valorización del patrimonio cultural como un valor humanista fundamental.



Introdução

Desde 1970[1], o impacto da cultura na economia tem se afirmado como um tema relevante na esfera acadêmica, assistindo-se paulatinamente à extensão dessa notoriedade a diversos organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Em outubro de 2006, a Comissão Europeia publicou um estudo sem precedentes em escala continental, cujo texto foi apresentado então como a "primeira tentativa de captar o impacto socioeconômico direto e indireto do setor cultural e criativo na Europa" (Comissão Europeia, 2006, p. 1, tradução nossa), inequivocamente referenciado como um domínio em franco e acelerado crescimento. Nesse documento, merecia já especial destaque o reconhecimento da cultura como fator de desenvolvimento social e econômico, com um papel determinante na promoção de valores humanistas basilares: cidadania, inovação, coesão, tolerância, conhecimento e paz.

Foi depois da Segunda Guerra Mundial que o circuito da produção, circulação e consumo de bens e serviços culturais começou a ser encarado como um segmento relevante na economia das nações. Longo e lento tem sido o caminho para consolidar essa perspectiva, contrariando a mentalidade segundo a qual a cultura é um luxo que existe apenas para embelezar a nossa existência.

De fato, entre muitas outras virtudes, o setor cultural, entendido em todas as suas dimensões e ações, é indissociável da perspectiva estética que, de resto, inscreve-se na história da humanidade, tão essencial à natureza humana e à própria construção da vida em sociedade. Mas a cultura é muito mais do que entretenimento, fruição, muito mais do que um supérfluo adorno.

E também é muito mais do que economia, ainda que seja importante reconhecer e estudar o seu impacto nesse campo. A cultura tem um inquestionável valor intrínseco, que atravessa os tempos e transcende as demais esferas, constituindo-se como imensurável riqueza *per si*. É essa superior plenitude que define a criação cultural e artística do homem, desde a pré-história.

Por isso, quando a Europa assume inequivocamente o papel da cultura para o desenvolvimento harmonioso das populações, dá um passo de gigante. Hoje, no discurso do cidadão, nas iniciativas da sociedade civil, nas palavras dos governantes, nas orientações das instâncias supranacionais, o setor cultural e criativo é reconhecido como incontornável pilar de desenvolvimento. E os meios financeiros a ele alocados começam a ser percebidos como um investimento, não um gasto.

O Programa Capitais Europeias da Cultura constitui vivo exemplo da dinâmica em curso. Todos os anos são selecionadas cidades que promovem a cultura e cujos planos urbanístico, educacional e social são desenvolvidos. É absolutamente consensual o impacto muito positivo, em médio e longo prazo, que advém dessa celebração temporária. A esse propósito, importa igualmente aludir à transformação radical

Museu Nacional Resistência e Liberdade, Fortaleza de Peniche (Portugal), 2019.
Acervo: DGPC.

1. O texto original foi escrito em português de Portugal, tendo sido posteriormente editado conforme a variedade brasileira pela equipe responsável pela revista.



Elvas, Portalegre (Portugal).
Acervo: DGPC.

operada na cidade espanhola de Bilbao devido à abertura do Museu Guggenheim, um caso que se tornou uma referência incontornável.

Por via dessas conquistas e dessa tomada de consciência, desvenda-se um novo e auspicioso ciclo, materializado em ações provindas de diversos quadrantes. São pequenas sementes lançadas à terra, que vão dando frutos, mas cujo sucesso e continuidade dependem, em absoluto, de um sentido de partilha e de responsabilidade que precisamos ser capazes de transmitir às futuras gerações.

No domínio do patrimônio cultural, a área em que atuo, têm sido dados sinais muito incisivos, visando essencialmente à saudável contaminação da ideia de que o patrimônio é uma herança de todos e de cada um de nós, de modo que não há

como não partilhar a responsabilidade de preservá-lo e valorizá-lo. Porém, em bom rigor, a Comissão Europeia (2006) não confere ainda particular destaque ao setor do patrimônio cultural. Até hoje, salvo algumas exceções, essa área tem merecido menor atenção por parte dos designados economistas da cultura.

Nenhum Estado, por mais recursos financeiros de que disponha, consegue assumir tão exigente tarefa sem a participação do conjunto da sociedade. E, se porventura o fizesse, estaria subtraindo aos cidadãos uma responsabilidade que é, acima de tudo, um direito.

Precisamente sob esse espírito, assinalou-se em 2018 o Ano Europeu do Patrimônio Cultural, uma iniciativa histórica que se materializou em milhares de iniciativas e ações desencadeadas por diversos setores da sociedade, em todos os países-membros. Ao convocar essa celebração, a União Europeia reafirmou a importância fundamental da cultura do continente como fator de identidade, de pertença a um espaço que se quer inclusivo e aberto ao mundo, mas é capaz de interrogar-se sobre si próprio.

Em Portugal, o Ano Europeu suscitou uma expressiva participação, por diversas vezes saudada nas instâncias internacionais. Nas palavras do coordenador nacional, Guilherme d'Oliveira Martins, tratou-se efetivamente de um "marco emblemático" para nos lembrar, entre outros aspectos, de que "ter memória é respeitarmo-nos, é estudar a História e conhecer as raízes", sendo nosso dever "cuidar do que recebemos". O coordenador também acentuou:

> Estamos perante desafios exigentes que o patrimônio cultural enfrenta com impacto, desde a transição para a era digital até a pressão ambiental e física, sem esquecer a prevenção e o combate do tráfico ilícito de bens culturais. Daí a necessidade de promover o que recebemos em ligação com a diversidade cultural, o diálogo entre culturas e a coesão social (Martins, s.d., s.p.).

Durante o Ano Europeu, esteve também em foco a contribuição econômica do patrimônio cultural para o desenvolvimento, assim como o seu papel nas relações internacionais, desde a prevenção de conflitos à reconciliação pós-conflito e recuperação de patrimônio destruído. Em particular na esfera governamental, reconhecer a centralidade da cultura passa, inevitavelmente, por assumir, promover e valorizar o seu caráter transversal.

Aos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas, essa transversalidade impõe pensar a cultura na sua dimensão econômica. O caminho não pode deixar de se fazer por esse trilho, sob pena de perdermos o norte e alocarmos os quase sempre parcos recursos disponíveis a uma estéril e inconsequente navegação sem rumo.

O patrimônio arquitetônico e arqueológico é exigente, não se compadece do abandono ou o esquecimento. Requer atenção e cuidados. E não podemos pensar que recuperar o bem, no sentido de fazer obras estruturais, é, por si só, suficiente. Mais do que isso, ele tem de ter uso. É necessário que existam planos de gestão que equacionem o que fazer depois da recuperação. É preciso promovê-la e fazer com que ela possa vir a constituir-se como um fator de desenvolvimento econômico para um território. Deve-se pensar em uma

perspectiva de itinerário, que leve as pessoas a fazer um percurso, a querer conhecer outros patrimônios, que conte uma história, que traga felicidade e tranquilidade.

Portugal tem um leque de características muito favoráveis à ascensão da cultura e do patrimônio como vetor estratégico de progresso econômico e social. Essa feliz condição tem sido objeto de unânime reconhecimento ao longo dos últimos 20 anos, inscrevendo-se cada vez mais na gênese de projetos e ações desenhados nas estruturas do poder central e local. A riqueza de monumentos do país encontra eco no reconhecimento pela Unesco de muitos dos tesouros culturais e naturais nacionais. Há um total de 15 bens classificados como Patrimônio Mundial pela organização, além das seis tradições admitidas na categoria, mais recente, do Patrimônio Imaterial da Humanidade.

A chancela da Unesco, fator de prestígio e orgulho nacional, produz um efeito de atratividade turística, com natural impacto na esfera econômica, propulsionando variados benefícios para a região envolvente. Refira-se, como exemplo, ao Complexo da Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e suas Fortificações. Situada a oito quilômetros de Badajoz, na Espanha, a cidade alentejana de Elvas, no sul de Portugal, constituiu um ponto estratégico de defesa da fronteira e herdou um vasto patrimônio militar de reconhecido valor e autenticidade.

Em 2012, foram classificados como Patrimônio Mundial todo o centro histórico, as muralhas abaluartadas do século XVII, os Fortes de Santa Luzia e da Graça, o Aqueduto da Amoreira e os três fortins: de São Pedro, de São Mamede e de São Domingos ou da Piedade. O conjunto de fortificações de Elvas, cuja fundação remonta ao reinado de D. Sancho II, no século XIII, é o maior do mundo na tipologia de fortificações abaluartadas terrestres, com um perímetro de oito a dez quilômetros e uma área de 300 hectares. O reconhecimento pela Unesco impulsionou uma dinâmica de ações e projetos que trouxeram novo alento à região, imprimindo-lhe acrescida visibilidade no mapa turístico e propiciando benefícios à comunidade local.

Muitos outros exemplos poderiam ser mencionados, extensíveis ao continente e às regiões autônomas dos Açores e da Madeira. Portugal é, nesse sentido, afortunado, pois à cultura secular que nos identifica e distingue podemos acrescentar um outro imensurável tesouro: a paz. É o chamado ouro sobre azul, sobretudo à luz do tempo conturbado que é o nosso. A essa fórmula mágica, juntam-se ainda dois fatores de peso: um clima aprazível e uma gastronomia de excelência.

Somos, assim, chamados a assumir o desígnio de transformar essa extraordinária constelação em alavanca de desenvolvimento, com os olhos no futuro de médio e longo prazo, no legado que queremos deixar às próximas gerações. Para tal, é necessário que saibamos garantir um equilíbrio tão delicado quanto vital: aquele que se joga entre a preservação da memória e a adequação às exigências do mundo atual. Essa ambivalência é ainda mais evidente no que concerne ao patrimônio cultural imóvel.

Hoje em dia, intervir no edificado requer uma cuidadosa ponderação de pelo menos três aspectos, por vezes dificilmente conciliáveis: nível de conforto, eficiência



energética e acessibilidade. A complexidade da tarefa é tal que eu diria estarmos perante um verdadeiro desafio, que nos suscita questões de âmbito ideológico e até filosófico, considerando o diálogo entre a cultura e seu tempo.

Ora, um dos mais extraordinários fenômenos da contemporaneidade é seguramente o turismo, que, evoluindo para uma dinâmica de massas em escala global, tem impulsionado fortemente a economia e a cultura. Por toda a Europa, não faltam exemplos de localidades substancialmente impactadas pelo aumento do fluxo turístico, como sucedeu com Bilbao, na Espanha, devido ao Museu Guggenheim, como já mencionamos. Em Portugal, as cidades de Lisboa e Porto são hoje intensamente procuradas como destinos de cultura e de história. Um simples passeio pelos centros históricos mostra-nos uma afluência de pontos de interesse patrimonial que, há apenas dez anos, não poderíamos nem sequer imaginar.

Esse sentido de fruição, de presença humana, é a razão de ser da missão abraçada por todos nós, profissionais do patrimônio: preservar, estudar e divulgar os bens culturais à nossa guarda, conscientes do imensurável valor que a cultura acrescenta à vida de cada um de nós, no plano simbólico e prático. Sucede, porém, que o turismo, apesar de ser um fenômeno indiscutivelmente positivo, acarreta alguns aspectos perniciosos, que devem ser neutralizados de forma inteligente e coordenada, ou seja, com pensamento estratégico. Refiro-me, nomeadamente, à superlotação de alguns monumentos e de algumas zonas nas cidades, que envolve um risco acrescido de desgaste do legado edificado.

Mosteiro da Batalha, Beira Litoral (Portugal), 2010.
Acervo: DGPC.

Atentemos ao que nos dizem as estatísticas de anos recentes coletadas pela Direção-Geral do Patrimônio Cultural (DGPC)[2]. Em 2017, o número de visitas nos 23 palácios, monumentos e museus tutelados pelo órgão superou os cinco milhões. Cerca de 70% deles eram estrangeiros. No universo global dos museus portugueses, segundo um estudo recentemente divulgado em um programa televisivo pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, a quantidade de visitantes cresceu 70% de 2012 a 2017, passando de 10,1 milhões para 17,2 milhões.

Em mais de metade dos equipamentos do DGPC, a percentagem dos visitantes estrangeiros ultrapassa os 50%. E se considerarmos separadamente o conjunto dos seis monumentos nacionais – o Convento de Cristo, os Mosteiros de Alcobaça, da Batalha e dos Jerônimos, o Panteão Nacional e a Torre de Belém –, esse público chega aos 82,4%. É interessante notar que, excetuando o Panteão Nacional, todos eles são Patrimônio Mundial. Fora da capital, é expressivo que tanto o Convento de Cristo, em Tomar, como os Mosteiros de Alcobaça e da Batalha demonstrem notória capacidade de atrair gente de fora, ao ponto de representar mais de 60% das entradas.

Em números absolutos, estamos falando de 3,5 milhões de cidadãos estrangeiros que quiseram conhecer mais sobre a história, a cultura e os bens portugueses. Na era da globalização, da massificação, da comunicação voraz, é muito significativo que um pequeno país como Portugal marque presença na oferta turística internacional – e, por sinal, uma presença forte, expressiva, consistente. Há, claramente, uma relação de causa e efeito entre o fenômeno do turismo em larga escala e a dinâmica de fruição do patrimônio nacional. Monumentos icônicos são hoje um objeto de procura sem precedentes.

O turismo de massa surge no contexto de um mundo altamente conectado, favorecido pela disseminação do conceito de *low cost* e no âmbito de uma lógica social que democratizou o acesso à cultura, ao lazer e às viagens. É nesse quadro que o progressivo aumento dos cidadãos estrangeiros que nos visitam acaba por ter um efeito de saudável contágio nos públicos nacionais, que ficam mais motivados para aventurar-se na descoberta do patrimônio que é seu. Temos assim o turismo, nacional e internacional, associado a uma cada vez maior movimentação de pessoas em torno de grandes pontos referenciais, dos centros históricos e culturais, dos mais conhecidos monumentos.

Contudo, as concentrações excessivas em determinados espaços suscitam a imposição de medidas restritivas com o objetivo de salvaguardar a segurança de pessoas e bens. Em face desse cenário, tem sido feita uma aposta na criação de redes e rotas patrimoniais, assim como equipamentos culturais que descentralizem os fluxos turísticos. Essa opção, testada já com inequívoco sucesso em diversos pontos do país, tem desvendado novas perspectivas de desenvolvimento à escala local e nacional.

O pressuposto é a valorização de itinerários através de planos de gestão integrada que envolvam diversos agentes e entidades locais, em uma lógica de trabalho em rede. Nessa estratégia, o ponto de partida é a criação de

2. Os dados levantados pela DGPC e citados neste artigo podem ser consultados em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/estatisticas-dgpc/.



Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, Mafra, Lisboa (Portugal), 2011.
Acervo: DGPC.

motivos de interesse em regiões periféricas, afastadas dos pontos de chegada dos turistas e, em regra, menos favorecidas do ponto de vista geográfico, econômico e demográfico.

Paralelamente, torna-se possível contrariar outro fenômeno expressivo em Portugal: a desertificação. Com medidas políticas fortes, pode-se impedir que as populações desloquem-se do interior para a faixa costeira, do meio rural para os centros urbanos. Chega-se, então, a um ponto de confluência entre patrimônio cultural e crescimento econômico e social. O delinear de novas vias de desenvolvimento territorial passa, hoje, por assumir o papel matricial da cultura, em sentido lato. Poucos fatores têm um potencial de atratividade tão forte. Nesse sentido, a captação de públicos para regiões de baixa densidade populacional desencadeia um ciclo virtuoso: gera emprego, estimula a economia local, impulsiona a iniciativa privada, fortalece a coesão social e o espírito de comunidade e, em última análise, contribui para fixar as populações.

Portugal, sendo um país pequeno em termos de área, mas extraordinariamente rico e diverso no que se refere à sua paisagem natural e cultural, tem as características ideais para a criação de rotas inspiradas nas mais distintas temáticas, com destaque para a história e a natureza.

Uma delas é a Rota das Catedrais, que constitui um exemplo paradigmático de uma ação combinada e participada com



repercussões no conjunto do território nacional. Nascido de um acordo de cooperação firmado em 2009 entre o Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (Ippar), organismo governamental que antecedeu a DGPC, e a Conferência Episcopal Portuguesa, o roteiro percorre as 26 catedrais nacionais, que constituem "um tecido essencial de memória e de identidade, profundamente caracterizador do território e das suas gentes, de Norte a Sul do País, do Litoral ao Interior, passando pelas Regiões Autônomas da Madeira e dos Açores". O objetivo da iniciativa é dinamizar "uma atuação concertada e contratualizada, planeada, criteriosa e exigente" que devolvesse às catedrais "uma atenção global e corresponsabilizante" (Ippar e Conferência Episcopal Portuguesa, 2009, s.p.). Em uma genuína lógica de rede, a rota envolve parceiros locais, regionais e nacionais: cabidos, paróquias e direções regionais de cultura. Ao longo dos anos, essa convergência de esforços e de vontades já se materializou em muitas obras e caminhos.

No momento do seu lançamento, pretendia-se "não apenas acudir a situações de mais evidente degradação, mas sobretudo alcançar a capacitação dos monumentos, através de uma qualificada intervenção de recuperação e conservação de valores patrimoniais inestimáveis". Assumia-se igualmente o objetivo de concretizar uma

Sabrosa, Vila Real, Douro (Portugal), 2015.
Foto: Delfina Brochado.

oferta cultural de excelência, capaz de devolver os monumentos à comunidade. Por fim, o protocolo era explícito no seu propósito de promover a estima coletiva e o cuidado partilhado em face de um patrimônio "profundamente identitário, plural e multifacetado, memória viva de um povo" (Ippar e Conferência Episcopal Portuguesa, 2009, s.p.).

No verão de 2018, no Palácio Nacional da Ajuda (e de novo em parceria com o Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja), foi apresentada uma exposição inédita que reuniu alguns dos mais preciosos tesouros de todas as catedrais portuguesas. Pretendeu-se, com essa iniciativa, relançar a rota física, que queremos ver cada vez mais percorrida, acentuando a ideia de que, através das catedrais, há para conhecer todo um país, além de sua história, sua cultura. Em 2019, à parte as ações regionais, vamos também realizar o programa Música nas Catedrais.

Outro projeto de natureza idêntica é a Rota do Românico, um percurso por 58 monumentos localizados no norte de Portugal, junto aos Rios Sousa, Douro e Tâmega. Constituindo vivo e meritório exemplo de visão estratégica, espírito de união e empreendedorismo, o projeto começou a tomar forma ainda na década de 1990, fruto da junção de esforços entre a Associação de Municípios do Vale do Sousa (Valsousa) e o Ippar. O itinerário está hoje perfeitamente consolidado, mobilizando um fluxo turístico muito relevante em torno dos concelhos[3] envolvidos.

A rota inclui mosteiros, igrejas, pontes, castelos, torres e memoriais, que, no seu conjunto, ocupam o centro de um triângulo cujos vértices são Patrimônio Mundial: Porto, Guimarães e o Vale do Douro. A região, outrora povoada por famílias nobres que ajudaram os primeiros reis na Reconquista cristã do território que hoje é Portugal, preserva de forma notável, nomeadamente através do seu legado arquitetônico, a memória do início da nação portuguesa. Deve-se fazer a ressalva de que a arquitetura românica está essencialmente concentrada no noroeste e no centro do país, sendo contemporânea do período em que se estrutura o seu *habitat*. A expansão do estilo românico não corresponde propriamente à Reconquista, mas à reorganização do território.

As dioceses dividem-se em paróquias que têm, no Entre-Douro-e-Minho, uma rede muito densa, já que o clero e as ordens religiosas ajudavam a fixar as populações. Sendo uma arquitetura predominantemente religiosa, o românico está muito relacionado com a organização eclesiástica diocesana e paroquial e com os mosteiros das várias ordens monásticas, fundados ou reconstruídos nos séculos XII e XIII.

A Rota do Românico divide-se em três pequenos percursos que se ligam entre si por estrada, seguindo os vales dos rios: Rota do Vale do Sousa, com 19 monumentos; Rota do Vale do Tâmega, com 25 monumentos; e Rota do Vale do Douro, sensivelmente entre Castelo de Paiva e Resende, com 14 monumentos.

Muito próximo, desvenda-se a impressionante paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro, Patrimônio Mundial desde 2001. Nela conjugam-se a natureza monumental do Vale do Rio Douro, feita de encostas íngremes e solos pobres e acidentados, e a ação

3. Unidade administrativa semelhante ao município no Brasil.



ancestral e contínua do homem, adaptando o espaço às necessidades agrícolas de tipo mediterrâneo que a região suporta e criando um ecossistema de valor único.

A região produz o famoso vinho do Porto, principal vetor de dinamização da tecnologia, cultura, tradição e economia local. Segundo a Comissão Nacional da Unesco (s.d., s.p.), "o grande investimento humano nesta paisagem de singular beleza tornou possível a fixação das populações desde a longínqua ocupação romana", dele resultando uma "realidade viva e em evolução, ao mesmo tempo testemunho do passado e motor do futuro, solidamente ancorado na otimização dos recursos naturais e na preservação das ambiências".

Também ao norte, sobressai na história recente de Portugal o extraordinário projeto que abrange o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a construção de um museu dedicado à arte rupestre, um forte e ousado investimento na criação de infraestruturas descentralizadas de atratividade cultural. Na gênese desse museu de características únicas, está uma história que, por sua vez, teve enorme notoriedade midiática aquém e além-fronteiras.

Em 1994, foi feito o anúncio da descoberta de uma rocha gravada no local designado por Canada do Inferno, avistada três anos antes pelo arqueólogo Nelson Rebanda, enquanto acompanhava a construção de uma barragem no Côa. Ao entrar no domínio público, o tema suscitou intensa discussão na sociedade portuguesa, já que a obra implicaria a submersão da arte pré-histórica de todo o Vale do Côa. Dois anos depois, o governo português decidiu abandonar o projeto da represa, atendendo à opinião dos especialistas sobre a enorme importância artística e científica das gravuras rupestres e do grande número de sítios descobertos.

Foi uma decisão histórica, internacionalmente saudada, que resultou na criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, dotado da missão de proteger e mostrar ao público o imenso patrimônio existente na região. O Vale do Côa foi reconhecido pela Unesco, em 1998, como o maior conjunto mundial de arte paleolítica ao ar livre. No processo de classificação mais rápido que já foi feito, concluiu a Unesco (*apud* A Luta pelo Côa, s.d., s.p.):

> A arte rupestre do paleolítico superior do Vale do Côa é uma ilustração excepcional do desenvolvimento repentino do nosso gênio criador durante a alvorada do desenvolvimento cultural humano; a arte rupestre do Vale do Côa demonstra de forma excepcional a vida social, económica e espiritual dos nossos antepassados pré-históricos.

O reconhecimento dos núcleos de gravuras rupestres como Patrimônio Mundial representou, pois, o auge de um processo que marcaria indelevelmente, em Portugal, o estatuto da arte pré-histórica, da arqueologia e do bem cultural. Em 2010, a chancela estendeu-se à vizinha arte rupestre paleolítica de Siega Verde, em Ciudad Rodrigo, Espanha.

Nesse mesmo ano foi inaugurado o Museu do Côa, obra projetada pelos arquitetos Camilo Rebelo e Tiago Pimentel, um edifício arrojado cuja função e forma são indissociáveis do parque que se espraia no horizonte. É um dos maiores museus portugueses. Contudo, distingue-se por assentar graciosamente, "com parte do seu

Museu do Côa, Vila Nova de Foz Côa, Guarda, Douro (Portugal), 2009.
Acervo: DGPC.

volume, como que engastado no topo da colina que, na sua margem esquerda, encima a foz do Côa, celebrando o encontro dos dois patrimônios mundiais da região: a Arte Pré-Histórica do Vale do Côa e a Paisagem do Douro Vinhateiro" (Museu, s.d., s.p.).

A pérola arquitetônica revela-se em um edifício que sugere um rochedo altivo na inóspita e esplendorosa paisagem de xisto. Para assegurar a gestão desse complexo – museu e parque –, foi constituída em 2011 a Fundação Côa Parque, que tem por missão a proteção, conservação, investigação e divulgação da arte rupestre e demais patrimônios da região. Seu objetivo consiste, precisamente, na promoção do desenvolvimento integrado da área, "aliando parceiros e agentes econômicos privados, realçando a importância da economia da cultura e o seu contributo para o bem-estar do país" (Fundação, s.d., s.p.). Cumprindo a filosofia inerente ao trabalho em rede, essencial para a congregação de esforços em regiões de baixa densidade populacional, como é o caso do Vale do Côa, a fundação integra entre os seus atuais fundadores a DGPC, o Turismo de Portugal, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a Associação de Municípios do Vale do Côa e o Município de Vila Nova de Foz Côa.

Em um outro inequívoco sinal da vitalidade da sociedade civil portuguesa, está atualmente em fase de constituição a criação de uma Rede Nacional de Arte Rupestre, que se propõe a promover, valorizar e capacitar os recursos patrimoniais e humanos das entidades relacionadas, aumentar o impacto e a missão dos sítios detentores de arte rupestre e instituir mecanismos de partilha de recursos físicos e humanos. Entre os seus membros fundadores, figuram a Fundação Côa Parque, universidades e um conjunto alargado de municípios.

Na mesma linha, sob o desígnio da descentralização e do desenvolvimento territorial, evidencia-se o caso de Peniche, uma pequena vila de pescadores a uma centena de quilômetros de Lisboa que está prestes a figurar no roteiro internacional dos monumentos que celebram os direitos humanos, na sequência de igualmente histórica decisão governamental. O XV Museu Nacional está sendo construído na imponente Fortaleza de Peniche, uma estrutura defensiva militar edificada no século XVI, transformada em severa prisão política pelo regime repressivo do Estado Novo (1926-1974). A obra é da responsabilidade da DGPC, e o projeto arquitetônico, atribuído por concurso público nacional, é da autoria do Atelier AR4, sob a coordenação do arquiteto João Barros Matos.

No último dia 25 de abril, por ocasião da celebração dos 45 anos da Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura em Portugal, assinalou-se a reabertura do monumento ao público, inaugurando uma exposição que antecipa os conteúdos do futuro museu, intitulada "Por teu livre pensamento", bem como um memorial aos presos políticos, em que estão inscritos 2.510 nomes. O evento mereceu uma entusiástica participação da população e o expressivo interesse da imprensa nacional e internacional. Antevê-se que o novo museu, espaço de cultura e memória que presta a mais justa homenagem às mulheres e homens que lutaram contra a repressão, venha naturalmente impor-se como um destino de viagem para cidadãos nacionais e estrangeiros,



Torre de Belém, Lisboa (Portugal).
Acervo: DGPC.

gerando dinâmicas de desenvolvimento extensíveis a toda a região.

Partilhei algumas experiências que nos fazem sentir que estamos avançando no rumo certo. Acredito que cada vez mais se consolida e enraíza uma consciência ativa em torno das questões do patrimônio e que as pessoas estão mais informadas, mais vigilantes relativamente aos monumentos, ao legado artístico, às tradições que permanecem.

Referências

A LUTA PELO CÔA. *Côa Parque*. Vale do Côa: Fundação Côa Parque, s.d. Disponível em: https://arte-coa.pt/a-luta-pelo-coa/. Acesso em: 21 ago. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. *The Economy of Culture in Europe*. S.l: KEA European Affairs, out. 2006. Disponível em: http://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/studies/cultural-economy_en.pdf. Acesso em: 14 ago. 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO. *Alto Douro Vinhateiro*. Lisboa: Comissão Nacional da Unesco, s.d. Disponível em: https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/alto-douro-vinhateiro. Acesso em: 24 maio 2019.

FUNDAÇÃO. *Côa Parque*. Vale do Côa: Fundação Côa Parque, s.d. Disponível em: https://arte-coa.pt/fundacao/. Acesso em: 24 maio 2019.

MUSEU. *Côa Parque*. Vale do Côa: Fundação Côa Parque, s.d. Disponível em: https://arte-coa.pt/museu/. Acesso em: 24 maio 2019.

MARTINS, Guilheme d'Oliveira. Mensagem do coordenador nacional: ter memória é respeitarmo-nos. *Ano Europeu do Património Cultural 2018*. s.d. Disponível em: http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/mensagem-do-coordenador/. Acesso em: 24 maio 2019.

IPPAR – INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO; CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. *Acordo de Cooperação entre o Ministério da Cultura e a Conferência Episcopal Portuguesa para a Implementação do Projeto "Rota das Catedrais"*. Lisboa: Ministério da Cultura; Conferência Episcopal Portuguesa, 2009. Disponível em: http://www.rotadascatedrais.com/pt/acordo-de-cooperacao. Acesso em: 24 maio 2019.



Magali Da Silva

A política de desenvolvimento do turismo cultural na França

The cultural tourism development policy in France
La política de desarrollo del turismo cultural en Francia

Resumo

O desenvolvimento do turismo cultural, dada a diversidade do patrimônio que representa, é um desafio importante para fortalecer a atratividade e a competitividade da oferta turística da França. A excelência e a autenticidade dos destinos no país fazem o setor destacar-se mundialmente, e sua estruturação desfruta do apoio dos níveis mais altos do governo, o que se traduz, principalmente, na implementação de um acordo entre os ministérios responsáveis pela cultura e turismo e nos investimentos feitos por uma multiplicidade de atores públicos e privados. Este artigo visa apresentar as prioridades definidas pela política nacional francesa em prol do segmento.

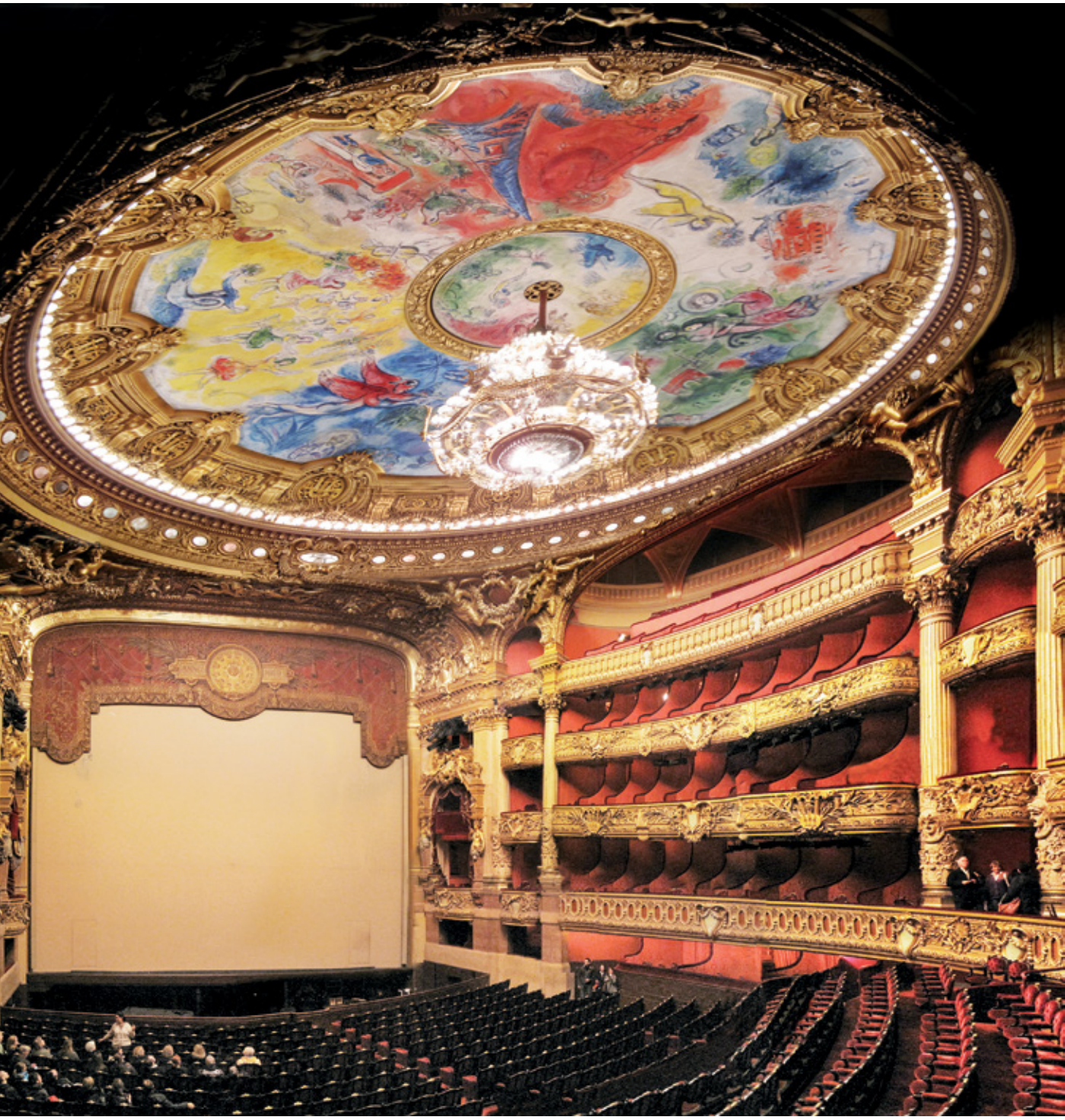
Summary

Cultural tourism is a major challenge to strengthen the attractiveness and competitiveness of France's tourism offer, given the diversity of its heritage. The excellence and authenticity of French destinations help distinguish them worldwide thanks to support from the highest levels of government, which translates mainly into the implementation of an agreement between the ministries in charge of culture and tourism and into investments from a variety of public and private stakeholders. This paper discusses the priorities outlined by the French national policy for the tourism industry.

Resumen

El desarrollo del turismo cultural, dada la diversidad del patrimonio que representa, es un reto importante para fortalecer la atractividad y la competitividad de la oferta turística de Francia. La excelencia y autenticidad de los destinos en el país hacen que el sector tenga un destaque mundial, y su estructuración cuenta con el apoyo de los más altos niveles del gobierno, lo que se traduce principalmente en la implementación de un acuerdo entre los ministerios responsables de la cultura y el turismo y en inversiones realizadas por una multiplicidad de actores públicos y privados. Este artículo tiene como objetivo presentar las prioridades definidas por la política nacional francesa a favor del sector.

Vitória de Samotrácia, *estátua em mármore, 328 cm, 190 a.C., encontrada na ilha grega de Samotrácia, 1863. Museu do Louvre, Paris (França).*



Cultura e economia do turismo

O turismo é um setor econômico essencial na França. Sua importância manifesta-se, sobretudo, na porcentagem do produto interno bruto (PIB) que o consumo do segmento representa: 7,2%. Embora continue sendo o principal destino do mundo, com 89 milhões de visitantes estrangeiros, em 2018 figurou em quinto lugar em termos de rendimentos, enfrentando a concorrência crescente de países como Estados Unidos e Espanha. Ademais, nações vizinhas, como Alemanha, e mais distantes, como Rússia, Tailândia e China, alcançaram uma posição entre os dez principais destinos mundiais em poucos anos. Diante desse contexto competitivo, a atratividade e a competitividade dos serviços turísticos franceses tornaram-se desafios. Considerando que a oferta cultural é um dos principais motivadores de turistas nacionais e estrangeiros, independentemente do país de origem, a valorização dos recursos patrimoniais é uma oportunidade de criar atividades diversificadas e de qualidade, despertando o desejo dos visitantes de descobrir ou redescobrir a França.

Com quase 44 mil monumentos históricos protegidos, mais de oito mil museus, 1,5 mil festivais e 40 sítios que figuram na lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sem falar nos parques, jardins e todo o bem científico e tecnológico do país, a oferta cultural representa uma das principais atrações da França. Turismo e patrimônio são dois eixos complementares, pois a atratividade calca-se fortemente nos sítios patrimoniais e, inversamente, a rentabilidade econômica de um bem depende muito do fluxo de pessoas, que representa mais de 60% da visitação a esses locais. Assim, a presença turística tem um impacto direto no desenvolvimento econômico dos destinos culturais, em termos tanto de emprego quanto de renda.

O papel do Estado

Os Ministérios do Turismo e da Cultura, conscientes da importância do turismo cultural na França e da necessidade de uma ação articulada para desenvolvê-lo, assinaram em 2009 um acordo que propõe diretrizes para reforçar a cooperação entre os ministérios competentes e seus organismos associados, a fim de promover uma instrumentalização econômica, razoável e respeitosa do patrimônio cultural nacional. Várias ações estruturantes resultaram dessa parceria interministerial, visando à melhoria do acolhimento de turistas em locais de interesse e ao apoio à profissionalização dos atores que integram o setor. Concretamente, foi lançado um processo de implantação de duas Denominações de Origem nacionais, Turismo de Qualidade e Turismo e Deficiência, este último para garantir que a acessibilidade seja contemplada nos serviços oferecidos. O projeto, que já vem sendo executado há vários anos por muitos atores governamentais, contribuiu significativamente para o incremento da atratividade patrimonial francesa.

Com efeito, uma pesquisa recente sobre a satisfação de quem visita a França – conduzida

Opéra National de Paris, Paris (França), 2010.
Foto: Vitor Hugo Mori.
Acervo: Iphan.



pela Diretoria-Geral de Empreendedorismo e pelo Programa Turismo de Qualidade – revela que a qualidade da oferta cultural é percebida pelos clientes estrangeiros como uma das áreas de excelência do país. Por conseguinte, a satisfação do visitante é alta e vem aumentando constantemente, sobretudo em função da acolhida nos locais, bem como da manutenção e valorização do patrimônio histórico. Além disso, a França tem uma vantagem competitiva em relação à média europeia pela diversidade de atividades e eventos promovidos.

O país também favorece a integração da oferta cultural nas operações de promoção turística conduzidas pela agência nacional Atout France[1] com os atores locais. Essa diretriz reflete-se na política governamental de concessão de destinos, que visa envolver os agentes públicos e privados na implementação de estratégias para promover a diversidade do turismo francês e atrair novos visitantes internacionais. De fato, entre os 22 contratos assinados entre o governo, a agência e as autoridades locais, alguns baseiam-se diretamente na valorização do patrimônio. É o caso, por exemplo, dos contratos Vale do Loire, Destinos do Impressionismo, Entorno do Louvre-Lens e Monte Saint-Michel, cujos signatários incluem grandes operadores culturais como o Centro dos Monumentos Nacionais[2], o Museu d'Orsay e o Museu do Louvre.

1. Entidade nacional encarregada de promover o turismo internacionalmente e oferecer suporte de engenharia aos destinos turísticos para fortalecer os serviços locais. Está vinculada aos ministérios responsáveis pelo turismo da França.

2. Instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura e Comunicação francês, responsável por administrar e disponibilizar para visitação monumentos nacionais que são de propriedade do Estado.



Inovação em sítios patrimoniais

Diante dos desafios crescentes que acompanham a estruturação do turismo cultural, os ministérios responsáveis pela pauta decidiram estreitar sua cooperação para aumentar o impacto econômico do segmento através da promoção de locais e eventos culturais. Essa estratégia mais agressiva foi concretizada com a assinatura de um novo acordo em 2018. O roteiro proposto pelo governo, com um enfoque mais operacional, inclui novas áreas de intervenção, sobretudo no apoio à tecnologia digital, inovação e desenvolvimento de novos serviços comerciais em sítios históricos.

Embora as atividades turísticas em sítios patrimoniais tenham um impacto direto muito significativo na economia local, os proprietários desses monumentos históricos, públicos ou privados, são frequentemente afetados pelos custos elevados de manutenção e valorização decorrentes da natureza excepcional dessas localidades. O desenvolvimento de serviços comerciais – como hotelaria, alimentação ou lazer – pode, nesse contexto, constituir uma forma de disponibilizar recursos financeiros para a conservação ou até o restauro das edificações. A partir dessas premissas, o governo francês realizou um estudo nacional inovador que visava determinar as condições necessárias para a implementação de diferentes serviços turísticos nos sítios patrimoniais franceses e formular recomendações operacionais para facilitar o lançamento de atividades-piloto em um conjunto de bens. De acordo com as recomendações resultantes do estudo, publicado em 2018, verificou-se a necessidade

Place des Vosges, Paris (França), 2010.
Foto: Vitor Hugo Mori. Acervo: Iphan.



de melhorar o suporte de engenharia e a acessibilidade dos sistemas de apoio, mediante a definição de um quadro nacional para incentivar novos projetos que contribuam para a salvaguarda dos edifícios históricos em questão e colaborem com a atratividade do local de implantação.

Em resposta a essa demanda, em maio de 2019, o governo anunciou a criação de um fundo de apoio à engenharia dedicado a turismo e patrimônio, dotado de um milhão de euros, para desenvolver projetos de investimento economicamente equilibrados em sítios patrimoniais, envolvendo proprietários públicos e operadores privados. Esse sistema, cuja gestão foi confiada ao Banque des Territoires[3] e à agência Atout

3. Entidade pública nacional que reúne competências e meios de investimento governamentais voltados ao desenvolvimento de projetos inovadores nos territórios franceses. Na qualidade de parceiro fundamental dos ministérios na execução de suas políticas públicas, apoia os responsáveis pelos projetos, tanto privados quanto públicos, investindo de forma conjunta na implantação ou modernização de serviços de hotelaria, instalações turísticas e de lazer.



France, é o terceiro componente do Programa Engenharia de Turismo na França, voltado para o setor, uma iniciativa governamental criada em 2018 para dar assistência aos locais turísticos e empreendedores privados na consolidação de projetos estruturantes e inovadores nos destinos. Com um orçamento total de 15 milhões de euros, busca-se, particularmente, reforçar os investimentos no segmento para aumentar a competitividade e a atratividade da oferta turística no exterior.

A criação de um componente dedicado à valorização do patrimônio no âmbito do programa ilustra a importância da estruturação do turismo cultural na gestão das políticas públicas francesas. É um setor que tem forte apoio das autoridades públicas e cuja estratégia, definida no âmbito de um acordo interministerial, é aplicada, de diferentes formas, por um grande número de atores públicos e privados em todo o território nacional.

Centro Georges Pompidou, Paris (França), 2014.
Foto: Vitor Hugo Mori.
Acervo: Iphan.



Pirâmide do Louvre,
Paris (França), 1994.
Foto: Luiz Gallotti Póvoa.



Vênus e as três graças oferecendo presentes a uma jovem mulher, afresco, Sandro Botticelli, 212 x 284 cm, 1486-1490, Museu do Louvre, Paris (França).



Frame *do videoclipe* Apeshit, *de Beyoncé e Jay Z, direção de Ricky Saiz, 2018. Reprodução YouTube.*



Oferenda ao Bará do Mercado Público, Porto Alegre (RS), 2010.
Foto: Mirian Fichtner.



Miguel Ángel Troitiño Vinuesa e Libertad Troitiño Torralba

Cidades patrimoniais e turismo: uma experiência espanhola

Heritage cities and tourism: the Spanish experience
Ciudades patrimoniales y turismo: una experiencia española

Resumo

As cidades patrimoniais, quando se configuram como destinos turísticos, enfrentam o desafio, com oportunidades e riscos, de integrar o turismo de forma equilibrada. Este texto, que parte do protagonismo crescente do setor e da necessidade de controlá-lo, aproxima-se das sinergias e tensões entre o segmento e o patrimônio. Os múltiplos aspectos dessa atividade e sua natureza massiva evidenciam a necessidade de discutir, no planejamento das cidades e seus bens, a capacidade de acolhimento dos locais em suas dimensões física, psicológico-perceptiva, sociocultural e econômica, como uma ferramenta de conhecimento e ação para racionalizar e, se for preciso, limitar a inserção do turismo. O estudo de caso são as cidades espanholas incluídas na lista do Patrimônio Mundial, que em 25 anos transformaram-se em destinos patrimoniais. É preciso ajustar seus sistemas de gestão, em termos de oferta cultural, para que sejam integradores e sustentáveis.

Summary

When they become tourist destinations, heritage cities face the challenges, opportunities and risks of successfully integrating tourism in a controlled manner. This paper looks at the increasingly important role played by tourism and the importance of regulation, drawing on the synergies and tensions between this industry and patrimony. The multiple facets and massive scope of tourism suggest the urgent need to discuss the physical, psychological-perceptive, social, cultural and economic dimensions of city and patrimony planning as a tool that delivers insight and stimulates action to rationalize and, if necessary, limit the impact of tourism.



Palácio dos Golfines de Abajo, Cáceres (Espanha), 2016.
Acervo: GCPHE.

Ibiza (Espanha), 2016.
Acervo: GCPHE.

The case study concerns the Spanish cities on the World Heritage list that have become heritage destinations over the past 25 years. Their cultural portfolio management systems need to be updated to ensure integration and sustainability.

Resumen

Las ciudades patrimoniales, cuando se configuran como destinos turísticos, enfrentan el reto, con oportunidades y riesgos, de integrar el turismo de manera equilibrada. Este texto, que parte del creciente protagonismo del sector y la necesidad de controlarlo, se acerca a las sinergias y tensiones entre el segmento y el patrimonio. Los múltiples aspectos de esta actividad y su naturaleza masiva ponen en evidencia la necesidad de discutir, en la planificación de las ciudades y sus bienes, la capacidad de acoger los lugares en sus dimensiones física, psicológico-perceptiva, sociocultural y económica, como una herramienta de conocimiento y acción para racionalizar y, de ser necesario, limitar la inserción del turismo. El estudio de caso son las ciudades españolas incluidas en la lista del Patrimonio Mundial, que en 25 años se han convertido en destinos patrimoniales. Hay que ajustar sus sistemas de gestión, en cuanto a la oferta cultural, para que sean integradores y sostenibles.



Cuenca (Espanha), 2016.
Acervo: GCPHE.

Turismo nas cidades patrimoniais

As cidades patrimoniais[1], transformadas ou não em destinos turísticos, enfrentam profundas mudanças funcionais e sociais. Nelas, ou em seu entorno imediato, estão imbricadas as realidades históricas, econômicas, culturais e simbólicas, e também se configuram como territórios onde coexistem em permanente tensão – a tensão da mudança – velhas e novas funções. A recuperação urbana e a revalorização social a cada dia estão mais relacionadas ao planejamento e à gestão do turismo e precisam de uma visão urbana integradora que, superando as abordagens da proteção física do patrimônio ou da promoção turística, leve em conta as oportunidades e os limites do seu desenvolvimento. O turismo cultural, sendo minoritário e de elite, desejado e valorizado como bom, nas últimas décadas tornou-se de massas, e os conjuntos patrimoniais têm que se aparelhar com instrumentos adequados para controlá-lo de acordo com sua *capacidade de acolhimento* ou carga[2] e canalizá-lo conforme as necessidades de conservação; caso contrário, podem ser destruídos.

A inserção equilibrada do turismo, sobre a qual se teoriza há mais de meio século, está se mostrando difícil, devido, entre outros motivos, a certa negligência de suas dimensões sociais e funcionais, como evidenciam cidades espanholas como Ávila, Cuenca, Salamanca, Segóvia, Toledo ou Santiago de Compostela (Troitiño Vinuesa e Troitiño Torralba, 2009). Portanto, parece oportuno formular algumas perguntas. Quais são as oportunidades e os limites do uso turístico do patrimônio? Qual é a capacidade de acolhimento real dos recursos e dos conjuntos patrimoniais? Temos instrumentos adequados de planejamento e gestão para canalizar o turismo de acordo com os interesses e as necessidades de conservação? O patrimônio cultural, natural e paisagístico pode tornar-se um pilar importante para o desenvolvimento sustentável?

A recuperação e a utilização produtiva do patrimônio cultural, no marco do fortalecimento das centralidades turísticas, simbólicas e culturais, requerem a superação de abordagens urbanísticas simplistas que, focadas na conservação física do patrimônio, têm negligenciado as complexas problemáticas relacionadas com a irrupção do turismo massivo. As cidades patrimoniais têm que se preparar para integrar, de maneira responsável e inteligente, as funcionalidades emergentes, sejam elas turísticas ou culturais. Para isso, é necessário estabelecer conexões entre as dimensões urbanísticas, culturais, patrimoniais e turísticas, porque o bom uso do patrimônio, entre outras razões, é a melhor garantia para sua conservação, e o

1. Entendemos serem aquelas que contam com um rico legado patrimonial, tanto material quanto imaterial, que constitui o principal recurso e a razão pela qual atraem turistas e excursões. Por destino patrimonial, consideramos as cidades patrimoniais que já têm certo nível de desenvolvimento turístico e que adaptaram, em maior ou menor grau, a cidade e seu patrimônio para essa função.

2. O conceito de capacidade de carga surgiu, em primeiro lugar, em relação ao uso de pastagens nas fazendas de gado e, um pouco mais tarde, passou a ser utilizado em relação ao controle de visitação e uso público de espaços protegidos. Em monumentos, conjuntos patrimoniais e paisagens culturais, é utilizado no controle e na gestão do fluxo de visitantes. Aqui, por se tratar de espaços de uso social, preferimos utilizar o conceito de capacidade de acolhimento, pois as cidades patrimoniais são construções sociais e, portanto, locais de acolhimento e de relações entre pessoas das mais diversas origens, crenças e posições econômicas.

turismo possibilita sua valorização. O bem, impulsionado pelo turismo, transcende a dimensão cultural, transforma-se em um importante recurso produtivo e facilita políticas para a recuperação e reutilização do capital patrimonial. O turismo, que movimenta o mundo, e os turistas, que chegam a todas as partes do planeta, do Everest à Antártida, tornaram-se um poderoso motor econômico, que gera 10% do produto interno bruto (PIB) mundial (OMT, 2019) e 13% do PIB da Espanha (INE, 2018a); é tão poderoso que, se não for controlado, pode acabar com a multifuncionalidade dos centros históricos, uma das características identitárias de cidades mediterrâneas.

O turismo gera importantes mudanças funcionais, sociais e paisagísticas, relacionadas ao aumento de visitantes, hotéis, restaurantes, lojas, espaços de lazer etc. Uma vez superados certos limiares, esse crescimento entra em conflito com os moradores, o comércio tradicional e os modos de vida. Gera, ainda, desequilíbrios que induzem o despovoamento, a tensão social e o desapego patrimonial. Na Espanha, esses processos aceleraram-se nas duas últimas décadas, quando as cidades históricas (Calle Vaquero, 2002) e, sobretudo, as patrimoniais consolidaram-se como destinos turísticos[3].

O desenvolvimento do turismo pode contribuir para a revitalização funcional dos conjuntos patrimoniais, mas o forte aumento dos fluxos de visitantes exige o desenvolvimento de um planejamento urbano mais preciso e de uma gestão adaptada à sua *capacidade de acolhimento* (García Hernández, 2003), entendida em seu sentido integral, considerando as dimensões físicas, culturais, econômicas, funcionais e patrimoniais. As tensões e os conflitos estão aumentando e é necessário enfrentá-los. Embora existam demandas legítimas do setor, isso não pode ser feito sem atender as necessidades dos moradores. Somente por essa via será possível evitar que apareçam – como já acontece em Sevilha, Palma de Maiorca, Barcelona, Santiago de Compostela ou San Sebastián – reações, por parte dos cidadãos, rotuladas como *turismofobia*, de aversão ao turismo e aos turistas (Blanco, Blázquez e Morell, 2018). O problema real não são os visitantes. Esse setor é um componente da nossa contemporaneidade, e sua vertente internacional movimenta 1,5 bilhão de pessoas. O problema são as formas de ordená-lo e administrá-lo, pois, devido a seu poder e capacidade de transformação, não pode ser deixado ao acaso, ainda mais quando está se tornando um dos principais suportes de um novo ciclo de renovação urbana (Álvarez Mora e Camerín, 2019).

Sinergias e tensões entre patrimônio e turismo

No turbulento início do século XXI, um bom número de cidades patrimoniais estava associado ao turismo e, nelas, a sustentabilidade deveria estar relacionada com a realização de modelos turísticos integrados na economia e na sociedade, respeitadores do patrimônio cultural e preocupados com as demandas do setor, mas não a elas subordinada. A realidade das cidades espanholas é,

3. Nesse sentido, cabe destacar que as 15 cidades do Grupo de Cidades Patrimoniais da Humanidade da Espanha recebem mais de cinco milhões de viajantes nos seus estabelecimentos hoteleiros.



certamente, muito heterogênea. Enquanto em alguns poucos casos – como em Santiago de Compostela, Granada, Girona, Sevilha, Toledo, Ronda ou Salamanca – já se enfrentam problemas de saturação e congestionamento em certas épocas do ano, em muitos outros há o desejo e a possibilidade de aumentar o número de visitantes, considerando que existem 970 conjuntos históricos tombados na Espanha – e sem dúvida é o que vai acontecer nos próximos anos. Será necessário promover políticas que, por um lado, evitem a concentração em um pequeno número de destinos, como pode ser o caso das cidades que são Patrimônio Mundial, e, por outro, não foquem os marcos monumentais, museus ou espaços patrimoniais de primeiro nível.

No último meio século, o vínculo entre cultura, patrimônio e turismo foi reforçado (Velasco González, 2013), sendo identificado com uma forma diferenciada de consumo, o chamado turismo cultural (Morère e Perelló, 2013). Embora esteja na origem do turismo moderno, essa vertente conheceu um primeiro impulso após a Segunda Guerra Mundial e, com o aumento da renda e do consumo, foi reforçada a partir da década de 1960, beneficiando-se da aura de um *bom turismo* que estimulava a economia e ajudava a conservar o patrimônio. Nos anos 1990, sofreu um período de profunda transformação, e, se antes a clientela era minoritária, de elite e respeitosa com o patrimônio, passa a predominar um

Cuenca (Espanha), 2015.
Acervo: GCPHE.





turismo massivo (Richards, 2018). O termo "turismo cultural" é um grande guarda-chuva que abriga diversas categorias: artística, museológica, patrimonial, arqueológica, gastronômica, etnográfica etc. Em nosso caso, quando tratarmos de cidades históricas, falaremos do patrimonial.

As organizações internacionais, há décadas, têm prestado atenção às relações e sinergias entre turismo e patrimônio (Lobo Montero, 2001). Uma primeira definição de turismo cultural remonta a 1976, quando foi publicada a Carta de Turismo Cultural do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos):

> O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui para satisfazer seus próprios fins – sua manutenção e proteção (Icomos, 1976, p. 2).

Ressaltamos o forte desenvolvimento das atividades turísticas e suas implicações sociais, econômicas e culturais, bem como os efeitos nocivos e destrutivos do uso indevido de monumentos e sítios. O respeito pelo patrimônio deveria prevalecer sobre qualquer outra consideração, por mais justificada que fosse do ponto de vista social, econômico ou político.

O turismo patrimonial pode ser definido como o movimento de pessoas para conjuntos de interesse patrimonial, localizados em lugares onde não residem, tanto em seu país quanto no exterior, para conhecê-los e vivenciar experiências, mais ou menos profundas, relacionadas a eles. A natureza massiva desse tipo de atividade

está relacionada à expansão da base social da demanda e, também, à existência de visitantes com motivações diversas. Seguindo a classificação de McKercher e du Cross (2002) para os turistas culturais, podemos diferenciar cinco tipos: o *turista patrimonial intencional* procura uma experiência enriquecedora e profunda com o bem, visto que este é o principal motivo por trás da escolha do local de visita; para o *turista patrimonial de locais de interesse*, o legado cultural também é o principal motivo para visitar um destino, mas a experiência e o contato com ele são superficiais; o *turista patrimonial por acaso* é aquele que não viaja por motivos patrimoniais, mas acaba por ter uma profunda experiência nesse sentido; para o *turista patrimonial ocasional*, o bem é um motivo secundário da viagem e a experiência e o contato com ele são superficiais; e o *turista patrimonial secundário* é aquele que não viaja por razões patrimoniais, mas participa de visitas aos conjuntos ou marcos patrimoniais e tem experiências superficiais.

O consumo de locais patrimoniais tem aumentado. Um relatório recente sobre as sinergias entre turismo e cultura (OMT, 2018) destaca a importância desse nicho, que se configura como um importante pilar da política governamental do setor. Estima-se que, em 2017, representava a motivação de mais de 39% (cerca de 516 milhões) de todos os viajantes internacionais. Para corroborar uma compreensão ampla desse conceito, na XXII Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), realizada em Chegdu, na China, em 2017, o turismo cultural foi definido como: "Um tipo de atividade turística na qual a motivação essencial do visitante é aprender, descobrir, experimentar e consumir os atrativos/produtos culturais tangíveis e intangíveis em um destino turístico" (OMT, 2017, p. 4).

É nos centros patrimoniais, juntamente com alguns sítios arqueológicos e museus, onde ocorrem as maiores concentrações de visitantes. Muitos deles apenas passeiam pelos espaços, sem conhecer os monumentos ou museus, especialmente aqueles que não são gratuitos. O turismo patrimonial, após ter sido minoritário e elitista, está se tornando massivo, sendo um protagonista fundamental na dinâmica dos conjuntos de monumentos e sítios, gerando uma pressão excessiva em algumas ruas e praças (García Hernández *et al.*, 2017).

As relações entre urbanismo, território, paisagem, patrimônio e turismo são muito evidentes, embora, com certa frequência, não sejam compreendidas corretamente. O patrimônio cultural, sendo de grande diversidade, tem um uso turístico e potencialidades de utilização muito diversas (Calle Vaquero, 2013), variáveis não só de acordo com as características do bem (monumentos, ruas, paisagens, festas, procissões etc.), mas também com os donos da propriedade e os modelos de gestão. Portanto, a fim de implementar estratégias de divulgação quando forem necessárias, deve-se ter um bom conhecimento dos níveis de funcionalidade turística dos diferentes recursos (Troitiño Vinuesa *et al.*, 2011a; Troitiño Torralba, 2010; Troitiño Vinuesa e Troitiño Torralba, 2016). O turismo pode servir para reforçar a multifuncionalidade dos lugares e dar-lhes uma dimensão social, mas é preciso assumir,

Semana Santa, Cuenca (Espanha), 2010.
Acervo: GCPHE.

Concerto na Cidade da Cultura da Galícia, Santiago de Compostela (Espanha), 2011.
Foto: Oscar Corral.
Acervo: GCPHE.

de início, que o potencial de crescimento não é infinito e, portanto, precisa ser canalizado apropriadamente, colocando limites quando necessário.

O sucesso de uma cidade patrimonial, em termos de conservação e recuperação urbana, depende tanto da coordenação de políticas setoriais (meio ambiente, planejamento urbano, infraestrutura, cultura, segurança, turismo etc.) quanto da formulação explícita de políticas turísticas ou patrimoniais. Um bom número de destinos enfrenta o desafio de aproveitar as oportunidades que o setor lhes oferece para movimentar, de maneira responsável, seus recursos patrimoniais (Instea e Patronato de Alhambra e Generalife, 2012). Para isso, é essencial trabalhar em várias frentes e buscar parcerias, porque a promoção continua a prevalecer, e a tarefa de incorporar o turismo à causa da conservação ainda está pendente. Para uma cidade patrimonial se tornar um destino turístico, é necessário garantir, por um lado, o bom estado de conservação dos seus recursos e, por outro, torná-los acessíveis e adaptá-los para visitas públicas, além de dotá-los de infraestrutura, equipamentos, acomodações e serviços que a função turística exige.

Na Espanha, o despertar do turismo, no início do século XX, caminhou lado a lado com o patrimônio, primeiro com o impulso pioneiro do Marquês de la Vega-Inclán, no Comissariado Real de Turismo, e depois do Patronato Nacional de Turismo durante a Segunda República (Ortega, 2014). No entanto, a decolagem do turismo cultural é bastante tardia, apenas no final do século XX, ao contrário do que já acontecia em outros países europeus (Richards, 2001; Grande Ibarra, 2001). A crise turística do início da década de 1990 já mostrou certo esgotamento das fórmulas tradicionais do setor, e os planos estatais espanhóis, chamados de Futures I e Futures II, começaram a dar uma atenção diferenciada ao turismo cultural, primeiro com o Plano de Impulsionamento do Turismo Cultural e Idiomático (2001) e depois com o Plano para a Promoção do Turismo Cultural (2009-2012). Em 2001 apenas 10,6% (cerca de cinco milhões) dos turistas estrangeiros escolhiam a Espanha por razões culturais, e o país captava apenas 8% das viagens culturais dos europeus (Turespaña, 2001). Em 2008, quando a crise já havia começado, a Espanha recebeu 7,6 milhões (13,7%) dos 55,8 milhões de turistas internacionais, quando o turismo estrangeiro diminuiu 2,3% (Troitiño Torralba, 2011).

Em 2017, dos 82 milhões de turistas que chegaram à Espanha, 12,8 milhões (15,6%) o fizeram por motivos culturais, e 31,31 milhões (38,38%) realizaram atividades culturais durante a viagem (INE, 2018c). Entre 2003 e 2018, o crescimento da chegada de visitantes estrangeiros, apesar dos efeitos negativos da crise econômica, foi de 56,87%, ao passo que o turismo cultural teve um aumento de 114,40%. Na pressão turística sobre os destinos patrimoniais da Espanha, o interesse interno tem um papel muito importante, visto que, enquanto em 2001 apenas 3,5 milhões de espanhóis viajaram por razões culturais, em 2017 foram 12,5 milhões, e 38,4 milhões realizaram atividades culturais em viagem (INE, 2018b). Em uma conjuntura turística tão ampla quanto a atual, em 2018 a Espanha atingiu o recorde de recepção de 82,6 milhões de

viajantes internacionais. Os destinos urbanos e patrimoniais estão sofrendo, de forma bastante desigual, os efeitos desse forte crescimento, acelerando o processo turístico de alguns bairros, gerando conflitos sociais e agravando a perda de vitalidade residencial. O aumento da rede hoteleira e de restauração, juntamente com a explosão descontrolada de moradias de uso turístico, evidencia uma pressão e conflitos crescentes tanto nas grandes cidades – como Madrid e Barcelona – quanto nos destinos patrimoniais – como Santiago de Compostela, Sevilha ou Toledo.

Turismo e acolhimento nos conjuntos patrimoniais

Hoje, os centros históricos e as paisagens urbanas estão intimamente associados ao turismo, aumentando a sua simbiose com o patrimônio. Para evitar os efeitos negativos de um afluxo descontrolado de pessoas, sobre os quais o Icomos, a OMT, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) etc. vêm chamando a atenção, é preciso assumir, de início, que a capacidade de acolhimento turística das cidades é limitada. Suas estruturas urbanas, patrimoniais, sociais e ambientais impõem fortes restrições relacionadas a acessibilidade e mobilidade, mudanças funcionais e intervenções arquitetônicas (Fernández-Baca Casares, Salmerón Escobar e Sanz, 2009). Além disso, raramente as áreas patrimoniais e seu entorno contam com a infraestrutura e os serviços de acolhimento necessários, pois até recentemente a administração de turismo local mal havia intervindo na conformação dos conjuntos de monumentos e sítios como destinos turísticos (Brito, 2009).

O turista é um grande consumidor de bens e serviços, sua presença estimula vários setores econômicos, gera riqueza e emprego e introduz novas modalidades de uso do solo. Em primeiro lugar, promove o desenvolvimento de atividades que atendem diretamente às suas necessidades (hotelaria, restauração, transporte, comércio e lazer) e também impulsiona o desenvolvimento de outros setores. Muitas cidades históricas espanholas, nas últimas duas décadas, mais do que dobraram suas instalações de hospedagem, restauração e comércio. O turismo passou a desempenhar um papel de liderança, por sua importância na economia urbana e também em um setor que é objeto da propaganda política do sucesso.

O segmento contribui para melhorar a renda da população e gera um aumento significativo no faturamento das empresas locais[4]. Seu desenvolvimento colabora para a revitalização financeira dos destinos, mas também tem seu lado obscuro, pois, quando a economia depende em excesso dele, uma diminuição no fluxo de visitantes ou nos gastos turísticos pode causar uma crise no sistema produtivo. À oferta de emprego gerada por atividades que servem diretamente ao turismo, devemos acrescentar as vagas indiretas e aquelas induzidas por segmentos de bens e serviços (Vernieres, 2012). Em geral, existe uma estreita relação entre o esforço na conservação e na valorização do

4. Além das licenças para a abertura de estabelecimentos voltados à atividade turística, vemos a concessão excessiva de licenças para bares e restaurantes colocarem mesas e cadeiras nas ruas e *parklets* em vias e praças. Além de ter um impacto negativo na paisagem, esses recursos reforçam a pressão turística em determinados locais.

patrimônio e o influxo turístico, evidente em cidades como Santiago de Compostela, Girona, Ávila, Cuenca, Salamanca, Cáceres ou Úbeda.

Os centros e paisagens históricos das cidades mediterrâneas, além de espaços para visitação, são lugares de memória, de vida e de trabalho, onde a pressão turística excessiva introduz desequilíbrios perigosos. Já faz mais de duas décadas que apontamos que as cidades patrimoniais precisam enfrentar o desafio de adaptar seus tecidos urbanos para que, preservando seus valores e singularidades, a função turística se integre de forma equilibrada e se torne aliada de sua recuperação (Troitiño Vinuesa, 1998b). A revalorização e a utilização turística do patrimônio cultural exigem, contudo, que sejam incorporadas num projeto cultural em que, em certa medida, invertam-se as regras do mercado e da oferta, pois o patrimônio precisa ser priorizado em relação à demanda e aos turistas (Mosser, 1994).

Fluxos turísticos e capacidade de acolhimento

Os destinos patrimoniais recebem milhões de visitantes, nacionais e estrangeiros, atraídos pelos bens arquitetônicos e urbanísticos, pelos museus, pela paisagem, pela cultura ou pelo meio ambiente. O aumento do fluxo de pessoas, para não ter efeitos nocivos, deve ocorrer conforme a capacidade de acolhimento dos monumentos, museus ou conjuntos históricos, algo necessário para estabelecer formas e comportamentos responsáveis pelo uso e pelo aproveitamento do patrimônio. O excesso de turistas, principalmente em excursões, já é uma ameaça, especialmente em conjuntos patrimoniais localizados em áreas urbanas (como Toledo, Ávila, Segóvia, Cuenca, Chinchón, Girona etc.) ou nas proximidades de destinos de sol e praia (Ronda, Morella, Vic etc.).

A Carta Internacional sobre Turismo Cultural do Icomos (1999), após apontar o direito e a responsabilidade, individual e coletiva, de compreender, respeitar, valorizar e preservar ativamente o patrimônio cultural, destaca a interação dinâmica entre turismo e patrimônio cultural. Aquele oferece oportunidades de intercâmbio cultural e de experiências vitais, constituindo também uma força positiva para a conservação e um fator de desenvolvimento. O patrimônio é, sem dúvida, um grande atrativo turístico e deveria trazer benefícios para a comunidade anfitriã. Nesse marco de referência, coloca-se a necessidade de diálogo e parcerias entre os interesses da conservação do patrimônio cultural e os da atividade turística. O Código de Ética Mundial para o Turismo (OMT, 1999) e as Conferências Mundiais sobre Turismo e Cultura, promovidas conjuntamente pela OMT e Unesco, seguem nessa mesma direção. Na conferência realizada em 2015, em Siem Reap, no Camboja, o então secretário-geral, Taleb Rifai, destacou:

> O patrimônio cultural conta a história da humanidade, conta nossa história. Se administrado adequadamente, o turismo pode proteger e revitalizar esse patrimônio, gerar novas oportunidades para as comunidades locais e promover a tolerância e o respeito entre os povos e as nações (OMT e Unesco, 2015b, s.p.).



A preocupação com a gestão responsável foi reforçada quando, na década de 1990, as abordagens de desenvolvimento sustentável foram incorporadas ao discurso turístico, elaborando metodologias para calcular a capacidade de carga/acolhimento dos lugares, porque não há sustentabilidade possível se os limites máximos de visitantes não forem definidos. O conceito foi criado a partir de diferentes abordagens, utilizando inicialmente uma perspectiva ambiental para preservar o equilíbrio ecológico e a qualidade da experiência recreativa dos visitantes. Testando sua aplicação em recursos e conjuntos patrimoniais, foram introduzidos fatores econômicos, sociais e culturais. A OMT define a capacidade de carga turística como: "O número máximo de pessoas que podem visitar um destino turístico ao mesmo tempo, sem pôr em perigo o ambiente físico, econômico ou sociocultural e causando uma diminuição no nível de satisfação dos visitantes" (OMT, 1999, p. 7).

No processo de estabelecer limites, três níveis estão sendo considerados: 1) *capacidade de carga física*, dada pela simples relação entre o espaço disponível e a necessidade de espaço por visitante; 2) *capacidade de carga real*, determinada ao se submeter a capacidade de carga física a uma série de fatores de correção que são específicos de cada local; 3) *capacidade de carga efetiva ou permissível*, que leva em consideração o limite aceitável de uso e a capacidade de gestão da administração responsável (García Hernández e Calle Vaquero, 2012).

Existem, pelo menos, quatro dimensões de *capacidade de acolhimento* que devem ser consideradas de forma combinada e complementar: *a física*, relacionada ao limiar de visitantes a partir do qual se danificam os recursos patrimoniais e o meio ambiente local; *a perceptiva ou psicológica*, relacionada à saturação que determina que a qualidade da experiência do visitante diminui e deixa de ser enriquecedora; *a sociocultural*, que indica o limite até o qual a população e a cultura locais toleram o turismo e os turistas se suportam entre si; *a econômica*, entendida como o limite até o qual as atividades turísticas podem

Praça Mayor, Salamanca (Espanha), 2016.
Acervo: GCPHE.



Vista de uma das torres da Catedral de Santiago de Compostela (Espanha), 2014. Foto: Oscar Corral. Acervo: GCPHE.

ser desenvolvidas na rede produtiva local, sem que sejam afetadas negativamente ou deslocadas outras funções e atividades.

A estimativa da capacidade de acolhimento e seu uso na gestão dos fluxos de visitantes são viáveis em monumentos e conjuntos patrimoniais musealizados, como em Alhambra, em Granada; Medina Azahara, em Córdoba; Real Alcázar, em Sevilha; La Pedrera, em Barcelona; ou na muralha da cidade de Ávila. No entanto, é muito complexa em cidades patrimoniais vivas porque, embora existam modelos teóricos que inter-relacionem as diferentes dimensões, sua concretização prática, devido à existência de interesses conflitantes e à pressão dos setores imobiliário e turístico, é ilusória.

O estudo da capacidade de acolhimento e o estabelecimento de limites no controle do fluxo de visitantes devem ser integrados no planejamento e na administração patrimonial e urbana. Os planos de gestão que a Unesco vem exigindo das cidades incluídas na lista do Patrimônio Mundial são o instrumento, desde que sejam feitos de acordo com a estrutura de uma interpretação adequada das complexas relações estabelecidas entre os lugares e os visitantes (Chamorro, 2006). Os destinos patrimoniais, diante de um turismo massivo, têm que desenvolver estratégias orientadas para controlar e qualificar a visita, pois, a partir de certos níveis de turistização[5], voltar atrás é praticamente impossível.

5. Usamos o termo turistização em um sentido duplo. Primeiramente, referimo-nos à situação de saturação turística existente em um determinado espaço urbano – centro histórico, bairro ou complexo patrimonial – em decorrência do crescimento excessivo de atividades diretamente relacionadas ao turismo (hotéis, apartamentos, moradias de uso turístico, comércio de lembranças ou suvenires, espaços de lazer, museus ou diversos serviços orientados ao turista), provocando monocultura ou simplificação funcional. O segundo sentido é usado para explicar o processo de desenvolvimento do turismo, que envolve a transição de uma realidade urbana multifuncional para uma outra de saturação de visitantes, podendo gerar reações negativas contra o turismo e os turistas pela população local.

O Centro do Patrimônio Mundial, seguindo as abordagens do Comitê de Turismo Cultural do Icomos, tem se posicionado diante do impacto do crescente desenvolvimento turístico sobre o patrimônio. Nas Diretrizes Práticas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (Unesco, 2008), surge essa preocupação, e a capacidade de acolhimento e suas conexões com o planejamento e a gestão já estavam presentes em um manual de Gestão do Turismo em Sítios do Patrimônio Mundial (Pedersen, 2005). Três categorias são definidas: as capacidades de carga física, ecológica e social, mas não se chega a propor limites nem limiares absolutos, apenas se recorre a sistemas mais flexíveis baseados nas metodologias do Limite de Mudança Aceitável[6] (LAC, da sigla em espanhol). Na Conferência Internacional sobre Turismo Cultural da OMT, realizada no Camboja, em 2000, também foi discutida a capacidade de carga para minimizar o impacto do turismo sobre os sítios patrimoniais. Alguns anos depois, foi publicado um guia sobre a gestão da saturação turística em locais de interesse natural e cultural (OMT, 2005), que inclui exemplos de boas práticas, como o de Alhambra, em Granada.

Poucos recursos e conjuntos patrimoniais dispõem de estudos sistemáticos sobre sua capacidade de acolhimento. O grupo de pesquisa Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento, da Universidade Complutense de Madri (UCM), desde o final do século XX, vem desenvolvendo uma metodologia que tem sido utilizada em Alhambra, em Granada; no Conjunto Arqueológico de Carmona; em San Isidoro em León; na Catedral de Santiago de Compostela; ou no Real Alcázar, em Sevilha, tendo sido implementada, com resultados satisfatórios, em Alhambra (Troitiño Vinuesa, 2000; García Hernández, 2001). Não existe uma fórmula mágica: a capacidade de acolhimento se refere ao número máximo de visitantes ou ao limite além do qual a exploração turística de um recurso/destino se torna insustentável. Os limiares máximos de aferição são determinados por, pelo menos, três critérios (densidade de uso, parâmetros de gestão e comportamento turístico) e cinco categorias de variáveis (características físicas do espaço de visita, número total de visitantes e sua distribuição, rotatividade da visita, padrões de comportamento dos visitantes e gestão da visita), destacando que a capacidade de acolhimento turístico dos recursos é marcada pela dimensão ou variável que apresentar as possibilidades de uso mais restritivas (García Hernández e Calle Vaquero, 2012).

Não há números precisos sobre a pressão turística nos conjuntos patrimoniais espanhóis. No entanto, com os trabalhos realizados pelo nosso grupo de pesquisa, podemos dizer que em cidades como Sevilha, Granada, Córdoba e Santiago de Compostela são mais de três milhões de turistas; em Toledo e Salamanca, em torno de dois milhões; e em Ávila e Segóvia, mais de

6. O limite de mudança aceitável é uma metodologia que se baseia, por um lado, no estabelecimento das condições desejadas para o desenvolvimento turístico de uma cidade patrimonial e, por outro, na aplicação de estratégias que visem atingir os objetivos definidos. Em seu desenvolvimento, normas e indicadores são contemplados para quantificar não só quando os impactos ecológicos, físicos, econômicos ou sociais da atividade turística no destino começam a ser negativos, mas também em que momento limitações ou restrições devem ser introduzidas para evitar a deterioração dos recursos patrimoniais ou outros efeitos ambientais, econômicos e sociais indesejados.

um milhão. Os indicadores que relacionam viajantes em estabelecimentos hoteleiros e moradores têm validade limitada, mas expressam melhor a realidade – isto é, os índices – entre visitantes e residentes de conjuntos históricos ou a porcentagem de superfície ocupada pelos usos das atividades turísticas em relação ao total de usos do conjunto patrimonial (Turismo de Santiago de Compostela, 2018).

Grupo das Cidades Patrimônio da Humanidade da Espanha

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, de 1972, assinada pela Espanha em 1982, tem entre seus instrumentos operacionais a lista do Patrimônio Mundial[7], atualmente integrada por 1.073 bens (832 culturais, 206 naturais e 35 mistos). Essa lista, criada para preservar, valorizar e gerenciar de maneira responsável os bens que a compõem, está sujeita a discussão, e um dos principais problemas está relacionado com sua instrumentalização turística (Villafranca e Chamorro, 2007). A saturação de determinados destinos e a sua conversão em parques temáticos mostram que os excessos do turismo são um perigo real para a conservação e para a vida urbana (em cidades como Veneza, Praga, Amsterdã, Barcelona, Lisboa). A Espanha tem 47 bens inscritos, e existe uma corrida competitiva para ser um bem do Patrimônio Mundial por razões de prestígio e rentabilidade turística.

Desde que, em 1978, inscreveram-se os centros históricos de Quito e Cracóvia, as cidades tiveram um protagonismo especial. Em 1991, por ocasião da reunião de Quebec sobre as cidades do Patrimônio Mundial, foi criado um grupo de trabalho e, em 1993, na assembleia de Fez, foi constituída a Organização das Cidades Patrimônio Mundial (OCPM), que atualmente reúne mais de 300 cidades em cujo território há um sítio inscrito na lista da Unesco.

Origem e despertar turístico

Em Ávila, no ano de 1993, foi fundado o Grupo das Cidades Patrimoniais da Humanidade da Espanha (GCPHE)[8], com Ávila, Cáceres, Salamanca, Santiago de Compostela, Segóvia e Toledo como cidades promotoras. Córdoba foi incorporada em 1996; Cuenca, em 1998; Alcalá de Henares, em 2000; Ibiza e San Cristóbal de La Laguna, em 2002; Mérida e Tarragona, em 2006; e Úbeda e Baeza, em 2014. No art. 6º dos estatutos (GCPHE, 2017), entre os objetivos do grupo, inclui-se atuar em conjunto na defesa do patrimônio histórico e cultural, estabelecer políticas para a troca de experiências, planejar uma política turística e de divulgação de imagem, favorecer a acessibilidade combinada com o respeito

7. A lista do Patrimônio Mundial é o registro onde são incluídos, a pedido dos Estados e após os relatórios das comissões especializadas, os bens que valorizam a autenticidade e têm um valor universal excepcional.

8. De acordo com o art. 1º dos seus estatutos (GCPHE, 2017), o grupo é composto por aqueles municípios com conjuntos históricos incluídos na lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Para fazer parte da associação, tem sido usada uma interpretação restritiva do conjunto histórico. Isso explica por que Granada, com o Albaicín e la Alhambra, ou Aranjuez, cuja paisagem cultural integra o conjunto histórico, não fazem parte do GCPHE.



Ávila (Espanha), 2016.
Foto: Rafael Delgado Hidalgo.
Acervo: GCPHE.

ao patrimônio e promover medidas para a proteção integral dos centros históricos[9].

Entre as iniciativas consideradas pelo Programa de Ação do GCPHE (1994-2004) em vários campos (meio ambiente, transporte, trânsito, moradia, equipamentos etc.), o turismo não era uma questão, talvez porque não se imaginava na época o papel proeminente que o segmento adquiriria, uma vez que, em 1990, Ávila tinha uma rede hoteleira com apenas 558 leitos e Cuenca, com 858. A situação mudou logo, e a preocupação com o setor ganhou destaque, incentivando a criação de pacotes turísticos específicos.

O plano estatal de turismo Futures I (1992-1995), com os Planos de Excelência Turística (PETs)[10], ofereceu possibilidades de ação nas cidades históricas. No entanto, dos 1.760 projetos que, com esse incentivo, foram concluídos ou estavam em execução até dezembro de 1995, apenas 35 eram especificamente relacionados a cidades históricas (Troitiño Vinuesa, 1998a). Essa situação explica-se devido às fragilidades das infraestruturas de gestão, à proeminência de uma política de turismo local focada na promoção e à experiência limitada no

9. Para atingir esses objetivos, o grupo organiza-se em três grandes áreas: Cidade e Patrimônio; Educação e Cultura; Representação, Promoção e Turismo.

10. É uma das iniciativas turísticas mais interessantes da política turística espanhola. São planos que se desenvolvem por meio de um acordo de colaboração entre as administrações estatais, da comunidade autônoma e local, em alguns casos contando com a parceria do setor hoteleiro.

desenvolvimento de projetos que requeriam cooperação interadministrativa.

No plano Futures II (1996-1999), novas vias de ação foram abertas, incorporando os Planos de Dinamização Turística (PDTs). Em 1998, Cuenca foi a primeira cidade Patrimônio Mundial a ter um PDT, ao passo que Ávila e Segóvia passaram a ter um PET em 1999. A complexa problemática desses centros mostrava que era necessário avançar pela via da conciliação, e o Ministério de Obras Públicas, Transportes e Meio Ambiente lançou o Programa de Ações Conciliadas em Cidades Históricas, que já considerava o turismo, com seus impactos positivos e negativos, como um dos fatores centrais de sua dinâmica. O Plano Integral de Qualidade do Turismo Espanhol (2000-2006) favoreceu o desenvolvimento dos PETs de Mérida, Salamanca e Córdoba – eles também foram implantados em Toledo, Alcalá de Henares e Santiago de Compostela. No âmbito do Plano do Turismo Espanhol Horizonte 2020[11], será desenvolvido o Plano de Competitividade Turística de Tarragona.

Em 2003, foi assinado com a Secretaria-Geral de Turismo o acordo Marco de Cooperação para o Desenvolvimento e a Promoção Turística do Grupo de Cidades Patrimônio da Humanidade da Espanha. No ano seguinte, foi lançado o Clube de Produtos de Cidades Patrimônio da Humanidade da Espanha, apostando na gestão profissionalizada e integrada dos destinos. Em 2005, o Instituto Nacional de Estatística (INE) já considerou como pontos turísticos[12] 11 das 13 cidades que hoje constituem o GCPHE. Elas, com 35.526 leitos na rede hoteleira, receberam 3,7 milhões de viajantes em seus estabelecimentos, 2,7 milhões deles espanhóis e 1 milhão de estrangeiros. A quantidade de visitantes dos principais marcos monumentais e museus já atingia números significativos, e a rede hoteleira e de restauração tinha sido reforçada e modernizada.

Em 2006[13], os 13 municípios do grupo contavam com 489 bens de interesse cultural, mas apenas uma pequena parcela estava preparada para a visita pública. Somente 26 – aqueles bens que tinham registro de visitantes – receberam 5,51 milhões de pessoas, sendo a Mesquita-Catedral de Córdoba a mais procurada (1,2 milhão) e depois dela, bem distantes, o Museu de História de Tarragona (595 mil) e o Alcázar de Segóvia (504 mil), predominando um modelo tradicional de visita, polarizado nos marcos de relevância monumental. A oferta de hospedagem era de 36.790 leitos, distribuídos entre 454 estabelecimentos, com primazia dos hotéis, ocupando 82,86% da capacidade. Albergues e pensões vinham perdendo relevância, e ainda era rara a presença de estabelecimentos cinco estrelas. Os destinos com a maior rede hoteleira eram Santiago de Compostela (5.555) e Ibiza (5.420)[14].

11. Esse plano, um dos mais rigorosos e inovadores do planejamento turístico espanhol, foi interrompido pela crise e pela mudança de governo do país.

12. Na Enquete de Ocupação Hoteleira do INE, considera-se como ponto turístico "o município onde a concentração da oferta turística é significativa" (INE, 2005, p. 11).

13. Em 2006, foi assinado um acordo entre o GCPHE e o grupo de pesquisa Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento da Universidade Complutense de Madri para a elaboração do observatório turístico.

14. Esses dados constam do relatório de 2008 do observatório turístico do GCPHE, inédito.

Os equipamentos e estabelecimentos suscetíveis de receber feiras, congressos, seminários e reuniões, entre outros eventos, totalizavam 225, com uma capacidade agregada de 142.041 vagas. Pavilhões para congressos e locais para feiras, importantes para o turismo de congressos, já existiam em Córdoba, Cuenca, Mérida, Salamanca, Santiago e Tarragona e estavam em construção em Ávila e Toledo. O turismo idiomático ganhava força, 67 centros ofereciam ensino de espanhol para estrangeiros, sendo as ofertas mais potentes as de Salamanca e Alcalá de Henares. A preocupação com a qualidade estava começando a dar frutos, mas, em 2006, havia apenas 66 entidades certificadas com o "Q" de qualidade turística.

As 11 cidades consideradas pontos turísticos tinham passado de 3,2 milhões de viajantes e 6,1 pernoites em 2003 para 3,9 milhões e 7,3, respectivamente, em 2006. Considerando as demandas, as dinâmicas e a situação turística, diferenciavam-se quatro categorias de destinos: *consolidados do interior* (Córdoba, Santiago de Compostela, Salamanca e Toledo), *emergentes* (Ávila, Cuenca, Cáceres, Segóvia e Mérida), *dependentes do turismo de litoral* (Ibiza, San Cristóbal de La Laguna e Tarragona) e *de regiões urbanas*, o caso de Alcalá de Henares (Troitiño Torralba, 2010).

A dinâmica turística das cidades do GCPHE era muito dependente do visitante nacional, que correspondia a 72,4% dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros. Entre 2003 e 2006, o número de turistas nacionais aumentou 28% e o de estrangeiros, apenas 6%. Eram anos de incerteza devido aos atentados em Nova York, Madri e Londres. A realidade dos destinos era muito diferente em lugares como Cuenca, Cáceres, Mérida e Ávila: os estrangeiros não chegavam a 15%; em Santiago de Compostela e Córdoba representavam cerca de 35%; e somente em Ibiza, um destino patrimonial em um território de sol e praia, se aproximavam de 50%. A taxa média de ocupação dos hotéis era baixa: 47,17% em 2003 e 50,21% em 2006. A mais alta, sem nunca chegar a 70%, correspondia a Ibiza; e as mais baixas, a Tarragona e Ávila. A duração média da estadia era curta, de 1,9 pernoite, com exceção de Ibiza, com 4,6 pernoites (Troitiño Vinuesa *et al.*, 2007). No mercado turístico nacional, com um importante peso do fator da proximidade, os madrilenhos ocupavam o primeiro lugar, seguidos pelos catalães, andaluzes e valencianos. No mercado externo, predominavam os franceses, alemães e britânicos, sendo também importante a presença de norte-americanos e japoneses.

Os planos de dinamização e excelência turística favoreceram o desenvolvimento de infraestruturas de gestão e, em 2007, Alcalá de Henares, Ávila, Cáceres, Cuenca e Toledo contavam com secretarias exclusivas de Turismo. Os órgãos autônomos, de capital público ou misto, eram recentes, como as Patronais de Toledo e Tarragona, o Consórcio de Córdoba, a Fundação Turística de Cuenca; também existiam três empresas públicas de turismo, em Salamanca, Segóvia e Santiago de Compostela. Os *Convention Bureaus* estavam presentes em sete cidades, e os *Film Comissions*, apenas em três. O orçamento da área turística era de cerca de 16 milhões de euros, sendo a razão média entre orçamento

e habitante de 10,42 euros, com fortes disparidades: em Santiago de Compostela era de 39,2 euros e, em Toledo, apenas 2,93[15].

Em termos urbanísticos e patrimoniais, as cidades contavam com planos gerais municipais e especiais de proteção para seus conjuntos de bens. Havia também cinco consórcios[16], em Santiago de Compostela, Toledo, Cuenca, Mérida e Ibiza, focados na conservação e recuperação do patrimônio, nos quais a atenção dada ao turismo, embora fosse uma de suas finalidades, era escassa. Os planos de excelência e dinamização, bem-sucedido instrumento de conciliação administrativa, foram para algumas cidades um marco na reformulação do modelo de intervenção turística no destino. Das 13 cidades do GCPHE, 11 tinham os desenvolvido ou estavam fazendo um, com um investimento direto mobilizado de 40 milhões de euros.

Durante esses anos, um esforço foi feito para melhorar a competitividade, despertando de uma longa letargia à qual tinham sido levados pela inércia promocional do setor. Então, novas abordagens de planejamento foram assumidas, com base na qualidade, sustentabilidade e cooperação público-privada, buscando criar e consolidar estruturas de gestão do turismo adaptadas às novas necessidades, mesmo quando houvesse diferenças importantes nos modelos e níveis de desenvolvimento organizacional, potentes em Santiago de Compostela, Tarragona ou Salamanca, e bastante fracos em San Cristóbal de La Laguna, Toledo ou Cuenca.

Da crise à atual explosão turística

Em 2008, o impacto da crise já era evidente, com quedas no número de viajantes e pernoites (Troitiño Vinuesa *et al.*, 2009), sendo maior no turismo estrangeiro: - 5,3% nos viajantes e - 6,4% nos pernoites. A crise estava generalizada nos destinos do GCPHE. Apenas Salamanca cresceu ligeiramente, devido aos eventos do II Centenário da Guerra da Independência. Apesar disso, o setor hoteleiro, em razão da dinâmica imobiliária, ainda estava sob os efeitos expansivos da conjuntura anterior, e a oferta de hospedagem aumentou 9,64%. Em 2009, os maus presságios foram confirmados, tendo sido um ano crítico para a dinâmica turística; no entanto, a rede hoteleira continuou a crescer, acentuando os desequilíbrios entre oferta e demanda[17]. Em 2010, uma recuperação tímida iniciou-se, a rede hoteleira manteve-se, a oferta de restaurantes cresceu, os viajantes domésticos estabilizaram-se e os estrangeiros aumentaram significativamente: 19,9% em viajantes e 24,7% em pernoites. Também aumentaram os visitantes aos marcos patrimoniais, 4,8 milhões em 2009 e 5,2 milhões em 2010[18]. Os efeitos da crise ainda eram muito evidentes, e em 2011 a

15. Esses dados constam do relatório de 2008 do observatório turístico do GCPHE, inédito.

16. Esses consórcios, cuja primeira experiência de sucesso foi a de Santiago de Compostela, nasceram com uma vocação principal focada na cultura, na conservação e na recuperação patrimonial. Sua finalidade é decidir, coordenar e desenvolver ações e investimentos públicos (Estado, comunidades autônomas e prefeituras).

17. Esses dados constam do relatório de 2010 do observatório turístico do GCPHE, inédito.

18. Esses dados constam do relatório de 2011 do observatório turístico do GCPHE, inédito.



recuperação foi interrompida devido a um novo declínio do turismo nacional.

As 13 cidades do GCPHE acumulavam um poderoso capital patrimonial e turístico: 13 conjuntos históricos de âmbito mundial, mais de 500 bens de interesse cultural, cerca de 900 estabelecimentos hoteleiros e 60 mil leitos, 2,55 mil restaurantes, mais de 5 milhões de visitantes aos marcos patrimoniais, 369 instalações para reuniões e congressos, com capacidade superior a 200 mil lugares[19]. A rede hoteleira continuou a expandir, e, apesar das reduções orçamentárias, mantiveram-se os serviços de acolhimento e a modernização da gestão. Os estabelecimentos hoteleiros receberam cerca de 4 milhões de viajantes, o que significou 8 milhões de pernoites.

19. Esses dados constam do relatório de 2012 do observatório turístico do GCPHE, inédito.

A Comissão de Turismo do GCPHE concentrou seu trabalho internacional, em estreita colaboração com a Turespaña, de fortalecimento da marca Cidade Patrimônio, procurando abrir um espaço nos mercados emergentes. O horizonte não estava inteiramente claro, tanto nacional como internacionalmente. O GCPHE tinha começado a reascender-se, agora de mãos dadas principalmente com o turismo estrangeiro. Tudo indicava que a crise havia sido usada para ajustar e reorientar o setor, buscando torná-lo mais competitivo e sustentável, reforçando sua posição referencial no turismo cultural espanhol.

A recuperação começou em 2013, e, no quinquênio 2013-2017, os viajantes em estabelecimentos hoteleiros aumentaram 29,14%, passando de 3,98 milhões em 2012 para 5,15

Vista panorâmica do Casco Histórico a partir do Museu Paleontológico, Cuenca (Espanha), 2016.
Foto: Javier Romero. Acervo: GCPHE.

milhões em 2017[20]. A dinâmica dos pernoites também era expansiva, embora com taxas um pouco menores, de 22,76%, passando de 7,49 a 9,18 milhões. De maneira geral, a melhoria foi evidente, mas, devido aos diferentes tipos de destinos, houve disparidades.

O relatório de 2018 do observatório turístico do GCPHE, elaborado pela empresa de consultoria Braintrust (2018), reflete uma maior presença de turistas estrangeiros: 40,2% dos viajantes e 43,1% dos pernoites, subsistindo as disparidades. Apenas em Ibiza, Santiago de Compostela, Córdoba e Tarragona, os estrangeiros representaram mais de 40% do total de visitantes. A duração média da estadia, de 1,79 pernoite, continuou a diminuir, tanto no turismo doméstico quanto no internacional, com um valor máximo de 3,7 pernoites, em Ibiza, e um mínimo de 1,5 pernoite, em Ávila, Toledo e Mérida. Os visitantes dos locais de interesse ultrapassaram os 6 milhões, mantendo o foco em um pequeno número de marcos. O ranking dos referenciais turísticos das cidades foi liderado pela Mesquita-Catedral de Córdoba, que, com quase 2 milhões de visitantes, teve um aumento de 59,17% em relação a 2006. Em seguida, vieram a muralha de Ávila, com 50,5%; o Museu El Greco de Toledo, com 40%; o Alcázar de Segóvia, com 23%. O conjunto arqueológico de Medina Azahara, em Córdoba, onde o número de visitantes permanecia estável, em torno de 190 mil em 2018, devido ao efeito de sua inclusão na lista do Patrimônio Mundial, recebeu 275 mil turistas, um aumento de 48,21% em um ano.

A oferta regulada de apartamentos turísticos tem crescido significativamente. Em 2017, foi de 5.484, sendo que os números mais elevados foram observados em Ibiza, Tarragona, Córdoba, Salamanca e Alcalá de Henares. A pressão turística não está relacionada apenas com os estabelecimentos hoteleiros e os apartamentos, mas, principalmente, com o crescimento desenfreado das moradias de uso turístico, dos bares, dos restaurantes e do comércio turístico. Santiago de Compostela, destino patrimonial-religioso que recebe em torno de 3 milhões de visitantes anuais e onde os leitos dos hotéis passaram de 5.857 em 2004 para 8.198 em 2017, sofreu uma explosão de moradias para uso turístico, 4.325 vagas entre as registradas e as não registradas. A cidade histórica concentra 48,3% das moradias desse tipo registradas e 46,6% das não registadas, além de 44,6% da superfície hoteleira, 37,6% das vagas de hospedagem turística, 35,7% da superfície dos imóveis para uso turístico e 27,3% da restauração (Turismo de Santiago de Compostela, 2018). A pressão sobre o espaço residencial e o comércio tradicional é importante, colocando em risco um dos pilares de sua identidade, a multifuncionalidade, e caminha perigosamente para a turistização.

O impacto econômico do turismo melhorou a posição de todas as cidades. O emprego direto gerado, sem os bares, é de 512 mil postos de trabalho, 4,9% do total de vagas nas cidades, com um máximo de

20. Os dados finais de 2018 não estão disponíveis e os provisórios estão incompletos.

10%, em Ibiza, e um mínimo de 3,4%, em Alcalá de Henares (Braintrust, 2018); esse número triplicaria se o emprego indireto fosse levado em conta[21]. Existem mais de cinco mil empresas diretamente ligadas ao turismo, com um forte peso no setor de restauração (61,1%). No entanto, vale ressaltar que o crescimento do emprego era de 8,7%, quando nesse mesmo período os viajantes em estabelecimentos hoteleiros cresceram quase 16%, evidenciando os riscos implicados na massificação[22].

Os destinos do GCPHE têm desenvolvido uma ampla gama de ações em prol do desenvolvimento do turismo local: criação e melhoria do produto patrimonial, infraestruturas e serviços de acolhimento, promoção e apoio à comercialização, qualidade e inteligência turística etc. Em 25 anos, sua posição turística foi consolidada, contribuindo não só para melhorar e diversificar a oferta espanhola, mas também para complementar outros destinos (Troitiño Torralba, 2011). O turismo vem ganhando posições na agenda política local, e começam a ser impulsionadas estratégias urbanas que o consideram um importante motor de desenvolvimento e recuperação (Calle Vaquero e García Hernández, 2016).

Proposta utópica de planejamento e gestão de destinos patrimoniais

O turismo patrimonial já é massivo, no entanto, a valorização e a utilização turística do patrimônio raramente estão integradas em um *projeto de cidade* em que o patrimônio e a sociedade prevaleçam sobre as vontades do negócio da chamada indústria turística, um lucro que mascara, com frequência, projetos imobiliários especulativos. Alcançar uma relação harmoniosa entre turismo e patrimônio em grande parte é uma tarefa utópica, uma vez que duas racionalidades são enfrentadas: a mercantil, que busca lucratividade em curto prazo, e a patrimonial-cultural, voltada à defesa de valores coletivos. Seja como for, coloca-se a necessidade de superar as políticas turísticas de crescimento quantitativo e apostar em abordagens integrais de natureza qualitativa que, além de contribuir para a valorização de novos recursos, propiciem sua conservação.

O desenvolvimento do turismo responsável é uma oportunidade real para o patrimônio, oferecendo maneiras de conciliar a conservação com as novas demandas e necessidades sociais. O turismo implica, acima de tudo, mudança, e apenas uma análise comparativa de seus custos e benefícios, sociais e culturais, tornará operacional o conceito de sustentabilidade. Os fluxos turísticos devem ser gerenciados de acordo com a capacidade de acolhimento dos destinos, para responder às demandas de conservação dos valores patrimoniais e deter os efeitos negativos que acompanham a turistização. Por isso, é urgente promover

21. Acreditamos que o número real seja muito maior, já que o turismo é um dos setores com mais empregos indiretos, precariedade trabalhista e fortes diferenças entre a alta e a baixa temporada.

22. Em termos urbanísticos, não há indicadores para medir a pressão do turismo, já que não temos estatísticas confiáveis de visitantes (turistas + excursões). Portanto, o índice de viajantes por habitante é pouco significativo, um valor médio de 3,88 no GCPHE, com picos de 8,9 em Santiago de Compostela e 7,4 em Toledo, e mínimas de 1,6 em Tarragona e 2,8 em Cáceres (GCPHE, 2018).



Cáceres (Espanha), 2011.
Acervo: GCPHE.

parcerias que mantenham ou introduzam, novamente, a complexidade funcional. Seria uma questão de promover estratégias de multifuncionalidade, porque só assim os destinos patrimoniais poderão preservar sua identidade como realidades vivas e funcionar melhor em termos turísticos. Para além das medidas de proteção necessárias, são importantes os planos de gestão, entendidos como ferramentas de conciliação e coordenação, integrando as dimensões patrimoniais, sociais e funcionais, de modo a prestar a devida atenção ao turismo. As cidades patrimoniais têm de assumir – conforme fizeram alguns conjuntos monumentais, como o de Alhambra, em Granada (Villafranca e Salmerón, 2010) – que o turismo deve estar totalmente integrado a seus modelos de gestão urbana e patrimonial.

A Unesco, desde o início do século XXI, tem apontado para as cidades incluídas na lista do Patrimônio Mundial a necessidade de um plano de gestão que garanta a conservação do excepcional valor universal e da autenticidade dos bens, algo

que requer um uso sustentável dos recursos patrimoniais. Para abordar essa complexa tarefa, países como Itália, Alemanha e França desenvolveram guias metodológicos. Algumas cidades como Florença, Évora e Porto elaboraram esses planos, dando especial atenção ao turismo (Troitiño Vinuesa *et al.*, 2011b). As cidades espanholas incluídas na lista do Patrimônio Mundial, tendo avançado de forma significativa na conservação do patrimônio e em suas políticas de turismo, não terminaram de formulá-los. Alguns foram interrompidos, como em Segóvia, Ávila e Aranjuez. Salamanca aprovou o dela a partir de 2017, e em Santiago de Compostela está disponível uma primeira versão.

Em Salamanca, trata-se de um plano rigoroso e sistemático de proteção patrimonial, em que a problemática turística, surpreendentemente, não é abordada (Ayuntamiento de Salamanca, 2017). Em Santiago de Compostela, o plano de gestão[23] tem como objetivo reunir o conjunto de planejamentos e decisões relevantes que afetam a cidade histórica, para garantir a coerência e a coesão internas dos diferentes planos, programas e grandes projetos realizados no municípios nos próximos anos (Concello de Santiago de Compostela, 2019). Na análise e no diagnóstico, destacam-se o crescimento da atividade turística e suas disfunções: a pressão do excursionismo; a concentração espacial e temporal dos fluxos; a visita banal; a relação ruim entre custos e benefícios sociais, econômicos e culturais; a perda de identidade da cidade histórica; a banalização da cultura pelo turismo de massa; e a pressão dos negócios voltados aos visitantes.

O plano define seus objetivos estratégicos para a revitalização da cidade histórica e fornece orientações para sua configuração inteligente como *cidade patrimonial.* São definidos seis objetivos estratégicos:

1) desenvolver o potencial de acolhimento residencial da cidade histórica e recuperar as atividades comerciais e culturais;
2) garantir a conservação do patrimônio histórico-arqueológico dentro de um marco de funcionalidade contemporânea;
3) integrar a cidade histórica em sua base territorial;
4) reorientar o modelo turístico, reforçando a conservação do patrimônio e um relacionamento amigável com os moradores;
5) aprofundar o conhecimento do patrimônio;
6) promover o vínculo da cidade histórica com a inovação e o conhecimento do patrimônio, juntamente com o apoio de atividades criativas.

No bloco propositivo, são sinalizadas as indicações para a aplicação da estratégia nos instrumentos urbanísticos, de modo a compatibilizar a proteção, a reabilitação e a salvaguarda da cidade histórica viva e habitada. Em seguida, são estabelecidas as orientações para os planejamentos confluentes. Em relação ao Plano Estratégico de Turismo, guia para consolidar Santiago como destino sustentável, são estabelecidas diretrizes para cada um dos oito objetivos estratégicos do Plano de Gestão, em

23. Esse plano foi elaborado como um documento que será desenvolvido com o Plano Especial da Cidade Histórica.



Fachada barroca da Catedral de Santiago de Compostela (Espanha), 2016. Foto: Oscar Corral. Acervo: GCPHE.

um total de 27[24]. Por fim, são definidas diretrizes e programas em 12 campos de ação: habitabilidade; moradia; metabolismo urbano[25]; telecomunicações; atividades produtivas urbanas; mobilidade; final de Santiago e início do Caminho; conhecer, comunicar e difundir patrimônio; atividades criativas urbanas; inovação e conhecimento; gestão da marca Santiago; e gestão de risco e contingências. Na versão atual do plano, as diretrizes e os programas de turismo não são especificamente estabelecidos[26].

A abordagem na linha do plano de gestão de Santiago de Compostela, uma vez que fossem especificadas suas determinações e conexões com as medidas de proteção, permitiria avançar no desenvolvimento da proposta – apontada por Brito (2009) – de uma certificação de patrimônio, que seria concedida aos conjuntos patrimoniais que cumprissem uma série de condições básicas e assumissem compromissos específicos como destinos sustentáveis. A Carta Mundial do Turismo Sustentável +20 (Cumbre Mundial de Turismo Sostenible, 2015), as Declarações da OMT e Unesco de Siem Reap (2015a), Mascate (2017) ou Istambul (2018) sobre Turismo e Cultura e as agendas urbanas deveriam servir de incentivo para a formulação de propostas concretas, realistas e operacionais que contribuam para consolidar práticas turísticas sustentáveis. As estratégias e planos devem ser formulados, portanto, em termos de oferta patrimonial-cultural, e não de demanda

24. Um conjunto de princípios sobre comportamento dos turistas, taxa de turismo em pernoites, imposto sobre os excursionistas, roteiros fora da área central, conhecimento de valores e interpretação, promoção conjunta de cidades patrimoniais, turismo corporativo, conteúdos de divulgação patrimonial, exclusão da oferta turística ilegal, melhorias nos transportes públicos, mobilidade elétrica e espaços de gestão para compatibilidade entre moradia e turismo etc.

25. Abordagem que considera a cidade como se fosse um organismo vivo, quantificando os materiais e bens necessários ao suporte das tarefas humanas nas cidades.

26. De qualquer forma, trata-se de uma experiência a ser seguida, especialmente no que diz respeito à forma como a inserção e a gestão do turismo são articuladas, em termos legais, no Plano Especial para a Proteção da Cidade Histórica.

turística. Esse pode ser um caminho para avançar na construção de *destinos patrimoniais integrados sustentáveis*. Estamos conscientes de que é uma proposta carregada de *utopia*, mas que vale a pena considerar.

Referências

AYUNTAMIENTO DE SALAMANCA. *Plan de gestión de la Ciudad Vieja de Salamanca*. Salamanca: Ayuntamiento de Salamanca; Junta de Castilla y León, 2017. Disponível em: http://www.urbanismo.aytosalamanca.es/es/planeamientourbanistico/docs/PG_TOMO_I_INVENTARIO_BIEN.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

FERNÁNDEZ-BACA CASARES, Román; SALMERÓN ESCOBAR, Pedro; SANZ, Nuria. *El paisaje histórico urbano en las ciudades históricas Patrimonio Mundial*: indicadores para su conservación y gestión. Sevilha: Junta de Andalucía; Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico; Centro del Patrimonio Mundial de la Unesco, 2009.

BLANCO, A.; BLÁZQUEZ, M.; MORELL, M. Turismofobia como arma arrojadiza. *Ábaco*: Revista de Cultura y Ciencias Sociales, v. 4. n. 98, p. 55-64, 2018.

BRAINTRUST. *Observatorio Turístico del GCPHE*. 2018. Disponível em: http://www.ciudadespatrimonio.org/publicaciones/GCPHE-Observatorio-Turistico-2018.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRITO, M. *Ciudades históricas como destinos patrimoniales*: una mirada comparada: España y Brasil. Sevilha: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico; Junta de Andalucía, 2009.

CALLE VAQUERO, M. de la. *La ciudad histórica como destino turístico*. Barcelona: Ariel, 2002.

CALLE VAQUERO, M. de la. Los recursos del turismo cultural. *In*: PULIDO FERNÁNDEZ, J. I. (Coord.). *Turismo Cultural*. Madri: Síntesis, 2013. p. 81-116.

CALLE VAQUERO, M. de la; GARCÍA HERNÁNDEZ, M. Políticas locales de turismo en ciudades históricas españolas: génesis, evolución y situación actual. *Pasos*: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 14, n. 3, p. 691-704, 2016.

CHAMORRO, V. E. *La Alhambra*: el lugar y el visitante. Granada: Patronato de Alhambra e Generalife; Editorial Almuzara, 2006.

CONCELLO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. *Plan de Xestión da Cidade Histórica de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Concello de Santiago de Compostela, 2019.

CUMBRE MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE. *La Carta Mundial de Turismo Sostenible +20*. 2015. Disponível em: http://cartamundialdeturismosostenible2015.com/wp-content/uploads/2016/05/Carta-Mundial-de-Turismo-Sostenible-20.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

GARCÍA HERNÁNDEZ, M. Capacidad de acogida turística y gestión de visitantes en conjuntos monumentales: el caso de la Alhambra. *Revista PH*: Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, v. 36, p. 124-137, 2001.

GARCÍA HERNÁNDEZ, M. *et al*. Cultural heritage and urban tourism: historic city centres under pressure. *Sustainability*, v. 9, n. 8, 2017.

GARCÍA HERNÁNDEZ, M. García; CALLE VAQUERO, M. de la. Capacidad de carga en grandes recursos turístico-culturales. *Anales de Geografía*, v. 32, n. 2, p. 253-274, 2012.

GARCÍA HERNÁNDEZ, M. *Turismo y conjuntos monumentales*: capacidad de acogida turística y gestión de flujos de visitantes. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 2003.

GCPHE – Grupo de Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España. *Estatutos del Grupo de Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España*. 2017. Disponível em: http://www.ciudadespatrimonio.org/recursos/estatutos.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

GRANDE IBARRA, J. Análisis de la oferta de turismo cultural en España. *Estudios Turísticos*, n. 150, p. 15-40, 2001.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta de Turismo Cultural*. 1976. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf. Acesso em: 3 jul. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Museus. *Carta Internacional sobre Turismo Cultural*. 1999. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf. Acesso em: 3 jul. 2019.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Cuenta Satélite de Turismo de España 2017*. Madri: INE, 2018a.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Encuesta de ocupación hotelera*. Madrid: INE, 2005.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Encuesta de turismo de residentes*. Madri: INE, 2018b.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Estadística de movimiento turístico en fronteras (Frontur)*. Madri: INE, 2018c.

INSTEA – Fundación Instituto Euroárabe de Educación y Formación; PATRONATO DE ALHAMBRA E GENERALIFE. Superando los retos de la conservación en el siglo XXI. La Alhambra: estudio de caso. *In*: I JORNADAS SOBRE CONSERVACIÓN Y GESTIÓN CULTURAL EN MONUMENTOS, PAISAJES Y SITIOS PATRIMONIO MUNDIAL, 1, 2011, Granada, *Actas…* Granada: Palacio de Carlos V. Alhambra. Disponível em: http://www.nomade.es/wp-content/uploads/sites/5/2015/03/programa__jornadas_conservacion_instea.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

LOBO MONTERO, P. Turismo y ciudades históricas en los documentos de organizaciones internacionales. *Revista PH*, n. 36, p. 184-194, 2001.

MCKERCHER, B.; CROSS, H. du. *Cultural tourism*: the partnership between tourism and cultural heritage management. Binghamton: The Haworth Press, 2002.

MORA, A. Álvarez; CAMERÍN, F. La herencia del urban renewal en los procesos actuales de regeneración urbana. *Ciudad y Territorio*: estudios territoriales, n. 199, p. 5-26, 2019.

MORÈRE, N.; PERELLÓ, S. *Turismo cultural, patrimonio, museos y empleabilidad*. Madri: Escuela de Organización Industrial, 2013.

MOSSER, F. Monument historiques et tourisme culturel: quel projet para quels publics? *Cahiers Espaces*, n. 37, p. 23-27, jun. 1994.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Código Ético Mundial para el Turismo.* 1999. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/gcetbrochureglobalcodees.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *La gestión de la saturación turística en sitios de interés natural y cultural*: guía práctica. Madrid: OMT, 2005.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Panorama OMT del Turismo Internacional*. Madri: OMT, 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Resoluciones Adoptadas por la XXII Asamblea General*. 2017. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/a22_resolutions_sp.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Tourism and Culture Synergies*. Madri: OMT, 2018.

OMT – Organização Mundial do Turismo; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaración de Estambul sobre Turismo y Cultura*: en beneficio de todos. 2018. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtounescoistanbuldeclaration30119es.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaración de Muscat sobre Turismo y Cultura*: fomentar el desarrollo sostenible. 2017. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwtodeclarations.2017.26.05. Acesso em: 10 jul. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaración de Siem Reap sobre Turismo y Cultura*: por un nuevo modelo de asociación. 2015a. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwtodeclarations.2015.24.01. Acesso em: 10 jul. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *La Conferencia Mundial sobre Turismo y Cultura de la OMT y la Unesco reúne por primera vez a ministros de Turismo y de Cultura*. 6 fev. 2015b. Disponível em: https://media.unwto.org/es/press-release/2015-02-09/la-conferencia-mundial-sobre-turismo-y-cultura-de-la-omt-y-la-unesco-reune-. Acesso em: 10 jul. 2019.

ORTEGA, N. Paisaje, patrimonio e identidad en la conformación de la primera política turística española. *Ería*: Revista Cuatrimestral de Geografía, n. 93, p. 27-42, 2014.

PEDERSEN, A. *Gestión del Turismo en Sitios del Patrimonio Mundial*: manual práctico para administradores de sitios Patrimonio Mundial. Paris: Centro del Patrimonio Mundial de la Unesco, 2005. Disponível em: https://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_01_es.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

RICHARDS, G. Cultural tourism: a review of recent research and trends. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, v. 36, p. 12-21, 2018.

RICHARDS, G. El desarrollo del turismo cultural en Europa. *Estudios Turísticos*, n. 150, p. 3-13, 2001.

TROITIÑO TORRALBA, L. Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España: dinámica turística en tiempos de crisis (2000-2009). *In*: MUÑOZ *et al*. (Orgs.). *Espacios y Destinos Turísticos en Tiempos de Globalización y Crisis*.

Madri: Universidad Carlos III de Madrid, 2011. p.131-148.

TROITIÑO TORRALBA, L. *Madrid y los Destinos Patrimoniales de su Región Turística*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia e História, Universidade Complutense de Madri, Madri, 2010.

TROITIÑO VINUESA, M. A. Turismo y ciudades históricas: la experiencia española. *In*: MARCHENA GÓMEZ, M. (Ed.). *Turismo urbano y patrimonio cultural*: una perspectiva europea. Sevilha: Turismo de Sevilla; Diputación de Sevilla, 1998a. p. 89-134.

TROITIÑO VINUESA, M. A. Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas. *Ería*: Revista Cuatrimestral de Geografía, n. 47, p. 221-227, 1998b.

TROITIÑO VINUESA, M. A. Turismo y sostenibilidad: la Alhambra de Granada. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid*, n. 20, p. 370-396, 2000.

TROITIÑO VINUESA, M. A. *et al*. *La Funcionalidad Turística del Patrimonio Cultural (B.I.C.) de la Comunidad de Madrid y Estrategias de Actuación*. Madri: Consejería de Economía y Hacienda de la Comunidad de Madrid, 2011a.

TROITIÑO VINUESA, M. A. *et al*. *La situación turística del Grupo de Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España*: bases para la puesta en marcha del observatorio turístico. León: UCM; GCPHE, 2007.

TROITIÑO VINUESA, M. A. *et al.* Las actividades turístico-recreativas en los Planes de Gestión de sitios Patrimonio Mundial: el caso de Aranjuez, Paisaje Cultural de la Humanidad. *Cuadernos de Turismo*, n. 27, p. 901-923, 2011b.

TROITIÑO VINUESA, M. A. *et al*. *Observatorio turístico*: Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España 2007. León: UCM; GCPHE, 2009.

TROITIÑO VINUESA, M. A.; TROITIÑO TORRALBA, L. Patrimonio y turismo: reflexión teórico-conceptual y una propuesta integradora aplicada al municipio de Carmona (Sevilla, España). *Scripta Nova*, Barcelona, v. 20, n. 543, 2016.

TROITIÑO VINUESA, M. A.; TROITIÑO TORRALBA, L. Turismo y Patrimonio en Castilla y León: Las ciudades Patrimonio de la Humanidad (Ávila, Salamanca y Segovia) como destinos turísticos de referencia. *Polígonos*. Revista de Geografía, n. 19, p.145-178, 2009.

TURESPAÑA – Instituto de Turismo de España. *Estudios de productos turísticos*. Madri: Secretaría General de Turismo, 2001.

TURISMO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. *La oferta de vivienda turística en la Ciudad de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela, 2018.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Centro del Patrimonio Mundial. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em: 4 jul. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Centro del Patrimonio Mundial. *Directrices Prácticas para la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial*. 2008. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/opguide08-es.pdf. Acesso em: 4 jul. 2019.

VELASCO GONZÁLEZ, M. Conceptos en evolución: turismo, cultura y turismo cultural. *In*: PULIDO FERNÁNDEZ, J. I. (Coord.): *Turismo cultural*. Madri: Síntesis, 2013. p. 15-46.

VERNIERES, M. (Coord.): *Methodologie d'évaluation économique du patrimoine urbaine*. Une approche pour la soutenabilité. Paris: Agence Francaise pour Développement, 2012.

VILLAFRANCA, M. M.; CHAMORRO, V. (Eds.). *Acogida de visitantes en monumentos y sitios Patrimonio Mundial*. Granada: Patronato de Alhambra e Generalife; Consejería de Cultura, 2007.

VILLAFRANCA, M. M.; SALMERÓN, P. (Dir.). *Plan Director de la Alhambra*. Granada: Patronato de Alhambra Generalife; Consejería de Cultura Junta de Andalucía, 2010.



Capela da Senhora da Livração de Fandinhães, Marco de Canaveses, Porto (Portugal), 2014.
Foto: Norberto Valério.
Acervo: Rota do Românico.



José Saramago

Viagem a Portugal[1]

[...] Sem tirar nada ao que a Sé Velha de Coimbra é e tem, é mais profundamente tocado pelas pequenas e rústicas igrejas românicas do Norte, quase nuas tantas vezes, roídas por todos os lados, dentro e fora, já polidas como um seixo rolado, mas tão próximas do coração que se sente o pulsar da pedra.

1. Excerto da crônica "Coimbra sobra, Coimbra desce", presente na coletânea *Viagem a Portugal*, cuja edição brasileira foi publicada em 1997 pela Companhia das Letras.


sagem Agrícola
rimónio
rso
ral
e and
ed Heritage

António Ponte

O papel dos centros interpretativos na comunicação do patrimônio

The role of interpretive centers for heritage dissemination

El papel de los centros de interpretación en la comunicación del patrimonio

Resumo

A necessidade de valorizar o patrimônio cultural como veículo de construção da identidade comunitária e impulsionador de desenvolvimento socioeconômico, através do turismo, tem suscitado um intenso debate quanto à melhor forma de apresentar os bens. A grande explosão do universo museológico, no final do século XX e início do XXI, em que o museu assumiu um importante papel educativo e social, propiciou a criação de novas formas de apropriação e comunicação, com modelos mais interativos e articulados com as exigências da mediação contemporânea. Para atender essa demanda, os centros interpretativos surgem como espaços que oferecem ao público abordagens diferenciadas e complementares, permitindo o acesso ao patrimônio e o seu entendimento de forma gradual. São apresentados, assim, cinco centros situados no norte de Portugal, de abrangência territorial e temática diversa, cujo foco está em um processo comunicacional que permite a apreensão e o reconhecimento do legado cultural.

Summary

The necessity of recognizing cultural heritage as a driving force behind community identity and socioeconomic development through tourism has led to passionate debate about the best way to introduce this heritage. The major rise in museology at the end of the twentieth and the beginning of the twenty-first centuries, when museums took on important educational and social roles, has led to novel methods of appropriation and communication that are more interactive and closely linked to the requirements of contemporary mediation. Interpretive centers offer the audience unique and complementary approaches to this need, providing access to this heritage and the chance to understand it gradually. There are five centers in northern Portugal encompassing a variety of territories and subjects focusing on a communication process that fosters awareness and appreciation of cultural legacies.

Centro Interpretativo do Vale do Tua, Carrazeda de Ansiães (Portugal), 2018.
Acervo: Rota do Românico.

Resumen

La necesidad de valorizar el patrimonio cultural como vehículo para construir la identidad comunitaria e impulsar el desarrollo socioeconómico a través del turismo ha provocado un intenso debate con respecto a la mejor manera de presentar los bienes. La gran explosión del universo museológico a finales del siglo XX y principios del XXI, en la que el museo asumió un importante papel educativo y social, favoreció la creación de nuevas formas de apropiación y comunicación, con modelos más interactivos y articulados con las exigencias de la mediación contemporánea. Para satisfacer esta demanda, los centros de interpretación surgen como espacios que ofrecen al público abordajes diferenciados y complementarios, que les permiten el acceso al patrimonio y a su entendimiento de una manera gradual. Se presentan, por ende, cinco centros situados al norte de Portugal, de alcance territorial y temática diversa, que se centran en un proceso comunicacional que permite la aprehensión y el reconocimiento del legado cultural.



Nos últimos anos[1], a abordagem do patrimônio cultural tem integrado um novo conjunto de estruturas e conceitos que visam à apropriação de seus valores pela comunidade. A necessidade de valorizá-lo por seu fundamental papel tanto na construção da identidade comunitária quanto para o desenvolvimento socioeconômico de um local ou região, através do turismo, tem suscitado um intenso debate entre os profissionais da área no sentido de buscar a melhor forma de apresentar os bens ao público.

Assim, é necessário fazer um percurso teórico sobre alguns conceitos relevantes para a temática, como cultura, patrimônio e mediação cultural. Em seguida, serão apresentadas cinco experiências em funcionamento no norte de Portugal no âmbito dos centros interpretativos como forma de comunicar de maneira mais eficaz o legado aos visitantes.

Cultura, patrimônio e turismo

Na Declaração Universal para a Diversidade Cultural, publicada em 2002, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) define cultura como um conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais de uma sociedade ou grupo social. Por sua vez, o Conselho Mundial de Dados de Cidades (WCCD, sigla em inglês para *World Council on City Data*) a entende como as particularidades do modo de vida de uma sociedade, em todos os seus domínios (WCCD, 1996, p. 13 e 17). Já para alguns autores (Bordier, 1973, p. 19; Barilli, 1995, p. 18) e para a *Enciclopédia Larousse* (1997, p. 2.838), é o conjunto de fenômenos materiais e ideológicos, como a linguagem, os gestos, o vestuário, as tradições, que caracteriza um determinado grupo em oposição a outro, sendo um conceito unicamente aplicável à raça humana.

Independentemente da sua classificação, cultura é uma produção da atividade humana que resulta de um contexto econômico e do mundo envolvente (Heilbrun e Gray, 2004, p. 3). Ela processa-se através da criação e transmissão de conhecimentos, costumes, usos e outras práticas materiais e imateriais que perduram ao longo do tempo (Cunha, 2008, p. 167). Uma vez que é marcada pelas características distintivas de cada grupo ou comunidade, sua individualidade torna-se cada vez mais importante quanto mais globalizado o mundo fica (França, 1997, p. 165).

É hoje comumente aceito que o patrimônio cultural inclui todos os elementos representativos da identidade coletiva, ultrapassando a concepção limitada que antes o relacionava a apenas objetos artísticos. Essa mudança conceitual levou à aceitação de uma noção mais global, observando também os fenômenos sociais e culturais da sociedade. Falar de legado é falar de identidade, que se estrutura a partir do reconhecimento de valores materiais ou imateriais ao longo do tempo (Fernández de Paz e Agudo Torrico, 1999, p. 10). Nas palavras de León e Morón (1999, p. 32, tradução nossa): "O patrimônio cultural resulta de cada sociedade e é um processo histórico concreto, incluindo uma série de elementos (materiais e

Centro Interpretativo do Mosteiro de São João de Tarouca, Viseu (Portugal), 2016.
Acervo: Rota do Românico.

1. O texto original foi escrito em português de Portugal, tendo sido posteriormente editado conforme a variedade brasileira pela equipe responsável pela revista.

imateriais) que cada uma delas criou, transformou e está criando. Insistimos em seu caráter dinâmico e processual."

Apesar da complexidade do termo patrimônio[2], que ganhou grande projeção a partir das décadas de 1970 e 1980, de imediato remete-se a visitas a monumentos, sítios arqueológicos e diversas tipologias arquitetônicas. Mais do que isso, a palavra diz respeito também a um conjunto de bens móveis e imóveis, tangíveis e intangíveis, que permitem o contato com outras culturas e com outros tempos da vivência do homem. Por meio deles, pode-se criar uma imagem e uma identidade de um local ou grupo.

Atualmente, o patrimônio é um dos segmentos turísticos que mais têm aliado o desenvolvimento econômico e local à sustentabilidade (Prentice, 1993, p. 21; Boniface e Fowler, 1993, p. 11; Ashworth e Howard, 1999, p. 10; Fernández de Paz e Agudo Torrico, 1999, p. 7; Prieto, Figueira e Fernandes, 2001, p. 2; Anastassova, 2007, p. 1; Benediktsson, 2004, p. 8; Pugliese e Sacco, 2007, p. 1; Jones, MacDonald e McIntyre, 2008, p. 1; Towse, 2010, p. 238). Nos últimos anos, foi produzido um número significativo de estudos acerca do assunto. Alguns enfatizam a importância do turismo na conservação dos bens, ao passo que outros reconhecem a prevalência do campo patrimonial sobre o econômico, em especial em relação aos efeitos que o turismo pode causar na utilização dos monumentos.

Com vistas a constituir-se como verdadeiro produto cultural, o patrimônio tem sido alvo de atenção especial[3]. Nesse sentido, uma planificação estratégica tem sido trabalhada para disponibilizá-lo, integrada e articuladamente, na forma de rotas, itinerários, percursos e outros programas. Nela são incorporados elementos como espetáculos e contatos com tradições e comunidades locais, os quais potencializam as atividades de marketing, objetivando uma comunicação mais adequada por meio de folhetos, catálogos, mapas e outros instrumentos de divulgação. Essa abordagem facilita a promoção do destino, destacando a autenticidade, a qualidade e o esforço despendido na sua conservação (Prentice, 1993, p. 35-36; Icomos, 1999, s.p.; Esap, 2001, p. 14; Anastassova, 2007, p. 1; Jones,

2. Alguns autores questionam o que é verdadeiramente o patrimônio; todavia, refere-se consensualmente a algo que remete ao passado. Por exemplo, Ashworth e Howard (1999, p. 7, tradução nossa) afirmam: "A noção de patrimônio está intimamente associada às pessoas e à identificação pessoal, bem como aos lugares em que elas vivem. Sete categorias de bens patrimoniais foram propostas: natureza; paisagem; monumentos; artefatos; atividades; pessoas; e locais. Salienta-se a importância de considerar esses aspectos de forma conjunta." Por sua vez, Sterry (1998, p. 21, tradução nossa) postula: "Tradição, passado, identidade, história, cultura, nostalgia: todos esses termos já foram usados para descrevê-lo [o patrimônio]. Para alguns, trata-se da perpetuação do passado, ao passo que outros o concebem como um produto puramente contemporâneo, como a Disneylândia." Já para Prentice (1993, p. 5, tradução nossa): "O patrimônio, na sua acepção mais literal, é algo herdado; a palavra 'patrimônio' significa uma herança ou um legado; coisas de valor que são transmitidas de uma geração para outra." Por último, segundo Towse (2010, p. 237, tradução nossa): "'Patrimônio cultural' é um termo muito amplo que abrange arqueologia, artefatos, edifícios antigos e modernos, museus, arquivos, obras de arte e afins; para além dos itens fabricados pelo homem, o patrimônio inclui também elementos imateriais tais como tradições herdadas, conhecimentos, competências e o patrimônio natural."

3. Por todo o mundo percebe-se o interesse na lista do Patrimônio Mundial da Unesco, como meio de difundir e valorizar os ativos patrimoniais existentes. A Europa assume-se, por excelência, como o continente do patrimônio, que, ao ser encarado como produto, torna-se um elemento vital para a economia da região (Ashworth e Howard, 1999, p. 65). A votação na eleição das Sete Maravilhas do Mundo Moderno movimentou inúmeros interesses, pois esse conjunto de monumentos é alvo de procura incalculável, o que dinamiza enormemente os locais onde estão. Os bens patrimoniais que são reflexo de políticas ditatoriais e opressoras, de guerras, bem como as alterações operadas em determinadas localidades após a queda de alguns regimes, têm sido a motivação da visita a muitos destinos. Veja-se a curiosidade pela cultura cubana, pelas transformações na cidade de Berlim e em todo o Leste europeu, entre outras.



MacDonald e McIntyre, 2008, p. 1, 3-4; Vida, Martins e Baptista, 2011, p. 18). O estudo, a interpretação e a comunicação do patrimônio serão determinantes na avaliação da qualidade da oferta e no enriquecimento da experiência vivida, no sentido de facilitar a compreensão dos locais visitados (Boniface e Fowler, 1993, p. xii; OMC, 1998, p. 76; Jones, MacDonald e McIntyre, 2008, p. 1-5; Almeida, 2007, p. 153).

Na Europa, a necessidade de renovação econômica dos países e das regiões deu origem, em março de 2000, à Agenda de Lisboa, a qual estabeleceu o compromisso de fazer do continente a mais dinâmica economia do conhecimento do mundo, capaz de um crescimento sustentável, com emprego e coesão social. Nesse sentido, foram introduzidas na pauta política a demanda de desenvolvimento tecnológico e a consciência das vantagens competitivas da criatividade na economia global.

Através das suas agendas nacionais e regionais prioritárias, a União Europeia tem, como um de seus objetivos, possibilitar que as cidades e as regiões posicionem-se na corrida global para atrair investimento, talento e turismo, utilizando a cultura como ferramenta-chave (Hesmondhalgh, 2002, p. 4 e 6; Throsby, 2004, p. 93; Kolb, 2005, p. 73; Ruijter, Heese e Raes, 2007, p. 18; Addict, 2009, p. 23-24; Towse, 2010, p. 516). A conjugação da oferta de serviços criativos, aglomerados em determinados locais, facilita a sua comercialização e aumenta o interesse das pessoas. É assim que se desenha

Casa da Memória de Guimarães, Guimarães (Portugal), 2016.
Acervo: Rota do Românico.

o papel da cultura no desenvolvimento ou na regeneração econômica desses lugares, contribuindo para uma expansão desse segmento turístico, associando antigo e moderno, e atingindo um público mais amplo (Throsby, 2004, p. 124; Ruijter, Heese e Raes, 2007, p. 18; Towse, 2010, p. 516).

Para evitar a repetição de modelos utilizados e estudados em outros locais, a solução é cada destino procurar elementos identitários próprios e desenvolver produtos diferenciados com base na criatividade[4]. Dessa forma, é possível propiciar experiências únicas e ricas, resultado de uma interação entre o promotor da oferta turística e o visitante.

Reconhecendo a importância e a diversidade do patrimônio, é essencial criar condições para que ele seja requalificado, interpretado e comunicado a todos os cidadãos, sendo o turismo um dos principais veículos de difusão e intercâmbio cultural. A valorização patrimonial deve permitir que a cultura das diferentes comunidades seja vivenciada e compreendida (Icomos, 1999). Além disso, deve-se buscar uma gestão sustentável, que permita a manutenção dos recursos para as gerações futuras.

Considerando o valor social e econômico do patrimônio cultural, surgiram documentos reguladores no seio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), entre os quais destacamos a Carta de Itinerários Culturais (2008b) e a Carta para a Interpretação e Apresentação dos Sítios Culturais (2008a)[5], ratificadas na XVI Assembleia Geral do Icomos, que teve lugar em Quebec, no Canadá, em 2008.

Nesse contexto, a diversidade cultural é apresentada pela Resolução nº 65/166 da Unesco (2010)[6] como o quarto pilar do desenvolvimento. Reconhece-se, assim, a importância da cultura para o crescimento econômico das sociedades, nomeadamente, como motor da atratividade desse segmento do turismo. No âmbito da proteção cultural, a Unesco desenvolve um papel fundamental ao produzir importantes documentos que alertam para a necessidade da sua

4. Isso é comprovado pelo estudo desenvolvido pela Fundação de Serralves (2008, p. 34) na região metropolitana do Porto: "O desenvolvimento do Turismo Criativo implica novos desafios quer para o destino quer para o turista. Uma das implicações mais diretas deste tipo de turismo é a necessidade dos destinos serem criativos de modo a transformarem os seus recursos intangíveis, que são característicos e específicos da sua identidade (tal como as tradições locais), em experiências criativas para os turistas. Não se trata apenas de oferecer aos turistas atividades criativas: deverá existir um sistema de 'coprodução' entre o turista e os criativos. Experiências de turismo criativo há muito são oferecidas em vários destinos, embora nem sempre com esta designação (safáris fotográficos, campos de férias de dança, etc.). A grande evolução que se registra atualmente é o fato de experiências criativas serem ativamente desenvolvidas e oferecidas aos turistas em pacote, por diversos destinos, numa tentativa de diversificar o produto turístico."

5. Dando continuidade ao proposto na Carta de Veneza de 1964 (Icomos, 1964) e valorizando a comunicação do patrimônio com o público, o Icomos produziu um documento com os seguintes objetivos (Icomos, 2008a, p. 2, tradução nossa): "Ao reconhecer que a interpretação e a apresentação são parte integrante do processo de conservação e gestão do patrimônio cultural, esta Carta tem por objetivo estabelecer sete princípios básicos que fundamentarão toda interpretação e apresentação de Sítios Patrimônio Cultural, sob qualquer forma ou meio que for considerado o mais indicado para circunstâncias específicas: princípio 1: acesso e compreensão; princípio 2: fontes de informação; princípio 3: respeito ao ambiente e ao contexto; princípio 4: preservação da autenticidade; princípio 5: planejamento para sustentabilidade; princípio 6: observação da inclusão; princípio 7: importância da pesquisa, capacitação e avaliação."

6. Ao enfatizar a necessidade de preservação da diversidade cultural, a Unesco reconhece a sua importância para o setor do turismo: "[…] Incentiva todos os Estados-Membros, organismos intergovernamentais, organizações do sistema das Nações Unidas, organizações não governamentais pertinentes e todas as partes interessadas a intensificar seus esforços de cooperação internacional de apoio a países em desenvolvimento no fomento e na consolidação de suas indústrias culturais, do turismo cultural e das microempresas ligadas à cultura, apoiando igualmente o desenvolvimento das infraestruturas e competências necessárias nesses países, a apropriação de tecnologias de informação e comunicação e o acesso a novas tecnologias, sob condições mutuamente acordadas" (Unesco, 2010, s.p., tradução nossa).

salvaguarda, independentemente da tipologia do patrimônio. Nessa visão, considera-se que a preservação dos valores culturais da humanidade pode aproximar os povos e dinamizar tanto a economia mundial como o intercâmbio entre eles através de políticas articuladas nas diversas áreas em que o turismo atua.

Instituições culturais

As instituições culturais, em especial os museus, desempenham um papel essencial na interseção entre cultura e turismo. O visitante procura nelas conhecimentos e vivências inovadoras, com respostas adequadas às exigências que a globalização e a tecnologia impõem ao modo de trabalho dessas organizações, nomeadamente, na consistência das informações apresentadas e na comunicação com os públicos, que, por serem diferenciados, pedem respostas distintas, conforme destaca Eilean Hooper-Greenhill:

> Os museus e as galerias de arte do mundo inteiro estão em processo de renovação. Surgem novas configurações de museus, novas formas de trabalhar com objetos, novas abordagens para exposições e, sobretudo, novas formas de relacionar-se com o público dessas entidades. No final do século XX, as antigas estruturas começam a ser substituídas, preparando-se para o novo século. Muitos organismos sociais, entre os quais os museus e as galerias de arte, estão revendo suas funções e potencialidades (Hooper-Greenhill, 1996, p. 6, tradução nossa).

Essas instituições desempenham um papel essencial na compreensão da identidade e no desenvolvimento do sentimento de pertencimento de uma comunidade. Com a atividade dos museus, é hoje possível conhecer o passado, compreender o presente e preparar o futuro (Ambrose e Paine, 1993, p. 3).

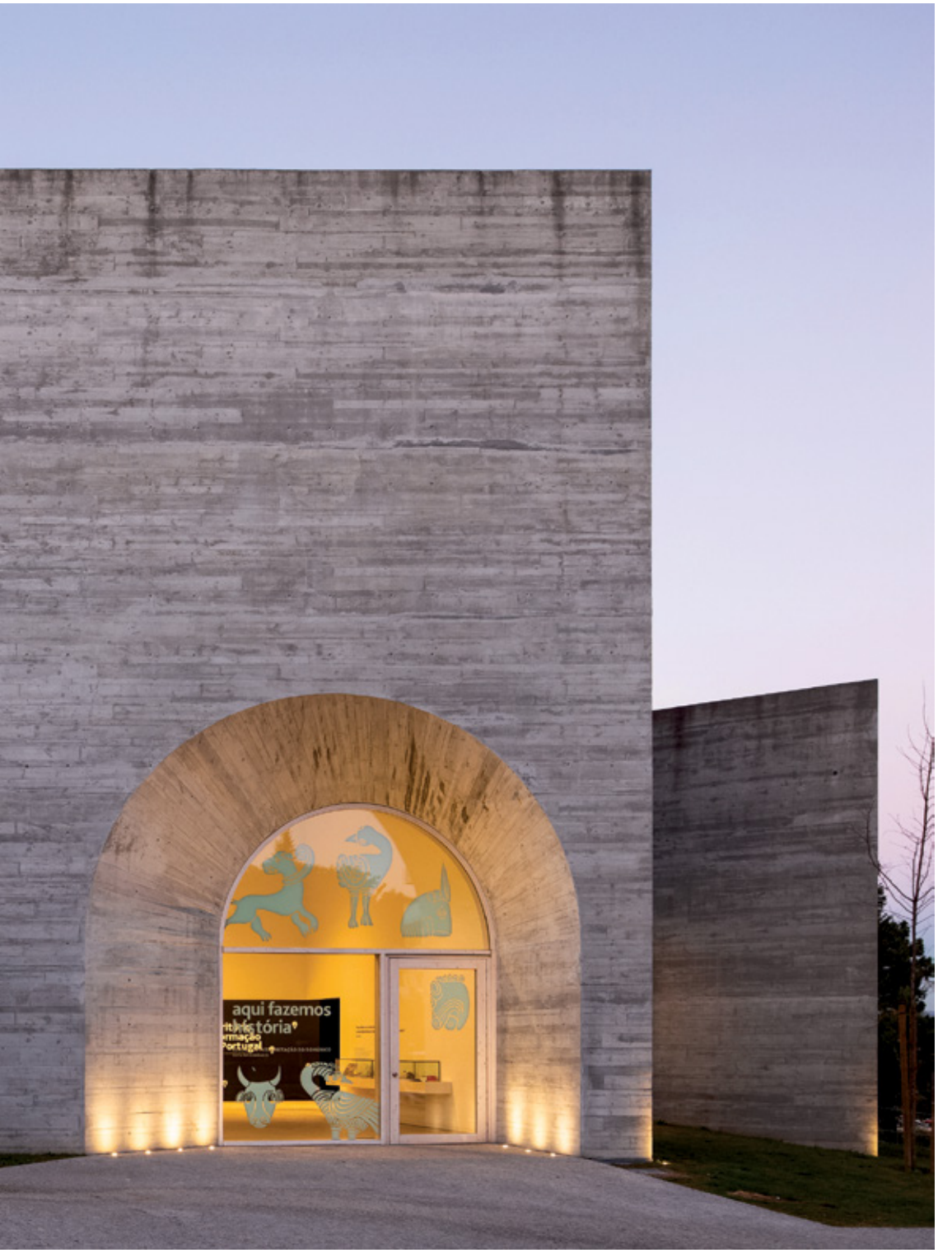
Dificilmente, nos dias de hoje, imaginamos um mundo sem museus, galerias, centros de interpretação, entre outras organizações culturais. As últimas gerações assistiram ao surgimento de um sem-número de entidades desse tipo, assim como a uma expansão e diversificação das suas atividades. Depois das décadas de 1970 e 1980, verificou-se um verdadeiro *boom* museológico. Essas instituições, com diferentes características e dimensões, espalharam-se por todo o planeta, povoando memórias de viagens e passeios, desde os períodos de vivência escolar até as experiências da vida adulta.

Esse fenômeno tem sido investigado por muitos pesquisadores e críticos. Os estudos da museologia atual devem encarar os museus e centros de interpretação a partir da intrincada relação entre estruturas históricas e narrativas, estratégias e práticas de exposição, sem esquecer as ideologias políticas que estão na base da atividade do setor em cada espaço em análise.

Para Eilean Hooper-Greenhill (1996, p. 6), os museus devem desenvolver uma clara função social, com vistas a uma democratização cada vez maior de acesso aos produtos culturais. Essa política tem sido promovida por unidades museológicas de todo o mundo, em instituições de diferentes tipologias e dimensões, não só conferindo a tais locais uma autoridade no domínio do conhecimento e na formação intelectual dos visitantes, mas também ocupando um lugar de destaque no mercado do lazer.



Centro de Interpretação do Românico, Lousada (Portugal), 2019.
Acervo: Rota do Românico.


aqui fazemos
história

Entre as novas funções dos museus, Herreman (*apud* Hooper-Greenhill, 1996, p. 8) destaca a organização turística. Nesse sentido, os museus e espaços de caráter museológico, de diferentes tipologias, podem chegar a ter projeção nacional e internacional. Alguns, inclusive, assumem um papel de liderança na afirmação da cidade onde se inserem, promovendo-a, conservando o seu patrimônio e fomentando o contato entre os turistas e as respectivas comunidades (Moore, 1994, p. 144; Prévélakis, 2008, p. 17). Assumindo tais características, essas instituições criam uma representação imagética da própria localidade. À medida que a globalização avança, muitas iconografias nacionais são substituídas por outras transcontinentais, mas, ao mesmo tempo, as locais começam a ganhar mais importância como referência de segurança e identidade comunitária. É segundo esse pressuposto que os museus regionais e os centros de interpretação ganham mais espaço e relevância na valorização do legado cultural e na operação do turismo.

O público deseja, cada vez mais, ser surpreendido e motivado pelos museus e galerias, como ocorre nos teatros ou nos espetáculos de música. Para tanto, ele precisa conectar-se com algo que lhe seja familiar, cujo conhecimento seja veiculado por meios de comunicação eficazes, que transmitem mensagens verdadeiras e representativas de realidades próximas. O visitante atual deixou de satisfazer-se somente ao olhar os objetos nas vitrines, limitando-se a uma fruição estética; quer interagir com eles e os seus contextos, quer estar envolvido, quer experimentar e ter um papel ativo na descoberta. Os museus e centros de interpretação são, muitas vezes, os únicos espaços onde os turistas conseguem estabelecer algum contato com a localidade e, não menos frequentemente, é o único local visitado em uma cidade. Esse momento pode ser determinante para a criação de uma imagem do lugar:

> Quando o museu transforma-se em símbolo de determinado local, ele também se torna um espaço de urbanidade. Os "museus-evento", verdadeiros ícones locais, tornam-se "pontos de apoio" para o fluxo turístico de uma localidade. Assim, a circulação, o movimento, a iconografia e as suas inter-relações são noções férteis e presentes na reflexão sobre a dinâmica do mundo contemporâneo. A iconografia torna-se, cada vez mais, parte da capacidade de atração e da mobilidade (Eirest, 2011, p. 3, tradução nossa).

Nessas instituições, os turistas familiarizam-se com a história e a cultura das diferentes nações, regiões ou cidades, o que potencializa o desenvolvimento de sentimentos de identidade[7]. Objetos verdadeiros podem representar a cultura local de maneira autêntica e íntegra, além de demonstrar sua história e suas problemáticas. A essa autenticidade deve estar associada uma nova forma de

7. Stevens (1998, p. 26, tradução nossa) exprime com clareza o papel dos museus na difusão dos valores culturais dos locais visitados: "Quando o turista conhece um país, ele sempre deve ter fácil acesso aos locais mais emblemáticos e às coleções mais importantes. O museu proporciona ao visitante a oportunidade de conhecer a cultura do país, uma vez que as exposições que vê são, provavelmente, as mais representativas, apresentadas em um contexto harmonioso. Os museus reúnem as melhores condições para oferecer essa oportunidade aos turistas. […] Os museus, em particular, são nitidamente instados a exercer uma influência direta e positiva no processo de diálogo entre o turista e a cultura do país visitado. A sua missão é coletar, preservar e proteger tudo o que é efêmero na cultura e com isso colaborar para evitar a perda de identidades culturais."



apresentação e comunicação dos conteúdos, mais apelativa e original. Uma atividade com tais características transforma a instituição museológica em um aliado perfeito para os agentes de turismo e para as populações autóctones, sendo reconhecidos a sua honestidade e o seu valor. Com essa atitude, os museus e o patrimônio desempenham um papel determinante na preservação dos ativos culturais específicos em um mundo cada vez mais globalizado, promovendo as culturas locais e as distanciando de uma noção universalizada e universalizante.

Essas instituições precisam adaptar-se e disponibilizar textos em diversas línguas e linguagens e realizar atividades inovadoras. Assim, as visitas tornam-se memoráveis, convertendo-se em marcos inesquecíveis de experiências particulares e fator de desenvolvimento dos diferentes locais, cujas estruturas complexificam-se e passam a exigir um leque mais alargado de especialidades profissionais (Hernández, 1998, p. 259; Lira, 2002, s.p.; Miles e Zavala, 2002, p. 2; Skramstad, 2004, p. 127; Gonçalves, 2007, p. 11-12; Baltazar, 2008, p. 27-28).

Ao observar a capacidade de os museus transformarem-se em instrumentos de comunicação cada vez mais eficazes, Jean Davallon, admite que:

> Parte-se hoje do princípio de que a tecnologia própria do museu é a exposição. O desenvolvimento técnico, o surgimento de critérios de qualidade de produção, o uso de suportes característicos (*layout* das unidades de exposição, painéis, vídeos etc.) e o domínio completo sobre os efeitos desejados, desde a fase de concepção, permitem que os museus – ou, pelo menos, alguns deles – tornem-se uma verdadeira unidade econômica de produção de exposições, concebidas como autênticas ferra-

Castelo de Guimarães, Guimarães (Portugal), 2012.
Acervo: Rota do Românico.

mentas de comunicação (Davallon, 1992, p. 101, tradução nossa).

A modelagem contemporânea da unidade museológica, a ascensão do seu papel como mediador de cultura e comunicação e a sua ação educativa[8] a transportam cada vez mais para o centro das atenções do turismo cultural e das estratégias de desenvolvimento urbano. Nessa perspectiva (Hooper-Greenhill, 1994b, p. 133), o museu é um local alegre, divertido, acolhedor e enriquecedor, rentabilizando os serviços internos e disponibilizando ao público novas propostas e respostas capazes de adequar-se aos novos conceitos e mentalidades.

Mediação cultural

A mediação cultural assume-se como uma das preocupações mais amplamente reconhecidas em termos de valorização do patrimônio. A comunicação entre duas partes – o emissor e o receptor de uma mensagem relacionada com a arte, as práticas e as expressões culturais de uma população, tendo em conta a diversidade e a individualidade dos estilos de vida, dos valores e das identidades dos interlocutores – é essencial para o processo de patrimonialização, situando-se no âmbito da "educação não formal", na interseção entre cultura, educação, educação continuada e lazer. Seus objetivos são tanto educacionais quanto recreativos ou cívicos. Para Jean Davallon:

> Mediação cultural pode ser definida, sem dúvida, por sua funcionalidade: ela visa fazer aceder um público a obras (ou saberes), e a sua ação consiste em construir uma interface entre esses dois universos estranhos um ao outro (o do público e o, digamos, do objeto cultural) com o fim precisamente de permitir uma apropriação do segundo pelo primeiro (Davallon, 2003, p. 5).

Segundo Sophie Joli-Cœur (2007), essa mediação é uma forma mais recente de elaborar atividades culturais – em termos não só da prática profissional e da relação com o público, mas também do discurso e da participação do Estado – por causa da sua importância política e cívica. Na verdade, tal como concebida pelos tomadores de decisões e profissionais de cultura, visa ao trabalho conjunto no que diz respeito tanto ao significado (vida com o pensamento) quanto à convivência.

Esse instrumento representa uma exigência social determinante na relação entre o singular e o coletivo. Por meio dele, são desenvolvidas formas culturais de pertença e de sociabilidade que lhe dão uma linguagem e determinam a maneira como a comunidade apropria-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social.

Atualmente, as políticas públicas voltadas para a cultura incorporaram essa abordagem como fator essencial para a ação dos equipamentos culturais. Museus e estruturas patrimoniais não podem somente ser criados e abertos ao público. Do seu programa de ação, devem constar estratégias de mediação para determinar o seu posicionamento.

8. Ao abordar a importância dos serviços educativos nos museus e a sua crescente influência nos novos desafios museológicos, Hooper-Greenhill (1994a, p. 229, tradução nossa) afirma: "A educação nos museus é frequentemente percebida, de forma muito restrita, como uma oferta direcionada para grupos estruturados, com forte ênfase nos escolares. O trabalho pedagógico do museu, no entanto, é muito mais amplo. A própria noção de excelência e equidade indica categoricamente que a educação está no cerne dos serviços prestados pelo museu ao público, e que esse público é diversificado."



Centros de interpretação

Diferentemente dos museus tradicionais, os centros de interpretação, em geral, não visam colecionar ou conservar objetos. São instituições especializadas em mediação cultural, na comunicação da importância e do significado do patrimônio. Sua função é educar e conscientizar. Ainda assim, não é simples definir esses locais, como explica Manuel Pizarro:

> Uns consideram tratar-se de instituições para a disseminação do conhecimento do patrimônio cultural ou natural; um espaço onde confluem linhas argumentais de um discurso interpretativo pensado em um território determinado, onde se dá uma ideia de conjunto, apresentando propostas culturais, educativas e turísticas; outros defendem tratar-se de espaços sem coleção criados com o objetivo de valorizar e difundir o patrimônio e destinados a um público vasto, e outros afirmam tratar-se de um tipo específico de novo museu, muitas vezes associados com centros de visitantes ou ecomuseus e localizados próximos a sítios culturais, históricos ou naturais, recorrendo a diferentes meios de comunicação de modo a facilitar a compreensão de um determinado patrimônio (Pizarro, 2017, p. 125).

Os centros de interpretação utilizam diferentes meios de comunicação para apresentar o legado cultural. Para auxiliar e estimular o processo de conexão emocional e intelectual do visitante, as estratégias comunicativas tendem a ser mais amigáveis e interativas, usando muitas vezes cenografia, exposições e programas multimídia.

Centro de Interpretação do Românico, Lousada (Portugal), 2019.
Acervo: Rota do Românico.

Essa abordagem é uma solução eficaz em municípios e áreas rurais onde os recursos podem não ser suficientes para a construção de um museu tradicional e onde o patrimônio pode ser um fator importante para o desenvolvimento do turismo.

Levando em conta os conceitos discutidos, apresentamos cinco experiências portuguesas de centros interpretativos de dimensão e contexto muito diversos.

Centro Interpretativo da Rota do Românico (CIR)

Aberto ao público desde 27 de setembro de 2018, em Lousada, o Centro de Interpretação do Românico (CIR) é promovido pela Rota do Românico, sob a tutela da Associação de Municípios do Vale do Sousa (Valsousa). Através da valorização do patrimônio de estilo românico, essa rota pretende contribuir para um desenvolvimento sustentado da região do Tâmega e Sousa, criando um produto turístico e cultural de excelência. Os objetivos da iniciativa são: valorização do legado como meio de ordenar o território; criação de um novo setor produtivo ligado à cultura e ao turismo; mudança da imagem (interna e externa) do Tâmega e Sousa, anulando aquela de uma região desinteressante e promovendo a potencialidade do seu patrimônio; qualificação dos recursos humanos da região a partir de um programa de requalificação profissional para as diferentes necessidades de salvaguarda e valorização dos bens, incluindo as provocadas pelo aumento da procura turística; e empregabilidade qualificada.

Complementando as funções desempenhadas pelo Centro de Interpretação da Escultura Românica, o CIR assume-se como: elemento construtor de identidade coletiva com base no patrimônio; exemplo de arquitetura contemporânea com base na simbologia e nos traços da arquitetura medieval; e ponto de partida ou chegada da Rota do Românico, apresentando e interpretando as bases da arte românica, valorizando os homens que a produziram e os sistemas construtivos da Idade Média.

O projeto expositivo desse grande equipamento de divulgação do patrimônio histórico-cultural distingue-se não só pela sua arrojada arquitetura contemporânea, mas também pelas múltiplas experiências interativas proporcionadas pelos conteúdos museográficos. Além dos espaços da recepção, cafeteria e biblioteca, o centro é constituído por uma superfície expositiva de cerca de 650 metros quadrados, distribuídos por um amplo átrio central e por seis salas temáticas.

Trata-se do cenário ideal para iniciar a viagem de descoberta da Rota do Românico e do seu território de influência, bem como da arte e do simbolismo que marcaram Portugal e a Europa durante a Idade Média. O percurso reúne, atualmente, 58 monumentos, distribuídos por 12 municípios dos Vales do Sousa, Douro e Tâmega (Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende), no norte de Portugal.

Casa da Memória de Guimarães

Instalado em uma antiga unidade industrial, no centro de Guimarães, sob responsabilidade da Câmara Municipal, esse centro de interpretação está assentado em dois pilares essenciais: o território e a comunidade. Segundo José Bastos (2017, p. 6), "a Casa da Memória é um centro de interpretação e aprendizagem que pretende contribuir para um melhor conhecimento da cultura, território e história de Guimarães, das suas gentes e do seu trabalho". Para o mesmo autor, um museu da memória evoca o epíteto de guardião da cultura-alma coletiva de um povo: sua produção e sua identidade, além dos traços que o identificam e caracterizam. Trata-se de um lugar complexo, "onde a memória se compreende e se reinventa, e onde se expõem, comunicam e interpretam testemunhos materiais e imateriais de diferentes lugares e pessoas da sociedade vimaranense" (Bastos, 2017, p. 5).

O processo de constituição da Casa da Memória resultou em um projeto expositivo que considera território, sociedade e vivências do espaço público, privilegiando o contato com a comunidade e as suas produções em detrimento de uma grande coleção. A configuração desse equipamento cultural é diferente da de um museu formal, procurando apresentar uma interpretação particular, de acordo com as diversas perspectivas das memórias vimaranenses. Seu objetivo é ser uma verdadeira casa de cultura e um arquivo de memórias da comunidade.

A partir do elemento estrutural do centro, a exposição permanente, desenrola-se um significativo conjunto de eventos culturais e serviços educativos. Para a curadora, Inês Moreira, ela "assume os riscos de proposta experimental, extravasa abordagens estritamente históricas e cânones museológicos, desafiando leituras por camadas, parciais e multidimensionais, e convidando à revisita e reinterpretação" (Moreira, 2017, p. 15).

O visitante é confrontado com o passado do concelho[9] de Guimarães, mas ao mesmo tempo é desafiado a colocar o futuro em perspectiva, experimentar as sensações que o local suscita, viver as festas e ter uma experiência sensorial profunda. A vivência termina com a possibilidade de escutar depoimentos de residentes nativos sobre a terra, as tradições, enfim, sobre o espírito vimaranense.

Centro Interpretativo do Castelo de Guimarães

O Castelo de Guimarães, administrado pela Direção Regional de Cultura do Norte, é um dos mais icônicos monumentos de Portugal, símbolo do nascimento do país e do processo de construção de estruturas defensivas para proteger o território. Depois dos seus tempos áureos, entrou em um processo de decadência que só foi interrompido por um profundo restauro no período de 1936 a 1940. Em seguida, abriu ao público sem conteúdos expositivos e/ou interpretativos, o que se manteve até 2016, quando foi criado um centro interpretativo na Torre de Menagem do Castelo, atendendo a critérios de acessibilidade.

9. Unidade administrativa semelhante ao município no Brasil.



Integrado no Centro Histórico de Guimarães e inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Unesco, o local recebe anualmente centenas de milhares de visitantes. Essa demanda impôs a necessidade de oferecer uma melhor fruição do monumento e apresentá-lo em diferentes dimensões.

Além de dotar a Torre de Menagem com um espaço para serviço educativo, planejou-se nos três pisos superiores uma exposição que permitisse compreender a importância tanto de Guimarães no contexto da formação do país e quanto do castelo na organização urbana da cidade ao longo dos séculos. Uma figura bastante presente no acervo é a de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, cuja imagem foi interpretada por inúmeros artistas portugueses. Com linguagem acessível e recursos gráficos, a exposição contou com a colaboração de professores universitários para o desenvolvimento dos conteúdos, os quais foram posteriormente adaptados por empresas de comunicação. Também é oferecido um serviço educativo em que os visitantes podem viver as épocas áureas da formação de Portugal, por meio de recriações históricas, teatros de fantoches e ateliês.

O impacto dessas atividades na região é bastante positivo. Os visitantes do castelo aumentaram desde que o centro foi aberto, os conteúdos foram reforçados, bem como a colaboração com a comunidade escolar. Assim, cultura, educação e turismo conjugam-se de forma articulada e consistente.

Centro Interpretativo do Mosteiro de São João de Tarouca

O complexo do Mosteiro de São João de Tarouca, administrado pela Direção Regional de Cultura do Norte, é composto por uma série de elementos em que se distinguem: a igreja, a área arqueológica, a cerca de clausura (ao longo da qual há alguns edifícios) e a Casa da Tulha. Desde 2009, tem sido desenvolvido um importante trabalho de salvaguarda e valorização no local, inserido no conjunto de bens que constituem a Rede de Monumentos do Vale do Varosa, no norte de Portugal.

A igreja sofreu intervenções, a cerca de clausura foi estudada e a área arqueológica foi escavada, interpretada e valorizada. Além disso, foi elaborado um corpo documental para apresentar o vasto complexo aos visitantes. Foi criado também o centro de interpretação, cujos recursos levam o público a conhecer de forma mais eficaz os monumentos, o modo de vida monástico e o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos.

No centro, o espaço patrimonial é recriado para que se compreenda a circulação das diversas categorias de monges, além da maneira como organizava-se o seu dia a dia, como eram constituídos os diferentes espaços. Dessa forma, são criadas lógicas interpretativas de fácil compreensão. Os conteúdos selecionados também informam o grau de destruição dos imóveis e os seus processos de reabilitação, bem como a contextualização histórica e geográfica do Mosteiro de São João de Tarouca.

Na entrada, os visitantes são confrontados com o processo de recuperação através

Centro de Interpretação do Românico, Lousada (Portugal), 2018.
Acervo: Rota do Românico.

do contato com peças que foram escavadas na área arqueológica e com um filme sobre a intervenção realizada. Em seguida, é exibido um vídeo que recria o ambiente monástico, mostrando sua evolução ao longo dos séculos.

Vários instrumentos representativos do tempo e do espaço estão à mostra, desde relógios de sol a objetos construtivos. No espaço da cozinha, há um conjunto de sementes recolhidas nas escavações e um armário de louça especialmente produzido para o mosteiro. O cotidiano é apresentado em vários níveis, conjugando peças e elementos interpretativos que permitem ao visitante conhecer esse patrimônio de maneira mais eficaz.

Os itens expostos não foram selecionados unicamente pelo seu valor artístico e/ou patrimonial, mas também pelo seu potencial narrativo, complementado com textos explicativos que se articulam com as publicações já referidas. O objetivo, assim, é disponibilizar o acesso à história local através de uma perspectiva emocional, pelo reconhecimento dos gestos praticados no tempo em que se vivia no mosteiro.

Centro Interpretativo do Vale do Tua

Após a realização de um estudo de impacto ambiental, em 2009, foi desenvolvido um projeto que contemplou a construção de um centro interpretativo na localidade de Foz-Tua, sob a tutela da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães e da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua. Situado na Estação Ferroviária de Foz-Tua, ocupa dois edifícios, um em cada lado da Linha do Douro. Enquanto um dos prédios funciona como espaço de acolhimento para a promoção turística, o outro abriga tanto a exposição permanente quanto as temporárias em um espaço polivalente.

O Centro Interpretativo do Vale do Tua (CIVT) procura revelar a riqueza natural e histórica de uma região que, ao longo dos tempos, foi sendo transformada pela ação do homem. Os objetivos do local são: manter viva a memória do Vale do Tua em todos os seus componentes (patrimonial, paisagístico, ecológico, geológico e ferroviário); ser um espaço com forte orientação pedagógica; desenvolver e dinamizar uma relação com a comunidade de forma sustentada, duradoura e financeiramente sustentável; e ser um polo de atração turística, fomentando o desenvolvimento local.

A musealização do espaço está dividida em três temas principais para envolver o público nas dimensões natural e humana do vale. Em um túnel construído em cortiça, foi criada uma cápsula temporal na qual o visitante faz um percurso de milhares de anos, que mostra desde a configuração geológica e natural da região, incluindo a fauna e a flora, até o seu povoamento remoto e recente. Já na Linha do Tua é possível compreender a realidade local através do caminho de ferro. O ponto alto é a ligação entre a via férrea e os residentes do Douro e Trás-os-Montes. Por último, a barragem demonstra a relação estabelecida entre paisagem e tecnologia pelo desenho do arquiteto, Eduardo Souto de Moura.

O recurso sistemático a instrumentos de interpretação multimídia e sensorial sobre os bens patrimoniais permite que se conheçam o território e os seus componentes. A proposta visa aproximar a comunidade de um projeto altamente transformador da paisagem: a bar-



Centro Interpretativo do Vale do Tua, Carrazeda de Ansiães (Portugal), 2018.
Acervo: Rota do Românico.

ragem, que pode ser indutora de desenvolvimento cultural e socioeconômico, ao passo que essa mesma comunidade tem de adaptar-se à nova paisagem e aos visitantes.

No dia 18 de junho de 2018, foi assinado um protocolo de colaboração entre o Município de Carrazeda de Ansiães e a Comboios de Portugal (CP), com o objetivo de proporcionar um desconto no ingresso ao CIVT tanto para os passageiros da oferta regular, com composições intermunicipais e regionais, que circulam diariamente na Linha do Douro, quanto para aqueles dos passeios históricos que são oferecidos entre o final de maio e outubro, aos sábados e domingos.

Esse conjunto de centros de interpretação, com configurações e dimensões diversas, atinge um objetivo global: ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural e, dessa forma, valorizá-lo.

Referências

ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas. *Estratégia de Eficiência Colectiva para o Desenvolvimento do Cluster das Indústrias Criativas*: programa de acção. Porto: Addict, 2009.

ALMEIDA, Nicolau Miguel de. To incorporate the concept of tourist experience in the tourism market. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, Aveiro, n. 7/8, p. 153-164, 2007.

AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin. *Museum basics*. Londres: Routledge, 1993.

ANASTASSOVA, Lina. Marketing heritage tourism in less developed countries: problems and challenges. *In*: II INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM AND HOSPITALITY, 2, 2007, Putrajaya. *Annals*… Putrajaya, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/304587/Marketing_Heritage_Tourism_in_Less_Developed_Countries_Problems_and_Perspectives. Acesso em: 22 ago. 2019.

ASHWORTH, Gregory; HOWARD, Peter (Eds.). *European heritage planning and management*. Exeter; Portlandor: Intellect, 1999.

BALTAZAR, Helena Dinamene D. G. Simões. *Os turistas no museu*: (dis) ou indispensáveis? O caso do Museu

de Alberto Sampaio em Guimarães. 2008. Tese (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008.

BARILLI, Renato. *Ciência da cultura e fenomenologia dos estilos*. Lisboa: Estampa, 1995.

BASTOS, José. CDMG: Espaço vivo de construção de memória de Guimarães. *In*: MOREIRA, Inês (Ed.). *Território e comunidade*: da fábrica pátria à Casa da Memória de Guimarães. Guimarães: A Oficina, 2017. p. 5-7.

BENEDIKTSSON, Guobrandur. *Museums and tourism stakeholders*: resource and sustainable development. 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos Museológicos Internacionais) – Museion, Universidade de Gotemburgo, Gotemburgo, 2004.

BONIFACE, Priscilla; FOWLER, Peter J. *Heritage and tourism in the global village*. Londres; Nova York: Routledge, 1993.

BORDIER, Roger. *Le progrès*: pour qui? Tournai: Casterman; Poche, 1973.

CUNHA, Maria José dos Santos. Turismo cultural e religioso como estratégia territorial de desenvolvimento. Oportunidades e desafios para o século XXI. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO, 1, 2008, Póvoa de Varzim. *Anais...* Póvoa de Varzim: Turel. p. 166-176.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma*: Revista de Ciências da Informação e da Comunicação, n. 4, jun. 2003. Disponível em: http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/645/pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

DAVALLON, Jean. Le musée est-il vraiment un média? *Publics et Musées*, Lyon, n. 2, p. 99-123, 1992.

EIREST – Equipe Interdisciplinaire de Recherches sur le Tourisme. *In*: COLLOQUE NOUVEAUX MUSÉES, NOUVELLES ÈRES URBAINES, NOUVELLES MOBILITÉS TOURISTIQUES, 1, 2011, Paris. *Actes…* Paris: Université de Paris 1, 2011.

LAROUSSE, Pierre. "Cultura". *In*: LAROUSSE, Pierre. *Enciclopédia Larousse*. Milão: Larousse, 1997. v. 4.

ESAP – Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. *Managing sustainable tourism development*. Nova York: Esap; ONU, 2001. (Esap Tourism Review, 22.)

FERNÁNDEZ DE PAZ, Esther; AGUDO TORRICO, Juan. Patrimonio cultural y museología. *In*: VIII CONGRESSO DE ANTROPOLOGIA, 8, 1999, Santiago de Compostela. *Actas...* Santiago de Compostela: Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español; Asociación Galega de Antropoloxía, 1999.

FUNDAÇÃO DE SERRALVES. *Desenvolvimento de um* cluster *de indústrias criativas na Região do Norte*. Porto: Fundação de Serralves, 2008. Disponível em: http://www.serralves.pt/fotos/editor2/inserralves/Estudo%20Macroeconomico%20Desenvolvimento%20de%20um%20Cluster%20de%20Industrias%20Criativas%20da%20Regiao%20do%20Norte.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

FRANÇA, José-Augusto. *(In)definições de cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

GONÇALVES, Alexandra Rodrigues. Museus, turismo e território. *In*: I CONGRESSO INTERNACIONAL REGIÃO DE LEIRIA E OESTE, 1, 2007, Peniche. *Anais...* Peniche: Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM), 2007.

HEILBRUN, James; GRAY, Charles, M. *The economics of art and culture*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *El museo como espacio de comunicación*. Gijón: Ediciones Trea, 1998.

LEÓN, Elodia Hernandez; MORÓN, Victoria Quintero. La documentación del patrimônio etnológico: reflexiones a partir de una experiencia. *In*: VIII CONGRESSO DE ANTROPOLOGIA PATRIMONIO CULTURAL Y MUSEOLOGIA, 8, 1999. *Actas...* Santiago de Compostela: Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español; Asociación Galega de Antropoloxía, 1999. p. 31-38.

HESMONDHALGH, David. *The cultural industries*. Londres: Sage Publications, 2002.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. Museums and galleries and their audiences: a literature review. *In*: PEARCE, Susan (Ed.). *Museums and the appropriation of culture*. Londres: The Athlone Press, 1994a. p. 229-233.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and their visitors*. Londres; Nova York: Routledge, 1996.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. Museums education: past, present and future. *In*: MILES, R.; ZAVALA, L. (Eds.). *Towards the museum of the future.* Londres; Nova York: New European Perspectives; Routledge, 1994b. p. 133-146.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta de Veneza*. Veneza: Icomos, 1964. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta Icomos para Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural*. Quebec: Icomos, 2008a. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCU-

MENTS/Charters/interpretation_sp.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *International Cultural Tourism Charter*. Cidade do México: Icomos, 1999.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta dos Itinerários Culturais*. Quebec: Icomos, 2008b. Disponível em: http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/ICOMOSPortugalCartaItinerariosCulturais.doc. Acesso em: 29 jul. 2019.

JOLI-CŒUR, Sophie. *Définition des termes et des concepts*: lexique et bibliographie recherche et rédaction. Montreal: Groupe de Recherche sur la Médiation Culturelle, 2007. Disponível em: http://montreal.mediationculturelle.org/wp-content/uploads/2010/04/lexique_biblio_2007-2008.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

JONES, Ian; MACDONALD, Robert; MCINTYRE, Darryl (Eds.). *City museums and city development*. Plymouth: Altamira Press, 2008.

KOLB, Bonita M. *Marketing for cultural organizations*. Londres: Thomson, 2005.

LIRA, Sérgio. Museus, patrimônio e turismo: o papel dos museus nos roteiros turísticos e do patrimônio. *In*: SEMINÁRIO EXPOTURIS: DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE TURISMO, 2002, Porto. *Anais...* Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2002.

MILES, Roger; ZAVALA, Lauro. *Towards the museum of the future*. Londres: Routledge, 2002.

MOORE, Kevin. Labour history in museums: development and direction. *In*: PEARCE, Susan (Ed.). *Museums and the appropriation of culture*. Londres: The Athlone Press, 1994. p. 142-173.

MOREIRA, Inês. Território e comunidades: Guimarães numa exposição permanente. *In*: MOREIRA, Inês (Ed.). *Território e comunidade*: da fábrica pátria à Casa da Memória de Guimarães. Guimarães: A Oficina, 2017. p. 15-31.

OMC – Organização Mundial do Comércio. *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. São Paulo: OMC, 1998.

PIZARRO, Manuel Morais Sarmento. Desafios de um centro interpretativo enquanto possível sala de visitas de rede museológica. *In*: MOREIRA, Inês (Ed.). *Território e comunidade*: da fábrica pátria à Casa da Memória de Guimarães. Guimarães: A Oficina, 2017. p. 125-131.

PRENTICE, Richard. *Tourism and heritage attractions*. Londres; Nova York: Routledge, 1993.

PRÉVÉLAKIS, Georges. City museums and the geopolitics of globalization. *In*: JONES, Ian; MACDONALD, Robert; MCINTYRE, Darryl (Eds.). *City museums and city development*. Plymouth: Altamira Press, 2008. p. 16-26.

PRIETO, Luís César; FIGUEIRA, Jorge José; FERNANDES, Paula Odete. *Análise do turismo cultural de museus no Corredor do Douro*. Vila Real: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, 2001.

PUGLIESE, Turido; SACCO, Maria Giulia Da. *Cultural heritage as socio-economic development factor*. Sofia: Archimedes, 2007.

RUIJTER, Karen de, HEESE, Yolanda van, RAES, Stephan. Creative industries and innovation. *In*: HAGOORT *et al*. *Read this first*: growth and development of creative SMEs. Utrecht: ECCE, 2007. p. 18-22. Disponível em: https://issuu.com/xpertcmkb/docs/read_this_first. Acesso em: 10 ago. 2019.

SKRAMSTAD, Harold. An agenda for museums in the twenty-first century. *In*: ANDERSON, Gail. *Reinventing the museum*: historical and contemporary perspectives on the paradigm shift. Oxford: Altamira Press, 2004. p. 118-133.

STERRY, Patricia. Reculer les frontières de l'interprétation: espaces traditionnels et visions nouvelle. *Museum International*, Paris, v. 50, n. 3, p. 19-23, 1998.

STEVENS, Terry. Le voyageur chargé d'un lourd fardeau a besoin d'un ami. *Museum International*, Paris, v. 50, n. 3, p. 24-27, 1998.

THROSBY, David. *Economics and culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TOWSE, Ruth. *A textbook of cultural economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *United Nations General Assembly resolution A/RES/65/166 on Culture and Development*. United Nations General Assembly. Paris: Unesco 2010. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/65/166. Acesso em: 6 jun. 2019.

VIDA, Sara Maia; MARTINS, Uiara Maria Oliveira; BAPTISTA, Maria Manuela Rocha Teixeira. Cultural Tourism in the Urban Context. Museologic Routes – The case of Aveiro and Ílhavo (Portugal). *In*: COLLOQUE NOUVEAUX MUSÉES, NOUVELLES ÈRES URBAINES, NOUVELLES MOBILITÉS TOURISTIQUES, 1, 2011, Paris. *Actes…* Paris: Université de Paris 1, 2011.

WCCD – CONSELHO MUNDIAL DE DADOS DE CIDADES. *Our Creative Diversity*. Paris: Unesco, 1996.



Rosário Correia Machado

A Rota do Românico em Portugal: experiência fundada na história

The Romanesque Route in Portugal: experience based on history
La Ruta del Románico en Portugal: una experiencia fundada en la historia

Resumo

Tomando como ponto de partida a importância do patrimônio histórico na sociedade atual e do turismo como forma de valorizá-lo, este artigo debruça-se sobre a Rota do Românico, no norte de Portugal, desde sua criação até os produtos turísticos oferecidos hoje. Além dos 58 bens patrimoniais que o compõem atualmente, o roteiro dispõe de um centro de estudos e outro de interpretação, onde também são oferecidos serviços educativos. Assim, no âmbito desse circuito, realiza-se um conjunto de ações inerentes à sua dinamização turística e cultural, à produção e disseminação de conhecimento, ao envolvimento da comunidade e à cooperação internacional.

Summary

This paper examines the Romanesque Route in northern Portugal from its creation to the tourism products on offer today, from the point of view of the significance of historical heritage in present-day society and the importance of tourism as a means of adding new value. Besides the 58 heritage assets that currently comprise the Route, it also offers a study center and an interpretation facility where educational services are available. Consequently, this circuit delivers a framework of activities associated with its touristic and cultural revival, the production and dissemination of knowledge, community involvement and international cooperation.

Resumen

Tomando como punto de partida la importancia del patrimonio histórico en la sociedad actual y del turismo como una forma de valorizarlo, este artículo se centra en la Ruta del Románico en el norte de Portugal, desde su creación hasta los productos turísticos que se ofrecen hoy. Además de los 58 bienes patrimoniales que lo componen actualmente, el itinerario cuenta con un centro de estudios y un centro de interpretación, donde también se ofrecen servicios educativos. Por lo tanto, dentro de este circuito, se llevan a cabo un conjunto de acciones inherentes a su dinamización turística y cultural, a la producción y difusión del conocimiento, a la participación comunitaria y a la cooperación internacional.

Ferreira, Paços de Ferreira (Portugal), 2014.
Foto: Norberto Valério. Acervo: Rota do Românico.



Torre de Vilar, Lousada (Portugal), 2007. Acervo: Rota do Românico.

A[1] raiz epistemológica do conceito de patrimônio está ligada à estrutura familiar, ou seja, àquilo que o pai (*pater*) deixa ao filho. Patrimônio histórico é o que se herda da ação humana (em termos físicos ou imateriais) ao longo dos tempos. Segundo Françoise Choay (2001), é um bem que se destinava ao usufruto de uma comunidade e que assumiu uma dimensão maior. Na nossa sociedade atual, midiática, errante e em constante transformação, fruto da recente mobilidade e ubiquidade, ele tornou-se uma das palavras-chave para compreender a identidade de um povo.

Quando, em 1998, começou-se a se pensar no projeto de valorização e salvaguarda dos bens românicos na porção setentrional de Portugal, um conjunto de entidades tinha a certeza de que valeria a pena trabalhar, sob a égide do desenvolvimento, um território de riqueza patrimonial ímpar associada a uma riqueza humana também extraordinária. Desse modo, a Associação de Municípios do Vale do Sousa (Valsousa), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de Portugal (CCDR-N), a antiga Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e o antigo Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (Ippar), entre outras instituições portuguesas, deram início a um processo de colaboração que culminou na

1. O texto original foi escrito em português de Portugal, tendo sido posteriormente editado conforme a variedade brasileira pela equipe responsável pela revista.

criação da então Rota do Românico do Vale do Sousa, atualmente designada como Rota do Românico.

No território dos vales dos Rios Sousa, Douro e Tâmega, no coração do norte de Portugal, ergueu-se um importante patrimônio arquitetônico de origem românica. Sua preciosidade e singularidade estiveram na gênese do projeto, um itinerário estruturado que leva os visitantes à descoberta de quase 60 bens, entre mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, pontes, castelos e torres. Construídos sobretudo entre os séculos XII e XIV, eles estão intimamente ligados à fundação da nacionalidade e são um testemunho do papel relevante que a região outrora desempenhou na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal.

Desde a sua origem, a Rota do Românico (Machado, 2017; Machado e Magalhães, 2016) assume-se como um projeto de caráter supramunicipal que visa contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado de toda uma região, fomentando a competitividade, a coesão e a identidade territoriais, na ótica da qualificação e valorização econômica de um conjunto de recursos endógenos distintivos – o denso e rico patrimônio edificado e intangível do local. Ancorado em uma série de monumentos de grande valor e de excepcionais particularidades, o roteiro pretende assumir um papel de excelência no âmbito do turismo cultural, capaz de posicionar a área do Tâmega e Sousa como destino de referência do românico nacional.

Outros importantes objetivos da rota envolvem a melhoria da qualidade ambiental e reestruturação física do território, protegendo-o e impulsionando seu correto reordenamento, através do planejamento turístico dos recursos, das infraestruturas de suporte e das facilidades de apoio aos visitantes. Além disso, o desenvolvimento de uma nova fileira produtiva, associada ao turismo e com forte potencial de dinamização de atividades conexas, pode compensar a tradicional monodependência industrial da região. A oferta de cursos e ações de formação, por sua vez, contribui para a capacitação dos profissionais do turismo e de setores associados, facilitando o aumento da empregabilidade qualificada. Por último, o circuito favorece a melhoria da imagem, interna e externa, do Tâmega e Sousa, reforçando a autoestima coletiva.

Desenvolvimento do projeto

Criar, elaborar e dinamizar um projeto é um desafio permanente. Em 2003, no âmbito dos financiamentos liberados pelos Fundos Estruturais e de Investimento da União Europeia, o desenvolvimento concreto da rota começou através das ações de restauro, conservação e valorização de 21 monumentos selecionados dos seis municípios que compõem a Valsousa: Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

No período de 2005 a 2007, procedeu-se ao planejamento de estudos, nos quais se definiram as propostas de atuação para os conjuntos arquitetônicos e as paisagens envolventes dos 21 monumentos. Em simultâneo, foi implementado um programa inicial de formação profissional (2005-2006)



Travanca, Amarante (Portugal), 2014.
Foto: Norberto Valério. Acervo: Rota do Românico.





Palcos do Românico, Igreja de São Gonçalo, Amarante, Porto (Portugal), 2014.
Acervo: Rota do Românico.

pela Associação para o Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa (Ader-Sousa). Seu objetivo era reverter as deficiências de especialização e qualificação dos recursos humanos locais no setor do turismo, assim como contribuir para o fomento do emprego.

Para além do componente infraestrutural, entendeu-se que o Plano de Ação da Rota do Românico deveria incluir um fator imaterial, que permitisse a elaboração de uma série de conteúdos informativos e de divulgação do patrimônio românico da região. Entre eles, estavam uma publicação científica, um guia turístico, um livro em brochura e um vídeo promocional, um mapa de bolso, um *website*[2] e algumas peças de *merchandising*. Foram instalados painéis informativos bilíngues com dados geográficos, históricos e arquitetônicos em todos os monumentos do circuito, assim como sinalização turística e cultural em toda a rede viária da região.

Além disso, perante o imperativo cidadão de promover a mobilidade e a acessibilidade para todos, tem sido implementado, desde 2008, o Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico. Já foram identificadas, nesse sentido, as necessidades de intervenção

2. A página oficial da Rota do Românico pode ser acessada pelo endereço: http://www.rotadoromanico.com.

nos monumentos, nas proximidades e nos acessos aos transportes públicos. No âmbito da comunicação e da infoacessibilidade, foram produzidos materiais em braille e um vídeo promocional com legendagem e língua de sinais. Procedeu-se, ainda, à criação de uma ferramenta que permite uma versão falada dos conteúdos do *site* oficial em tempo real.

Em março de 2010, os seis municípios restantes da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (Nuts) III – Tâmega (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende) firmaram um protocolo de adesão à rota. O processo de seleção do patrimônio de origem românica desses municípios culminou na integração de 34 bens, localizados na região do Baixo Tâmega ou do Douro Sul, e de mais três, no Vale do Sousa. Atualmente, 58 monumentos fazem parte do itinerário.

Ao todo, desde 2003, 53 monumentos sofreram intervenções, sendo que em alguns deles o trabalho foi dividido em mais de uma fase, tanto no patrimônio edificado quanto em termos de patrimônio móvel e integrado. Em setembro de 2018, foi dado um passo fundamental para a dinamização do roteiro com a abertura do Centro de Interpretação do Românico.

Áreas de intervenção

Conservação e salvaguarda

O processo de conservação e salvaguarda patrimonial partiu do princípio metodológico de que as intervenções deveriam incidir prioritariamente na preservação do patrimônio edificado e móvel como parte integrante do conjunto. Essas ações de valorização assumem-se, desde sua origem, como uma das máximas da rota.

Assim, os projetos deram prioridade à salubridade dos edifícios e à sua estabilidade estrutural, bem como à conservação de coberturas, madeiramentos, alvenarias autoportantes e dos bens móveis que integram o edificado, tais como pintura mural, madeiras policromadas, azulejaria, entre outros elementos. Essas intervenções têm por normativa o recurso, sempre que possível, a materiais e técnicas tradicionais, sem recusar a linguagem contemporânea do desenho arquitetônico.

Na salvaguarda dos bens, além do aspecto material ou físico, deve-se entender o significado que as pessoas associam a ele, o imaterial ou intangível. Foi esse princípio que balizou as intervenções levadas a cabo, cujas recomendações obviamente estiveram sempre espelhadas nas cartas e convenções internacionais. Por isso, embora uma grande quantidade de monumentos estivesse conservada, o significado dos bens que acusavam um profundo estado de degradação no imaginário das populações próximas foi avaliado, optando-se por reabilitá-los, em detrimento da manutenção e conservação da ruína.

Então, para a avaliação dos resultados atingidos, a despeito das restrições financeiras inerentes ao projeto, foram levadas em conta as relações afetivas das comunidades locais com o objeto patrimonial. Nesse sentido, o comportamento emocional dos residentes foi e é francamente positivo, tendo o bem contribuído para a sua autoestima, de modo que eles próprios se assumem como responsáveis pela sua manutenção e guarda.

Assim, tem se concretizado o princípio nuclear da conservação dos bens como elementos constitutivos de identidade que dão sentido à vida, seja no plano local, regional ou nacional. Conjugando essa mais-valia do envolvimento das comunidades, o propósito estratégico é que o patrimônio seja vivido por elas, como parte integrante das suas experiências e práticas cotidianas, fator fundamental para a sua manutenção. Por trás dessa noção, está a certeza de que os objetivos do projeto só serão atingidos caso o envolvimento da população se mantenha vivo, permanente, e seja partilhado pelas gerações atuais e futuras.

Esse parâmetro contribui para qualificar o território quando se atua salvaguardando os bens e a sua paisagem envolvente. A conjugação desses dois aspectos – o envolvimento da população e a qualificação da área – já tem impacto na tomada de decisão dos poderes públicos que gerem a região, bem como na interiorização de modelos de referência pelas populações locais.

Portanto, a avaliação do valor da Rota do Românico nas políticas e práticas de conservação tem sido sustentada no entendimento de que não se trata de um objeto isolado de contemplação, mas um conjunto de bens associados e intrinsecamente interligados ao território e às populações que nele vivem e ao qual, em primeira instância, pertencem. Assim, todos esses elementos são fundamentais para a essência e a dignidade do patrimônio.

Em 2011, passados alguns anos desde o início das ações de revitalização, e dando continuidade às indicações das cartas internacionais, começa, em uma primeira fase, o Plano de Manutenção dos Monumentos da Rota do Românico, que atualmente já foi aplicado em todo o trajeto. Considerado uma ferramenta de gestão e conservação preventiva, tem como principais objetivos otimizar o planejamento dos recursos, maximizar a preservação da autenticidade, garantir a qualidade do produto turístico, potencializar o envolvimento e a capacitação dos usuários. Assim, promovem-se a futura salvaguarda e autossustentabilidade do patrimônio.

Para o desenvolvimento conceitual e respectiva implementação desse plano, foi contratada uma consultoria técnica especializada que o acompanhou e avaliou na sua íntegra. A metodologia proposta pressupôs dois níveis de intervenção: (1) nos imóveis, através do planejamento de rotinas de inspeção, monitoramento e manutenção; (2) nos usuários, mediante ações de boas práticas de sensibilização e capacitação para a utilização e manutenção cotidiana do patrimônio.

Como parte da gestão integrada, foi elaborada uma base de dados integrando os seguintes campos: Identificação, Caracterização, Diagnóstico (incluindo monitoramento estrutural, conforto higrotérmico e mapeamento de anomalias), assim como Manuais de Manutenção (com cadernos de encargos e estimativas orçamentárias, de fins técnicos) e Manuais de Utilização (destinados a gestores e cuidadores). Simultaneamente, e considerando a importância da transferência de informação e da capacitação de agentes e usuários do patrimônio, foram desenvolvidas ações de boas práticas de manutenção e de utilização, destinadas a empresas locais de construção, aos



gestores dos imóveis e a usuários cotidianos, como cuidadores e zeladores (Ferreira, 2014).

Embora a qualificação do patrimônio histórico e cultural seja fundamental, desde 2004 outros componentes considerados cruciais para a sua dinamização têm sido implementados.

Rota turística

Ainda que não seja uma criação recente, o turismo cultural tem assumido um crescimento econômico significativo, resultado de um conjunto muito amplo de fatores, nomeadamente, a atual definição das estratégias de desenvolvimento dos territórios em âmbito global.

Na estreita ligação entre elementos de memória, arte e sagrado no patrimônio cultural, o uso dos espaços pelas comunidades de pertença passa a assumir uma nova função e uma nova capacidade de atração, tão bem pontuadas por Roland Barthes, em "O Guia Azul", escrito na década de 1950 e publicado em *Mitologias*:

> A Espanha do Guia Azul conhece apenas um espaço, aquele que tece, através de alguns vazios sem nome, uma cadeia cerrada de igrejas, de sacristias, de retábulos, de cruzes, de custódias, de torres (sempre octogonais), de conjuntos escultóricos (a Família e o Trabalho), de portais românicos, de naves e de crucifixos de tamanho natural. Todos estes monumentos, como se vê, são religiosos, porque de um ponto de vista burguês é

Centro de Interpretação do Românico, Lousada (Portugal), 2019.
Acervo: Rota do Românico.



quase impossível imaginar uma História de Arte que não seja cristã e católica.

O cristianismo é o primeiro fornecedor do turismo e não se viaja senão para visitar igrejas (Barthes, 1988, p. 114).

Nesse sentido, devemos conjugar ideias fundamentais, intrinsecamente ligadas ao patrimônio, como valor de herança, valor de pertença, identidade e memória. As identidades são construídas de memória, e o patrimônio é o elemento que a transporta de uma geração a outra. Assim, na estruturação do produto, todos os elementos devem ser levados em conta, fundamentalmente, conjugando um território físico e outro humano e humanizado. A leitura da riqueza socioeconômica precisa ser aliada ao espaço físico, e todos os agentes são cruciais para compor esse produto.

Foi necessário, nesse sentido, perceber a área para se desenharem os grandes eixos estruturantes da Rota do Românico – os rios. Na sua temporalidade, a maioria dos elementos patrimoniais foi implantada na meia encosta dos principais rios que atravessam a região do Douro, do Tâmega e do Sousa, resultando nos três grandes percursos que a integram e agregando 58 bens de origem românica.

O trabalho desenvolvido na região foi publicamente reconhecido em 2010, com a atribuição de quatro importantes prêmios nacionais e internacionais: a Medalha de Mérito Turístico, pelo governo português; o Prêmio Requalificação de Projeto Público

Mosteiro de Ancede, Ancede (Portugal), 2012.
Foto: Antonio Cabral.

2009, pelo Turismo de Portugal; o Prêmio Novo Norte, Norte Civitas 2009, pela CCDR-N e pelo *Jornal de Notícias*; e o XXXV Troféu Internacional de Turismo, Hotelaria e Gastronomia. Em 2012, a rota foi distinguida com o Prêmio Inovação de Produto/Serviço, atribuído no âmbito da Bolsa de Inovação em Turismo (BiT), e com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, da Câmara Municipal de Lousada. Em 2013, foi a vez de a Associação Portuguesa de Museologia premiar a nossa linha de *merchandising*, e, em 2014, o filme promocional do projeto ganhou o Festival Internacional de Cinema Turístico (ART&TUR) 2014, na categoria Turismo Cultural. No mesmo ano, houve dois grandes reconhecimentos: a ilustração dedicada às fases de construção de um monumento românico publicada na revista *National Geographic* e elaborada em parceria com a Rota do Românico foi distinguida pela National Geographic Society na categoria Best Graphic, no âmbito do *National Geographic Magazine Awards*; e o aplicativo para celular sobre esse produto turístico foi um dos oito selecionados para representar Portugal no World Summit Award, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa premiar os aplicativos para dispositivos móveis mais inovadores. Em 2017, foi concedido o título de Emblema Regional da Região Norte.

Isso demonstra como tem sido reconhecida pelo projeto a importância das novas ferramentas tecnológicas. Um *site* cada vez mais interativo, incluindo visitas virtuais aos monumentos, e um aplicativo para telefone celular e *tablet* são apenas alguns dos instrumentos que procuram auxiliar o planejamento e a fruição da visita.

Para além dos prêmios e distinções, o trabalho feito em prol do desenvolvimento sustentado do Tâmega e Sousa tem sido igualmente reconhecido pelo seu papel no aparecimento ou crescimento de uma série atividades e negócios, geradores de receitas, emprego e notoriedade para a região. Destacam-se, nesse sentido, as unidades de hospedagem de qualidade superior e a criação de um Selo de Qualidade Rota do Românico, atribuído, em processo de candidatura, a um conjunto de unidades de alojamento, restauração e venda de produtos locais. A implementação de um sistema de monitoramento e certificação dos produtos e serviços associados à vertente turística do circuito se impôs também como um dos grandes objetivos do projeto.

Em 2008, teve início um processo de concertação entre os vários agentes econômicos locais, tanto públicos como privados, com o objetivo de apresentar uma verdadeira estratégia de eficiência coletiva em torno de um objetivo comum – a dinamização do circuito. Nesse sentido, a comunicação é considerada um ponto crucial no seio da estratégia da equipe. Para além do material promocional, o circuito tem marcado presença nas principais feiras de turismo mundiais, nomeadamente, a Feira Internacional de Turismo (Fitur), realizada na Espanha, e a Internationale Tourismus-Börse (ITB), que ocorre na Alemanha. A par disso, a adesão, em 2009, à Transromanica, a maior rede de locais e itinerários românicos europeus e considerada uma Rota Cultural do Conselho da Europa, demonstra a aposta no trabalho em parceria e na internacionalização da iniciativa.

Serviço educativo e envolvimento da comunidade

Sensibilizar os cidadãos para a temática do patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico, despertando-os para a importância da preservação dos seus recursos, não só constitui um relevante elemento de integração, educação e formação das populações, mas também permite criar e estimular um sentido ímpar de apropriação. Nesse sentido, a rota pretende, através do seu serviço educativo, assumir-se como um instrumento fundamental para a definição e realização de um amplo e contínuo projeto de educação patrimonial, capaz de difundir e valorizar o extenso legado histórico do território. Consideramos que o envolvimento da comunidade de uma forma interativa, através de atividades lúdicas e pedagógicas em contexto educativo, cultural e social, reforça o interesse pela história e pelo patrimônio local, promove o orgulho pelo passado e contribui para o desenvolvimento de novos saberes e competências.

O projeto pedagógico foi concebido em complementaridade com o currículo escolar e envolve crianças do primeiro ciclo do ensino básico de todas as escolas dos concelhos[3] do Tâmega e Sousa (Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende). Os alunos podem viver um dia diferente na Rota do Românico, conhecendo não só o estilo, a sociedade e a cultura da época medieval no Tâmega e Sousa, mas também o patrimônio através do contato direto com os monumentos, refletindo sobre a história e a arte desse legado de quase mil anos. A atividade aborda também a paisagem natural, os saberes tradicionais e as gentes que caracterizam esse território.

A programação abrange, ainda, atividades complementares dirigidas aos diferentes níveis de ensino, do pré-escolar ao universitário, que poderão ser solicitadas ao longo do ano letivo, além de propostas para os períodos de férias escolares e várias sugestões para as famílias desvendarem o roteiro. O serviço educativo já realizou um total de 949 atividades, com 30.588 alunos acompanhados por 2.132 professores.

Além da comunidade escolar, também tem sido fomentada a relação da rota com a comunidade local em geral, sensibilizando-a para as questões do patrimônio e despertando o seu interesse pela riqueza arquitetônica e artística da região. São dinamizadas sessões de informação e visitas guiadas aos monumentos, abrindo, assim, as portas à população e convidando-a a (re)descobrir a época medieval através da arquitetura e da história.

Foram ainda desenvolvidas iniciativas dirigidas aos párocos, catequistas e catequizandos, quer nos edifícios religiosos integrados no roteiro, quer nas igrejas das paróquias onde estão localizados os monumentos de arquitetura civil. Dessa forma, também se pode aprender a doutrina cristã pela arte e pelo patrimônio, a partir do conhecimento da arquitetura e da iconografia dos edifícios religiosos.

O envolvimento com a comunidade local tem sido fundamental tanto para a construção do sentido de pertença e de sustentabilidade quanto para a dinamização da rota.

3. Unidade administrativa semelhante ao município no Brasil.

Dinamização cultural

Uma das grandes apostas ligadas à dinamização cultural do projeto aconteceu em 2014, com o programa intitulado Palcos do Românico, no qual os monumentos serviram de cenário para manifestações artísticas, sem esquecer os equipamentos culturais do território. Nos 12 municípios que fizeram parte do itinerário, mais de 200 eventos, entre teatro, música, dança, exposições, oficinas etc., envolveram mais de 50 agentes culturais profissionais nacionais e 12 da região. Houve a participação de 1,8 mil pessoas da comunidade local e mais de 20 mil espectadores.

Centro de Estudos do Românico e do Território

O Centro de Estudos do Românico e do Território tem igualmente desempenhado um papel crucial na produção e disseminação de conhecimento, viabilizando a edição de diversas publicações dirigidas a um público cada vez mais abrangente. Além da linha editorial, o centro criou, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, uma pequena biblioteca temática e uma comissão científica constituída por membros de reconhecimento nacional nas várias áreas do conhecimento que se entrecruzam no circuito.

Centros de interpretação

Em 2018, foi aberto ao público o Centro de Interpretação do Românico (CIR), em Lousada. Pensado para ser um espaço de acolhimento a todo o itinerário, tem como principal objetivo enquadrar o visitante no território, no tempo e na arte românica.

O projeto expositivo desse equipamento de divulgação do património histórico-cultural distingue-se tanto pela sua arquitetura contemporânea arrojada quanto pelas múltiplas experiências interativas proporcionadas pelos conteúdos museológicos. Além dos espaços de recepção, bar e biblioteca, o CIR é constituído por uma superfície expositiva de cerca de 650 metros quadrados, distribuídos entre um amplo átrio central (claustro) e seis salas temáticas: Território e Formação de Portugal; Sociedade Medieval; O Românico; Os Construtores; Simbolismo e Cor; e Os Monumentos ao Longo dos Tempos.

Esse centro de interpretação perfila-se, assim, como o cenário ideal para iniciar a viagem de descoberta da Rota do Românico e da sua área de influência, bem como da arte e do simbolismo que marcaram Portugal e a Europa durante os vários séculos da Idade Média. Está ainda prevista, durante o ano de 2019, a abertura do Centro de Interpretação da Escultura Românica, em Abragão, no concelho de Penafiel.

Considerações finais

O patrimônio cultural ganha uma nova importância na vida política e econômica contemporânea. As rotas culturais oferecidas em função de bens por todo o mundo são um grande exemplo disso. O desenvolvimento humano não é compreensível nem realizável sem o reconhecimento do papel da criação cultural concretizada nos seus exemplos materiais. Deixou de fazer sentido a oposição entre políticas públicas centradas no patrimônio histórico e a criação contemporânea. A complementaridade é óbvia e necessária. Basta olharmos os gran-


aqui fazemos
história



des marcos da presença humana ao longo do tempo para percebermos que há sempre uma simbiose de diversas influências, de diversas épocas, ligando patrimônio material e imaterial, herança e criação.

Assim, gerir o patrimônio é conservar, salvaguardar, mas, acima de tudo, dinamizar. Quando não o fazemos, estamos destruindo memória e identidade. Segundo Irina Bokova (2012, s.p., tradução nossa): "Destruir a cultura prejudica as sociedades no longo prazo, privando-a de repositórios de memória coletiva, bem como de preciosos ativos sociais e econômicos". A Rota do Românico tenta, assim, não só proteger os bens valiosos de um território e das suas gentes, mas também lhe dar vida e retorno. E, para que as comunidades possam reconhecer sua importância, é necessário interpretá-lo e torná-lo dinâmico.

Referências

BARTHES, R. *Mitologias*. Lisboa: Edições 70, 1988.

BOKOVA, I. Culture in the cross hairs. *New York Times*, 3 dez. 2012. Disponível em: https://www.nytimes.com/2012/12/03/opinion/global/cultural-sites-must-be-protected.html. Acesso em: 27 jul. 2019.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FERREIRA, T. *Plano de Manutenção dos Monumentos da Rota do Românico*: manuais. Lousada, 2014.

MACHADO, R. A gestão do patrimônio: o caso da Rota do Românico. *In*: FÓRUM INTERNACIONAL PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO PORTUGAL BRASIL 2017, 4., 2017, Felgueiras. *Anais...* Felgueiras: Mosteiro de Pombeiro, 2017. p. 13-19,

MACHADO, R; MAGALHÃES, R. A humanidade do patrimônio histórico: a conservação e a salvaguarda na Rota do Românico. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PATOLOGIA E REABILITAÇÃO DE ESTRUTURAS, 12., 2016, Porto. *Anais...* Porto: Cinpar, 2016.

Centro de Interpretação do Românico, Lousada (Portugal), 2017.
Foto: Antonio Cabral.



Patricia Cupeiro López

Paradores de Turismo na Espanha: modelo de gestão do patrimônio cultural

Tourist Parators in Spain: a cultural heritage management model
Paradores de Turismo en España: modelo de gestión del patrimonio cultural

Resumo

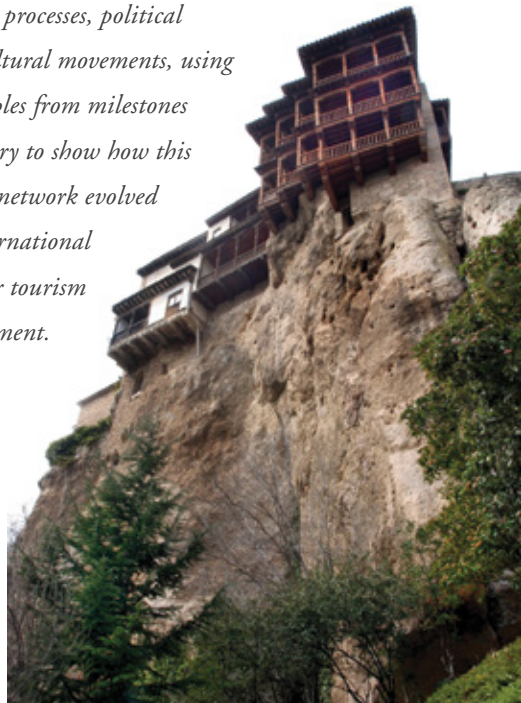
Este artigo pretende fazer um breve percurso pelos 91 anos de história da rede de Paradores de Turismo da Espanha, concebida por Marquês de la Vega-Inclán, à frente da Delegacia Real do Turismo e da Cultura Popular, a primeira entidade administrativa completamente orientada para a incipiente gestão turística e a promoção da cultura nacional. Atualmente, conta com 97 estabelecimentos hoteleiros espalhados pelo território espanhol junto com sua primeira franquia no norte de Portugal. Atravessaremos processos históricos, circunstâncias políticas e movimentos culturais, considerando exemplos concretos enquadrados em diferentes momentos da história recente do país, para comprovar como essa rede hoteleira de titularidade pública evoluiu até os dias atuais, despertando interesse fora de suas fronteiras como modelo de gestão turística e patrimonial.

Summary

This essay presents the 91-year history of Spain's network of Tourism Paradors created by the Marquês de la Vega-Inclán, head the Royal Office of Tourism and Popular Culture - the first administrative body fully oriented towards the budding tourism management industry and to fostering Spanish culture. Currently, there are 97 hospitality establishments spread throughout the Spanish territory as well as its first franchise in northern Portugal. We will look at historical processes, political circumstances and cultural movements, using evidence-based examples from milestones in Spain's recent history to show how this publicly owned hotel network evolved to date, sparking international interest as a model for tourism and heritage management.

Parador de Ronda, Málaga (Espanha), 2011.
Foto: Patricia Cupeiro López.

Casas colgadas, Cuenca (Espanha), 2006.
Acervo: GCPHE.



Resumen

Este artículo tiene como objetivo hacer un breve recorrido por los 91 años de historia de la red española de Paradores de Turismo, concebida por el Marqués de la Vega-Inclán, al frente de la Comisaría Real de Turismo y Cultura Popular, la primera entidad administrativa completamente orientada hacia la incipiente gestión turística y la promoción de la cultura nacional. Actualmente cuenta con 97 establecimientos hoteleros esparcidos por el territorio español junto con su primera franquicia en el norte de Portugal. Pasaremos por procesos históricos, circunstancias políticas y movimientos culturales, considerando ejemplos concretos enmarcados en diferentes momentos de la historia reciente del país, para demostrar cómo esta cadena hotelera de titularidad pública ha evolucionado hasta nuestros días, despertando interés fuera de sus fronteras como modelo de gestión turística y patrimonial.



Na década de 1920, na Espanha, foi criada uma série de estabelecimentos hoteleiros que, ao longo do tempo, formaram uma ampla rede, combinando a conservação do patrimônio cultural e a oferta de um serviço turístico de qualidade. Embora os Paradores de Turismo tenham emergido de maneira um tanto intuitiva, quando as regras de proteção dos bens eram insuficientes e a gestão turística era incipiente, sua estrutura foi evoluindo de acordo com as novas exigências dos clientes e os gostos da sociedade.

Na história recente do país, a empresa foi avaliada positivamente por todos os governos como parte da política estatal de turismo, associada implicitamente à conservação monumental. Seu único acionista, desde a fundação, é a Direção-Geral de Patrimônio do Estado, e, embora a rentabilidade da entidade tenha variado dependendo das circunstâncias históricas, os benefícios derivados da exploração hoteleira dos recursos turístico-culturais pela rede contribuem para a criação de estabelecimentos e a renovação dos bens construídos. Isso permite o deslocamento dos fluxos turísticos para áreas menos frequentadas, mas dotadas de atrativos culturais e naturais.

Os paradores são um dos primeiros produtos de turismo cultural na história da Espanha, criado em um período anterior à própria definição de turismo cultural, estabelecida pela primeira vez no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1976, quando se destacou a proteção do patrimônio como um pilar fundamental. Estamos, nesse caso, diante de um modelo original e único de contribuição do Estado para a reutilização de imóveis históricos e seu aprimoramento como recurso turístico. Esse empreendimento exerceu influência internacional, tanto que, em meados do século passado, em Portugal, foi implantada a rede Pousadas de Portugal, que apresenta características semelhantes às da organização espanhola, por ser de propriedade pública, ainda que, no século XXI, a maioria de seus ativos tenha sido transferida para o Grupo Pestana (Cupeiro López, 2012; Cardoso e Moura-Pires, 2002; Venda, 2008; Lobo, 2007; Rodríguez Pérez, 2015).

A iniciativa espanhola teve sua origem na década anterior à inauguração dos primeiros hotéis, com o estabelecimento, em 1911, da Delegacia Real do Turismo e da Cultura Popular, patrocinada pelo monarca Alfonso XIII[1] e pelo governo de José Canalejas[2]. Ao longo de 17 anos, o primeiro órgão criado para a gestão do turismo e a promoção do patrimônio espanhol realizou inúmeras tarefas para fomentar o setor, como a criação dos primeiros parques nacionais (1918) e a declaração dos Sítios e Monumentos Naturais de Interesse Nacional (1927), além da construção de abrigos e infraestrutura em regiões montanhosas nos anos 1920 (Moreno Garrido, 2005).

Portanto, não é de surpreender que o primeiro imóvel da rede, o Parador de Gredos, inaugurado em 1928 por Benigno

Gravura de William Miller para o romance The Alhambra's pile*, 1872.*

1. Afonso XIII (1886-1941) ocupou o trono espanhol desde o seu nascimento até 1931, quando abdicou do posto por forte rejeição popular, tendo início o período da Segunda República Espanhola.

2. José Canalejas (1854-1912) foi presidente da Espanha de 1910 a 1912, quando foi assassinado.



Plano da Exposição Ibero-Americana, realizada em Sevilha (Espanha), 1929.

de la Vega-Inclán e Flaquer[3], quando estava à frente da Delegacia Real (Cabanillas García, 2011), estivesse localizado onde antes havia um abrigo de montanha. Atualmente, um terço dos estabelecimentos da empresa está em áreas de proteção ambiental, onde a promoção do patrimônio natural e as vistas panorâmicas de extraordinária beleza são a prioridade.

A essa primeira linha de ação, logo foi acrescentada a intenção de renovar o legado monumental, a fim de adaptá-lo ao uso hoteleiro. Para isso, o marquês (Menéndez Robles, 2006; Ordieres Díez, 1995) promoveu um segundo projeto, no Convento de Jesús Nazareno, em Mérida, capital da comunidade autônoma[4] de Estremadura. O principal objetivo cultural da proposta era atender a demanda por hospedagem advinda da celebração da Exposição Ibero-Americana, que se realizaria em 1929 em Sevilha, pois se esperava que um grande número de viajantes precisasse fazer paradas ao longo da estrada entre Madri e aquela cidade (Terreros Guardiola, 1993). Embora as obras tenham sido iniciadas em 1928, a inauguração foi adiada até 1933 por diferentes motivos, que vão desde a doença do arquiteto responsável pelo trabalho até a extinção da Delegacia Real.

Em 1928, em decorrência de interesses políticos e comerciais, a entidade foi substituída por um novo órgão, chamado

3. Benigno de la Vega-Inclán e Flaquer (1858-1942), segundo Marquês de la Vega-Inclán, chefiou a Delegacia Real desde 1911 até a extinção do órgão, em 1928.

4. Unidade administrativa semelhante ao estado no Brasil.

Patronato Nacional de Turismo (PNT). Os planos de Vega-Inclán foram frustrados, e ele encontrou-se repentinamente afastado do desenvolvimento de seu projeto mais ambicioso, mas com o compromisso de entregar o Parador de Mérida ao PNT, que seria responsável, a partir de então, pela gestão e abertura dos novos estabelecimentos da rede (Cupeiro López, 2016). Já na década de 1930, foram inaugurados os Paradores de Oropesa (província[5] de Toledo, na comunidade autônoma de Castela-Mancha), Úbeda (Jaén, Andaluzia) e Ciudad Rodrigo (Salamanca, Castela e Leão).

Devido à demora nas obras de Mérida, Oropesa foi o segundo da organização a ser inaugurado e o primeiro parador histórico-artístico a abrir suas portas, dando início à prática, promovida desde então, de renovar imóveis desse tipo. As intervenções feitas em monumentos construídos com o objetivo de criar um parador variaram com o passar do tempo e os resultados foram desiguais, com melhores e piores consequências para os bens, dependendo do projeto.

Após a origem e o desenvolvimento da rede no primeiro terço do século XX, assistiu-se na empresa, nos anos 1960 e 1970, a uma enorme expansão, que teve Manuel Fraga Iribarne[6] como figura-chave. Nos sete anos em que esteve à frente do Ministério de Informação e Turismo, foram inaugurados 50 estabelecimentos, entre paradores e pousadas de beira de estrada[7], quantidade equivalente a praticamente metade dos que continuam abertos até hoje.

Mais tarde, em 18 de janeiro de 1991, a entidade foi testemunha de uma transformação fundamental para seu futuro: Paradores de Turismo da Espanha ganhou a forma jurídica de sociedade anônima, passando a ser responsável pela gestão dos edifícios. Trata-se de uma sociedade comercial de titularidade pública, cujo único acionista é a Direção-Geral do Patrimônio do Estado espanhol. Desse modo, a empresa chegou aos dias de hoje como um instrumento de política turística que mantém os objetivos de desenvolvimento territorial e recuperação do patrimônio cultural.

Dos 30 leitos oferecidos quando da inauguração do primeiro parador, hoje há mais de 10 mil, distribuídos em um total de 97 monumentos entre construções de planta nova e edifícios históricos reabilitados com fins turísticos. Entre eles, há 31 estabelecimentos situados em Bens de Interesse Cultural (BIC) ou em um recinto ou ambiente considerado BIC, que é a mais alta categoria de proteção concedida pelo Estado espanhol. Além desses, 23 imóveis estão em propriedades culturais classificadas em outro tipo de categoria de salvaguarda histórico-artística. Do total de paradores, 54 situam-se em bens histórico-culturais, sendo que 11 estão

5. Unidade administrativa inexistente no Brasil, hierarquicamente situada entre a comunidade autônoma e o município.

6. Manuel Fraga Iribarne (1922-2012) foi ministro de Informação e Turismo de 1962 a 1967, durante a ditadura de Francisco Franco.

7. As pousadas de beira de estrada eram um segundo tipo de hotel que existia naquela época e atualmente não existe mais na rede. Produzidas em série, em edifícios novos, de dimensões reduzidas e baixo custo, foram criadas durante o período do PNT para fomentar os pernoites breves no trânsito pelas estradas gerados pelo auge do turismo em automóvel. Na década de 1980, boa parte delas foi fechada por não ter mais a utilidade do passado, ainda que algumas tenham sido ampliadas para serem transformadas em paradores (Rodríguez Pérez e Ceresuela Puche, 2015, p. 20-22).



em cidades reconhecidas como Patrimônio Mundial, seja em edifícios históricos, como o Parador de Cuenca (Castela-Mancha), seja em prédios novos, como o Parador de Salamanca (Castela e Leão).

O vasto patrimônio guardado pela rede – ao qual se deve adicionar uma coleção de arte de mais de nove mil obras, adquirida para fins decorativos – é um amplo e singular documento histórico-artístico. As edificações permitem compreender a história da reabilitação arquitetônica na Espanha, do ponto de vista alternativo do valor turístico e patrimonial.

A perspectiva quantitativa, em termos econômicos e comerciais, a partir da qual o turismo tem sido tradicionalmente estudado, impede um entendimento global do fenômeno. Atualmente, disciplinas do ramo de humanidades, como geografia, sociologia ou direito, introduziram novas abordagens que também oferecem uma análise qualitativa. Uma área que aderiu recentemente a essa tendência foi a história da arte, fundamental para o estudo dos efeitos das atividades turísticas sobre os bens culturais, assim como outros campos científicos, como a biologia, que avalia o impacto do meio ambiente e sua relação com o patrimônio natural. A partir desse viés, avaliaremos o impacto da atividade dos Paradores de Turismo no legado cultural espanhol.

Parador de Gredos, Ávila (Espanha), 2018.
Foto: Patricia Cupeiro López.

Embora um grande número de imóveis tenha sido renovado com base em critérios conservadores de respeito ao monumento, muitas intervenções foram realizadas antes de sua conversão em parador, sem considerar um estudo histórico-artístico detalhado. O maior ponto de inflexão nesse sentido ocorreu com a promulgação da Lei nº 16/1985 (Espanha, 1985), que trata do patrimônio histórico espanhol, ainda que o impacto produzido por esse regulamento tenha sido mais recente, devido ao tempo de adaptação à norma e padronização até que todos os seus postulados fossem efetivamente implementados.

A renovação de imóveis mais antigos tem um caráter pitoresco, relacionado com a mentalidade oitocentista do Marquês de la Vega-Inclán, a qual, embora tenha continuado a exercer influência, foi especialmente apreciada nas intervenções realizadas entre as décadas de 1920 e 1930. Como exemplo desse período inicial, e por sua importância como primeiro edifício histórico-artístico a ser inaugurado após a renovação hoteleira, destaca-se o Parador de Oropesa, uma edificação com uma história longa e que mostra a relevância do patrimônio da rede.

Instalado no terreno de um imponente castelo na cidade homônima, esse bem começa sua história como uma modesta construção defensiva árabe demolida na Reconquista e em cujas fundações assentou-se um castelo feudal, que foi transformado em palácio no século XVI. De propriedade dos Álvarez de Toledo, senhores de Oropesa a quem Isabel I de Castela[8] deu o título de conde, esse conjunto monumental é basicamente uma construção de alvenaria, com uma planta de tendência trapezoidal de grandes dimensões. No entanto, o parador ocupa apenas a parte mais moderna do complexo arquitetônico, onde se localizava a área residencial da propriedade. Trata-se, portanto, de um tipo misto de castelo-palácio.

O núcleo do imóvel conhecido como Palácio Velho foi construído na época do segundo senhor de Oropesa, Fernando Álvarez de Toledo, no final do século XIV. Está geminado no castelo, com um estilo inicialmente gótico-mudéjar, que ainda pode ser encontrado na galeria de arcos trilobados de pedra com vista para a Serra de Gredos. O segundo conde de Oropesa, Francisco Álvarez de Toledo, promoveu as obras do Palácio Novo já no século XVI, as quais continuaram ainda durante o século seguinte, com a ampliação do edifício (Marías, 1985, p. 357-358).

Abandonado no século XIX, sofreu vários incêndios e foi reformado para servir a diversos usos no século XX. Em 1929, foi cedido pela Prefeitura de Oropesa ao PNT, tendo o arquiteto Luis Martínez-Feduchi como o responsável por transformá-lo em hotel. As obras de remodelação, que terminaram em novembro do mesmo ano, transformaram o Palácio Novo em uma pequena, mas confortável, hospedaria com apenas seis quartos – alguns com banheiro embutido –, sala de jantar para 30 pessoas e ambientes de recreação. Tal como outros paradores desse primeiro período, com o tempo, passou por obras de restauro,

8. Isabel I de Castela (1451-1504), apelidada de Isabel, a Católica, foi rainha de Castela e Leão de 1474 até sua morte.

reparação e ampliação. Na década de 1960, o número de quartos atingiu meia centena. Esse processo foi compartilhado por outros bens.

Após a Guerra Civil Espanhola[9], os recursos econômicos tornaram-se escassos em face da necessidade de reconstruir um país devastado, de modo que a atividade dos Paradores de Turismo foi drasticamente reduzida. Nesse momento, foi promovida, principalmente, a restauração de edifícios pré-existentes que, na maioria dos casos, haviam sido danificados no conflito. Somente a partir de 1945, novas intervenções começaram a ser realizadas, tanto no patrimônio construído quanto em prédios novos. A renovação do Convento de São Francisco no complexo monumental de Alhambra, fundado pela Rainha Isabel I, após a conquista de Granada, é não só o exemplo mais notável desse período e um dos estabelecimentos mais representativos da rede, mas também um dos culturalmente mais fascinantes do mundo por sua localização, carga simbólica e interessante história, já que abrigava o túmulo provisório dos reis católicos antes que seus restos mortais fossem finalmente depositados na Capela Real de Granada. Além disso, o local está ligado às obras de restauração realizadas em Alhambra durante a década de 1920 por Leopoldo Torres Balbás[10], antes de sua remodelação como parador em 1945.

As intervenções feitas no complexo pelo arquiteto, com base nos critérios de restauração científica, foram um marco na história do reparo na Espanha. As obras do Convento de São Francisco, embora não sejam tão conhecidas quanto aquelas realizadas no Pátio dos Leões ou na Sala dos Reis, em Alhambra, constituem um claro exemplo de sua linha de trabalho e pensamento. Torres Balbás consolidou o edifício, dando-lhe uma nova função como residência para pintores entre 1927 e 1929. A documentação que fez de todo o processo de restauração é um valioso documento de estudo do imóvel. Graças ao seu trabalho, atualmente o conjunto monacal conserva intacta a maior parte de seus restos ornamentais, inclusive os elementos anteriores ao convento, de um antigo palácio nasrida.

O renomado profissional abriu caminho para seu sucessor no cargo de arquiteto chefe do Patronato de Alhambra e Generalife, Francisco Prieto-Moreno, que se limitou a modificar a função do prédio com o objetivo de proporcionar maior rentabilidade, tornando-o uma hospedaria-parador, mas respeitando o caráter que seu professor e amigo tinha imprimido à integridade da edificação, embora Torres Balbás tivesse criticado a exploração comercial da propriedade (Gallego Roca, 1995, p. 235; Prieto-Moreno Pardo, 1948, p. 490). O edifício é um exemplo único de colaboração interdepartamental, pois sua reforma envolveu a participação tanto do Patronato de Alhambra e Generalife quanto da Direção-Geral de Turismo.

9. A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi um conflito armado travado entre republicanos e nacionalistas. Enquanto o primeiro grupo era formado por sindicatos, trabalhadores urbanos, camponeses e diferentes organizações políticas de esquerda, o segundo agregava monarquistas, grandes proprietários de terra, Exército e Igreja Católica. Liderados por Francisco Franco, os nacionalistas saíram vitoriosos por seu maior poderio bélico, dando início ao período da Ditadura Franquista.

10. Leopoldo Torres Balbás (1888-1960) foi um arquiteto e arqueólogo espanhol, considerado o pai da restauração monumental na Espanha.



Durante a Ditadura Franquista[11], especialmente no contexto do Ministério da Informação e Turismo (1951-1977), o ministro Manuel Fraga Iribarne incentivou o desenvolvimento do turismo de massa na Espanha. Como resultado, um método quase sistemático de trabalho nos paradores ampliou-se, com maior velocidade de execução e economia de meios.

Uma vez superado o processo de reconstrução do país após a Guerra Civil, a época desenvolvimentista trouxe grande sucesso ao turismo espanhol devido, em grande medida, às condições de vida conquistadas pela sociedade: incentivo à cultura do lazer, crescimento da renda, classe trabalhadora com acesso a férias remuneradas e automóvel particular, melhoria da infraestrutura de transporte, entre outros avanços. A isso acrescenta-se também o surgimento de agências de viagem e operadores de turismo, aliado às condições geográficas do país, próximo às nações emissoras e com atrativos naturais, paisagísticos e climatológicos fomentados junto com os culturais.

O auge do turismo acarretou consequências diretas na proposta das inaugurações. Na escolha de muitos dos novos locais monumentais, não se levou em consideração os aspectos histórico-artísticos dos imóveis. Embora seja possível reconhecer a aplicação de certos critérios estéticos nos trabalhos realizados, o respeito pelos restos preservados variou dependendo do arquiteto responsável.

11. A Ditadura Franquista (1939-1975), liderada por Francisco Franco, foi o regime autoritário que se sucedeu à Guerra Civil, mantendo-se até a morte do ditador.

Parador de Salamanca (Espanha), 2016.
Acervo: GCPHE.



Nesse período, podemos encontrar, por um lado, um caso concreto de conservação de uma parede-mural em estado de ruína, como aconteceu com a renovação do Castelo de Carlos V em Hondarribia (Guipúzcoa, País Basco), fruto da intervenção do arquiteto Manuel Sáinz de Vicuña. Por outro lado, há casos de destruição completa de um edifício para construir outro com um plano semelhante, uma prática usual no trabalho do arquiteto Jesús Valverde Viñas, que podemos observar à luz da comparação entre o Parador de Cambados (Pontevedra, Galícia) e as imagens da antiga mansão de Bazan na década de 1920 (Díaz Martínez, 2005, p. 49).

Naquela época, as reformas em conjuntos fortificados alcançaram seu auge. O Ministério de Informação e Turismo promoveu propagandas do setor e de certas questões de caráter cultural focadas em valorizar determinados períodos históricos e, consequentemente, tipos específicos de construção. A promulgação, pelo Ministério de Educação Nacional, do Decreto de 22 de abril de 1949 (Espanha, 1949), sobre a proteção dos castelos espanhóis – por meio do qual todas as fortificações ficavam sob a tutela do Estado, independentemente de sua condição de preservação –, não correspondeu, de forma alguma, à atividade frenética da empresa em torno deles nas décadas seguintes. Foram realizadas intervenções em 13 das 17 edificações fortificadas de interesse cultural guardadas pela rede devido ao interesse das autoridades franquistas. A maioria das reformas para fins turísticos em castelos, fortalezas, alcáceres e torres ocorreu nesse momento.

No entanto, as obras encontraram empecilhos nas características morfológicas desse tipo de construção, como as reduzidas dimensões hábeis que o interior desse tipo de imóvel tem para a realização de uma reforma, a espessura dos muros, a dificuldade de tornar acessível a circulação interna em elementos verticais como torres e o estado de conservação em que muitas vezes encontravam-se aqueles castelos ou recintos fortificados onde foi possível obter resultados aceitáveis. Como consequência, as grandes fundações construídas na segunda metade do século XX produziram uma destruição sistemática do solo e dos potenciais sítios arqueológicos.

Ainda assim, quando se fala dessa época em particular, é necessário fazer uma breve menção à atividade do Instituto Nacional da Indústria, do qual dependia outra estatal dedicada à promoção do turismo, a Empresa Nacional de Turismo (Entursa). Em seu cerne, surgiram dois dos edifícios mais emblemáticos da rede hoteleira – o Hospital dos Reis Católicos, em Santiago de Compostela (Galícia), e o Hospital San Marcos, em Leão (Castela e Leão) –, assim como o Hotel La Muralla, em Ceuta (Cidade Autônoma de Ceuta).

Essas construções, de grande interesse patrimonial, foram renovadas nas décadas de 1950 e 1960 segundo critérios muito diferentes dos comumente adotados na empresa. Tratava-se de prédios com uma decoração de interiores moderna e um grande número de quartos. Ao contrário das dimensões modestas dos paradores inaugurados até então, que tinham entre 50 e 60 quartos, os estabelecimentos da

Detalhe da parede-mural em estado de ruína do Castelo de Hondarribia, Guipúzcoa, País Basco (Espanha), 2011.
Foto: Patrícia Cupeiro López.



Entursa chegavam a ter uma centena de aposentos para acomodar um maior número de visitantes.

Durante o regime de Franco, adquire certa notoriedade a renovação de imóveis com tipologia hospitalar, por estarem, em muitos casos, ligados a estradas e santuários de peregrinação. A ascensão do turismo religioso levou a Entursa a pensar, inclusive, na criação de uma rede de albergues no Caminho de Santiago. A ideia começou a concretizar-se, de fato, no Hospital dos Reis Católicos, a poucos metros da catedral compostelana.

As reformas para conversão em parador tanto do Hospital dos Reis Católicos quanto do Hospital de San Marcos foram impulsionadas pelo Instituto Nacional da Indústria por ocasião da celebração de dois Anos Santos Compostelanos[12], 1954 e 1965. Posteriormente, foram incorporados à organização e promovidos pelo Ministério da Informação e Turismo os Paradores de Guadalupe (Cáceres, Extremadura) e Santo Domingo de la Calzada (La Rioja), também incluídos nessa tipologia assistencial, embora fora do Caminho de Santiago.

Com a transição para o regime democrático, foram definitivamente estabelecidos novos critérios de restauro patrimonial na Espanha, o que trouxe outras práticas para as intervenções nos imóveis com fins turísticos. Em um primeiro momento, as atividades da rede foram assumidas por arquitetos formados no âmbito do Ministério de Informação e Turismo, responsáveis pela maior parte dos trabalhos de renovação, em continuidade com a tradição anterior. Pertencem a esse período revitalizações como as dos Paradores de Cuenca (Castela-Mancha), Limpias (Cantábria) ou Cangas de Onís (Astúrias). Com certo atraso, já no século XXI, as obras passaram a ser adjudicadas por meio de concurso público, reflexo de uma mudança de mentalidade especialmente no âmbito administrativo, o que implica projetos mais inovadores, com a realização de estudos histórico-artísticos dos bens e o uso de novas tecnologias a partir de critérios de reversibilidade e interdisciplinaridade.

Ligada à própria raiz da intenção de renovar edificações histórico-artísticas para fins turísticos, como o Convento de Jesús Nazareno em Mérida, a arquitetura cenobial[13] tornou-se a tipologia histórica que mais parece adaptar-se às demandas dos critérios atuais de proteção patrimonial e que vem concretizando-se e ampliando-se na regulamentação espanhola desde os anos 1980. A revitalização desse tipo de construção é muito mais compatível com o uso hoteleiro do que a dos castelos, uma vez que também é, na sua origem, uma residência coletiva. Desde a época conhecida como a Transição Espanhola[14], foram realizadas 12 restaurações desse tipo construtivo, incluindo o Mosteiro de San Juan Bautista (Corias, Astúrias) e o Convento de Roser (Lleida, Catalunha).

As experiências mais bem-sucedidas da empresa em termos de salvaguarda

Parador Hospital dos Reis Católicos em Santiago de Compostela, Galícia (Espanha), 2008.
Foto: Estúdio Ukaná.

12. Também conhecido como Jubileu Compostelano ou Ano Santo, é celebrado desde a Idade Média pelos fiéis católicos e ocorre em intervalos de seis, cinco, seis e 11 anos.

13. Arquitetura empregada na construção de habitação para monges.

14. Período histórico que marcou a transição entre o fim da Ditadura Franquista, em 1975, e o início do regime democrático, com a promulgação da Constituição de 1978.



patrimonial estão relacionadas a essa tipologia, embora, entre os imóveis histórico-artísticos de categoria BIC, apenas cinco sejam conventos ou mosteiros. Além disso, para certas ordens religiosas, a localização desses edifícios em ambientes naturais de grande relevância favorecia a oração e a vida contemplativa, de modo que são igualmente ambientes muito agradáveis para viajantes que buscam fugir do barulho e do estresse da vida moderna, como o Mosteiro de Santo Estevo de Ribas de Sil (Ourense, Galícia), situado na Ribeira Sacra, uma região isolada do ruído mundano.

Outras tipologias arquitetônicas históricas não tiveram tanto sucesso quanto o caso único de renovação patrimonial de uma Prefeitura em Ronda (Málaga, Andaluzia) ou de um prédio dedicado à docência como o colégio universitário onde atualmente está localizado o Parador de Alcalá de Henares (Madri). Na primeira, por não ser protegida pelo planejamento municipal, foi aplicado um critério de fachada. Já o segundo é uma das obras mais representativas da rede no século XXI, tendo sido reconhecido internacionalmente, pois foi selecionado para uma exposição do Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMa) dedicada às novas tendências da arquitetura espanhola.

O valor de uso desses imóveis tem sido o ponto-chave para serem considerados um recurso econômico e turístico. É por isso que sua eficiente adaptação às atividades turísticas desenvolvidas deve ser realizada com o maior cuidado e o devido planejamento. Essa eficiência não pode ser apenas demonstrada por um balanço econômico positivo a cada ano; é necessário também monitorar a manutenção do bem, porque a perda de seus valores culturais não pode ser quantificada. O patrimônio cultural, assim como o natural, é um recurso não renovável, pois, uma vez danificados os seus valores, não é possível restituí-los.

A eficiência hoteleira não precisa estar em desacordo com a conservação do patrimônio. Para elaborar um programa

Castelo-palácio dos Álvarez de Toledo, atualmente Parador de Oropesa, Toledo (Espanha), 2010.
Foto: Patricia Cupeiro López.



hoteleiro considerado rentável e adaptado às exigências atuais, é necessário considerar as dimensões iniciais do edifício, pois o objetivo, em muitos casos, é criar hotéis com mais de cem apartamentos. Imóveis que dispõem de poucos quartos não são de interesse desde a década de 1960, pois impactam negativamente na renda da rede, embora haja exceções, como a recente renovação do Castelo de Monterrei (Ourense, Galícia), que não tem mais do que uma dúzia de quartos. Nesse sentido, o modelo de dimensões reduzidas poderia levar a outro tipo de exploração, na linha de hotel-boutique ou das pousadas de charme de Santiago de Compostela. Categorizar os estabelecimentos de acordo com suas características e a tipologia que o viajante vai encontrar pode ser uma boa opção, o que permite diversificar a oferta e até criar produtos específicos para determinados tipos de cliente.

Outro problema que a rede precisa resolver é a incompatibilidade dos bens patrimoniais com determinadas exigências das regulamentações atuais, como as de eficiência energética, equipamentos e instalações, acessibilidade, entre outras. As administrações turística e cultural devem trabalhar em conjunto para elucidar se é necessário estabelecer regras específicas ou determinar os canais legais apropriados para esse tipo de edificação, cujos custos, por vezes, não podem competir com os de construções novas.

Como vimos, o impacto produzido pela implementação dos Paradores de Turismo na Espanha gerou consequências de diferentes envergaduras no patrimônio edificado. No entanto, se não fosse por essa iniciativa, a conservação da maior parte desses imóveis, muitos em estado de ruína antes de serem convertidos em parador, provavelmente teria sido muito mais complicada. A empresa permitiu prolongar o ciclo de vida desses prédios históricos, proporcionando-lhes uma nova função compatível com a sua preservação.



Detalhe do jardim esculpido do Parador de Alcalá de Henares, Madri (Espanha), 2012.
Foto: Patricia Cupeiro López.

Cartaz da Exposição Ibero-Americana, realizada em Sevilha (Espanha), 1929.

A crise econômica que assolou o mundo nos últimos anos não poupou a rede, que tem superado progressivamente as dificuldades e continua sua caminhada em direção à celebração do seu primeiro centenário em 2028, sem deixar de investir na recuperação do patrimônio cultural. Após vários anos de cortes e medidas de contingenciamento, que afetaram o quadro de funcionários e produziram fechamentos temporários de alguns estabelecimentos menos frequentados em baixas temporadas, atualmente presenciamos um florescimento, com a previsão de uma série de inaugurações, como o parador de construção nova em Muxía (Corunha, Galícia) ou a reabilitação da parte barroca do Mosteiro Real de Santa María de Veruela (Zaragoza, Aragão). Por mais que os custos dessas ações sejam altos, o patrimônio de paradores é de um valor incalculável. Felizmente, os sucessivos governos espanhóis foram capazes de reconhecer e salvaguardar a missão da empresa, protagonista de alguns dos capítulos mais relevantes da história do turismo espanhol.

Referências

CABANILLAS GARCÍA, Mercedes. *Introducción a la Comisaría Regia de Turismo*: la figura del Marqués de la Vega-Inclán como Comisario Regio. S.l.: Museo del Romanticismo, 2011. Disponível em: https://www.culturaydeporte.gob.es/mromanticismo/dam/jcr:c255fb12-2130-4694-aa43-b4731e90d6cb/articulo-comisaria-regia.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

CARDOSO, Margarida; MOURA-PIRES, Fernando. Segmentation of the Portuguese Clients of Pousadas de Portugal. *In*: SMITH, Kate; GRUPTA, Jatinder. *Neural networks in bussines*: techniques and applications. Hershey: Idea Group, 2002. p. 70-88.

CUPEIRO LÓPEZ, Patricia. El convento de Jesús Nazareno y el Marqués de la Vega-Inclán: la historia de una ilusión frustrada. *In*: GARCÍA IGLESIAS, José Manuel; CACHEDA BARREIRO, Rosa M.; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Carla (Coords.). *Universos en orden*. Santiago de Compostela: Alvarellos, 2016. p. 425-454. (Opus Monasticorum IX, v. 1.)

CUPEIRO LÓPEZ, Patricia. La influencia española en la configuración de las Pousadas de Portugal. *Turismo & Desenvolvimento*, v. 3, n. 17/18, p. 1.573-1.582, 2012.

DÍAZ MARTÍNEZ, Carlos. *A memoria de Cambados*. Vigo: Xerais, 2005.

ESPANHA. Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español. Disponível em: https://www.boe.es/eli/es/l/1985/06/25/16/con. Acesso em: 19 ago. 2019.

ESPANHA. Ministério da Educação Nacional. Decreto de 22 de abril de 1949 sobre protección de los castillos españoles. *Boletín Oficial del Estado*, n. 125, p. 2.058-2.059, 5 maio 1949. Disponível em: https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1949-4615. Acesso em: 21 ago. 2019.

GALLEGO ROCA, Francisco Javier (Ed.). *Epistolario de Leopoldo Torres Balbás a Antonio Gallego Burín*. Granada: Universidad de Granada y Diputación Provincial de Granada, 1995.

LOBO, Susana: *Pousadas de Portugal*: reflexos da arquitetura. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

MARIAS, Fernando. *La arquitectura del Renacimiento en Toledo (1541-1631)*. Madrid: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, 1985.

MENÉNDEZ ROBLES, Maria Luisa. *El marqués de Vega Inclán y los orígenes del turismo en España*. Madrid: Ministerio de Industria, Turismo y Comercio, 2006.

MORENO GARRIDO, Ana. Turismo de élite y administración turística de la época (1911-1936). *Estudios Turísticos*, n. 163-164, p. 31-54, 2005.

ORDIERES DÍEZ, Maria Isabel. El Marqués de la Vega-Inclán: una nueva sensibilidad en el campo de la restauración. *In*: ORDIERES DÍEZ, Maria Isabel. *Historia de la Restauración Monumental en España (1835-1936)*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1995.

PRIETO-MORENO PARDO, Francisco. Hospedería de San Francisco en la Alhambra de Granada. *Revista Nacional de Arquitectura*, n. 84, p. 490, dez. 1948.

RODRÍGUEZ PÉREZ, Maria José. Paradores, pousadas y habaguanex: la rehabilitación en el marco de la hotelería pública. *Cuadernos de Turismo*, n. 35, p. 379-398, 2015.

RODRÍGUEZ PÉREZ, Maria José; CERESUELA PUCHE, Antonio. Albergues de carretera de Carlos Arniches y Martín Domínguez: un patrimonio que hay que conservar. *Revista PH*, n. 87, p. 20-22, abr. 2015.

TERREROS GUARDIOLA, Maria del Valle Gómez de. *Antonio Gómez Millán (1883-1956)*: una revisión de la arquitectura sevillana de su tiempo. Sevilha: Guadalquivir, 1993.

VENDA, Catia Filipa Fidalgo de Sousa. *Reabilitação e reconversão de usos*: o caso das pousadas como património. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.





Silvia Fernández Cacho e Ángel Muñoz Vicente

Paisagem cultural, arqueologia e turismo: Enseada de Bolonia (Espanha)

Cultural environment, archaeology and tourism: Enseada de Bolonia (Spain)
Paisaje cultural, arqueología y turismo: Ensenada de Bolonia (España)

Resumo

Em um contexto mundial de crescimento do turismo devido à abertura de novos mercados e à expansão da oferta a preços competitivos, surge o debate sobre o limite aceitável das mudanças em territórios protegidos. O objetivo da administração pública é, nesse sentido, garantir a preservação dos valores locais sem desconsiderar os benefícios sociais, culturais e econômicos advindos das atividades desse setor. Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a qualificação da experiência turística por meio de ações de pesquisa, planejamento, intervenção e divulgação desenvolvidas na Enseada de Bolonia (localizada em Tarifa, na província de Cádiz, na Espanha) a partir da gestão cultural. Essas atividades tiveram como espinha dorsal a geração de conhecimento e a divulgação científica, uma estratégia que parece certa para promover o turismo sustentável como alternativa ao de massa.

Summary

The discussion on what is the acceptable limit for change in protected territories is ascendant in the current worldwide context of tourism growth due to new markets and an ever-expanding supply at competitive prices. In this sense, the purpose of public administration is to ensure the protection of local values without overlooking the social, cultural and economic benefits that arise from the pursuit of such activities. This essay discusses how the tourist experience was improved by research, planning, intervention and dissemination activities in the Enseada de Bolonia (a bay in Tarifa, province of Cadiz, Spain) based on cultural management. These activities stem from a backbone of knowledge generation and scientific dissemination, a strategy that promotes sustainable tourism as an alternative to mass tourism.



Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia, Tarifa, Cádiz (Espanha), 2019.
Acervo: Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia e Núcleo El Lentiscal.

Factoría de salazón, *Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia, Tarifa, Cádiz (Espanha), 2016.*
Foto: Ángel Muñoz.

Resumen

En un contexto mundial de crecimiento del turismo debido a la apertura de nuevos mercados y la expansión de la oferta a precios competitivos, surge el debate sobre el límite aceptable de cambios en territorios protegidos. El objetivo de la administración pública es, en este sentido, garantizar la preservación de los valores locales sin desconsiderar los beneficios sociales, culturales y económicos de las actividades de este sector. Este trabajo presenta una reflexión sobre la cualificación de la experiencia turística por medio de acciones de investigación, planificación, intervención y difusión desarrolladas en la Ensenada de Bolonia (ubicada en Tarifa, provincia de Cádiz, España) a partir de la gestión cultural. Estas actividades tuvieron como eje central la generación de conocimiento y la difusión científica, una estrategia que parece correcta para promover el turismo sostenible como una alternativa al turismo de masas.



Introdução

A Enseada de Bolonia se localiza na cidade de Tarifa, a sudoeste da província[1] de Cádiz, no sul da Espanha. Sua configuração física permite a identificação de seus limites geográficos tanto na linha costeira quanto em direção ao interior, por conta de um cinturão de montanhas (a Sierra de la Plata e a Sierra de San Bartolomé) que circunda a área, formando uma bacia visual que delimita claramente o espaço.

A existência de um conjunto arqueológico de primeira ordem, chamado Baelo Claudia, em uma posição central e em uma das praias mais singulares da costa espanhola, a praia de Bolonia, garantiu a constância no fluxo de visitantes nas últimas décadas. No entanto, historicamente vários fatores atrapalharam o desenvolvimento de uma indústria turística massiva na enseada e em seus arredores.

a) A climatologia caracterizada pelos ventos. Tarifa é o município espanhol com mais dias de vento (leste e oeste), cuja maior incidência é nos meses de verão (Viedma Munõz, 1998). Isso torna a costa de Tarifa atraente para a prática de atividades esportivas como windsurfe, *kite-surf, stand up paddle* etc., mas limita a vinda maciça de turistas que procuram sol e praia.
b) A presença de regiões de controle militar nas proximidades. A posição estratégica da Enseada de Bolonia explica a presença de numerosas instalações militares nas suas proximidades, tanto a oeste (Punta Camarinal e Sierra de la Plata) quanto a leste (Sierra de San Bartolomé e Punta Paloma).

1. Unidade administrativa superior ao município no Brasil.

c) Os fatores anteriores incentivaram a construção de instalações de uso turístico, quando as leis eram mais flexíveis nesse sentido, em áreas costeiras mais vantajosas. Atualmente a legislação é mais restritiva e a população, mais ativa na defesa do território.

A administração pública realizou diversas ações que visam à proteção dos valores culturais e naturais do local, bem como à qualificação do seu usufruto público, isto é, o compromisso de promover a qualidade da experiência turística e sua sustentabilidade, mais que priorizar o aumento de visitas, pondo em risco a preservação desses valores. Dessa forma, são favorecidos um "turismo lento" e uma diversificação da oferta para uma visita de espectro territorial mais amplo e menos focado, como é aconselhável no âmbito do turismo patrimonial (Troitiño Vinuesa e Troitiño Torralba, 2018).

Parte-se da ideia de que a proteção do patrimônio incentiva a melhoria da experiência turística (Basurto Cedeño, Pennigton-Gray e Mattheuws, 2015), que também deve ser respaldada pela existência de pesquisas de longo prazo sobre o lugar. No caso da Enseada de Bolonia, o fato de ser considerada paisagem cultural beneficia também, como veremos, a execução de ações integrais voltadas para o mesmo fim.

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as possibilidades oferecidas pela gestão pública do território da Enseada de Bolonia, entendido como paisagem cultural, na qualificação da experiência turística. As ações realizadas por essa gestão tiveram como eixo a geração de conhecimento para qualificar a experiência da visitação ao local.

Ruínas romanas, Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia, Tarifa, Cádiz (Espanha), 2007.
Foto: Roland Geider.

Valores naturais, culturais e paisagísticos

A Enseada de Bolonia faz parte da região do Estreito de Gibraltar, terra mítica desde a Antiguidade, considerado pelos autores clássicos como a porta de entrada para o *Mare Tenebrosum* e área de intensa circulação de pessoas e bens durante toda a história. É um território-chave para a fauna devido ao trânsito de espécies marinhas e à migração de aves, um lugar para onde as águas do Mar Mediterrâneo e do Oceano Atlântico convergem e onde as placas tectônicas euroasiática e africana se separam. Do ponto de vista humano, destaca-se por sua extensa ocupação e por sua importância geoestratégica. Mas sua verdadeira relevância está no tráfego marítimo mundial, nas comunicações, em seu papel de fronteira entre a Espanha e o norte da África, uma linha divisória entre duas concepções de mundo e entre duas culturas: a ocidental e a oriental. É lá que se localiza a Enseada de Bolonia, onde se encontram, de forma muito marcante, as características definidoras de seu contexto geográfico e onde se unem valores ecológicos, geológicos, paisagísticos, históricos e culturais de caráter excepcional (Sánchez e Diañez, 2005, p. 184 e segs.).

Sua localização no sudoeste da Península Ibérica lhe outorga o pertencimento a um espaço cultural mediterrâneo, no extremo oeste de um território geográfico de características comuns que a historiografia arqueológica de meados do século XX batizou de Círculo do Estreito (Tarradell, 1960). É uma região na qual encontramos modelos econômicos muito homogêneos em torno da exploração dos recursos pesqueiros, que, em termos geopolíticos, sofrem influência direta de Gadir ou Gades (atual Cádiz). Essas condições geofísicas favoreceram modos comuns de entender as relações do ser humano com o ambiente natural desde a pré-história, momentos em que foram documentados os primeiros vestígios humanos da enseada, representados pelas gravuras e pinturas da Cueva del Moro, na Sierra de la Plata, uma das mais antigas manifestações de arte rupestre da Península Ibérica.

Geograficamente, a Enseada de Bolonia forma uma pequena baía delimitada por dois cabos, denominados Punta Paloma e Punta Camarinal. Um cinturão de montanhas forma em torno dela um semicírculo, que pode ser acessado somente através do chamado Porto de Bolonia, a verdadeira porta da enseada por via terrestre. A partir dessa espécie de muro montanhoso, se desenha um declive suave de onde descem vários cursos de água. A cidade hispano-romana de Baelo Claudia fica na parte final dessa encosta, voltada para o mar, uma grande fonte de riqueza desde sua origem.

Baelo Claudia foi um porto tanto estratégico – como centro de comunicações militares entre as províncias romanas de Hispânia Bética, ao sul da atual Espanha, e Mauritânia Tingitana, ao norte do atual Marrocos – quanto comercial, pois recebia manufaturas e exportava peixes salgados e molhos de peixe, como o conhecido *garum*, cuja fabricação e comercialização trouxeram muitos benefícios para o desenvolvimento da cidade. Todas essas circunstâncias se refletem na forma e no conteúdo físico da localidade, que se adapta à configuração geográfica da pequena baía onde se assentou em termos da



obtenção, exploração e transformação dos recursos pesqueiros.

A planta de Baelo Claudia corresponde a um esquema clássico do urbanismo romano em todos os seus elementos fundamentais. Nela se identifica a rede viária ortogonal que divide a superfície de aproximadamente 13 hectares, adaptada à topografia. Rodeado por cerca de 1,5 quilômetro de comprimento, o traçado acompanha os dois cursos de água que a delimitam a leste e a oeste: os Córregos de las Chorreras (leste) e de las Villas (oeste). A nordeste, o primeiro faz a cidade se estreitar até formar um vértice com o alinhamento ocidental.

É possível diferenciar claramente três áreas. Na região alta, praticamente nenhuma intervenção arqueológica foi realizada, possivelmente de uso residencial. Já na região central, localizam-se os principais edifícios públicos, comerciais e de lazer, em torno do fórum, o espaço público por excelência. Por sua vez, na região baixa, junto à praia, localizam-se a área industrial e possivelmente algumas residências de pescadores e comerciantes, que ocupam quase um terço da superfície; fora das suas muralhas, estão as estruturas portuárias nas proximidades de um desses cursos de água, que marcaram a fisionomia local a partir da parte mais alta da cidade e de onde embarcariam as mercadorias com destino a muitos portos do Império Romano, onde os molhos e os peixes salgados de Baelo Claudia eram conhecidos por sua excelência.

A Enseada de Bolonia tem condições ambientais verdadeiramente excepcionais, é composta de ecossistemas marinhos, fluviais e terrestres que atualmente se combinam com atividades apoiadas na pecuária, na pesca artesanal, nos serviços turísticos e de lazer e no patrimônio cultural. Nesse espaço, ostenta um protagonismo singular o Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia (CABC), que administra a cidade romana em todas as facetas que compõem a proteção dos bens culturais, o epicentro gerador do uso do território.

Basílica, Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia, Tarifa, Cádiz (Espanha), 2016.
Acervo: Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia.



Área do foro e templos, Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia, Tarifa, Cádiz (Espanha), 2016.
Foto: Ángel Muñoz.



Nesse contexto, Baelo Claudia constitui um marco histórico e paisagístico da enseada. Seu estado de conservação – recuperação de sua estrutura urbana no nível da planta, feita a partir do início do século XX – e sua localização especial a caracterizam como um bem patrimonial de primeira ordem, com ótimas perspectivas de uso. De qualquer forma, a estrutura da cidade romana e sua localização, em uma região de grande valor ambiental e geoestratégico, fazem dela um recurso com grandes possibilidades de interpretação do conceito patrimônio-território.

A Enseada de Bolonia também se apresenta como uma entidade diferente do resto do território circundante, caracterizada pela alta porcentagem de sítios arqueológicos conhecidos. Ao que já foi comentado, devemos acrescentar alguns pontos muito relevantes no assentamento da área, como o *oppidum* (cidade fortificada) proto-histórico de Silla del Papa, objeto, nos últimos anos, de um projeto geral de pesquisa arqueológica sobre a presença humana na região em diferentes épocas da história, desde a Idade do Ferro até o Reino Visigótico.

Também se destaca a necrópole pré-histórica de Los Algarbes, um complexo funerário que corresponde aos momentos de transição entre o fim da Idade do Cobre e o início da Idade do Bronze, nos milênios III e II a.C., composto de uma série de estruturas escavadas na rocha onde foi depositada uma série de cadáveres com seus enxovais, que contavam com objetos de marfim e ouro, denotando uma diferenciação social (Lazarich, 2009, p. 81). Esses sepultamentos lembram os sistemas tradicionais de inumação e a continuidade de um modo de vida tribal em uma sociedade muito hierarquizada, embora a presença de túmulos individuais sugira a importância que o sujeito gradualmente foi adquirindo diante da comunidade (Castañeda Fernández, 2008, p. 50).

Finalmente, o grande complexo de cemitérios de Betis, que remonta ao início da Idade Média, abre o caminho para um corredor que, desde a Antiguidade, comunicou por terra as Enseadas de Bolonia e de Valdevaqueros. Essa circunstância condicionou a ocupação do território, marcadamente, ao longo dos séculos, à influência de ambas as enseadas, autênticos núcleos povoados de forma ininterrupta desde a pré-história até o presente.

A essa densidade de vestígios arqueológicos do passado, devemos acrescentar a permanência das atividades que caracterizaram a região desde a Antiguidade. A enseada se distingue por uma geomorfologia adequada para se viver do mar, tanto por meio da exploração dos recursos pesqueiros quanto por representar um veículo de comunicação e articulação da paisagem. Desde sempre, a pecuária foi explorada como atividade complementar à pesca, refletida nas moedas do Bailo ou nas instalações agropecuárias antigas e atuais. Da mesma forma, a gastronomia local é marcada pela história, desde os molhos e peixes salgados da Antiguidade até o atum acebolado e a carne bovina do tempo presente. Também permaneceram tipologias construtivas de arquitetura popular, desde os *chozos* pastoris até as moradias de telhado vegetal como os *marjales*. Outras atividades também deixaram sua marca na enseada, como as extrativistas, visíveis nas pedreiras que nutriram de material as construções locais, ou as defensivas, como

alguns *bunkers* costeiros da Segunda Guerra Mundial agora em desuso (Salmerón Escobar *et al.*, 2004, p. 84 e segs.).

Tudo isso ajuda a conhecer o modo de vida das sociedades que habitaram esse território e por ele transitaram desde a Antiguidade até o presente, voltadas para a exploração de seus recursos, em um claro exemplo de paisagem cultural configurada entre o mar e a terra. É um território, em todos os momentos, percebido a partir das instalações do novo centro de visitantes do conjunto arqueológico e onde, desde o início, o visitante entra em contato visual com esses dois elementos que o caracterizam. O itinerário do turista é um autêntico mirante da paisagem da enseada.

A pesquisa na Enseada de Bolonia

Nem todos os valores ou recursos culturais podem ser considerados recursos turísticos em sua totalidade. Alguns recursos culturais, incluindo a maioria daqueles arqueológicos, são difíceis de projetar para o turismo porque é um patrimônio em geral muito fragmentado, frágil e disperso. Para serem interpretados corretamente, precisam da mediação de informações preparadas para o público em geral, por meio de recriações, folhetos, painéis etc. (Moreno Megarejo e Sariego López, 2017). Filtrar as informações não significa perder sua solvência do ponto de vista científico. De fato, quanto maior e melhor for o conhecimento científico, mais esclarecedora será a informação transmitida àqueles que visitam o patrimônio e mais agradável será sua experiência.

Não há dúvida de que o processo de pesquisa, que fornece conhecimento científico sobre os recursos culturais, é essencial para as demais disciplinas envolvidas na proteção de qualquer bem cultural. São ações que devem ser entendidas como transversais e que envolvem diferentes áreas. Por exemplo, no patrimônio arqueológico, o estado de conservação é um critério discriminatório essencial a ser levado em conta para o uso público, e, por sua vez, a pesquisa e o conhecimento são fundamentais na determinação dos fatores de degradação para que medidas de conservação sejam tomadas.

Nesse sentido, há uma ampla bagagem de conhecimentos sobre os valores culturais da Enseada de Bolonia. As investigações realizadas em seu território, desde o final do século XIX, cobriram todas as etapas da história, desde o paleolítico, representado pelas gravuras da Cueva del Moro, até as recentes escavações arqueológicas na igreja visigótica de Silla del Papa. No entanto, embora, no século XIX, tenham sido desenvolvidas algumas atividades na enseada, como as prospecções de Jules Furgus na necrópole ocidental de Baelo Claudia e o estudo do fenômeno pré-histórico na região da atual Facinas, somente a partir do início do século XX podemos falar de pesquisas científicas, primeiro realizadas pelo hispanista francês Pierre Paris, que, junto com George Bonsor, promoveu várias campanhas de escavação em Baelo Claudia. Esses trabalhos significaram o reconhecimento, por parte do mundo científico, dessa cidade hispano-romana e também a razão pela qual as autoridades espanholas tomaram consciência de sua importância e a declararam, em



1925, Monumento Histórico Nacional[2]. A importância do conhecimento como estratégia para a proteção do patrimônio arqueológico fica clara nesse fato de vital importância para o futuro do patrimônio arqueológico da enseada, pois levou à tomada de medidas de proteção legal, sem as quais outras ações de tutela não teriam sido possíveis.

Após o parêntese da Guerra Civil Espanhola e um pouco mais de duas décadas de esquecimento, o interesse em continuar pesquisando Baelo Claudia retornou em 1966. Mais uma vez, equipes de pesquisa francesas, sob o amparo da instituição cultural de altos estudos hispânicos Casa de Velázquez, iniciam um programa de escavação que continuará sem interrupção até 1990. Esses trabalhos permitiram que a maior parte dos edifícios públicos da cidade fosse desenterrada e, consequentemente, habilitada como recurso arqueológico visitável. Essas construções foram rapidamente incorporadas às visitas públicas guiadas, iniciadas em 1968 pela Guarda Oficial das Ruínas. Desde então, a dimensão social do sítio se fortaleceu acompanhando o ritmo das escavações, que, em campanhas anuais, concentradas nos meses de verão, expunham novas estruturas arqueológicas. No entanto, essas escavações não foram acompanhadas por ações de conservação, o que, após alguns anos, gerou o início de sua degradação, principalmente devido a fatores naturais, uma vez que os restos arqueológicos ficam expostos a intempéries do clima e ao crescimento da vegetação. Começou assim uma fase de

2. O reconhecimento foi formalizado pela Ordem Real de 19 de janeiro e publicado na *Gaceta de Madrid* nº 24, de 24 de janeiro de 1925.



deterioração gradual com perdas de materiais da construção, que progressivamente incidiu na piora da apresentação pública do local.

Como consequência lógica dessa situação anômala de divergência entre pesquisa e conservação, a partir de 1989, houve uma estagnação do conhecimento, pois foi decidido paralisar as pesquisas para ordenar as facetas de proteção e conservação. Esse fato coincide com os anos em que o Estado transferiu, para a comunidade autônoma de Andaluzia, as competências em matéria de Cultura. Dessa forma, de 1989 a 2005, pequenos projetos de consolidação foram realizados nos prédios desenterrados. Foi concebido um primeiro circuito de visitas a determinados espaços que ofereciam condições para uso público, e, ao mesmo tempo, foi restringida a entrada em outras áreas que apresentavam problemas de conservação e acesso, como o teatro e as termas, que estavam sujeitos à abertura somente quando as condições de limpeza e apresentação fossem recomendáveis.

Em 1999, essa situação mudou graças a um projeto de melhorias ambientais em Baelo Claudia e seus arredores, que permitiu avaliar, como nunca fora feito, sua tutela em termos de musealização e visitação pública. O resultado foi espetacular e transformou tanto a paisagem, com reflorestamentos e plantações, quanto a própria cidade romana, com a criação de estradas de cascalho sobre parte do traçado ortogonal da cidade, o que ajudou a entender seu planejamento urbano e seu desenvolvimento histórico. Essa nova dimensão pública do sítio fez com que aumentasse em mais de 50% o número de visitantes anuais, passando de 46.470, em

Sede institucional do Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia, Tarifa, Cádiz (Espanha), 2014.
Acervo: Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia.

Museu de Baelo Claudia, Tarifa, Cádiz (Espanha), 2016.
Acervo: Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia.

1998, para 100.149, em 2001[3], coincidindo com a conclusão do projeto ambiental.

No entanto, esse aprimoramento das ações de conservação e divulgação não foi acompanhado por avanços no campo da pesquisa, de modo que, em poucos anos, a estagnação na produção de conhecimento sobre a cidade de Baelo Claudia foi notada no mundo científico. Apenas um Curso Internacional de Arqueologia em Baelo Claudia, patrocinado e financiado em seus primeiros anos pela Universidade de Cádiz (UCA), foi responsável por dar prosseguimento à pesquisa científica no local, mas os esforços foram claramente insuficientes. Era necessário retomar a implicação do mundo científico na tutela do sítio com vistas à programação das demais matérias, como a conservação e a divulgação.

Esse período de escassez de pesquisas, que se iniciou em 1989 e se estendeu até os primeiros anos do atual século, teve seu ponto de virada em 2005, quando a tutela de Baelo Claudia foi compreendida de maneira global, incidindo na correção de deficiências nos diferentes campos (Muñoz Vicente, 2018). Na pesquisa, foram promovidos Cursos Internacionais de Arqueologia Clássica, financiados pela primeira vez em conjunto com a UCA, e se estabeleceu a necessidade de uma estrutura de colaboração para garantir sua continuidade no futuro. O resultado foi a assinatura, em julho de 2006, de um Protocolo de Colaboração entre as duas instituições, que trouxe também, como consequência, o início de outro projeto de pesquisa denominado Economia Marítima e Atividades Haliêuticas, dirigido pelo professor Darío Bernal, que integrou, nos últimos anos, o projeto do professor Simon Keay da Universidade de Southampton, intitulado Portus Limen, incorporando a região portuária de Baelo Claudia à pesquisa internacional.

Por outro lado, o início da construção de um novo edifício administrativo e museu, em 2003, gerou uma série de ações diversas que visavam preparar o circuito de visitas para sua abertura no final de 2007. Com esse fim, realizaram limpezas e escavações na muralha sudeste, uma vez que a existência do novo prédio deslocou o início do circuito para essa área, que praticamente não havia sido explorada anteriormente. Com o mesmo propósito, foi feita a escavação do trecho pendente do decúmano máximo, entre o portão oriental e a praça meridional da basílica, o que exigiu previamente a demolição da antiga sede institucional, um antigo quartel da Guarda Civil, que se localizava parcialmente sobre essa via.

A participação da Casa de Velázquez, oficialmente concluída em 1990, foi reativada, e foi assinado um convênio de colaboração que envolvia o retorno de equipes francesas de pesquisa a Baelo Claudia com projetos como: o edifício sudeste do fórum, dirigido pelo professor Laurent Brassous, da Universidade de La Rochelle; o estudo arqueológico e arquitetônico do teatro, encabeçado por Myriam Finker, da Universidade de Lyon; o projeto do sítio de Silla del Papa, denominado Oppidum, Necrópole e Território, sobre as origens de Baelo Claudia, coordenado por Pierre Moret, pesquisador da Universidade de Toulouse; e, recentemente, o projeto Gestão

3. Dados fornecidos pelo CABC.

da Água, Técnicas Construtivas no Território de Baelo, de Laetitia Borau, pesquisadora da Casa de Velázquez.

Outras universidades também iniciaram parcerias com o CABC. A Universidade de Alicante lançou um projeto de estudo e reescavação da necrópole sudeste chamado Morte e Ritual Funeral em Baelo Claudia, sob a direção do professor Fernando Prados, que permitiu reavaliar para visitação pública esse espaço formativo da cidade de Baelo Claudia, abandonado aos desígnios da natureza desde a sua escavação nos primeiros anos do século XX. A Universidade de Salamanca e a Universidade Técnica da Renânia do Norte-Vestfália/Vestefália, em Aachen, na Alemanha, desenvolvem o Estudo Arqueossismológico na Cidade Hispano-Romana de Baelo Claudia, que permitiu documentar vários episódios sísmicos e identificar seus efeitos nos prédios da cidade. Finalmente, com a Universidade Autônoma de Madri, no marco de um projeto nacional de investigação técnica em inovação, voltado para o estudo de técnicas construtivas na Hispânia e na Mauritânia Tingitana, a basílica e as termas de Baelo foram pesquisadas sob a direção da professora Lourdes Roldan e do professor Juan Blánquez, propondo uma importante releitura dos edifícios mais emblemáticos da cidade.

Em outro âmbito, foi reformado o circuito de visitas com uma sinalização e elementos de proteção menos perceptíveis e mais de acordo com a filosofia do novo prédio administrativo e museu, obra do arquiteto sevilhano Guillermo Vázquez Consuegra. A divulgação foi bem potencializada e se realizaram programas didáticos para estudantes em parceria com o Gabinete Pedagógico de Belas Artes.

De 2009 a 2011, foi elaborado o I Plano Diretor do Conjunto Arqueológico (Muñoz Vicente, 2015, p. 43-62). Grande parte de seu conteúdo, especialmente em relação aos programas operacionais de conservação, proteção e consciência social, tem sido canalizada através do Projeto de Ação na Paisagem Cultural da Enseada de Bolonia, que será apresentado na seção seguinte deste artigo e que apresenta um dos mais altos níveis de compreensão e musealização de sítios arqueológicos na Espanha.

Além da cidade romana e das obras já mencionadas no sítio arqueológico de Silla del Papa, também a partir do CABC, foi incentivada uma pesquisa da UCA na necrópole de Los Algarbes. Sob a direção do professor Vicente Castañeda, diversas campanhas esclareceram e revalorizaram um dos mais relevantes complexos arqueológicos da Idade do Bronze da província de Cádiz, escavado pela primeira vez na década de 1970 por Carlos Posac Mon.

Esses projetos de pesquisa tiveram sua linha de divulgação tanto do ponto de vista científico, em jornadas, congressos e publicações de artigos e livros, quanto em exposições temporárias no Museu de Baelo Claudia, a fim de transmitir seus resultados para a sociedade.

Não há dúvida de que o aumento gradual do conhecimento, gerado pelas numerosas investigações realizadas, ampliou claramente as possibilidades de apresentação pública desse patrimônio arqueológico na Enseada de Bolonia, incrementando sua divulgação e aproximação da sociedade em geral, melhorando

a compreensão dos marcos arqueológicos do território que podem ser musealizados (Baelo Claudia, necrópole de Los Algarbes e tumbas de Betis). Essa dinâmica de intervenção sequencial e, ao mesmo tempo, transversal nos bens arqueológicos tem um claro reflexo nas estatísticas dos visitantes e turistas, como veremos mais adiante.

Paisagem cultural como referência

Enseada de Bolonia como paisagem cultural

De 2000 a 2004, o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH) liderou um projeto no âmbito do programa Cultura 2000, da União Europeia, sob o título Alianças para a Conservação: Laboratório de Paisagem e Recursos Culturais e Econômicos em Sítios Arqueológicos (doravante projeto Alianças), que nasceu como resultado de um encontro sobre cidades que são Patrimônio Mundial em Évora, em Portugal, tendo o turismo como fio condutor (Salmerón Escobar *et al.*, 2004).

Desse projeto, participaram quatro países em torno de quatro grandes sítios arqueológicos: Baelo Claudia (Espanha), Miróbriga (Portugal), Cortona (Itália) e Tessalônica (Grécia). O trabalho se deu na perspectiva da integração dos bens culturais no território e em conexão não só com o ambiente físico, mas também com o social e o conjunto de agentes públicos e privados envolvidos na sua manutenção, uso e gestão.

No caso espanhol, a análise de contexto de Baelo Claudia foi realizada tendo como referência a frente litoral atlântica da



província de Cádiz, de Tarifa a Barbate, e concluída com uma proposta de proteção, gestão e ordenamento da Enseada de Bolonia, considerada, pela primeira vez, como paisagem cultural, reconhecimento que já tinha sido concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1992, como parte



Vista aérea do Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia, Tarifa, Cádiz (Espanha).
Acervo: Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia.

do patrimônio cultural suscetível de compor a lista do Patrimônio Mundial. O Guia da Paisagem Cultural da Enseada de Bolonia (doravante Guia da Paisagem) se torna, assim, uma proposta metodológica e operacional para a gestão de uma paisagem cultural baseada no conhecimento do território produzido e filtrado em escala territorial.

O projeto Alianças se desenvolveu paralelamente à promulgação e à entrada em vigor do Convênio Europeu da Paisagem[4] (CEP). Portanto, a metodologia se tornou uma das primeiras propostas de inovação na gestão patrimonial aplicada no âmbito

4. Foi promulgado em Florença em 20 de outubro de 2000 e entrou em vigor em 1º de março de 2004.

do CEP a esse novo e complexo tipo de patrimônio, o paisagístico, ainda carente de referências de boas práticas.

Já em 2015, a Enseada de Bolonia foi incluída na seleção das 100 Paisagens Culturais da Espanha, elaborada pela Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Paisagens Culturais do então Ministério de Educação, Cultura e Esporte, e no Registro de Paisagens de Interesse Cultural da Andaluzia, realizado pelo IAPH, que foi apresentado no Conselho de Governo da Junta de Andaluzia (2016), em 9 de fevereiro de 2016.

Desafios metodológicos

A mudança de escala que envolve a gestão de uma paisagem cultural de um sítio arqueológico implica a incorporação de novas variáveis em sua proteção, gestão e ordenamento, incluindo entre elas a promoção turística.

Em primeiro lugar, para trabalhar um território, é necessário conhecer seus limites e, no caso das paisagens culturais, esses limites devem transcender os fatores puramente geográficos. De fato, a Enseada de Bolonia tem uma configuração física que permite uma delimitação simples baseada na bacia visual desenhada pelo mar e pelas serras internas. No entanto, para ir além desse critério único e contrastá-lo com outros, foram realizadas as seguintes análises.

- Densidade e singularidade de recursos patrimoniais: na enseada se registrava a maior densidade de recursos patrimoniais do litoral de Tarifa-Barbate, sendo também os mais singulares segundo as variáveis analisadas (Salmerón Escobar *et al.*, 2004, p. 68 e segs.).
- Percepção visual. Além da análise da bacia visual, foi realizada uma enquete com uma seleção de visitantes do CABC, na qual se pedia que identificassem os elementos da paisagem que consideravam mais relevantes na enseada. Os resultados destacaram os de fronteira (mar e montanhas), apenas superados pela própria cidade romana como o lugar central desse espaço (Salmerón Escobar *et al.*, 2004, p. 163 e segs.).

Por outro lado, a consideração da paisagem cultural como objeto de estudo implica levar em conta o ambiente físico e as ações, transformações e percepções humanas, em consonância com a definição de paisagem do CEP[5]. Para isso, a estratégia de conhecimento se baseou nas seguintes premissas.

- Da caracterização da paisagem, participaram profissionais de diversos perfis disciplinares, como história, arqueologia, história da arte, arquitetura, geografia, economia e antropologia. A interdisciplinaridade permitiu a elaboração de um documento que integrava abordagens diversas e, ao mesmo tempo, complementares.
- A análise dos recursos culturais transcendia a elaboração de um catálogo. Os bens patrimoniais foram entendidos como parte de um sistema diacrônico de relações funcionais e articulados em torno das atividades antrópicas desenvolvidas historicamente na enseada (pecuária, agricultura, pesca, comércio, culto etc.). Cada uma dessas atividades deixou sua marca na paisagem ao longo do tempo.
- O estudo das percepções foi tratado extensivamente, incluindo as locais,

5. "Qualquer parte do território, como percebido pela população, cujo caráter é o resultado da ação e interação de fatores naturais e/ou humanos" (CEP, 2000, p. 2).

institucionais, sensoriais, artísticas e turísticas. - Muitas informações tratadas para a elaboração do Guia da Paisagem já existiam, mas a abordagem foi feita a partir de outra perspectiva, devido aos objetivos do projeto e à mudança de escala, tornando necessária a síntese nos conteúdos e sua combinação correta.

Finalmente, após caracterizar a paisagem cultural, o Guia da Paisagem apresentou 19 propostas de projetos concretos para proteção, gestão e ordenamento da paisagem. Essas proposições foram estruturadas com base nos objetivos a serem alcançados e nos aspectos relevantes de seu desenvolvimento. Em cada uma delas, foram especificados os agentes públicos e/ou privados que devem ser envolvidos, bem como os aspectos favoráveis e desfavoráveis para sua execução, seu grau de prioridade e uma estimativa de sua viabilidade.

Pela primeira vez, a Secretaria de Cultura da Junta de Andaluzia patrocinou um documento propositivo de ampla abrangência territorial e paisagística. Nele se propunha a ação coordenada de instituições locais, supralocais, regionais e nacionais, associações, empresas públicas e privadas e representantes da cidadania para proteção, gestão e ordenamento de uma paisagem cultural.

Ações para melhorar a paisagem e a experiência turística

O Guia da Paisagem foi apresentado em 2004 como um documento metodológico de caráter propositivo, aberto ao debate e sem capacidade executiva, uma vez que a gestão territorial da Enseada de Bolonia é distribuída entre diferentes órgãos com múltiplas competências. No entanto, algumas das suas propostas se materializaram nos anos subsequentes, seja promovidas pelo então Ministério do Meio Ambiente, pela Prefeitura de Tarifa ou pelo próprio CABC através do seu Plano Diretor. Vamos nos referir aqui àquelas que, conectadas com algumas das propostas do Guia da Paisagem, o próprio IAPH executou, com a colaboração da CABC e o financiamento do então Ministério da Cultura do Governo da Espanha.

No geral, poderíamos dizer que todos os projetos propostos no Guia da Paisagem estão ligados ao objetivo de melhorar a experiência da visita à Enseada de Bolonia. Um local onde uma gestão combinada entre os diferentes agentes envolvidos direciona a atenção para a preservação de seus valores naturais e culturais, bem como para seu desenvolvimento social e econômico sustentável, sem dúvida, proporcionará uma oferta turística e cultural de maior qualidade.

O desconhecimento por parte de visitantes do patrimônio cultural da enseada e sua demanda por informações de maior qualidade, segundo concluía a pesquisa de percepção do público mencionado, orientaram a proposta final de ações que o IAPH decidiu empreender. O projeto de intervenção foi executado de 2010 a 2012, após um longo processo de ajuste em que as exigências de todas as administrações públicas envolvidas foram integradas.

O principal objetivo da proposta foi melhorar a compreensão, a acessibilidade e o aproveitamento do patrimônio cultural da enseada, evidenciando três pontos específicos: o CABC, as tumbas antropomórficas escava-

das na rocha ao lado do povoado de Betis e a necrópole pré-histórica de cavernas artificiais de Los Algarbes. Assim, esses últimos locais foram incorporados à visitação turística da enseada e completaram com elementos culturais algumas das trilhas existentes no Parque Natural del Estrecho, uma matéria pendente em alguns parques naturais da Andaluzia (Castañeda Fernández, 2008).

Sem entrar nos detalhes do projeto, que podem ser consultados em diversas publicações que mostram tanto a ideia inicial (Casares Fernández-Baca *et al*., 2007) quanto a de fato executada (Casares Fernández-Baca, García-Casasola e Castellano Bravo, 2014), cabe destacar o significativo compromisso institucional para melhorar a transmissão do conhecimento, por meio de uma adaptação da visitação nos diferentes locais sob intervenção; o aperfeiçoamento das condições de acesso e visita a outros sítios arqueológicos da enseada próximos do CABC; a aposta de aprimorar a percepção paisagística em cada um dos locais trabalhados; e a sempre importante adaptação e modernização das instalações. Concretamente, os seguintes aspectos podem ser destacados.

- A construção de uma passarela na beira oeste de Baelo Claudia favorece hoje a contemplação da cidade desde a praia e da praia desde o percurso interno, como acontecia na Antiguidade.
- A modificação do percurso através dos restos arqueológicos nos permite reconhecer o traçado ortogonal original da cidade, ao qual também foi adaptado o fechamento externo que se conecta com a praia.
- Foram incorporados mirantes no interior da cidade romana e em outros pontos da enseada, como no caminho de acesso às tumbas antropomórficas de Betis, onde se instalou um mirante paisagístico, ou na própria necrópole de Los Algarbes.

Com essa intervenção, se encerrava o ciclo conhecimento-planejamento-intervenção--divulgação, que contribuiu para qualificar a experiência turística na Enseada de Bolonia. Graças a isso e à qualidade dos trabalhos realizados, o IAPH recebeu, por esse conjunto de ações, importantes reconhecimentos, como o prêmio Hispania Nostra, em 2014, pela melhor intervenção na paisagem, e a representação oficial espanhola no Prêmio Europeu da Paisagem do Conselho da Europa 2018/2019[6].

Conclusões

Segundo J. F. Castro León (2005), a qualidade é a principal ferramenta de gestão associada ao turismo cultural. A qualidade deve ser técnica (transmissão ótima de conhecimento), de serviços e do próprio patrimônio para que a satisfação do visitante seja completa. Essa é também a recomendação da Carta Internacional sobre Turismo Cultural, adotada na XII Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos, 1999) no México, uma referência para outros documentos, como a Gestão do Turismo em Sítios do Patrimônio Mundial (Pedersen, 2005) ou cartas e recomendações sobre turismo e sustentabilidade coletadas na Carta Mundial para o Turismo Sustentável, adotada

6. Até o final da escrita deste artigo, o resultado do prêmio ainda não tinha sido divulgado.

em 2015 no âmbito da Cúpula Mundial do Turismo Sustentável realizada em Vitoria-Gasteiz (OMT, 2015).

Os dados oferecidos pelos relatórios estatísticos sobre o turismo cultural na Andaluzia (Andalucía, s.d.) mostram três tendências relevantes.

A primeira é que seu crescimento está ocorrendo acima dos demais segmentos do turismo. De acordo com o último relatório publicado, referente ao ano de 2017, somente naquele ano, houve uma taxa de crescimento de 15,1% em relação ao ano anterior, quase três vezes mais do que a registrada no turismo em sua totalidade em 2016. Em termos absolutos, passou-se de 4,7 milhões de turistas culturais em 2003 para 9,5 milhões em 2017.

Outra tendência é a de que o turismo cultural oferece menos sazonalidade do que outros setores. Nenhum dos trimestres do ano oferece um percentual de turistas inferior a 20% do total anual, ao passo que o primeiro e último trimestres do ano caem abaixo desse valor no que se refere à totalidade do turismo.

Por último, a proporção do turismo de origem internacional está crescendo em comparação com aquele de procedência nacional, embora em números absolutos ambos estejam evoluindo de maneira ascendente. Em 2003 (primeiro relatório disponível), o turismo cultural nacional representou 70% do total, enquanto em 2017 esse número caiu para 53,4%.

Essas tendências se refletem também no número e nas características dos visitantes em sítios arqueológicos como Baelo Claudia, que também experimentam uma tendência de alta sustentada ao longo do tempo, embora mais moderada do que a registrada na totalidade do turismo cultural. Analisando séries de dados comparáveis, desde 2012 o aumento do turismo cultural em Andaluzia foi de 42%, ao passo que as visitas a Baelo Claudia aumentaram apenas 14,4% no mesmo período[7].

Apesar da grande atratividade da praia, as condições climáticas e sua localização excêntrica em relação aos grandes centros urbanos, bem como a oferta reduzida de leitos de hotéis nas proximidades, segundo já foi observado, limitam o afluxo de público. O objetivo a ser perseguido, entretanto, não é necessariamente aumentar o número de visitantes de forma exponencial, mas qualificar sua experiência, promover sua maior permanência no local e aumentar sua fidelidade, sem comprometer o delicado equilíbrio ambiental e a preservação do patrimônio cultural (Rivera Mateos, 2013; Moreno Megarejo e Sariego López, 2017, p. 173). Esse objetivo, além disso, é lucrativo. As pessoas que praticam turismo cultural gastam o dobro do tempo despendido por outros turistas e precisam de serviços mais especializados. Esse é talvez um fator que explica o fato de o município de Tarifa, onde se situa Baelo Claudia, com uma população de pouco mais de 18 mil habitantes, ter sido o que mais gerou empregos em Andaluzia no setor de turismo em 2018 (+ 17,4%) e onde o rendimento médio por apartamento (13,7%) aumentou durante a alta temporada, o que levou a um aumento da rentabilidade de 13,7% no setor de turismo (Exceltur, 2019).

Os dados, então, parecem endossar as políticas de crescimento prudente do turismo,

7. Dados extraídos das estatísticas dos espaços culturais da Andaluzia (Junta de Andalucía, 2019).

priorizando a manutenção das características distintivas do lugar, com base em seu excepcional patrimônio cultural e natural, e a aplicação do *princípio da precaução* (Cózar Escalante, 2005), defendido pelo Fórum de Cultura e Meio Ambiente para o desenvolvimento do plano de ação da Carta Cultural Ibero-Americana (OEI, 2010). Isso favorecerá uma atuação cautelosa diante dos planos e projetos urbanísticos que possam supor um risco para a manutenção de valores extraordinários e já quase inexistentes em outros pontos da costa andaluza[8].

Baelo Claudia é o conjunto arqueológico da Andaluzia com mais participação pública nas atividades culturais que organiza e o mais bem avaliado no Google pela singularidade de seu patrimônio natural e cultural. Para manter esse grau de satisfação geral, é importante continuar promovendo a divulgação dos valores locais, fomentando a pesquisa e incorporando novos lugares à oferta cultural da enseada. Nesse sentido, a intervenção na paisagem foi feita para melhorar o roteiro e o entorno imediato da cidade romana, e a atuação em outros sítios arqueológicos e mirantes apontam na direção certa. A abertura permanente da necrópole de Los Algarbes[9] ou a incorporação na oferta turística e cultural da cidade pré-romana de Silla del Papa podem ser objetivos alcançáveis no médio prazo, considerando que os recursos patrimoniais e paisagísticos da Enseada de Bolonia e seus arredores não são só uma reivindicação por si mesmos, mas também agregam valor a outros segmentos do mercado turístico, como o de esportes aquáticos (Rivera Mateos, 2016), que são especialmente relevantes nessa área.

8. Um exemplo dos últimos anos foi o projeto de construção de um complexo hoteleiro na Enseada de Valdevaqueros (próximo à Enseada de Bolonia), que mobilizou a sociedade civil e que, após seis anos de litígios, foi anulado pelo Supremo Tribunal de Justiça de Andaluzia (Ecologistas en acción, 2018).

9. É sintomático que o número de comentários e a avaliação no Google das tumbas antropomórficas sejam maiores que os da necrópole de Los Algarbes (a avaliação é de 4,3 contra 4), se considerarmos que este último está mais preparado para a visitação pública. A impossibilidade de acesso sem agendamento em Los Algarbes diante do livre acesso dos túmulos antropomórficos poderia ser o motivo dessa diferença.

Referências

ANDALUCÍA. Empresa Pública para la Gestión del Turismo y del Deporte de Anadalucía. Consejería de Turismo y Deporte. *Análisis y estadísticas del turismo en Andalucía*. Sevilha: Junta de Andalucía, s.d. Disponível em: https://www.turismoandaluz.com/estadisticas/. Acesso em: 30 mar. 2019.

BASURTO CEDEÑO, Estefania M.; PENNINGTON-GRAY, Lori; MATTHEUWS, Janet Snydwe. Preservación del patrimonio cultural para el desarrollo turístico. *Revista Turydes*: Turismo y desarrollo local sostenible, v. 8, n. 19, 2015. Disponível em: http://www.eumed.net/rev/turydes/19/patrimonio.html. Acesso em: 23 mar. 2019.

CASTAÑEDA FERNÁNDEZ, Vicente. Vida y muerte en la prehistoria de Cádiz. *In*: ARMARIO, Francisco Javier Guzmán; FERNÁNDEZ, Vicente Castañeda (Coords.). *Vida y muerte en la historia de Cádiz*. Cádiz: Cemabasa, 2008. p. 33-56.

CASTRO LEÓN, Juan Fco. La calidad como herramienta de gestión del turismo cultural. *Pasos*: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Valencia, v. 3, n. 1, p. 143-148, mar. 2005.

CEP – Convênio Europeu da Paisagem. *Convenio Europeo del Paisaje*. 2000. Disponível em: http://www.upv.es/contenidos/CAMUNISO/info/U0670786.pdf. Acesso em: 27 maio 2019.

CÓZAR ESCALANTE, José Manuel de. Principio de precaución y medio ambiente. *Rev. Esp. Salud Pública*, v. 79, n. 2, p. 133-144, mar./abr. 2005. Disponível em: http://scielo.isciii.es/pdf/resp/v79n2/colaboracion1.pdf. Acesso em: 30 maio 2005.

ECOLOGISTAS EN ACCIÓN. *El TSJA anula el plan parcial de Valdevaqueros.* 2018. Disponível em: https://www.ecologistasenaccion.org/96352/el-tsja-anula-el-plan-parcial-de-valdevaqueros/. Acesso em: 3 abr. 2019.

EXCELTUR. *Barómetro de la rentabilidad y el empleo de los destinos turísticos españoles*: Balance 2018. 2019. Disponível em: https://www.exceltur.org/barometro-de-la-rentabilidad-y-empleo/#. Acesso em: 31 mar. 2019.

FERNÁNDEZ-BACA CASARES, Román *et al*. Acciones en el paisaje cultural de la Enseada de Bolonia (Tarifa, Cadiz). *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 63, p. 92-113, ago. 2007.

FERNÁNDEZ-BACA CASARES, Román; GARCÍA-CASASOLA, Marta; CASTELLANO BRAVO, Beatriz. Intervenir en el paisaje cultural construyendo soportes para mejorar la lectura patrimonial de la Enseada de Bolonia. *Informes y Trabajos,* n. 10, p. 7-36, 2014.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta Internacional sobre Turismo Cultural*. La Gestión del Turismo en los sitios con Patrimonio Significativo. 1999. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.

JUNTA DE ANDALUCÍA. Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico. *Estadística de la red de espacios culturales de Andalucía.* 2019. Disponível em: http://www.juntadeandalucia.es/cultura/estadisticas_cultura/operaciones/consulta/anual/14982?CodOper=b3_893&codConsulta=14982. Acesso em: 30 mar. 2019.

JUNTA DE ANDALUCÍA. *La junta incluye 118 lugares en el registro de paisajes de interés cultural de Andalucía*. Sevilha: Junta de Andalucía, 2016. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/organismos/consejo/sesion/detalle/75128.html. Acesso em: 28 maio 2019.

LAZARICH, M. Paraje de Monte Bajo (Alcalá de los Gazules). Una nueva necrópolis de cuevas artificiales en el sur de la provincia de Cádiz. *In*: JORNADAS DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGÍA DEL CAMPO DE GIBRALTAR, 2, 2009. *Anais…* Algeciras: Instituto de Estudios Campogibraltareños, 2009. p. 67-83.

MORENO MEGAREJO, A.; SARIEGO LÓPEZ, I. Relaciones entre turismo y arqueología: el Turismo Arqueológico, una tipología turística propia. *Pasos*: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Valencia, v. 15, n. 1, p. 163-180, 2017.

MUÑOZ VICENTE, Ángel. El I Plan director del conjunto arqueológico de Baelo Claudia. *In*: CONSEJERÍA DE CULTURA (Ed.). *Actas de las II Jornadas Internacionales de Baelo Claudia*: nuevas investigaciones: 14 y 15 de abril de 2010, Cádiz. Baelo Claudia. Sevilla: Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia, 2015. p. 43-62.

MUÑOZ VICENTE, Ángel. Procesos de recuperación y abandono patrimonial en Baelo Claudia (1917-2017). Cien años de investigaciones. ¿Cien años de tutela? *Al Qantir:* actas de las III Jornadas de Historia de Tarifa, n. 21, p. 9-22, 2018.

OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura. *Documento de conclusiones y propuestas del "Foro Cultura y Ambiente" para el desarrollo del plan de acción de la Carta Cultural Iberoamericana*. 2010. Disponível em: http://www.oei.es/carta/forosevillal.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo (Org.). *Carta Mundial de Turismo Sostenible*. 2015. Disponível em: http://cartamundialdeturismosostenible2015.com/wp-content/uploads/2016/05/Carta-Mundial-de-Turismo-Sostenible-20.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.

PEDERSEN, Arthur. *Gestión del turismo en sitios del patrimonio mundial*: manual práctico para administradores de sitios del Patrimonio Mundial. 2005. Disponível em: https://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_01_es.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.

RIVERA MATEOS, Manuel. El turismo experiencial como forma de turismo responsable e intercultural. *In*: GARCÍA, Luis Rodríguez; TAPIA, Antonio Rafael Roldán (Coords.). *Relaciones interculturales en la diversidad*. Córdoba: Dialnet, 2013. p. 199-217.

RIVERA MATEOS, Manuel. Paisaje, patrimonio y turismo de surf: factores de atracción y motivación en el "Parque Natural del Estrecho" (España). *Cuadernos de Turismo,* Córdoba, n. 37, p. 351-376, 2016.

SALMERÓN ESCOBAR, Pedro *et al*. Guía del paisaje cultural de la Ensenada de Bolonia, Cádiz. Avance. *In*: ESCOBAR, Pedro Salmerón *et al*. (Coords.). *Cuadernos PH*: repertorio de textos internacionales del patrimonio cultural. PH Cuadernos, 16. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico; Junta de Andalucía, 2004.

SÁNCHEZ, J.; DIAÑEZ, E. *Guía turística de los espacios naturales protegidos de Andalucía*: la naturaleza de cerca. Sevilla: Consejería de Turismo; Comercio y Deporte; Junta de Andalucía, 2005.

TARRADELL, Miguel. *Historia de Marruecos:* Marruecos púnico. Tetuán: Cremades, 1960.

TROITIÑO VINUESA, Miguel Ángel; TROITIÑO TORRALBA, Libertad. Visión territorial del patrimonio y sostenibilidad del turismo. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, n. 78, p. 212-244, 2018.

VIEDMA MUÑOZ, M. Análisis de las direcciones de los vientos en Andalucía. *Nimbus*: Revista de climatología, meteorología y paisaje, n. 1, p. 153-168, 1998.

Robert Avé-Lallement

1858, VIAGEM PELO PARANÁ[1]

Mate, mate e mais mate! Essa a senha no planalto, a senha nas terras baixas, na floresta e no campo. Distritos inteiros, aliás, províncias inteiras, onde a gente desperta com o mate, madraceia o dia com o mate e com o mate adormece. As mulheres entram em trabalho de parto e passam o tempo de resguardo sorvendo mate e o último olhar do moribundo cai certamente sobre o mate. É o mate a saudação da chegada, o símbolo da hospitalidade, o sinal da reconciliação. Tudo o que em nossa civilização se compreende como amor, amizade, estima e sacrifício, tudo o que é elevado e profundo e bom impulso da alma humana, do coração, tudo está entretecido e entrelaçado com o ato de preparar o mate, servi-lo e tomá-lo em comum. A veneração do café e o perfumado fetichismo do chá nada são, nem sequer dão uma ideia da profunda significação do mate, na América do Sul, que não se pode descrever com palavras, nem cantar, nem dizer, nem pintar, nem insculpir em mármore.

Nas folhudas matas, a centenas de pés de altura, do Rio Grande, Santa Catarina, São Paulo e Curitiba e muito além na América do Sul, cresce a árvore encantada que fornece a erva ou erva-mate; e por isso se chama erval a região particularmente abundante em mate. [...] A consistência da folha é sólida, meio coriácea e um tanto seca, a cor é de um bonito verde um tanto escuro; ao secar, a cor escurece mais. O gosto, ligeiramente amargo e aromático, é *sui generis*!

[...] Vestidos apenas de calças e armados com um facão de mato, os ervateiros decepam



1. Trechos do relato de viagem publicado em 1995 pela Fundação Cultural de Curitiba.

não somente as folhas e ramos finos, mas também galhos regularmente grossos com tudo o que neles se acha. A folhagem é secada a fogo brando e depois pilada, com os ramos finos, em cestas de bambu especialmente preparadas para esse fim ou em sacos de couro cru. Preparada a porção colhida, é enviada para casa, onde, em grandes estâncias, são entregues a um engenho próprio para mate, ou a um maior. Aqui a erva e a parte lenhosa delgada são piladas e moídas, reduzidas ao pó mais fino possível e depois malhadas em sacos de couro cosidos muito regularmente, o que muito contribui para a valorização do artigo.

Esses fardos de mate, preparados de maneira originalíssima com couros de boi, têm uma enorme significação e dificilmente se pode dar uma ideia da quantidade de uma mercadoria da qual nada se sabe na Europa que toma chá e café. [...] Em qualquer caso, seria enorme perda de tempo querer discretear sobre o tempo e seu emprego nas regiões onde se bebe o mate. Naquelas regiões não há jornais regulares, nem cafés. O bebedor de mate constrói o seu próprio mundo político e sozinho, diante de sua cuia de mate, é mais feliz do que se estivesse sentado num café.



Gaúchos chimarreando.
Óleo sobre tela,
Pedro Weingärtner, 1911.
Foto: F. Zago-Studioz.
Acervo: Pinacoteca Aldo Locatelli.


IHS

Cristina Escobar e Bettina Bray

A valorização turística das Missões Jesuíticas do Paraguai

Developing tourism in the Jesuit Missions of Paraguay
La valorización turística de las Misiones Jesuitas de Paraguay

Resumo

Este artigo discorre sobre o trabalho de valorização turística das Missões Jesuíticas do Paraguai, realizado pela Secretaria Nacional de Turismo do Paraguai (Senatur), através de alguns projetos. Um deles é o impulsionamento da Rota Jesuíta Multidestino, que abrange parte dos territórios de Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai. O percurso conta com sete sítios arqueológicos declarados Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que fazem parte dos chamados 30 povoados correspondentes aos assentamentos jesuítico-guarani dos séculos XVII e XVIII. Além disso, a Senatur apoia não só o setor de prestação de serviços turísticos por meio de programas como Pousadas Turísticas do Paraguai e Hortas Orgânicas, mas também as comunidades indígenas locais. Além disso, foram realizadas intervenções destinadas à revalorização do turismo cultural, como a criação de roteiros, planos de gestão e manutenção de monumentos, com foco na sustentabilidade e acessibilidade.

Summary

This study discusses tourist development activities promoted by the National Secretariat of Tourism of Paraguay (Senatur) at the Jesuit Missions of Paraguay. The Jesuit Multi-Destination Route, which encompasses a number of territories in Brazil, Argentina, Bolivia, Uruguay and Paraguay, is one of these projects. This route comprises seven archaeological sites which have been listed as World Heritage Sites by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). They are the 30 villages located in former the Jesuit-Guarani settlements of the XVII and XVIII centuries. Senatur also supports the tourism services sector through programs such as Pousadas Turísticas del Paraguay and Hortas Orgánicas, as well as local indigenous communities. Interventions to strengthen cultural tourism were also implemented, such as the creation of circuits, management plans and upkeep of monuments, emphasizing sustainability and accessibility.

Projeção audiovisual com mapeamento em 3D, Missão Jesuítico-Guarani de Jesús de Tavarangüe, Itapúa (Paraguai), 2019.
Acervo: Senatur.

Resumen

Este artículo versa sobre el trabajo de valorización turística de las Misiones Jesuitas de Paraguay, realizado por la Secretaría Nacional de Turismo de Paraguay (Senatur), a través de algunos proyectos. Uno de ellos es la promoción de la Ruta Jesuita Multidestino, que abarca parte de los territorios de Brasil, Argentina, Bolivia, Uruguay y Paraguay. La ruta cuenta con siete sitios arqueológicos declarados Patrimonio Mundial por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), que forman parte de los llamados 30 pueblos correspondientes a los asentamientos jesuítico-guaraníes de los siglos XVII y XVIII. Además, Senatur apoya no solo el sector de servicios turísticos a través de programas como Posadas Turísticas de Paraguay y Huertyas Orgánicas, sino también a las comunidades indígenas locales. Asimismo, se llevaron a cabo intervenciones dirigidas a la revalorización del turismo cultural, como la creación de itinerarios, planes de gestión y mantenimiento de monumentos, centrados en la sostenibilidad y la accesibilidad.





A Secretaria Nacional de Turismo do Paraguai (Senatur) atualizou o Plano Diretor para o Desenvolvimento Sustentável do Setor Turístico para o período 2019-2026 (Paraguai, 2018), de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento do Paraguai 2030 (PND-2030) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU). Por trás da medida, está a ideia de que um planejamento adequado da atividade turística – como proposto no Plano Diretor – contribui para a implementação da agenda para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no país, permitindo um avanço efetivo no sentido de alcançar uma sociedade pacífica, justa e inclusiva.

Um dos objetivos estratégicos do Plano Diretor é ampliar a capacidade do turismo receptivo, para que seu crescimento seja realizado de forma sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental-cultural.

Mais especificamente, o documento visa aumentar os indicadores básicos do turismo a partir dos níveis de 2016, bem como aumentar a popularidade do Paraguai como destino turístico; estruturar a gestão e a promoção da atividade turística no Paraguai; aumentar o número de turistas que chegam ao país; aumentar o gasto *per capita* dos turistas e seu tempo médio de permanência.

Rota Jesuítica e Corredor Internacional dos Jesuítas

Entre os quatro principais projetos catalizadores previstos, consta do Plano Diretor o impulsionamento à Rota Jesuítica Multidestino. É uma das quatro iniciativas operacionais de alto impacto no desenvolvimento imediato do setor, que já está em andamento e tem sua implantação prevista para antes do final de 2020. Assim, o Paraguai poderá se posicionar como um destino interessante para o turismo cultural por meio da venda de experiências ligadas a um recurso de alto valor, com capacidade de atração internacional, por ser Patrimônio Mundial reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Incentivada pelo Paraguai, com a participação de Argentina, Brasil, Bolívia e Uruguai, a Rota Jesuítica Multidestino está em processo de fortalecimento, em um esforço multinacional conjunto que contribuirá para o estabelecimento de uma série de atrações turísticas em torno do legado jesuíta desses países. A abordagem regional é justamente o que despertou o interesse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para aprovar uma linha de financiamento

Missão Jesuítico-Guarani de Santísima Trinidad del Paraná (Paraguai), 2008.
Acervo: Senatur.

Museu das Missões, São Miguel das Missões (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano.
Acervo: Iphan.

de 100 milhões de dólares para a ampliação do chamado Corredor Internacional Jesuíta. Nesse sentido, o BID promove a criação do Caminho dos Jesuítas como um itinerário histórico-cultural da América do Sul e um instrumento para fomentar o turismo e gerar renda, emprego e bem-estar para a população de forma sustentável.

Por um lado, o Caminho dos Jesuítas na América do Sul é um itinerário religioso reconhecido pelo Vaticano e, por outro, o itinerário histórico-cultural dos jesuítas na América do Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai) é reconhecido pela Unesco por seu valor cultural. O objetivo é usar o programa de corredores turísticos como uma ferramenta de financiamento para projetos que fortaleçam a integração regional no âmbito do circuito turístico das Missões Jesuíticas. O aprimoramento dessa rota ajudará a valorizar uma série de recursos complementares, tais como o artesanato, a gastronomia, a natureza, entre outros.

A rota conta com sete sítios arqueológicos declarados Patrimônio Mundial pela Unesco, que fazem parte dos chamados 30 povos que correspondem aos assentamentos jesuítico-guarani dos séculos XVII e XVIII, localizados na província Paraquaria. A concretização da Rota Jesuítica Multidestino oferecerá uma experiência cultural, histórica e arquitetônica em torno dessas missões, onde ainda é possível contemplar antigas casas, praças e templos que, no passado, eram utilizados para catequisar as populações indígenas guarani. Trata-se, sem dúvida, de um dos recursos turísticos mais importantes da região.

No Paraguai, o patrimônio jesuítico destaca-se como o principal recurso turístico do país, tanto pelo seu valor histórico e cultural quanto pelo seu nível de desenvolvimento turístico até a atualidade. As Missões Jesuítico-Guarani da Santísima Trinidad del Paraná e de Jesús de Tavarangüe foram declaradas Patrimônio Mundial pela Unesco em 1993. Oito dos 30 povoados fundados pelos jesuítas nessa região da América do Sul se encontram no território atual do Paraguai: San Ignacio Guazú, Santiago Apóstol, Santa María de Fe e Santa Rosa de Lima, no departamento[1] de Misiones; e Santísima Trinidad del Paraná, Jesús de Tavarangüe, San Cosme y San Damián e Nuestra Señora de la Encarnación, no departamento de Itapúa.

A Câmara Paraguaia de Turismo das Missões Jesuíticas é a entidade responsável pela promoção e pelo posicionamento do destino da Rota Jesuítica, tanto nacional quanto internacionalmente. O órgão planeja e realiza ações para melhoria e fortalecimento dos serviços e das atividades turísticas nesse território. A câmara é formada por parceiros dos setores de hotelaria, gastronomia, transporte, guiamento turístico e artesanato, além de outros ligados ao turismo em geral, e tem o objetivo de promover o crescimento econômico de seus membros com base na cooperação mútua, consolidando a rota como destino em parceria com os setores público e privado.

Ao longo de 2018, e também em 2019, o gabinete da câmara promoveu a socialização dos caminhos, organizando duas caminhadas experimentais nos departamentos de Misiones e Itapúa, com a participação das operadoras

1. Unidade administrativa semelhante ao estado no Brasil.



de turismo Caminho das Missões (Brasil) e La Misión (Paraguai). Também implementou um plano de ação para consolidar o Caminho das Missões, estimulando o desenvolvimento das comunidades e permitindo a ativação da Rota Jesuítica com novas ofertas de turismo e experiências.

Da mesma forma, foram feitos a verificação e o levantamento dos trechos que compõem o projeto Caminho das Missões *Tape Tuja* (Caminho Antigo), no departamento de Itapúa, que originalmente se comunicava com as Missões Jesuítico-Guarani da Santísima Trinidad del Paraná e de Jesús de Tavarangüe. A iniciativa contou com o apoio técnico da Senatur na área das trilhas. O objetivo, por meio do resgate da história e da valorização de costumes e tradições dos povoados, é fomentar o crescimento das comunidades a partir do turismo religioso, rural e de natureza, na região da Rota Jesuítica.

A criação de novas rotas e circuitos turísticos vem sendo estimulada, bem como o fortalecimento das já existentes, para oferecer cada vez mais atrações para turistas nacionais e estrangeiros. É o caso da Rota da Erva-Mate (*Ka'a rape*). Nela, os visitantes têm a oportunidade de aprender sobre a erva-mate, desde o plantio até o uso – seja como tereré, mate ou chá mate, bebidas tradicionais paraguaias. O intuito é valorizar as atrações do nordeste de Itapúa e a cultura e a história paraguaias, tendo como eixo a

Missão Jesuítico-Guarani de Jesús de Tavarangüe, Itapúa (Paraguai), 2016.
Foto: Cristiane Dias.
Acervo: Iphan.

erva-mate. Esse passeio abrange nove distritos do departamento de Itapúa, destacando as atrações de cada município, entre as quais estão Santísima Trinidad del Paraná e Jesús de Tavarangüe. A erva-mate, também chamada de "ouro verde" ou "chá jesuíta", deixou de ser uma planta silvestre e se tornou uma planta de cultivo nas Missões Jesuítico-Guarani. Além disso, era o principal produto de exportação da província do Paraguai naquela época, e a renda gerada com sua venda era paga como tributo ao rei.

A Senatur, com a ajuda da Câmara Paraguaia de Turismo da Rota Jesuítica, em um esforço conjunto público-privado, também investe em equipamentos turísticos, produtos e serviços de qualidade. Nesse sentido, promove a geração de hospedagem turística, oferece treinamentos relacionados ao artesanato e à gastronomia local e fornece apoio às comunidades indígenas do entorno da Rota Jesuítica, que fazem parte do patrimônio cultural da região.

Pousadas Turísticas do Paraguai

Como resultado do programa Pousadas Turísticas do Paraguai, aumentou o número total de leitos oferecidos aos turistas, não só nessa região, mas também em todo o país. Por meio de parcerias com empresas privadas, as hospedarias estão equipadas com cobertores, toalhas de mesa, cortinas, tapetes e sinalização, tudo ao estilo do artesanato típico nacional. Graças a uma parceria com a cadeia de hotéis Paradores de Turismo da Espanha, foi desenvolvida uma proposta de categorização das pousadas. O acordo também incluiu o treinamento de funcionários da Senatur para monitorar a qualidade das pousadas e repassar o conhecimento aos proprietários. Elaborado em parceria com os Paradores de Turismo da Espanha e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), o Manual de Boas Práticas para as Pousadas Turísticas exige um padrão mínimo de qualidade a ser seguido pelos estabelecimentos para permanecer no programa, organizando-os em diferentes categorias a depender da infraestrutura e dos serviços oferecidos.

Além disso, por meio da cooperação com diversas instituições do Estado, como o Crédito Agrícola de Habilitação, foi criada a linha de crédito Turismo Rural, de financiamento acessível para empreendedores do turismo. Essa alternativa permitiu que o programa Pousadas Turísticas do Paraguai fosse altamente bem-sucedido (com 0% de inadimplência), tanto para as famílias quanto para as comunidades envolvidas.

Da mesma forma, e em conjunto com o Ministério da Fazenda, foi feito um trabalho para formalizar o funcionamento das pousadas turísticas com o registro e a atualização de dados dos contribuintes, para que pudessem emitir nota fiscal para os turistas. O programa recebeu importantes reconhecimentos nacionais, como as declarações de Interesse Nacional do Congresso Nacional, de Interesse Institucional do Ministério da Mulher e de Interesse Distrital em oito municípios do país. Internacionalmente, o programa ganhou o prêmio Excelências Turísticas 2016 na Feira Internacional de Turismo da Espanha (Fitur).



Programas de empoderamento econômico

O turismo é uma ferramenta que, com políticas adequadas, colabora para o desenvolvimento econômico e social, atingindo todos os níveis da economia. Nesse sentido, em relação ao empoderamento econômico das comunidades do entorno da Rota Jesuítica, a Senatur implementou programas e projetos para impulsionar microempresas produtivas relacionadas às atividades de turismo, tais como as Hortas Orgânicas, que fornecem vegetais livres de agrotóxicos nas pousadas turísticas. Essa iniciativa faz parte do Programa de Empoderamento Econômico das Mulheres por meio do Turismo, que promove oportunidades de geração de renda para mulheres com treinamentos de bens e serviços para o turismo em áreas rurais e urbanas. Da mesma forma, a Senatur apoia, por meio de treinamentos, a produção de artesanato local nas cidades que compõem a Rota Jesuítica.

Apoio a comunidades indígenas

Por meio de programas de apoio às comunidades indígenas, os povos originários das Missões Jesuítico-Guarani de Pindó, Guavirami e Kambay recebem treinamento na produção e comercialização de seu artesanato. Além disso, tem havido a inserção de alguns no mercado de trabalho como guias turísticos nas Missões de Trinidad, Jesús e San Cosme y San Damián.

Coro M'Bya Guarani da comunidade Guavirami, Trinidad, Itapúa (Paraguai), 2017.
Acervo: Senatur.

Além de vincular essas comunidades ao circuito das Missões, a Senatur promove o conhecimento e a divulgação da cultura indígena por meio da atuação do coro M'Bya-Guarani, da comunidade de Guavirami, em eventos especiais e, por vezes, no espetáculo de Luz e Som da Missão de Trinidad e no mapeamento[2] na Missão de Jesús.

Nos últimos anos, a Senatur realizou diversas intervenções nas Missões Jesuítico-Guarani que são Patrimônio Mundial da Unesco, as Missões da Santísima Trinidad del Paraná e de Jesús de Tavarangüe; e na Missão de San Cosme y San Damián, que já foi um centro científico da região especializado em observação e interpretação astronômica. Essas intervenções envolvem preservação, gestão e transmissão dos valores culturais do acervo patrimonial, que é um legado e testemunho da ação catequizadora dos jesuítas nessa região da América. Foram despendidos também esforços de conservação e restauração predial conforme os regulamentos nacionais e internacionais da área, considerando que o patrimônio histórico e arquitetônico é parte da memória coletiva, da memória histórica de uma comunidade, e constitui um legado cultural que cada país deve transmitir às gerações futuras, respeitando sua autenticidade. Além disso, foram realizadas ações relacionadas ao campo do turismo cultural, como as descritas a seguir.

2. Espetáculo que consiste na projeção em mapeamento 3D sobre a experiência da Companhia de Jesus nas missões fundadas na região.

Luz, Som e Imagem

Desde 2009, é possível fazer uma visita noturna de características excepcionais na Missão de Santísima Trinidad del Paraná. O espetáculo Luz, Som e Imagem é uma experiência sensorial que permite aos visitantes entrar em contato, por um momento quase eterno, com os vários anos de vivência que os Guarani e jesuítas compartilharam no século XVII naquele lugar.



O espetáculo começa com efeitos de luz tênues projetados por luminárias dentro das casas destinadas aos Guarani. Os efeitos sonoros reproduzem os sons da natureza: o vento, o canto dos pássaros, a chuva. A música é onírica e relaxante. O visitante mergulha na escuridão. A seguir vemos o encontro dos Guarani com os jesuítas com efeitos de luz, imagens e músicas, que assumem um papel de protagonismo. Música sacra de excelente qualidade e imagens são projetadas nas altas paredes da Igreja Maior.

O espetáculo Luz, Som e Imagem é constantemente renovado, e está em andamento o trabalho de renovação das imagens projetadas no muro correspondente ao altar-mor da Igreja Matriz.

Projeção de mapeamento

Em 2018, foi patrocinada pela Senatur, em parceria com a Unesco, a implantação e instalação de um vídeo com a técnica audiovisual de mapeamento em 3D. A projeção audiovisual, de cerca de 15 minutos, é feita na parede correspondente ao altar-mor da igreja da missão. A experiência jesuítico-guarani é contada a partir de nove quadros ou cenas, formados por imagens e música, que relatam a Aventura Jesuítica Universal, depois a sua instalação em Paraquaria e, especificamente, em Jesús de Tavarangüe.

Com essa inovação tecnológica, a divulgação e a valorização do sítio arqueológico tombado se fortalecem, atraindo o turismo cultural. Além de conhecer uma abordagem diferente do local, o visitante pode pernoitar na cidade, o que fomenta o crescimento econômico local. De fato, desde a inauguração do evento, duas pousadas já abriram na cidade, considerando que anteriormente não havia lugares de hospedagem para os turistas.



Missão Jesuítico-Guarani de Jesús de Tavarangüe, Itapúa (Paraguai), 2018.
Acervo: Senatur.



Museu Lítico de Trinidad

O Museu Lítico de Trinidad localiza-se na antiga sacristia da Igreja da Missão Jesuítico-Guarani da Santísima Trinidad del Paraná. A coleção do museu é formada, principalmente, por vestígios arquitetônicos e ornamentais feitos em pedra que pertenciam à antiga igreja e foram recuperados e depositados ali após escavações realizadas nas décadas de 1970 e 1980.

No ano de 2017, com o objetivo de valorizar o museu e otimizar seu funcionamento, a Senatur foi responsável pela execução de um novo roteiro museográfico para melhorar a interpretação histórica e artística dos vestígios arquitetônicos locais. O Museu Lítico já cumpria a função de conservação e, com a execução do projeto, foi possível complementar e reforçar as outras funções esperadas de qualquer museu, isto é, de exposição e divulgação, pesquisa e aprofundamento do acervo. O objetivo geral do roteiro museológico é mostrar ao visitante a importância histórica e artística da Igreja de Trinidad del Paraná no contexto arquitetônico e cultural paraguaio.

O novo roteiro aborda os aspectos arquitetônicos, esculturais e iconográficos da coleção lítica. Para a correta avaliação e interpretação dessa compilação, a atual museografia foi completada com novos suportes, modelos, infográficos e cartazes informativos. Estes são os conteúdos gerais

Museu Lítico de Trinidad (Paraguai), 2017. Acervo: Senatur.

que compõem o roteiro museológico do museu: 1. a história da Igreja de Trinidad: glória e destruição; 2. a Igreja de Trinidad na arquitetura paraguaia; 3. a arquitetura e a ornamentação de Trinidad; 4. o programa iconográfico da Igreja de Trinidad; 5. os retábulos líticos de Trinidad; 6. a escultura jesuítico-guarani em Trinidad; 7. resumo das pesquisas, resgates e achados arqueológicos e valorização de Trinidad.

Plano Diretor de Turismo Acessível

A fim de garantir o direito de todas as pessoas de vivenciar experiências turísticas sem qualquer discriminação, a Senatur criou um programa de turismo acessível em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Senadis) e de acordo com o Plano Nacional de Ação para os Direitos das Pessoas com Deficiência (2015-2030). A iniciativa é responsável por garantir a acessibilidade e a inclusão nos diferentes destinos turísticos nacionais.

O programa permitiu notáveis avanços na acessibilidade turística, particularmente na Missão Jesuítico-Guarani de Santísima Trinidad del Paraná, que, desde 2016, tem rampas de acesso, além de sinalização em espanhol, guarani, inglês e braile. Isso foi possível graças ao apoio da Aecid, da Embaixada da Espanha no Paraguai e da cooperação técnica da fundação espanhola ACS[3].

Nas duas primeiras fases de implementação do projeto, na Missão de Trinidad, foram feitas rampas e plataformas de acesso à praça central, à Igreja Matriz (onde parte do piso original se encontra protegida) e ao Museu Lítico. Já na Missão de Jesús, foram feitas rampas e plataformas na igreja; um mirante com rampa, que permite a conexão visual entre as Missões de Jesús e Trinidad e o reconhecimento dos arredores do complexo. A terceira e última etapa do Plano Diretor de Turismo Acessível para as Missões será implementada ainda em 2019, com a execução de rampas e da trilha que completará o percurso da Missão de Jesús, a partir da igreja até o mirante construído em uma parte da horta.

Por se tratar de dois sítios Patrimônio Mundial da Unesco, o critério de intervenção levou em consideração todas as condições de atenção ao patrimônio, alcançando o equilíbrio entre a acessibilidade a todos e o respeito ao patrimônio, a reversibilidade das intervenções, o uso de materiais de fácil manutenção. Nesse sentido, as melhorias incluem estacionamento, atendimento ao visitante, percurso do local e serviços de higiene, bem como busca da autonomia pessoal. O projeto considerou a regulamentação espanhola e a legislação paraguaia sobre acessibilidade, a fim de facilitar o acesso e o uso não discriminatório, independente e seguro da infraestrutura do edifício para pessoas com deficiência.

Com esse projeto, o Paraguai se tornou, como país, uma referência regional no tratamento da acessibilidade em sítios patrimoniais. Assim, o patrimônio jesuítico-guarani passa a pertencer efetivamente a todos os cidadãos, sem discriminação.

3. Fundação pertencente ao Grupo ACS (sigla para *Actividades de Construcción y Servicios*), do ramo de construção e desenvolvimento de infraestruturas.



Observação de aves

Desde a Semana Santa de 2019, a observação de aves é a nova atração das Missões Jesuítico-Guarani de Jesús de Tavarangüe e da Santísima Trinidad del Paraná. Os facilitadores e guias turísticos de ambas as missões foram treinados a identificar aves da região, graças ao apoio do Corpo de Paz dos Estados Unidos. A Senatur, dessa forma, promoveu a ampliação da oferta turística dos destinos, promovendo a conservação das espécies e seu ambiente, já que, nesses locais, existe uma abundante diversidade de espécies de aves. Disponibiliza-se, desse modo, a oportunidade de conhecer as aves nativas do Paraguai.

Programa de turismo acessível, Missão Jesuítico-Guarani de Santísima Trinidad del Paraná (Paraguai), 2018.
Acervo: Senatur.

Interior da Igreja da Missão Jesuítico-Guarani de San Cosme y San Damián (Paraguai), 2018.
Acervo: Senatur.

Missão Jesuítico-Guarani de San Cosme y San Damián

No complexo arquitetônico da Missão Jesuítico-Guarani de San Cosme y San Damián, foi preservada a autenticidade da forma e do design evidentes na disposição original dos edifícios. Devido às suas características tecnológicas e às condições sociais próprias da região, o local sofreu algumas intervenções desde sua construção em 1718, porém não afetaram suas características morfológicas, envolvendo apenas a substituição de materiais degradados na igreja. Portanto, o padrão arquitetônico

se constitui no melhor testemunho da época, pois se encontra em bom estado de conservação e ainda não foi estudado arqueologicamente.

Esse é o único dos 30 povoados jesuítico-guarani onde a igreja manteve, ao longo dos anos, sua função original de culto religioso para uso do povo. Além de dar lugar ao culto religioso cristão realizado pela comunidade, o edifício restaurado é usado como um centro de atividades comunitárias até hoje, exceto por um breve período em que foi desativado devido a um incêndio. A cidade contemporânea de San Cosme y San Damián ainda se desenvolve a partir do plano urbanístico das Missões Jesuíticas, mantendo viva a devoção a seus patronos, que deram nome ao povoado.

Além da igreja, San Cosme y San Damián é a única das 30 missões que ainda conserva, com telhado, os cômodos correspondentes à residência dos padres e ao colégio, uma estrutura de dois andares onde ainda é possível observar a pintura original do forro, bem como outros atributos que o tornam único, a exemplo do pátio correspondente ao claustro das oficinas. Os cômodos ou salas do colégio mantêm trechos de pintura original, baseada em elementos naturais, bem como outros elementos batismais de pedra esculpida e ornamentos que fazem parte do ensino e das virtudes jesuíticas. Nos cômodos do colégio, as aulas de catecismo são ministradas até hoje. O setor correspondente ao lado esquerdo, que define o claustro e onde seriam as oficinas, está totalmente coberto e não sofreu intervenção. Arqueologicamente, o claustro e a área oeste não foram descobertos. O setor da horta também se encontra conservado na parte posterior à igreja. Ainda é possível ver a tipologia das chamadas casas de índios ao redor da praça, habitadas e com pequenas transformações para o uso moderno.

A igreja paroquial foi solenemente consagrada em março de 1978, e, desde então, a missa é celebrada ali regularmente. No local, há 22 imagens sacras originais esculpidas em madeira, algumas com policromia original e outras que foram restauradas por peritos especializados nesse tipo de obra. Chama a atenção a fisionomia de algumas delas, como o Cristo, com traços indígenas, demonstrando a inspiração em modelos nativos. Há também uma série de peças originais, como poltronas, uma pia de água benta esculpida em pedra e outros objetos religiosos para uso litúrgico.





Devido à sua localização geográfica, à época, o local foi considerado um observatório astronômico. Em 1703, o padre e cientista Buenaventura Suárez, assim que chegou, começou a trabalhar e estudar astronomia. Ajudado pelos M'Bya-Guarani, construiu um telescópio, um quadrante astronômico e um relógio de sol que, embora rudimentares, funcionavam com precisão. O relógio de sol ainda se encontra preservado no pátio do colégio, e sua acurácia surpreende. Dessa forma, a Missão San Cosme y San Damián tornou-se um centro de estudos astronômicos. Atualmente, existe ali um centro de astronomia que mostra as características do lugar a partir das medições dos instrumentos criados por Buenaventura, em formato digital, assim como um telescópio para observar o céu.

É um dos mais importantes patrimônios culturais, históricos e religiosos do país.

Projeto Cinturão Ecológico

Com base nas recomendações dadas desde o momento de avaliação da nominação do bem à lista do Patrimônio Mundial, o Paraguai pretende rever e ampliar as áreas de



amortecimento, denominadas “cinturão ecológico”, onde se realizou uma série de ações nos últimos anos, no âmbito da Assistência Internacional e dos procedimentos adotados pelo Comitê do Patrimônio Mundial.

Entre 2016 e 2017, o Projeto de Extensão e Regulamentação do Cinturão Ecológico foi implantado nas Missões Jesuítico-Guarani de Santísima Trinidad del Paraná e Jesús de Tavarangüe, componentes do Patrimônio Mundial, com a assistência técnica da Unesco. Como resultado do projeto, foi feita uma proposta para definir as áreas de amortecimento, com a participação de autoridades nacionais e locais, e atores-chave locais, adaptando a região aos limites dos atuais blocos urbanos e rurais. Também foram determinadas medidas regulatórias para essas áreas de amortecimento, demarcando usos do solo e indicadores urbanos para novos desenvolvimentos e garantindo a proteção da vista dos componentes do bem seriado. Dessa forma, será possível estabelecer um equilíbrio adequado entre a preservação do patrimônio e a regulação da atividade turística, assegurando que o crescimento da infraestrutura turística seja feito de forma sustentável e respeitando o patrimônio cultural.

Plano de gestão para o Patrimônio Mundial

Em 2018, com o apoio da Unesco, a Senatur realizou o desenvolvimento do plano de gestão coordenado, participativo e sustentável para as duas Missões Jesuítico-Guarani que são Patrimônio Mundial no Paraguai, Santísima Trinidad e Jesús de Tavarangüe. O plano se limita às duas missões inscritas na lista do Patrimônio Mundial da Unesco, sem negligenciar a importância de promover trabalhos coordenados e em conjunto com o restante delas que não conta com esse reconhecimento.

Para a elaboração do plano de gestão, no período de cinco meses, foram realizadas quatro oficinas participativas promovidas pela Senatur, com a orientação de especialistas nacionais e internacionais. Foram realizadas atividades nas cidades de Encarnación, Trinidad e Jesús, incluindo o levantamento territorial, que teve a participação de atores direta e indiretamente relacionados com

Relógio de sol, Missão Jesuítico-Guarani de San Cosme y San Damián (Paraguai), 2018.
Acervo: Senatur.

a gestão das Missões Jesuítico-Guarani, tais como autoridades nacionais e locais, e representantes da sociedade civil das duas localidades.

Em relação à visão do plano de gestão, considerou-se que os bens em série das Missões Jesuíticas Santísima Trinidad del Paraná e Jesús de Tavarangüe, que são Patrimônio Mundial, constituem um modelo de gestão integral e excepcional para a América Latina e o mundo, considerando a proteção, a conservação e o desenvolvimento sustentável dos locais e de seus entornos. É, além disso, a atração cultural mais importante da região e, portanto, um motor da economia local.

Em relação à missão, o plano de gestão coordenado, participativo e sustentável para as Missões Jesuíticas da Santísima Trinidad del Paraná e Jesús de Tavarangüe está orientado no sentido de não só proteger e preservar a integridade e autenticidade dos componentes, mas também de contribuir com a transmissão dos seus valores e atributos para as gerações futuras. O fomento a experiências culturais nas Missões de Jesús e Trinidad e a atualização da infraestrutura de atendimento ao turista aumentam o número de visitantes e promovem o desenvolvimento econômico e cultural sustentável do destino.

Entre os objetivos do plano de gestão, foram identificados os seguintes: contribuir para a preservação do caráter unitário dos componentes patrimoniais, bem como da sua autenticidade; fortalecer a governança e a participação das comunidades locais na gestão e no uso dos patrimônios inscritos na lista do Patrimônio Mundial; evitar riscos que possam ameaçar o excepcional valor universal da série e, além disso, identificar ações reativas em caso de sinistro; contribuir para o desenvolvimento turístico sustentável do local e seus entornos e, ao mesmo tempo, melhorar a experiência do visitante; promover estratégias para a valorização integral do patrimônio tangível e intangível, cultural e natural, considerando o sistema jesuítico-guarani nacional, regional e internacional; melhorar a experiência cultural e turística dos visitantes nas Missões de Jesús e Trinidad; e estimular o governo e a população local a serem os principais atores no desenvolvimento turístico do ambiente missionário.

Para atingir esses objetivos, as políticas elaboradas e combinadas pelas organizações e comunidades locais diretamente relacionadas com os componentes do patrimônio são divididas em programas, projetos e atividades que formam o plano de gestão, considerando não só o próprio patrimônio histórico, mas também a região de amortecimento. O esquema de governança proposto para a implementação do plano de gestão é a criação de um comitê de gestão, composto por membros eleitos da Senatur, de cada um dos dois municípios e da comunidade local. Essa junta é um exemplo de participação e articulação cidadã, no qual os principais atores do território debatem, trocam ideias e decidem planos de ação para o território – nesse caso, para a área ou o local do patrimônio cultural. As decisões do comitê de gestão, apesar de não serem obrigatórias, permitem que os membros ajam no sentido do desenvolvimento e da aplicação de políticas públicas. Em termos de planejamento estratégico, entendido como

o processo sistemático de implementação de planos para alcançar propósitos ou objetivos, é de vital importância a diretriz que o plano de gestão deve seguir, tendo como objetivo final a consecução das metas traçadas, que se traduzem em crescimento econômico, humano ou tecnológico.

Cooperação e promoção internacional

Durante esses anos, foram criadas várias ações de cooperação internacional, com a assinatura de convênios, particularmente na área de treinamento e assistência técnica, com diversos países e organizações internacionais. Entre as mais destacadas, em relação às Missões Jesuítico-Guarani, além das já mencionadas, há a troca de experiências e a transferência de conhecimento entre o Caminho de Santiago e a Rota Jesuítica, com o apoio da Comunidade Autônoma da Galícia. Há também o apoio da Organização Mundial do Turismo (OMT) para o fortalecimento da Rota Jesuítica, por exemplo, com a realização do Seminário Itinerário Turístico do Mercosul, ocorrido em Encarnación, no Paraguai, em 2014, com a presença de autoridades da OMT e representantes de países onde há vestígios jesuíticos; e com o apoio à realização do I e do II Seminário de Rotas Multidestino, em 2015 e 2017, com a presença do secretário-geral da entidade.

Em termos de promoção turística, a Senatur realiza feiras internas para posicionar a oferta turística da Rota Jesuítica no território nacional, além de desenvolver uma série de produtos para promover o turismo interno, como a publicação da revista *Jahá* e a campanha de promoção do turismo interno chamada *Faça um tour pelo seu país*. Além disso, a comunicação foi reforçada com a publicação de cadernos em jornais de grande circulação nacional, como o *Paraguai de carro*, que impulsionou o alcance da campanha.

No âmbito da promoção do turismo internacional, a Senatur promoveu a campanha *Experimente o autêntico*, em nove idiomas, através da rede de televisão CNN, em 2018. Nela, foi enfatizada a riqueza histórica, cultural e natural do país, em torno da grande atração gerada pelas Missões Jesuítico-Guarani, com o slogan: *Paraguai, você precisa senti-lo*.

O Paraguai participou das principais feiras internacionais de turismo e de missões comerciais, em que foram apresentados a marca do país e seus principais destinos, como a Rota Jesuítica, em parceria com o setor privado. Além disso, a promoção do turismo religioso resultou na incorporação do Paraguai no Catálogo da Ópera Romana Pellegrinaggi do Vaticano, que incluiu o país entre os destinos recomendados em todo o mundo, destacando a Rota das Missões Jesuíticas, o Caminho Franciscano e a Peregrinação a Caacupé, entre outros.

Referências

PARAGUAI. Secretaría Nacional de Turismo. *Plan Maestro de Desarrollo Sostenible del Sector Turístico del Paraguay 2019-2026*. Assunção: Secretaría Nacional de Turismo, 2018.


VENDE SE
LICOR

Silvia Martínez

O patrimônio cultural imaterial como ativo para o turismo sustentável

Immaterial cultural heritage as an asset for sustainable tourism

El patrimonio cultural inmaterial como activo para el turismo sostenible

Resumo

O presente artigo procura estabelecer nexos entre o patrimônio cultural imaterial e o turismo sustentável, considerando a reiterada afirmação de que este é uma solução para a escassez de recursos e para a pobreza das comunidades detentoras dos bens intangíveis. No entanto, a relação entre os dois campos exige a adoção de certos critérios de sustentabilidade em longo prazo, ou seja, as ações empreendidas pelo setor precisam ser tanto economicamente viáveis quanto equitativas do ponto de vista ético e social para os povos e promover o diálogo intercultural e a cidadania. Apenas dessa forma o segmento torna-se um poderoso instrumento de desenvolvimento, que pode e deve participar ativamente do crescimento sustentável e da gestão patrimonial, com a participação adequada de seus detentores.

Summary

This paper explores the nexus between intangible cultural heritage and sustainable tourism in light of the persistent claim that this is a solution to the shortage of funds and to the destitution of heritage-holding communities. However, certain long-term sustainability criteria should be observed with regard to a relationship between these two spheres, i.e. any measures that the industry implements must be economically viable and ethically and socially equitable for the communities involved while also fostering intercultural dialogue and citizenship. This is the industry's only viable way forward to emerge as a powerful development agent with the potential and duty to be an active stakeholder in sustainable development and asset management, involving interested party accordingly.

Dona Dalva, samba de roda no Recôncavo Baiano, Cachoeira (BA), 2004.
Foto: Luis Santos. Acervo: Iphan.

Muruti, Wajàpi, 2000. Arte Kusiwa, pintura corporal e arte gráfica Wajãpi, Patrimônio Cultural da Humanidade.



Resumen

Este artículo busca establecer vínculos entre el patrimonio cultural inmaterial y el turismo sostenible, teniendo en cuenta la reiterada afirmación de que esta es una solución para la escasez de recursos y la pobreza de las comunidades detentoras de este patrimonio. Sin embargo, la relación entre los dos campos requiere la adopción de ciertos criterios relacionados con la sostenibilidad a largo plazo, es decir, las acciones tomadas por el sector deben ser económicamente viables, equitativas desde el punto de vista ético y social para las personas y promover el diálogo intercultural y la ciudadanía. Solo de esta manera el sector se puede convertir en una poderosa herramienta de desarrollo que puede y debe participar activamente en el desarrollo sostenible y la gestión patrimonial, con la participación adecuada de sus detentores.



Já faz algumas décadas que, na América Latina, o turismo associado ao desenvolvimento sustentável vislumbra-se como uma ferramenta eficaz para alcançar o crescimento econômico, reduzir a pobreza e coibir o êxodo rural por meio da criação de postos de trabalho locais. Essa visão tem amparo no consenso internacional proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. O ODS 8, sobre trabalho decente e expansão da economia, tem, como uma de suas metas, "elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais" (ONU, 2015, s.p.). Assim, o setor é considerado uma das forças propulsoras da produção inclusiva e sustentável, bem como do trabalho proveitoso e decente.

O segmento, dessa maneira, poderia oferecer alternativas de subsistência para aqueles que não têm acesso a recursos básicos de saúde, educação ou renda, mas que, ainda assim, precisam responder aos desafios da mudança climática. É também, precisamente, nessa meta da Agenda 2030 que o turismo encontra uma relação direta com a cultura, na medida em que é convocado para promovê-la e protegê-la.

Nessa linha, o art. 4º do Código de Ética Mundial para o Turismo (OMT, 1999a) recomenda a proteção do patrimônio, seja natural, artístico, arqueológico ou cultural, para que continue a existir. Da mesma forma, em relação aos produtos vivos, como o folclore e os ofícios tradicionais, a diretriz é que continuem a reproduzir-se e mantenham sua diversidade, em vez de serem pressionados a homogeneizar-se.

Ainda assim, juntamente com o compromisso ético, há um crescente interesse turístico por novas experiências, valores, tradições locais e diferentes modos de vida, que são um atrativo capaz de mobilizar visitantes do mundo todo. No entanto, para ser de interesse turístico, uma cultura precisa passar por um processo de valorização ou reconhecimento local, nacional ou mundial, na forma de patrimônio. Tomando esse processo como ponto de partida para o planejamento de estratégias integrais no âmbito do turismo sustentável, é possível trazer benefícios para as comunidades e pessoas detentoras de um bem cultural imaterial. É exatamente das relações entre turismo sustentável e esse tipo de obra que trataremos.

Na América Latina, há diversas propostas de desenvolvimento social com ênfase no turismo sustentável, estabelecendo uma relação tácita e imediata com o patrimônio cultural imaterial. Esse pressuposto pode ser observado em programas ou projetos executados por Estados ou organizações internacionais, bem como no discurso eleitoral de candidatos a cargos políticos que encontram nessa correlação uma solução para a escassez de recursos e a pobreza de populações que exercem práticas consideradas patrimônio.

Nessa linha de trabalho, segmentos como turismo comunitário rural, ecoturismo, turismo agrário e etnoturismo sugerem uma relação positiva entre os bens e o turismo sustentável, em que aqueles são uma espécie de insumo deste. As expressões identitárias são colocadas como ativos, o que incita sua patrimonialização por estados, municípios e grupos de poder, que as estruturam como narrativa e memória. Os bens culturais são inventariados e inscritos

Festa da Virgen del Carmen, Paucartambo, Cusco (Peru), 2016.
Foto: Reenzo Velasquez Bernal.









Série Catarse da Devoção. Patrimônio Cultural da Humanidade, Belém (PA), 2012-2019.
Foto: Paula Giordano.



em algum sistema de reconhecimento, seja local, como patrimônio municipal, seja nacional, como patrimônio nacional, ou internacional, como Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Os processos de patrimonialização, isto é, o conjunto de esforços por reconhecimento, são complexos porque envolvem lutas internas pelo poder simbólico de uma comunidade. Se, além disso, existirem expectativas de alcançar grandes ganhos econômicos por meio do turismo, eles tornam-se ainda mais complicados e podem acarretar conflitos, o que deve ser evitado. Sobre esse assunto, Beatriz Pérez Galán e Raúl H. Asensio alertam que:

Apresentação de mariachi, *México, 2008.*
Foto: Edgar Martinez.

O processo de institucionalização da cultura transformada em patrimônio é acompanhado por uma imensa mobilização de legitimação, que inclui acordos internacionais, legislações nacionais e subnacionais e um forte apoio político e intelectual. Essa mobilização é, em si, um interessante campo de estudo, repleto de desafios do ponto de vista legal e político. Isso ocorre porque a patrimonialização da cultura promove respostas locais, que nem sempre se adaptam ao esperado por seus promotores. Podemos encontrar, inclusive, abertas resistências, que se cristalizam no surgimento de novos conceitos, como o de "patrimônio biocultural coletivo" [...]. Alguns questionamentos-chave nesse sentido são: quem deve decidir quais manifestações da cultura podem ser patrimonializadas e quais não, quais interesses devem ser considerados no momento de valorizar a cultura e como gerenciar os dilemas advindos do que, por um lado, se

perde e, por outro, é adquirido nos processos de objetificação e comercialização cultural (Asensio e Pérez Galán, 2012, p. 2-3).

Assim, sugerimos uma revisão da relação entre esses conceitos e o que, de fato, vem acontecendo quanto à sua vinculação ao turismo e desenvolvimento. Finalmente, recomendamos algumas diretrizes de gestão para um trabalho mais efetivo e dialógico entre essas noções, tanto considerando o patrimônio cultural imaterial como um ativo econômico para o turismo quanto entendendo esse setor como um meio de salvaguardar uma expressão cultural identitária.

Patrimônio e turismo sustentável

No âmbito da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003, p. 4), esse bem é compreendido como as "práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". São categorizadas em tradições orais; expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e técnicas artesanais tradicionais.

Entre as características que a Unesco atribui a esse patrimônio, estão a de que é contemporâneo, ou seja, é uma cultura viva; é inclusivo, de modo que expressões culturais são compartilhadas com os vizinhos, integrados ou não no mesmo território. Gera, ainda, um senso de identidade: o pertencimento a um grupo advém da partilha de um universo simbólico comum, o que contribui para a coesão social, fomentando um sentimento de responsabilidade para com a comunidade e seu futuro.

É importante ressaltar que o patrimônio aqui em pauta é transmitido de geração em geração e pode ser compartilhado com outros povos, colaborando para o respeito à diversidade cultural. Cultura, nesse sentido, é um conjunto de símbolos comunitários que mudam e são transformados pela interação entre cada grupo humano, bem como entre o homem, sua natureza e sua história (Unesco, 2003, p. 4).

Os dois principais conceitos, para a convenção de 2003, são identidade e comunidade. Nesse sentido, o patrimônio cultural imaterial só pode ser assim considerado se for reconhecido pelas comunidades, grupos ou indivíduos que o criam, mantêm, transmitem e consideram seu. Além disso, os Estados são chamados a tomar medidas que garantam sua salvaguarda, bem como os povos são incitados a dar seu consentimento livre, prévio e informado sobre ela.

De acordo com a Carta do Turismo Sustentável, da Organização Mundial do Turismo (OMT, 1995), o desenvolvimento turístico deve ser baseado em critérios de sustentabilidade, ou seja, deve ser ecologicamente sustentável em longo prazo, economicamente viável e equitativo, a partir de uma perspectiva ética e social para as comunidades locais. Assim, o turismo sustentável é "um caminho para a gestão de

todos os recursos de forma que possa atender às necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida" (OMT, 1999b, p. 22).

O desenvolvimento sustentável é um processo orientado que engloba uma gestão mundial de recursos, a fim de garantir sua durabilidade, permitindo conservar o capital natural e cultural, o que inclui proteger as áreas de cada coletivo humano. Sendo o turismo um poderoso instrumento de crescimento, pode e deve participar ativamente dessa estratégia. Uma boa gestão turística exige, nesse sentido, a preservação dos recursos dos quais depende, sendo um deles o capital humano que o sustenta. Deve basear-se, portanto, nas pessoas e na relação entre elas e seu entorno.

Ambos os conceitos, patrimônio cultural imaterial e turismo sustentável, implicam uma noção de comunidade associada a uma história e um território, pensando nas gerações futuras. Nessa visão, o turismo sustentável tem o compromisso ético de respeitar os grupos comunitários e os significados que eles dão às suas expressões culturais. Por sua vez, espera-se que a população local forneça narrativas que proporcionem aos visitantes satisfações sociais e estéticas em torno do prazer de viajar e ter experiências inovadoras. Espera-se, ainda, que a relação entre os dois campos traga um impacto positivo nas localidades, o que se traduz em um maior número de visitas e mais consumo. Isso, por sua vez, beneficia os detentores de patrimônio, gerando emprego e incrementando a receita econômica com a venda de produtos culturais.

Entretanto, há uma divergência fundamental entre os dois conceitos. Para a salvaguarda patrimonial, por um lado, o que importa é o caráter identitário das manifestações, isto é, o patrimônio existe porque há um grupo de indivíduos que o sente como seu. O que interessa para o turismo, por outro lado, é o caráter de ativo econômico que os bens culturais detêm, ou seja, o que importa é sua relação com o mercado consumidor, e é por isso que devem ser protegidos.

Essa questão fica ainda mais complexa na América Latina, uma vez que uma grande diversidade de práticas culturais pode ser reconhecida como patrimônio em comunidades indígenas originárias, grupos afrodescendentes e diversos migrantes que têm sido invisibilizados na história oficial de seus países. A narrativa de reivindicação que esses povos buscam muitas vezes não está, necessariamente, orientada a atender um mercado turístico.

Conflitos nos processos de patrimonialização

Na América Latina, nos últimos anos, tem havido um interesse incomum em inscrever expressões culturais na lista de Patrimônio Mundial da Unesco, em listas nacionais ou outras categorias relacionadas. Por trás desses esforços, estão duas pressuposições: a de que o mercado vai proporcionar renda diretamente, sem que seja necessário um grande investimento do Estado nos territórios das comunidades detentoras; e a de que todos podem ter acesso ao mercado em igualdade



de condições. Ainda assim, será que é possível que a indústria turística supra a falta de investimentos do Estado?

Uma vez que um bem é reconhecido como patrimônio cultural, logo surgem conflitos entre os grupos detentores, aumentando ainda mais as lacunas econômicas existentes, pois a patrimonialização das expressões culturais não as transforma de maneira imediata em ativos financeiros, tampouco torna os membros dessas comunidades sujeitos economicamente ativos de modo a participarem necessariamente dos benefícios que decorrem da chancela oficial. Contudo, a demora de respostas do Estado leva as pessoas a continuar a interagir com a lógica mercadológica como sempre fizeram: os que ganham mais são aqueles que têm maior acesso à educação, que já estavam no mercado, tinham capital financeiro ou mais contatos com o mundo exterior. E, certamente, ganham menos aqueles que estão mais afastados do mercado, frequentemente os mais pobres, advindos de regiões mais rurais e, em alguns casos, os que falam línguas originárias e foram historicamente abandonados.

Tecelãs do Lago Puray, onde há cooperativa de artesãs que vivem do turismo e utilizam técnica milenar, de sabedoria ancestral, Cusco (Peru), 2019.
Foto: Renan Cepeda.


ESPOSO
E HIJOS
2013

Muitas vezes, as comunidades criam a expectativa de que o reconhecimento oficial acompanha a melhoria de sua qualidade de vida. Porém, nesse processo, o Estado é representado apenas pelo funcionário público de uma repartição de cultura, que não é capaz de responder às inúmeras demandas sociais e até históricas que a patrimonialização acarreta.

Vale destacar que, na América Latina, a maioria dessas práticas culturais manifesta-se em territórios mergulhados na pobreza, aonde o Estado não chegou ou onde está presente de maneira incipiente, faltando, muitas vezes, estradas, iluminação pública e água potável. Um caso que ilustra essa questão é a Festa da Virgen del Carmen, que acontece em Paucartambo, no departamento[1] de Cusco, no Peru. Atraindo multidões, de moradores locais até milhares de turistas, o evento ocorre durante cinco dias em uma das cidades mais pobres do país. A festividade, entretanto, não é capaz de estimular o crescimento econômico local devido a fatores como falta de emprego, emigração dos mais jovens e miséria geral dos habitantes.

Os numerosos conflitos locais resultantes desse processo devem ser analisados caso pretenda-se desenvolver uma relação efetiva entre turismo sustentável e patrimônio cultural imaterial. Entre os mais recorrentes, está a reivindicação de autenticidade feita pelas comunidades para legitimar socialmente o valor mercadológico de seus bens, distinguindo-o do resto da oferta existente no mercado. Na América Latina, um dos casos mais emblemáticos é o do altiplano andino, entre Bolívia e Peru, um território que compartilha uma história, três idiomas (aimará[2], quíchua[3] e castelhano) e diversas expressões culturais (Festa de Alasitas[4], *diablada*[5], *saya*[6], *morenada*[7] e outras danças e gêneros musicais). A origem dessas práticas partilhadas foi reclamada pelos dois países, gerando embates desde as ruas até o âmbito diplomático.

Esses conflitos também são causados pela apropriação cultural, quando membros da sociedade hegemônica, e não da comunidade local, comercializam o conhecimento coletivo. Isso foi observado no caso dos chamantos[8] de Doñihue, no Chile, ou das artesãs de Aguacatenango, no estado de Chiapas, no México, que denunciaram a empresa de moda Zara por imitar um estilo tradicional de bordado. Muitas vezes, essas querelas ocorrem mais no meio social do que no jurídico, pois não existem ainda ferramentas suficientes no campo do direito coletivo para sustentá-las. Nos grupos detentores de patrimônio cultural imaterial, é comum encontrarmos a percepção de que suas expressões culturais são bens limitados e que são roubadas ou copiadas por estrangeiros. Sua maior preocupação é evitar essa usurpação, por isso propõem uma salvaguarda que lhes confira direitos autorais coletivos.

1. Unidade administrativa semelhante ao estado no Brasil.

2. Um dos idiomas oficiais do Peru e da Bolívia, é falado por membros da etnia Aimará.

3. Um dos idiomas oficiais do Peru, da Bolívia e do Equador, tem milhões de falantes espalhados entre diversos grupos étnicos andinos.

4. Celebração tradicional a Ekeko, deus da prosperidade dos povos andinos, com danças, músicas e comidas típicas dessa cultura.

5. Dança tradicional em que os dançarinos usam máscara de demônio.

6. Dança e gênero musical de origem afrodescendente.

7. Dança tradicional que mistura elementos africanos e indígenas.

8. Poncho típico chileno.

Francisca, peregrina da nação Quispicanchi, na peregrinação a Qoyllur Ritti, Cusco (Peru), 2019.
Foto: Renan Cepeda.

Outro fenômeno frequente nos processos de patrimonialização é a reprodução dos padrões tradicionais de dominação e desigualdade econômica, que criam conflitos, tanto dentro das comunidades quanto entre elas e suas vizinhas, em torno dos bens culturais. Na maioria dos casos, não há respostas estatais, e as populações são deixadas à mercê das regras do mercado. Para ter acesso a ele, é necessário dispor de competências básicas como conhecimentos, habilidades, pensamentos e motivações de maneira integral, condições difíceis de serem alcançadas pelos menos favorecidos. Nas apostas pelo turismo sustentável, muitas vezes pressupõe-se que os grupos sejam homogeneizados e que todos possam entrar no meio mesmo sem treinamento formal, apenas sendo trabalhadores ou operadores turísticos intuitivamente. É nesse sentido que o Estado faz-se necessário, ao fornecer uma educação de qualidade para todos, baseada nas necessidades e particularidades de cada povo. No entanto, observamos que essa situação está longe de ser realidade.

Comunidades não são uma entidade homogênea. Existem, em todas elas, mesmo na menor e mais invisível, grupos de interesses e fatores de desigualdade que devem ser compreendidos antes de se fazer uma intervenção. Suas particularidades devem ser consideradas, assim como seu relacionamento anterior com o mercado.

No trabalho que realizamos em campo, apoiando alguns coletivos na formulação de planos de salvaguarda de seu patrimônio cultural imaterial, deparamo-nos com povos que querem fechar suas portas para os forasteiros, como as irmandades que celebram o Qoyllur Ritti[9] na localidade de Ausangate, em Cusco, no Peru, ou as comunidades do altiplano andino, das quais falamos anteriormente, que não reconhecem o compartilhamento de elementos culturais comuns. No entanto, existem grupos que apreciam a ação do turismo e a recriação de suas expressões culturais em outras latitudes. Por exemplo, no México, é promovido um concurso internacional de *mariachi*[10], valorizando a divulgação de sua expressão e celebrando a existência de apreciadores desse gênero musical em todo o mundo.

Relação frutífera entre patrimônio e turismo sustentável

Reivindicação de autenticidade, ausência de investimento do Estado, reprodução de padrões tradicionais de dominação e apropriação cultural são preocupações que emergem após a patrimonialização e que exigem respostas dos governos perante os cidadãos detentores de patrimônio cultural imaterial. Esses problemas podem ser mitigados com o uso das quatro ferramentas de gestão a seguir.

Em primeiro lugar, é necessário que sejam identificados os atores sociais que têm uma expressão cultural, quais são seus interesses e pontos de provável conflito e, acima de tudo, as possibilidades de consenso, a fim de traçar um caminho para a salvaguarda

9. Festividade em que milhares de pessoas de diferentes nações indígenas vão, em peregrinação, a Ausangate cultuar uma imagem de Jesus Cristo, fundindo antigos cultos andinos a rituais cristãos.

10. Termo que se aplica tanto ao gênero musical quanto aos grupos musicais que se dedicam a essa manifestação popular, que mescla elementos rítmicos europeus e astecas. Em 2012, o *mariachi* foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial.

dessa prática. Um dos resultados mais valiosos da implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003) tem sido a geração de participação cidadã, uma vez que o envolvimento na discussão gera um compromisso com o exercício da cidadania. É preciso estender a participação popular para a análise desses pontos, embora a relação entre cultura e desenvolvimento não tenha sido um objetivo da convenção.

Um segundo ponto a ser destacado é a geração de espaços de debate e consenso em torno das manifestações culturais, especialmente as que têm maior continuidade ao longo do tempo. Em uma oficina com artesãos no Paraguai, certa vez surgiu a questão da relação com o mercado consumidor, a qualidade do produto e o comércio justo. Uma das artesãs disse que não queria continuar transmitindo seus conhecimentos ancestrais porque não existe um preço justo para a relação entre número de horas trabalhadas e a mão de obra empregada na produção artesanal, uma vez que geralmente o mercado paga um preço menor. É necessário estabelecer sistemas de valores justos para não comprometer a continuidade das expressões culturais.

Um terceiro ponto para uma relação efetiva entre turismo e patrimônio cultural imaterial é não perder de vista a ação necessária do Estado, que deve fornecer um piso básico de oportunidades de saúde e educação, bem como uma infraestrutura apropriada de estradas e caminhos que permitam às comunidades um acesso mais equitativo ao mercado e aos turistas, a fim de garantir uma experiência satisfatória, com o menor risco possível. Nessa perspectiva, em um estudo sobre as relações entre turismo sustentável e patrimônio, a OMT (2013) recomenda a criação de espaços ou instalações que sirvam para expô-lo; a combinação ou o entrelaçamento de atrações turísticas para criar um conjunto temático com maior apelo



Arte Kusiwa, pintura corporal e arte gráfica Wajãpi, Patrimônio Cultural da Humanidade.



de mercado; o desenvolvimento de novos roteiros, circuitos ou redes de bens; o uso de circuitos existentes ou a revitalização de redes, como os itinerários de peregrinação; e o uso ou o fortalecimento de festivais e eventos.

Como um quarto ponto, recomendamos distinguir tipos de mercado e interesses de acordo com categorias patrimoniais, uma vez que a função do comércio é diferente para cada manifestação cultural e a causa de tensões e conflitos varia de acordo com o tipo de expressão. Por exemplo, no caso do artesanato, o interesse está focado em direitos coletivos; no caso de festivais e peregrinações, o ponto principal é o uso do espaço público; no caso da música, a atenção pode estar voltada para as formas de transmissão através da educação formal e não formal. Essas questões colocam novos desafios para o desenvolvimento do patrimônio e para a mediação dos níveis de conflito em torno dele.

Quando a gestão desse patrimônio ou sua salvaguarda passa pelo monitoramento desses quatro pontos, contribui para o crescimento e o turismo sustentável, pois estabelece um espaço de diálogo no campo simbólico entre os atores que são chamados a dar viabilidade econômica a um elemento cultural.

A articulação entre patrimônio cultural imaterial e turismo implica um desafio para a administração territorial e os objetivos do desenvolvimento sustentável no sentido da criação e elaboração de instrumentos de planejamento e gestão integrados e consensuais que atendam tanto às comunidades portadoras de patrimônio quanto ao consumidor turístico. Essa articulação, em sintonia com a Agenda 2030 (ONU, 2015), pode fortalecer os países na construção de uma cultura de paz, graças ao reconhecimento e à valorização da diversidade, partindo de uma abordagem que seja baseada em direitos e promova a fruição e a recreação a partir do turismo sustentável.

Referências

ASENSIO, Raúl H.; PÉREZ GALÁN, Beatriz (Eds.). *¿El turismo es cosa de pobres?*: patrimonio cultural, pueblos indígenas y nuevas formas de turismo en América Latina. Tenerife: ACA; Pasos; RTPC; Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Carta del Turismo Sostenible*. Lanzarote: OMT, 1995. Disponível em: https://www.biospheretourism.com/assets/arxius/cc909a3b8279ee1838274c43114f54a2.pdf. Acesso em: 19 jul. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Código Ético Mundial para el Turismo. Santiago de Chile.* 1999a. Disponível em: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/gcetbrochureglobalcodees.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Desarrollo turístico sostenible*: guía para administraciones locales. 1999b. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284403073. Acesso em: 2 set. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Estudio sobre el turismo y el patrimonio cultural inmaterial.* 2013. Disponível em: http://online.fliphtml5.com/getq/buqr/. Acesso em: 2 set. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*: 17 objetivos para transformar nosso mundo. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/. Acesso em: 12 jun. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. *Unesco*, 17 out. 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf. Acesso em: 19 jul. 2019.

Feira em frente ao Convento Santo Domingo de Guzmán, construído entre 1547 e 1551, Chiapas (México), 2019.
Foto: Antônio Brito.



Guadalupe Espinosa, Dayanara Carrasco e Natalia Vázquez

A capacidade de carga na visitação turística de sítios arqueológicos no México

Tourism absorption capacity in Mexican archaeological sites

La capacidad de carga en la visitación turística de sitios arqueológicos en México

Resumo

Este artigo analisa a capacidade de carga em sítios arqueológicos no México, especialmente aqueles que recebem um grande fluxo turístico. A gestão desse patrimônio engloba questões mais complexas do que apenas a elaboração de um esquema de acesso, percurso e saída. Deve-se considerar também estacionamento, bilheteria (se houver), comércio, museus ou salas de interpretação, áreas de serviços adicionais etc. Além disso, é preciso levar em conta um elemento fundamental: o estado de conservação dos monumentos e sua acessibilidade de acordo com o diagnóstico do estilo arquitetônico ou decorativo e os materiais usados em sua construção, pois o risco de impacto nos bens culturais pode ser reduzido através de medidas de amortecimento ou controle. Todos esses aspectos devem, assim, ser levados em conta para uma administração adequada, que garanta a preservação dos bens para as gerações futuras.

Summary

This paper examines the tourism absorption capacity of archaeological sites in Mexico, especially those that have a large influx of tourists. Managing this heritage encompasses complex issues rather than just designing plans for access, circuit and exit. Parking, ticketing (if any), commerce, museums or interpretation facilities, additional service areas and other facilities should also be considered. The conservation status of these monuments and their accessibility according to the assessment of their architectural or ornamental style and to the materials they are built with are a key element that must be addressed, since the risk of damage to cultural assets can be attenuated by mitigation or control measures. All these issues must consequently be envisaged to ensure adequate governance to safeguard the property for future generations.

Uxmal, Yucatán (México), 2017.
Foto: Vitor Hugo Mori. Acervo: Iphan.

Resumen

Este artículo analiza la capacidad de carga de los sitios arqueológicos en México, especialmente los que reciben un gran flujo turístico. La gestión de este patrimonio abarca cuestiones más complejas que el simple diseño de un esquema de acceso, recorrido y salida. También hay que considerar el estacionamiento, la taquilla (si hay), comercio, museos o salas de interpretación, áreas de servicio adicionales, etc. Además, se debe tener en cuenta un elemento fundamental: el estado de conservación de los monumentos y su accesibilidad según el diagnóstico del estilo arquitectónico o decorativo y los materiales usados en su construcción, ya que el riesgo de impacto en los bienes culturales puede reducirse con medidas de amortiguación o control. Por lo tanto, hay que tener en cuenta todos estos aspectos para una administración adecuada, que garantice la preservación de los bienes para las generaciones futuras.



Capacidade de carga e gestão de sítios arqueológicos

Desde 1798, Thomas Malthus (1998 [1798]) já antecipou a necessidade de pensar a capacidade de carga. Analisando o comportamento do crescimento populacional, o economista concluiu que, no futuro, caso se mantivesse no mesmo ritmo, a produção de alimentos não seria suficiente para suprir esse contingente. Mais tarde, na década de 1980, no campo da ecologia, a noção de carga foi definida como o tamanho da população que um *habitat* pode suportar sem que o ecossistema seja danificado. O conceito foi aplicado para populações de animais e humanos, levando em conta suas particularidades. Enquanto, para os animais, o foco está na relação entre o que é afetado e o número de indivíduos em um *habitat*, para o ser humano, o ponto principal é a quantidade máxima tanto de recursos consumidos pela população quanto de resíduos gerados em uma região, sem impactar negativamente a bioprodutividade e a integridade ecológica (Bunge, 2010).

Quando aplicada ao turismo, a capacidade de carga refere-se ao número de indivíduos que podem ser acomodados em um lugar sem afetar o meio ambiente, a população local ou a satisfação do próprio visitante. São contempladas as características dos turistas e dos recursos do destino, bem como as particularidades e os interesses da população local (Bunge, 2010).

Dando prosseguimento a essa discussão, na década de 1960, Edward Hall (2003) introduziu a teoria proxêmica como o estudo cultural da distância que as pessoas mantêm entre si nos espaços. Nesse sentido, a distância íntima (de 15 a 45 cm) é estabelecida nas relações interpessoais; a distância pessoal (de 45 a 120 cm) permite a relação de dois indivíduos sem ultrapassar limites físicos e emocionais; e a distância pública (de 3,5 a 9 m) é aquela em que o espaço funciona como uma extensão do corpo, de modo que as pessoas ficam mais separadas ao deslocar-se em um ambiente amplo. A proxêmica torna-se relevante na gestão do uso público de sítios arqueológicos uma vez que tanto as áreas de monumentos abertos à visitação quanto os espaços de serviços (banheiros, estacionamentos, trilhas etc.) estão sujeitos a limites físicos em sua capacidade de acomodar certo número de pessoas ao mesmo tempo.

O patrimônio cultural exposto ao público, como recurso turístico, deve pressupor o estabelecimento de estratégias sob o princípio da sustentabilidade, a fim de ser conservado (Ballart Hernández e Juan i Tresseras, 2001). Já desde a primeira década do século XX, monumentos em várias partes do México começaram a ser explorados e habilitados para visitação. Nesse período, os turistas recebiam uma atenção específica por meio de sistemas de delimitação de áreas e oferta de serviços, a exemplo da venda de artesanato local.

No país, existem atualmente 192 sítios arqueológicos oficialmente abertos ao público, junto com uma série de locais que não contam com esse *status*, mas que também recebem pessoas. Responsável pela salvaguarda tanto dos monumentos quanto dos visitantes, o Instituto Nacional de Antropologia e História (Inah) estabelece estratégias para garantir a conservação do patrimônio, bem

Teotihuacan, estado do México (México), 2014.
Foto: Cléo Alves Pinto.
Acervo: Iphan.



como a segurança dos turistas e do quadro operacional de funcionários. Assim, por meio do cálculo da capacidade de carga como fator regulador, pode-se encontrar o equilíbrio entre o uso público e seu impacto na conservação dos bens, considerando ainda a experiência do visitante, que deve ser segura e agradável (Bunge, 2010).

Desde 2008, a Direção de Operação de Sítios, vinculada ao Inah, tem sido pioneira nos estudos de capacidade de carga, em especial, naqueles declarados Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Tais locais costumam receber um alto fluxo de visitantes, em consequência do reconhecimento oficial, principalmente na Semana Santa, no equinócio da primavera e nas férias de verão e inverno.

Assim, definimos a capacidade de carga máxima como a maior quantidade de visitantes que podem entrar em um espaço, em um determinado intervalo de tempo, sem que os bens sejam afetados, com condições confortáveis e seguras para a permanência do público. De modo geral, o conceito é aplicado como uma medida de regulação no contexto da gestão de visitação a sítios arqueológicos. Seu estudo permite estabelecer as áreas de ocupação dos indivíduos em diferentes condições de permanência; por exemplo, levando em consideração se estão em trânsito em espaços abertos ou trilhas ou se estão sentados. Há, ainda, alguns modelos que calculam a carga máxima, incluindo a capacidade de veículos em estacionamentos. Nesse sentido, para determinar esse limite, deve-se avaliar as condições qualitativas e quantitativas particulares de cada sítio, associadas a uma estratégia que contemple vias de acesso, acomodação, saída e ordenação, para que o fluxo de carga seja distribuído de forma otimizada.

Assim, surge a seguinte fórmula para calcular a capacidade de carga turística (Bunge, 2010).

$$MDC = (MDI)\ (TD)$$

Em que:
MDC = Capacidade máxima diária de turistas
MDI = Capacidade máxima instantânea de turistas
TD = Ciclo de usuários diário ou total do número de horas de atividade por dia/número de horas de atividade por turista

Equinócio de primavera, Sítio Arqueológico de Cuicuilco, Cidade do México (México), 2019. Acervo: Instituto Nacional de Antropologia e História do México.

Metodologia para o cálculo da capacidade de carga

Os estudos de caso apresentados a seguir são fruto da análise elaborada pela Direção de Operação de Sítios do Inah com base na capacidade de carga dos sítios arqueológicos com visitação pública tutelados pelo instituto. Em 2008, a proposta metodológica, adaptada de Cifuentes (1992), foi aplicada aos monumentos de Cuicuilco, Tlatelolco[1] e Tula[2]. Partiu-se do pressuposto de que a carga não implica apenas o cálculo do número máximo de visitantes por intervalo de tempo, mas também as medidas necessárias para mitigar o impacto da visita sem muitos efeitos sobre a experiência do visitante.

De modo geral, a metodologia contemplou quatro etapas: realizar o estudo dos tempos, movimentos e perfil do visitante; procurar informações técnicas do sítio arqueológico; calcular a capacidade de carga; e definir os aspectos operacionais para o controle de visitantes. Também incluiu dois cálculos, um para áreas abertas e outro para monumentos com acesso a pedestres. Para ambos, foi necessário calcular duas cargas parciais: a capacidade de carga física (CCF) e a capacidade de carga real (CCR).

Fórmulas para áreas abertas

Capacidade de carga física:

*CCF = (S * NV)/Sp*

Em que:

S = Superfície disponível em m^2

Sp = Superfície usada por uma pessoa (1 m^2)

NV = Número de vezes que o sítio pode ser visitado em um dia

NV = Hv/Tv

Em que:

Hv = Horário de visita

Tv = Tempo médio de percurso

Capacidade de carga real:

*CCR = CCF * (FCbs*FCpp*FCan*FCdv)*

Em que:

FCbs = Fator de correção de brilho solar

FCbs = (1-hsl)/ht

Em que:

hsl = Horas de sol limitadoras por ano (de maior intensidade solar)

ht = Horas por ano em que o sítio está aberto

FCpp = Fator de correção de precipitação pluvial

FCpp = (1-hch)/ht

Em que:

hch = Horas por ano em que chove durante o horário de visita

ht = Horas por ano em que o sítio está aberto

FCal = Fator de correção de alagamento

FCal = (1-ma)/mt

Em que:

ma = Área (m^2) com problemas de alagamento

mt = Área total (m^2) que pode ser visitada no sítio

FCdv = Fator de correção de densidade de visita

FCdv = mdv/mt

Em que:

mdv = Área (m^2) com densidade de visita

mt = Área total (m^2) que pode ser visitada no sítio

1. Cuicuilco e Tlatelolco são sítios arqueológicos situados na Cidade do México, o primeiro de origem olmeca e o segundo, asteca.

2. Tula é uma antiga cidade tolteca, localizada no estado de Hidalgo.

Fórmulas para monumentos com acesso para pedestres

Capacidade de carga de monumento:
*CCM = (S*NV*FC)/sp*

Em que:
S = Superfície acessível (m^2)
Sp = Superfície usada por pessoa (1 m^2)
NV = Número de vezes que o monumento pode ser visitado em um dia
NV = Hv/tv

Em que:
Hv = Horário de visita
Tv = Tempo médio de percurso
FC = Fator de conservação (obtido da tabela de fator de desgaste)

Limite de saturação do monumento:
*LSM = (S*FC)/sp*

Em que:
S = Superfície acessível (m^2)
Sp = Superfície usada por pessoa (1 m^2)
FC = Fator de conservação (obtido da tabela de fator de desgaste)

Operativo de alto fluxo

Em março de 2010, avaliou-se a distribuição temporal e espacial dos visitantes de Teotihuacan[3] ao longo de um único dia. A amostragem foi dividida em quatro setores: Cidadela; Pirâmide e Praça do Sol; Calçada dos Mortos (Seção Norte); e Pirâmide e Praça da Lua. Em cada um, a frequência de visita foi registrada, dividida em nove intervalos de tempo, das 7h às 17h. Três fatores do conceito de capacidade de carga física foram retomados nessa análise: frequência de visita, densidade de ocupação e parâmetros de percepção dos visitantes.

Para o cálculo da densidade de ocupação, foi aplicado um modelo de distribuição espacial e temporal de visitantes, preestabelecendo fatores de densidade ideal e máxima, que são valores constantes. Enquanto o primeiro fator refere-se ao número máximo de pessoas por metro quadrado que cabem na área de recepção, o segundo é um valor recomendado de ocupação, determinado por critérios de ponderação relacionados à integridade dos elementos arqueológicos, segurança dos visitantes e experiência da visita.

Para esse estudo, determinou-se que o fator de ocupação ideal era de 10 m^2/visitante, ao passo que o fator de ocupação máxima era de 1 m^2/visitante. Assim, para o cálculo da densidade de ocupação, temos:

Densidade de ocupação:
DO = SR/FV

Em que:
DO = Densidade de ocupação
SR = Superfície de receptividade
FV = Frequência de visita

A fórmula foi aplicada para cada registro de visitação e comparada com os fatores de ocupação ideal e máxima para determinar se esses parâmetros tinham sido excedidos. Para averiguar a percepção dos visitantes, foi realizada uma enquete com 360 indivíduos, que deviam responder apenas sim ou não se consideravam que havia muita gente naquele horário e local.

3. Cidade pré-colombiana situada a 48 km da Cidade do México, reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco.

Em 2014, a mesma metodologia foi aplicada no Sítio Arqueológico de Tepozteco[4] para identificar os espaços utilizados pelo público e observar as atividades neles realizadas. A pirâmide está localizada em cima de um morro, e a área aberta ao público só expõe algumas estruturas. De acordo com o controle de visitantes, nos dias regulares vão ao local até 900 pessoas, número que chega a 1,5 mil por dia durante a alta temporada. O horário de visitação é das 9h às 17h30, mas há problemas de acesso, pois o público desconhece o tempo que leva a subida ao local.

Durante uma visita, observou-se que a falta de organização e infraestrutura para descanso leva as pessoas a sentar-se na pirâmide principal e nas ruínas de aposentos usados para habitação. Além disso, o trânsito constante de indivíduos causou uma séria erosão na superfície, expondo, em alguns trechos, restos de elementos e materiais arqueológicos.

Essa situação levou a avaliar a capacidade de carga nas estruturas arqueológicas visitadas. No que diz respeito à ocupação por vários indivíduos em posição sentada, foi determinada uma medida de tamanho para adultos e crianças, por meio dos seguintes cálculos.

A capacidade máxima para indivíduos em posição sentada clássica refere-se à quantidade máxima de espaço disponível para que os visitantes sentem-se. Para o cálculo, levou-se em consideração, como padrão de medida, que um adulto ocupa uma área de 0,20 m^2 e uma criança, 0,14 m^2, de modo que 1 adulto equivale a 1,4 criança.

Para calcular a capacidade máxima:

$$CM = \frac{A}{a}$$

Em que:
CM = Capacidade máxima
A = Área da superfície a ocupar
a = Área-padrão do indivíduo

Para calcular a capacidade máxima mista:

$$CMM = y+n$$

Em que:
y = Número de adultos
n = Número de crianças

Para calcular n:

$$n = (CM - y)(1,4)$$

Para calcular todas as possibilidades, temos a seguinte função:

$$f(y) = y + (CM - y)(1,4)$$
$$CM \geq y \geq 0$$

Já a capacidade sugerida para indivíduos em posição sentada clássica é o número sugerido de visitantes em relação à área usada para sentar-se. Nesse caso, o padrão de medida adotado é um pouco maior: um adulto ocupa uma área de 0,32 m^2 e uma criança, 0,26 m^2, de modo que 1 adulto equivale a 1,23 criança.

Para calcular a capacidade sugerida:

$$CS = \frac{A}{a}$$

Em que:
CS = Capacidade sugerida
A = Área da superfície a ocupar
a = Área-padrão do indivíduo

4. Localizada no estado mexicano de Morelos, a grande atração do sítio é uma pirâmide que abriga um templo em que era cultuado o deus asteca Tepozt catl.

Para calcular a capacidade sugerida mista:

$CSM = y+n$

Em que:
y = Número de adultos
n = Número de crianças

Para calcular n:

$n = (CS - y)(1,23)$

Para calcular todas as possibilidades, temos a seguinte função:

$f(y) = y + (CS - y)(1,23)$

$CS \geq y \geq 0$

Exemplo: supõe-se uma área de 4 m² em que se deseja calcular a capacidade máxima e a capacidade sugerida.

$$CM = \frac{4m2}{0,20m^2} = 20 \text{ adultos}$$

Adultos	Total de crianças	Total de pessoas
0	28	28
1	26,6	27,6
2	25,2	27,2
3	23,8	26,8
4	22,4	26,4
5	21	26
6	19,6	25,6
7	18,2	25,2
8	16,8	24,8
9	15,4	24,4
10	14	24
11	12,6	23,6
12	11,2	23,2
13	9,8	22,8
14	8,4	22,4
15	7	22
16	5,6	21,6
17	4,2	21,2
18	2,8	20,8
19	1,4	20,4
20	0	20

Tabela 1
Possibilidades de capacidade máxima mista (adultos e crianças)

Estudos de capacidade de carga veicular

Em 2016, no Sítio Arqueológico de Rincón Colorado, foi realizado o estudo da capacidade de carga dos veículos na estrada de acesso e no estacionamento. Primeiro, foi investigado o padrão das medidas dos diferentes tipos de veículos dos usuários. As dimensões adotadas para um automóvel compacto foram de 5 x 2,4 m; para uma picape, 6 x 2,4 m; para uma van, 6 x 2,4 m; e para um ônibus, 14 x 2,6 m.

Para averiguar a capacidade de carga de veículos na estrada de acesso a esse sítio, foram mensuradas, por meio do programa Google Earth[5], a área total (14.128,53 m²) e a distância percorrida (2,81 km), sendo que a largura da estrada é de 3 a 6 m. A proposta de carga ideal é o fluxo de um veículo em apenas uma direção, independentemente do modelo, porque a largura da estrada é reduzida em até 3 m em alguns trechos.

Quanto ao cálculo da capacidade de carga do estacionamento, o ponto de partida foi a área disponível (298 m²). Em seguida, foram consideradas as dimensões dos veículos e o espaço de manobra ideal, sendo que a capacidade máxima é de 13 picapes, vans ou automóveis compactos. Se essas vagas estiverem ocupadas, não há espaço para que um ônibus estacione. Caso seja necessário, para que caiba um ônibus, quatro automóveis deverão ser subtraídos. Assim, para calcular o estacionamento misto, propõe-se a seguinte fórmula:

$$A = T - 4n$$

Em que:
A = Total de vagas restantes para automóveis, picapes ou vans
T = Capacidade total do estacionamento
n = Número de ônibus

Em 2016, foi estimada a capacidade veicular do Sítio Arqueológico de Xcambó[6], tomando o mesmo padrão de medidas de veículos apresentado anteriormente. A largura da estrada de acesso ao local variava de 3,7 a 4,8 m, portanto, uma faixa de retorno não era viável. Considerando as medidas dos automóveis, o estacionamento no acesso veicular não foi recomendado, uma vez que o espaço não seria suficiente.

Atualmente Xcambó conta com uma pequena área de estacionamento, de 1.161,68 m², onde se calculou o espaço de manobra para cada veículo. Uma vez que carros exigem 5 m de espaço para manobrar; picapes e vans, 6 m; e ônibus, 8 m, e levando em conta a área disponível, a capacidade máxima de carros, picapes ou vans é de 42 automóveis. Como o espaço ocupado e o necessário para um carro ou van manobrar são similares, a combinação não impacta diretamente na capacidade, apenas na redução do espaço de manobra.

Em relação a ônibus, estima-se que o volume ocupado seja equivalente ao de três carros. Para a fórmula proposta, o espaço necessário para manobra é um pouco maior do que o padrão de medida para um veículo compacto.

5. Programa de computador que reproduz um modelo tridimensional do planeta Terra a partir de imagens de satélite, permitindo acessar virtualmente qualquer lugar do mundo.

6. Cidade maia localizada no estado de Yucatán.

Ainda em 2016, foi realizado um estudo semelhante no Sítio Arqueológico de Pahñú[7], em que estavam disponíveis dimensões maiores para estacionamento. Com medidas de 28 x 32 m, sua superfície é de 896 m², que equivale a uma capacidade para 29 veículos.

Para estacionamento com ônibus, estima-se que o volume ocupado por esse veículo seja equivalente ao de 3 automóveis. Para a fórmula proposta, contempla-se um pouco mais do que a medida padrão para um veículo como espaço necessário para manobras.

Em Xcambó, no final da estrada de acesso, há uma pequena rotatória, com 347 m² de área, que também pode ser usada como um local alternativo de estacionamento. De acordo com as dimensões dos veículos e o espaço ideal de manobra, a capacidade máxima dessa rotatória é de seis automóveis do tipo padrão, picape ou van. Devido à redução do espaço, a parada de ônibus não é viável.

Capacidade de carga para eventos cívicos

Em relação ao comportamento do público em cerimônias oficiais, analisou-se o evento ocorrido em Tula[8] no Dia Internacional dos Povos Indígenas de 2016. Nessa oportunidade, a capacidade de carga foi calculada para aferir a viabilidade da realização do evento, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedesol). Estimou-se a presença de cinco mil pessoas, vindas de todo o país, que ocupariam desde a medida do santuário no centro da praça até uma área de amortecimento.

Com o auxílio do programa Google Earth, a carga das filas foi avaliada com uma margem de erro de aproximadamente 10 m na área proposta pelos organizadores, conforme a Tabela 2. O cálculo incluiu a medida do santuário que está no centro da praça, bem como uma área sugerida de amortecimento ou que delimita a distância.

Máxima 55 filas de 105 pessoas 11 filas de 82 pessoas
Sugerida 55 filas de 93 pessoas

Tabela 2
Estimativa de carga em filas para evento em Tula

Capacidade de carga para eventos de visita noturna

Em 2017, foi calculada a capacidade de carga nas áreas propostas para percurso e aproveitamento do espetáculo noturno oferecido no Sítio Arqueológico de Teotihuacan. O público partiria da escadaria de acesso da Porta 2 e caminharia em direção à Pirâmide da Lua, retornando, em seguida, ao ponto de partida. Essa escadaria serviria ainda como uma arquibancada para assistir ao mapeamento em vídeo projetado sobre a Pirâmide do Sol. A plataforma da mesma escadaria, uma superfície plana, poderia ser usada por cadeirantes ou carrinhos de bebê. Durante a caminhada, os visitantes ouviriam,

7. Assentamento da antiga cultura Xajay, no estado de Hidalgo.

8. Antiga cidade ocupada por diversos povos pré-colombianos localizada no estado de Hidalgo.

por meio de um dispositivo eletrônico, uma explicação sobre cada estação de acordo com a logística do evento.

De acordo com fórmulas estabelecidas e executadas pela Direção de Operação de Sítios em outros sítios arqueológicos, foi feito um cálculo estimado de pessoas sentadas na escadaria de acesso da Porta 2. Considerando que essa arquibancada tem 30,75 m de comprimento, 1,5 m de largura e 30 m de altura, e que um adulto ocupa uma área de 0,20 m^2 e uma criança, 0,14 m^2, foram propostas as seguintes estimativas:

- 220 adultos com 20 cm de espaço entre uma pessoa e outra, ou 154 adultos e 65 crianças com 20 cm de espaço entre uma pessoa e outra.
- 190 adultos com 30 cm de espaço entre uma pessoa e outra ou 133 adultos e 56 crianças com 20 cm de espaço entre uma pessoa e outra.

Tomando esse cálculo como base, foi estabelecida uma capacidade de 270 pessoas.

No topo da plataforma, vista da planta, há uma superfície nivelada de 20 x 6 m. Inicialmente, sugeriu-se que o local receberia cadeirantes, considerando que o padrão de medida de uma cadeira de rodas é de 60 cm e a área necessária para manobra, 1,12 m. Assim, no cálculo de ocupação máxima, haveria espaço (inclusive para manobra) para 66 pessoas em 3 fileiras (22 pessoas por fileira). Se for considerada, nessa mesma superfície, uma área aproximada de 15 x 6 m, caberiam 48 cadeirantes em 3 fileiras (16 por fileira). Durante a execução, embora tenham sido recebidos visitantes em cadeira de rodas, não foi necessário ocupar todo o espaço.

No contexto da execução do projeto de visita noturna a esse sítio arqueológico, com base nas fórmulas e parâmetros utilizados nos demais casos, foram desenvolvidas diversas sugestões de apoio logístico, levando em conta que o público entra pela Porta 2.

Com o propósito de realizar o acesso à Calçada dos Mortos de forma ordenada, propôs-se o ordenamento por filas nas rampas laterais anexas à plataforma da escadaria ou junto a grades. Aferiu-se a possibilidade de 67 fileiras de 4 pessoas e 1 fileira de 2 pessoas, totalizando a estimativa mencionada de 270 indivíduos, que deveriam ser ordenados antes da subida à escada. Também foram sugeridas instruções para a acomodação dos convidados durante a projeção.

A largura da área de percurso na Calçada dos Mortos é de aproximadamente 18 m, sendo que 600 m separam a escadaria de acesso da Porta 2 ou as grades e a Pirâmide da Lua. Vale ressaltar que as áreas de delimitação de cada edifício arqueológico são marcadas com grama, preservando uma área de 1 a 4 m em relação à onde se faz o percurso.

Estabelecendo que uma pessoa ocupa 0,75 m, foram feitos cálculos para o tempo de deslocamento do público, de acordo com os horários definidos pela estação estabelecida pelo evento, chegando-se ao resultado de 18 segundos para um deslocamento de 10 m. Diferentes estimativas da duração de percurso também foram realizadas, considerando o deslocamento e o tempo de áudio de cada estação.

Foram sugeridas maneiras de acomodação, considerando um único grupo de 270 pessoas representando a carga, distribuídas em diferentes formatos de agrupação. Distribuindo-se a carga em 10

grupos de 27 pessoas, sugeriu-se esperar 1h30 entre a saída de cada grupo, acompanhado por um guia e um segurança.

Capacidade de carga para eventos massivos

Em 2018, antes de um grande concerto musical em Chichén Itzá[9], foram realizadas várias avaliações e propostas para a regulação de carga. Em primeiro lugar, considerando o conjunto arquitetônico conhecido como Grande Nivelação, determinou-se a área para o palco e as cadeiras. Também foram estabelecidas, de acordo com o fluxo confortável e seguro para a acomodação dos visitantes, as distâncias a serem mantidas entre os blocos de 200 cadeiras, 1 m de cada lado, considerando o espaço para pessoas com deficiência. Além disso, levando em conta a conservação dos monumentos que poderiam estar no subsolo, calculou-se o peso do palco e o limite de decibéis para evitar danos por vibração.

Caso de Rincón Colorado

No final de 2018, foi aberto ao público o Sítio Paleontológico de Rincón Colorado, localizado no estado de Coahuila. Lá estão preservadas jazidas paleontológicas de grande interesse para o estudo da origem e evolução da vida na Terra. O roteiro do monumento abrange aproximadamente 1,1 km de trilhas, com sete janelas paleontológicas, um mirante e uma área de lazer, além da área de serviços, com apenas um banheiro e estacionamento limitado.

As condições qualitativas do sítio não estão aptas para receber visitação massiva, uma vez que os espaços abertos são poucos. Nesse sentido, foi estabelecida uma proposta de regulação de carga: a máxima é determinada pelo valor mínimo aceito no fator de dispersão, pois, quanto menor a distância entre as pessoas, maior o risco de danos. Deve-se considerar, também, a largura e o comprimento das trilhas de forma linear, a fim de determinar não só quantas pessoas podem transitar ao mesmo tempo, mas também se o fluxo é unidirecional ou bidirecional.

De modo geral, a fórmula para calcular a capacidade de carga em condições de trânsito é a seguinte:

$$c = \frac{A}{(a + Fd)}$$

Em que:
C = Carga
A = Área da superfície a ocupar
a = Área padrão do indivíduo
Fd = Fator de dispersão

São oferecidos dois roteiros: o das janelas paleontológicas e o do tempo geológico. A largura das trilhas varia de 1 a 3 m, portanto, em alguns trechos, o tráfego bidirecional é difícil. Ponderando as adversidades que podem ocorrer em uma eventual ação de evacuação, para a carga máxima, recomenda-se o trânsito unidirecional de uma pessoa, isto é, por meio de um trajeto de circulação em fila. Além disso, sugere-se um fator de dispersão de 1,5 m.

9. Antiga cidade maia localizada no estado de Yucatán.

Nesse sentido, considerando que a trilha tem 1.100 m, o padrão de medida para uma pessoa é 0,75 m e o de dispersão é 1,5 m, temos:

$$c = \frac{A}{(a + Fd)}$$

$$\frac{1.100}{(0{,}75 + 1{,}5)}$$

$$\frac{1.100}{(2{,}25)}$$

$$488$$

Assim, a capacidade máxima de carga é de 488 pessoas ao mesmo tempo para garantir a preservação dos monumentos, além de proporcionar uma estadia confortável e segura para os visitantes.

Regulamento para espetáculos de luz e som

Os exercícios apresentados evidenciaram a necessidade não só de proteger os sítios arqueológicos conforme seus usos turísticos, mas também de criar diretrizes para regular os espetáculos de luz e som oferecidos nos locais. Esse tipo de evento, realizado em monumentos históricos de todo o mundo, surgiu na primeira metade do século XX. Tendo início no Partenon, em Atenas (Grécia), no Coliseu, em Roma (Itália), e nas Pirâmides de Gizé (Egito), o modelo logo se expandiu para outros lugares do planeta, especialmente na América Latina, como Machu Picchu (Peru). No México, acontece em Teotihuacan, Uxmal, Chichén Itzá, Xcaret, Tulum, El Tajín, Xochicalco, Edzná, Teopanzolco, e Cholula, contando com outras propostas de execução em Cantona, Palenque, El Cerrito, El Chanal e Monte Albán[10].

Uma vez que esses espetáculos ocorrem principalmente em locais declarados Patrimônio Mundial pela Unesco e, por isso, recebem maior fluxo turístico, ao longo dos anos, foram feitas tentativas de regularizar esses eventos com o objetivo tanto de oferecer uma melhor fruição quanto, sobretudo, de promover o cuidado, a preservação, a valorização e o conhecimento dos monumentos arqueológicos.

A Carta de Taxco (Inah, 2009, p. 2) determina que:

> Os sistemas de iluminação são uma parte essencial da história da arquitetura, tanto os meios arquitetônicos que usam a luz solar quanto aqueles baseados na combustão de várias substâncias e, desde as últimas décadas do século XIX, no consumo de energia elétrica. Em todos os sistemas tem havido contribuições artísticas muito significativas, na forma de vitrais, claraboias, luminárias, tochas, castiçais e um grande número de elementos obsoletos na atualidade.

A implantação de luz artificial nos monumentos e centros históricos, como ato meramente contemplativo e ambiental, é um fenômeno relativamente novo. No entanto, comumente o recurso é feito de forma

10. Uxmal, Xcaret, Tulum, Edzná e Palenque são sítios arqueológicos maias, sendo que os dois primeiros localizam-se no estado de Yucatán; o terceiro, em Quintana Roo; o quarto, em Campeche; e o último, em Chiapas. El Tajín é cidade pré-colombiana no estado de Veracruz. Já Xochicalco fica no estado de Morelos. Por sua vez, Teopanzolco, de origem asteca, situa-se em Morelos. Cholula é considerada a maior pirâmide do mundo em termos de volume e fica no estado de Puebla, onde também se localiza o sítio de Cantona. El Cerrito, no estado de Querétaro, é um sítio de origem tolteca. De origem indeterminada, El Chanal fica no estado de Colima. Por último, no Monte Albán está a antiga capital dos zapotecas, no estado de Oaxaca.



excessiva e desmedida. A fim de valorizar os edifícios e espaços públicos e atrair fluxos turísticos, as autoridades governamentais e a sociedade acabaram por criar mecanismos inadequados. Como consequência, desenvolveu-se um mercado próspero no campo da construção, formado por empresas que carecem de ética, conhecimento e preparação, guiadas apenas pelo lucro, que intervêm e realizam projetos de iluminação nos monumentos e centros históricos, sem uma regulação institucional.

Nesse sentido, em vista dessa crescente demanda, é fundamental ter uma base legal que justifique e regule o manuseio adequado da luz e do som por meio de escalas estabelecidas. Assim, é possível induzir e treinar profissionais (como arquitetos, historiadores, urbanistas, restauradores, engenheiros e até mesmo clérigos – no caso de igrejas) e usuários dos espaços, com o objetivo de evitar e impedir a deterioração dos monumentos e centros históricos com instalações e projetos de iluminação inadequados, bem como promover intervenções que respeitem a historicidade e estética dos bens.

É preciso, também, avaliar o impacto ambiental associado à poluição visual causada pela excessiva iluminação noturna em cidades e povoados, devendo ajustar-se de acordo com as recomendações do Relatório Técnico nº 126 de 1997 da Comissão Internacional de Iluminação (CIE, sigla em francês para Commission Internationale de L'éclairage), que estabeleceu os seguintes parâmetros:

Equinócio de primavera, Sítio Arqueológico de Teotihuacan, estado do México (México), 2010. Acervo: Instituto Nacional de Antropologia e História do México.

- Manter, o máximo possível, as condições naturais das horas noturnas, em benefício dos ecossistemas em geral.

- Prevenir e corrigir os efeitos do brilho da luz noturna na visão do céu.

- Promover a eficiência energética da iluminação exterior, economizando energia, sem prejuízo da segurança dos usuários.

- Minimizar a entrada de luz no ambiente doméstico e, portanto, reduzir seus incômodos e prejuízos.

- Adaptar os requisitos e características técnicas das instalações de iluminação exterior às recomendações e regulamentos em vigor (CIE, 1997 *apud* Inah, 2009, p. 3).

Dessa forma, projetos de iluminação em monumentos devem basear-se em pesquisas que contemplem medições, em horários diferentes e englobando áreas distintas, e proponham um conceito e uma forma de execução segundo uma opinião técnica de viabilidade, sempre prevalecendo o impacto mínimo para o espaço a ser preservado. No México, devem ser adotadas as instruções estabelecidas pela Norma Padrão NOM-025-STPS-2008, sobre condições de iluminação nos locais de trabalho (México, 2008).

Uma vez que as vibrações sonoras podem afetar os monumentos ou levar a uma maior deterioração, a emissão de som em eventos também é um elemento a ser considerado no estado de preservação dos sítios, nos materiais constitutivos e decorativos e no uso ou adesão de outras técnicas arquitetônicas ou complementares. Por essa razão, embora os sítios arqueológicos sejam espaços de diversão e lazer, também são considerados centros de trabalho enquanto houver pessoal de serviço nesses recintos – e suas condições de segurança e higiene devem ser garantidas para sua saúde.

Após vários estudos, determinou-se que a quantidade máxima de decibéis em um sítio arqueológico poderia chegar a 80, sempre dependendo do tipo de projeto proposto, da estabilidade e do estado de conservação dos bens móveis e imóveis. Consideramos, assim, que, no desenvolvimento de projetos de iluminação em monumentos como parte de uma proposta integral ou específica, deve-se contar com conteúdo de pesquisa, proposta conceitual e operação de desenvolvimento, levando a uma opinião técnica de viabilidade, sempre prevalecendo o impacto mínimo para a área de monumentos.

Deve-se elaborar e manter um relatório contendo as informações coletadas no reconhecimento, com os documentos que o complementam e os dados obtidos durante a avaliação com, pelo menos, as seguintes informações:

- relatório descritivo das condições normais de operação, nas quais foi realizada a avaliação dos níveis de iluminação, incluindo as descrições do processo, as instalações, os postos de trabalho e o número de trabalhadores expostos por área e cargo;

- distribuição da área avaliada, com a indicação da localização dos pontos de medição;

- resultados da avaliação dos níveis de iluminação, indicando sua incerteza;

- comparação e interpretação dos resultados obtidos, em relação ao estabelecido no projeto inicial;

- horário em que as medições foram feitas;



- programa de manutenção;

- cópia do documento que atesta a calibração do medidor de luz emitido por um laboratório credenciado e aprovado de acordo com as disposições da Lei Federal mexicana sobre Metrologia e Normalização, e que está em conformidade com as disposições estipuladas na Norma Padrão NOM-025-STPS-2008;

- conclusão técnica do estudo;

- medidas de controle a serem desenvolvidas e programa de implementação; e

- nome e assinatura da pessoa responsável pelo estudo.

Comentários finais

Os benefícios gerados pelos estudos de capacidade de carga desenvolvidos no México permitiram regular alguns usos, especialmente associados a eventos musicais, culturais ou recreativos de diferentes proporções, que geralmente são incompatíveis com a natureza da conservação dos monumentos. Atualmente, o Inah tem a capacidade para gerenciar a carga nos sítios arqueológicos do país, o que implica a redução de riscos do impacto de tais eventos sobre a conservação e a operação dos bens.



Além da capacidade de carga, o planejamento de fluxos de acesso, roteiros e acomodações, que normalmente acompanha a estratégia de gestão, tem sido bem-sucedido em termos de proteção civil, prevenção de riscos e outros fatores que contribuem para uma visitação pública adequada. Projetos que contemplam esses elementos já foram oficialmente implementados, especialmente em casos de grande movimento turístico ou eventos extraordinários, como visitas noturnas, de acordo com relatórios técnicos de execução para uma direção coordenação de visitantes tendo a capacidade de carga como fator regulador.

É importante, finalmente, mencionar a riqueza do patrimônio arqueológico mexicano, que abrange desde monumentos, locais com representações gráfico-rupestres até o recém-inaugurado sítio paleontológico de Rincón Colorado. Cada um merece atenção especial para que estratégias de manejo adequadas sejam aplicadas, a fim de garantir sua preservação e o aproveitamento da visita turística.

Referências

BALLART HERNÁNDEZ, Josep; JUAN I TRESSERAS, Jordi. *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Editorial Ariel Patrimonio, 2001.

BUNGE, V. *La capacidad de carga en la planeación territorial*: una propuesta para su análisis. Cidade do México: Instituto Nacional de Ecología, 2010.

CIFUENTES, Miguel. *Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas*. Turrialba: Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, 1992.

HALL, Edward. *La dimensión oculta*. Cidade do México: Siglo XXI, 2003.

INAH – Instituto Nacional de Antropologia e História. *Carta de Taxco*. 2009. Disponível em: http://www.academiadelpartal.org/files/carta_taxco_061111.pdf. Acesso em: 9 ago. 2019.

MALTHUS, Thomas. *An essay on the principle of population*. s.l.: Eletronic Scholarly Publishing, 1998 [1798]. Disponível em: http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf. Acesso em: 7 ago. 2019.

MÉXICO. Secretaria del Trabajo y Prevision Social. Norma Oficial Mexicana NOM-025-STPS-2008: condiciones de iluminación en los centros de trabajo. *Diario Oficial*, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.stps.gob.mx/bp/secciones/dgsst/normatividad/normas/Nom-025.pdf. Acesso em: 9 ago. 2019.

Montagem do evento Celebrando a Armando Manzanero en Vivo desde Chichén Itzá, *Sítio Arqueológico de Chichén Itzá, Yucatán (México), 2018.* *Acervo: Instituto Nacional de Antropologia e História do México.*

Chichén Itzá, Yucatán (México), 2013. *Foto: Vitor Hugo Mori. Acervo: Iphan.*



César Augusto Angel Valencia

Paisagem Cultural Cafeeira:

turismo e revalorização da cultura e natureza

The Coffee Cultural Landscape: tourism and recognition of culture and nature
Paisaje Cultural Cafetero: turismo y revalorización de la cultura y la naturaleza

Resumo

Na Colômbia, a produção cafeeira desempenha um papel fundamental para a economia, alavancando o desenvolvimento agroindustrial. Nos últimos anos, como forma de diversificar as fontes de renda, os cafeicultores começaram a fornecer serviços turísticos no território. Este artigo apresenta e reconhece o trabalho de concepção e implementação de uma oferta turística baseada em variados produtos, vivências de viagem, roteiros e uma grande diversidade de itinerários. São apresentados, assim, sob princípios e critérios de sustentabilidade, os valores e atributos de uma região que, em 2011, foi reconhecida como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), projetando-se como um dos principais destinos da Colômbia por meio da marca Rotas da Paisagem Cultural Cafeeira.

Summary

Coffee plays a key role for the Colombian economy by leveraging agribusiness development. Over the last few years, coffee farmers have begun to offer tourism services in Colombia to diversify their income sources. This essay presents and acknowledges the work of designing and implementing a tourism portfolio based on a variety of products, travel experiences, routes and a wide range of circuits. The principles and criteria of sustainability define the values and attributes of a region that was recognized as a World Heritage Site by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) in 2011, and become one of Colombia's main destinations through the Coffee Cultural Landscape Trail brand.

Montenegro, Quindío (Colômbia).
Acervo: Banco de Imágenes PCC – Ministerio de Comercio, Industria y Turismo.

Café.
Desenho botânico.
Acervo: wikimedia, creative commons. Brockhaus and Efron Encyclopedic Dictionary.



Resumen

En Colombia, la producción de café desempeña un papel clave en la economía, al impulsar el desarrollo agroindustrial. En los últimos años, como un medio de diversificar las fuentes de ingresos, los cafeicultores empezaron a proporcionar servicios turísticos en el territorio. Este artículo presenta y reconoce el trabajo de concepción e implementación de una oferta turística basada en variados productos, experiencias de viaje, rutas y una gran diversidad de itinerarios. Se presentan, por lo tanto, bajo principios y criterios de sostenibilidad, los valores y atributos de una región que, en 2011, fue reconocida como Patrimonio Mundial por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), poyectándose como uno de los principales destinos de Colombia por medio de la marca Rutas del Paisaje Cultural Cafetero.



O legado das famílias cafeeiras

O século XIX foi testemunha de grandes migrações na Colômbia. A chamada colonização de Antióquia levou ao povoamento da região que hoje faz parte da paisagem cultural do café. Uma geração de homens e mulheres desbravou a difícil geografia do centro-oeste dos Andes colombianos, em busca de terras não cultivadas que se encontravam ao sul de Antióquia, uma terra que ficou isolada durante a conquista e o período colonial e que se acredita que esteve povoada por indígenas por cerca de 10 mil anos. Os últimos deles foram os integrantes da tribo Quimbaya, que povoou o território até o seu extermínio, como consequência da ocupação espanhola.

Cheios de sonhos e ilusões, fugindo da guerra e da violência advinda dos primeiros anos da independência, quando liberais e conservadores lutavam para impor sua hegemonia política, homens e mulheres viajaram pelas duras montanhas, cruzando florestas, cânions profundos e rios caudalosos, fundando um grande número de povoados, nos quais constituíram uma sociedade democrática formada por numerosos proprietários rurais. Nas pequenas propriedades, logo surgiu uma economia cafeeira. Na segunda metade do século XIX, as plantações de café começaram a crescer em diferentes partes da Colômbia, com o estímulo dos fluxos de divisas que vinham da Europa e dos Estados Unidos.

No início do século XX, a produção de café na Colômbia havia atingido um estágio de maturidade. Os departamentos[1] cafeeiros adquiriram maior estabilidade econômica em comparação com outras partes do país, o que se evidenciou na melhoria dos serviços públicos e da infraestrutura. Numerosas fazendas familiares se localizavam nas terras montanhosas ocupadas nos tempos da colonização de Antióquia, onde a oferta ambiental e o clima ofereciam boas condições para o cultivo de café. Pequenos e médios agricultores se integraram ao mercado cafeeiro, liderado por empresários que gerenciavam os recursos financeiros e empresariais e se relacionavam com os importadores no exterior. Não demorou para que a produção fosse aprimorada por avanços tecnológicos, com o surgimento de máquinas simples fabricadas pela indústria nacional, como as que tiravam sementes mecanicamente.

O chamado Eixo Cafeeiro se tornou o maior produtor nacional de café. As lavouras se expandiram, não só nas pequenas unidades produtivas familiares mas também nas fazendas de pequeno e médio porte, o que ocasionou um impacto considerável na economia colombiana. Com os recursos provenientes da exportação de café, Antióquia passou a investir em outros produtos agrícolas, na pecuária, no comércio e na indústria. Embora o mundo se debatesse entre guerras mundiais e problemas econômicos, essa região consolidava as condições que a levariam a liderar a economia do país.

Em cidades que mais tarde seriam capitais de departamento, já eram evidentes os avanços significativos no início do século XX.

Trekking *paisagístico, Nevado Santa Isabel, Risaralda (Colômbia), 2019.*
Acervo: Banco de Imágenes PCC – Ministerio de Comercio, Industria y Turismo.

1. Unidade administrativa semelhante ao estado no Brasil.



Igrejas majestosas davam identidade às praças, os primeiros carros andavam pelas empoeiradas estradas recém-construídas e a organização democrática foi consolidada com a criação da Federação Nacional de Cafeicultores em 1927.

Pouco mais de uma década depois, em 1938, os cafeicultores criaram o Centro Nacional de Pesquisa Cafeeira (Cenicafé, 2019, p. 1), "com o objetivo de estudar os aspectos relacionados a produção agrícola, colheita, beneficiamento, qualidade dos grãos, manejo e uso de subprodutos da exploração do café e conservação dos recursos naturais da região cafeeira colombiana".

A Federação Nacional dos Cafeicultores se diferencia de associações semelhantes àquelas que existem nos demais países produtores, pois cria um marco em torno da distinção de seu café, desenvolvendo uma plataforma de comunicação da marca que destaca o próprio cafeicultor como ator mais relevante da economia cafeeira. Foi assim que, em 1959, nasceu o personagem Juan Valdez, que representava os valores dos cafeicultores colombianos, o compromisso com a família, a qualidade do grão, a capacidade e a determinação para superar os obstáculos, diferenciando o café colombiano e orgulhosamente o associando à marca "Café da Colômbia".

Santa Cruz de Mompox (Colômbia), 2019.
Foto: David Fuentes Diego.

Como disse o prefeito da cidade de Pereira, na reativação da Associação de Prefeitos da Paisagem Cultural Cafeeira, em julho de 2016, a região era como Mônaco da Colômbia, já que a prosperidade era evidente, tanto nas fazendas de café quanto no desenvolvimento urbanístico dos novos departamentos de Caldas, Quindío e Risaralda. Uma comunidade com essas condições nunca considerou o turismo como uma atividade econômica de interesse. No governo de Belisario Betancur, no início da década de 1980, o turismo rural chegou a ser sugerido como alternativa de geração de renda, mas, como a economia andava bem, não se via necessidade de promovê-lo.

Aprendizado pelas crises

Fatores como a deterioração do solo, as pragas associadas à produção cafeeira e a instabilidade política e social do país, resultado de décadas de guerra entre diferentes grupos guerrilheiros e o Estado colombiano, além do surgimento do narcotráfico e da violência terrorista, no final da década de 1980, provocaram a pior crise que a economia cafeeira experimentou desde o seu surgimento, no século XIX.

Em 1989, os membros da Organização Internacional do Café (OIC) decidiram pôr um fim ao sistema de mercado que os favoreceu por quase três décadas, no qual produtores e consumidores estabeleciam cotas de produção, o que lhes permitia controlar a oferta para garantir níveis razoáveis de preço em relação aos cafeicultores em todo o mundo. No entanto, naquele momento, as cidades prósperas, os grandes e os pequenos produtores e as fazendas de café viram sua renda se reduzir, suas colheitas se restringirem pela ação das pragas e o país mergulhar em uma crise política e social.

A década de 1990, sem dúvida, foi um período muito difícil para o Eixo Cafeeiro. A guerrilha, o narcotráfico e o paramilitarismo, somados à crise econômica, não favoreciam em nada as condições para pensar no turismo como uma opção para a região.

Diante da crise e para cobrir alguns custos de manutenção, as casas das grandes fazendas de café começaram a ser alugadas para amigos ou visitantes ocasionais, e foi assim que os proprietários identificaram uma possível nova fonte de renda. Mas como tornar o turismo uma alternativa econômica e viável onde, basicamente, se produziu apenas café por mais de um século?

Em fevereiro de 1995, foi inaugurada a primeira etapa de "uma grande obra, em meio a uma grande crise do café" (García, 2012, p. 1), com a fundação do Museu Nacional do Café, que continha um arquivo histórico da primeira indústria nacional. Hoje conhecido como Parque do Café, com mais de 25 anos de história, é um ícone do turismo regional e nacional, visitado por milhões de pessoas.

Embora a criação do Parque do Café tenha gerado esperança e otimismo na região, as condições do país não melhoraram, e os anos 1990 terminariam com a pior recessão da história da Colômbia, a tal ponto que, em 1999, o produto interno bruto (PIB) se reduziu a 4,5% negativos (Moncayo Cruz e Morotti, 2015).

Naquele mesmo ano, no dia 25 de janeiro, um forte terremoto de magnitude 6,4 na escala Richter afetou a região cafeeira. Os maiores prejuízos se deram na

produção e na infraestrutura. Quase duas mil pessoas morreram e pelo menos oito mil fazendas de café foram seriamente afetadas, interrompendo temporariamente a principal atividade econômica da região.

A definição de um destino

Com o apoio dos colombianos e o pagamento, por parte da população, do imposto denominado três por mil em transações bancárias, a reconstrução foi viabilizada. A política tradicional foi mantida, e a participação da sociedade civil na execução dos projetos foi promovida para que se alcançassem resultados positivos no curto prazo. Mais uma vez, os descendentes dos primeiros colonos de Antióquia demonstraram que era possível e encararam a nova realidade com total integridade.

Em geral, as estradas nos municípios afetados, bem como a conectividade entre eles, melhoraram significativamente. Além disso, setores como o turismo e a construção civil foram priorizados como impulsionadores da economia local.

Em um artigo, Boix (2003) define Quindío como "o patinho feio do turismo, que virou cisne", apresentando o turismo rural nesse departamento como um caso de sucesso. O êxito se deve à implementação de um clube que ainda é conhecido como Haciendas del Café, com base em um sistema de gestão e garantia de qualidade, projetado para acomodações e restaurantes das áreas rurais desse departamento.

No resto do país, a crise de segurança havia confinado os colombianos dentro das cidades. As notícias de sequestros massivos nas estradas incutiram na população o medo de viajar. Um estudo da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2009) destaca as diferentes ações empreendidas, tanto nacional quanto internacionalmente, para reativar essa indústria.

Uma delas, de grande importância, começou no final do governo do presidente Andrés Pastrana (1998-2002) e continuou no marco da política de segurança cidadã do governo do presidente Álvaro Uribe Vélez (2002-2010). A campanha "Viva a Colômbia, viaje por ela" foi proposta como uma medida que objetivava recuperar a confiança dos colombianos, permitindo a livre circulação da população e um aumento substancial do turismo interno, para que a população percorresse o país em direção a destinos de interesse cultural ou recreativo.

As caravanas promovidas facilitaram o deslocamento de milhões de pessoas por ano, e um dos destinos visitados foi justamente o Eixo Cafeeiro. Assim, o setor de turismo foi fortalecido, e novas infraestruturas hoteleiras e parques temáticos, bem como atividades de cultura, aventura e natureza nos departamentos da região cafeeira, foram desenvolvidas.

Embora o país estivesse, há várias décadas, marcado pela violência, a política de segurança democrática e o programa de roteiros seguros continuaram a estimular o deslocamento de colombianos pelo interior do país. Agora a questão era como conquistar mercados internacionais de turismo.

No ano de 2004, o projeto Identidade Colômbia deflagrou a necessidade de criar uma marca reconhecível para acompanhar a já grande aceitação de produtos, como o café e o artesanato colombianos, no exterior. Uma



aliança entre o Instituto para a Exportação e Moda (Inexmoda) e a ProExport Colombia decidiu criar uma marca nacional que deveria aludir ao sentimentalismo dos colombianos, à sua qualidade humana. A ideia deu origem ao slogan "Colômbia é paixão" e à logomarca de um coração vermelho.

Procurou-se, com isso, mudar o estigma da Colômbia de um país perigoso e complicado, restaurando, assim, a confiança dos estrangeiros no país. As campanhas "Colômbia é paixão" e "Colômbia, o risco é querer ficar", além da atual "A resposta é Colômbia", com sua estratégia de promoção internacional para o setor de turismo, bem como "Colômbia, realismo mágico", contribuíram para a melhoria da imagem do país no exterior.

Experiências únicas na Colômbia

Um estudo sobre experiências únicas na Colômbia, promovido pela consultoria THR – Innovative Tourism Advisors (THR, 2014), uma das mais reconhecidas empresas de consultoria em turismo do mundo, analisou a oferta turística colombiana a partir das experiências de seus visitantes. Entre as 25 experiências memoráveis elencadas pela empresa, quatro pertenciam ao Eixo Cafeeiro: o sabor e a cultura do melhor café do mundo; o passeio pela exuberante paisagem cafeeira e suas cidades encantadoras; o vale com as palmeiras mais altas do mundo; e tudo o que é possível fazer nos Andes a quatro mil metros de altitude.

Colheita do café (Colômbia), 2017.
Acervo: Banco de Imágenes PCC – Ministerio de Comercio, Industria y Turismo.


RESTAURANTE
PAVIA

Com base nesse estudo, nasceu a campanha "Colômbia: realismo mágico". Começa, então, "uma nova etapa para a promoção do turismo no exterior, criada para despertar o interesse de turistas estrangeiros que buscam experiências 'diferentes', 'mágicas', 'únicas' e 'surpreendentes' e para lhes oferecer uma resposta: a Colômbia" (Baron, 2013, s.p.).

Paisagem Cultural Cafeeira

Após 15 anos de trabalho, em que foram elaborados não só um dossiê completo descrevendo os atributos que tornam a região cafeeira única, mas também um plano de gestão detalhado, em 25 de junho de 2011, a Paisagem Cultural Cafeeira (PCC) foi incluída na lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Os critérios considerados pela agência das Nações Unidas englobam quatro valores excepcionais: o esforço humano passado de geração em geração para produzir um café de excelente qualidade, uma cultura cafeeira de influência mundial, um capital social estratégico, bem como a conservação e o equilíbrio entre tradição e tecnologia para garantir a qualidade e a sustentabilidade. Para a seleção dos municípios a serem incluídos na PCC, foi levada em conta a existência de 15 atributos, entre os quais se destacam café de montanha, instituições do café e redes afins, predominância do café na economia local, cultivo de encosta, idade da cafeicultura, patrimônio natural e disponibilidade de água (PCC, 2017).

Esses valores e atributos são a razão pela qual se pretende "preservar e desenvolver os valores produtivos, sociais, culturais e ambientais dessa região" (Angel Valencia, 2013c, s.p.).

A Paisagem Cultural Cafeeira da Colômbia mostra, assim, como os colonos de Antióquia, seus descendentes e a geração atual são um exemplo vivo de adaptação, uso da terra e criação permanente de expressões culturais. Hoje essa é não só a herança dos antepassados para os habitantes dos 51 municípios situados no Eixo Cafeeiro, mas também um incentivo para conhecer a paisagem e viver experiências únicas e memoráveis em um destino que é Patrimônio Mundial.

Rotas da Paisagem Cultural Cafeeira[2]

Após ser declarada Patrimônio Mundial pela Unesco, a região avançou em diferentes projetos, que a unificaram e fortaleceram como destino. Em 2009, a Câmara de Comércio de Armênia, em Quindío, apresentou o projeto Roteiro do Café, que contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da National Geographic. Em sua fase inicial, contemplava a criação de um roteiro que levaria aqueles que visitam o departamento do Quindío a diferentes atrações turísticas relacionadas à produção de café e à cultura da região.

Cartagena (Colômbia), 2018.
Foto: David Fuentes Diego.

2. Mais informações sobre a marca podem ser encontradas na página oficial: https://rutasdelpaisajeculturalcafetero.com/



Quando terminou, em 2015, de acordo com seu relatório final (Fomin, 2015), através de uma articulação público-privada, o projeto havia se concretizado no Comitê Técnico de Turismo da Paisagem Cultural Cafeeira, integrando os governos de quatro departamentos, as câmaras de comércio, o órgão ProColombia, o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, a Federação Nacional dos Cafeicultores e as associações de turismo, a fim de gerenciar recursos para o desenvolvimento turístico na região. O fluxo de passageiros no destino aumentou 41% de 2010 a 2014. O emprego formal no setor de turismo cresceu 30%. Além disso, os empresários afirmaram ter reduzido os custos, aumentado as vendas e melhorado a lucratividade.

O projeto elaborou um inventário atualizado de produtos, recursos, atividades e serviços de Quindío (Angel Valencia, 2013a), realizou estudos de demanda internacional, treinou mais de sete mil pessoas, implantou sistemas de gestão da qualidade em 117 pequenas e médias empresas, conceituou e desenhou a marca Rotas da Paisagem Cultural Cafeeira, implementou um manual de boas práticas turísticas entre os prestadores de serviços turísticos e desenvolveu uma plataforma tecnológica para apoiar a estratégia de comunicação e promoção do destino. Essa plataforma não se limitou apenas a Quindío, uma vez que foi projetada para abranger os quatro departamentos da Paisagem Cultural Cafeeira e os 51 municípios localizados em sua área de influência. Atualmente, mais de 300 empresas de quatro departamentos têm o direito de usar a marca, e muitas delas receberam o certificado de sustentabilidade turística[3].

3. Na Colômbia, há mais de 15 anos, uma cultura de turismo sustentável vem sendo construída. Em 2012, após a sanção da Lei nº 1.558, que reformou a legislação turística no país, foi proposto que toda empresa que prestar serviços turísticos na Colômbia fosse certificada conforme um padrão técnico setorial de turismo sustentável. Nesse sentido, estabelecimentos de alojamento e hospedagem, agências de viagens, empresas de alimentos e bebidas, entre outros, localizados na Paisagem Cultural Cafeeira, com apoio financeiro do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, implementaram essas normas. Com a criação da marca regional Rotas da Paisagem Cultural Cafeeira, um manual de boas práticas foi implementado, e o processo resultou em um número significativo de empresas certificadas como sustentáveis, título alcançado também por vários municípios nos últimos dois anos. Atualmente estão certificados como destinos sustentáveis na Paisagem Cultural Cafeeira os municípios de Marsella e Santa Rosa de Cabal, no departamento de Risaralda; Salento, Pijao e Filandia, em Quindío; e o centro histórico de Manizales, em Caldas.

Outros projetos foram apoiados por entidades como a iNNpulsa Colombia e o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, com recursos do Fundo Nacional de Turismo (Fontur). Nesse âmbito, as rotas temáticas do Quindío foram concebidas, e a experiência em hotéis, parques e hospedagens rurais foi aprimorada. Depois, participaram da concepção e da estruturação de produtos turísticos para a Paisagem Cultural Cafeeira a consultoria THR e o Sistema Universitário do Eixo Cafeeiro (Sueje), que definiram quatro categorias turísticas de produtos: 1. saborear a cultura do melhor café suave do mundo; 2. desfrutar de natureza e paisagem únicas; 3. aprender sobre ofícios autênticos; 4. viver ótimas experiências em lugares exclusivos.

Assim, o destino conta com quatro produtos, seis grandes roteiros e 27 experiências, sendo a Paisagem Cultural Cafeeira a primeira região da Colômbia a adaptar sua oferta turística ao conceito de experiências únicas e alinhá-las à estratégia de promoção internacional "Colômbia, realismo mágico".

A rota "Cidades encantadoras e paisagens cafeeiras" (Angel Valencia, 2013b) permite que se viva o universo do café entrando nas fazendas e aprendendo como prepará-lo e degustá-lo. O roteiro percorre paisagens em meios de transporte autênticos, que levam o turista a cidades com sacadas coloridas e pessoas amigáveis, como Filandia, Salento ou Pijao, em Quindío. Na viagem, é possível passear entre as palmeiras mais altas do mundo no Vale do Cocora e desfrutar de um passeio a cavalo ou de uma caminhada cercada por vales interandinos, como os de Quindío ou Maravelez, no Vale do Cauca.

Já o roteiro "Viagem à origem do melhor café do mundo" (THR, 2014) convida o turista a embarcar em uma jornada para descobrir as origens da Paisagem Cultural Cafeeira, como a água vulcânica que nasce no Parque Nacional Natural Los Nevados. Nas fazendas de Manizales e Chinchiná, no departamento de Caldas, o turista aprende sobre o cultivo tradicional e o processamento do café. E, em cidades como Salamina ou Aguadas, também em Caldas, é possível admirar as cores do estilo arquitetônico que remonta à colonização de Antióquia, além de degustar diversos tipos de cafés especiais.

Por sua vez, o roteiro "Natureza exuberante e paisagem cafeeira" (THR, 2014) combina os segredos do café com belas cidades e permite a contemplação de paisagens localizadas entre mil e quatro mil metros acima do nível do mar. Lá, é possível passear por florestas nubladas e se aventurar em santuários de flora e fauna como Otún Quimbaya, nas cercanias de Pereira, no departamento de Risaralda. O turista pode se aproximar de vulcões e caminhar em meio a plantas gigantes do páramo no Parque Nacional Natural Los Nevados, onde também se pode relaxar em águas termais e cachoeiras.

Na rota "Cafés especiais, da origem à revelação" (THR, 2014), o visitante tem seus sentidos aguçados enquanto eleva a um nível superior seu conhecimento sobre o universo dos cafés especiais. É possível aprender, diretamente nas fazendas, as diferenças entre diversos tipos de café: os de origem controlada, com qualidades únicas; os sustentáveis, cultivados pelas comunidades comprometidas com a proteção do meio

Produtor de cafés de origem especial (Colômbia), 2017. Acervo: Banco de Imágenes PCC – Ministerio de Comercio, Industria y Turismo.

ambiente; e os de preparação, especiais por sua aparência e forma. O turista também é ensinado a preparar um bom café e pode saborear numerosos aromas.

Já no roteiro "*Trekking* paisagístico de mil a quatro mil metros" (THR, 2014), o visitante explora a pé um dos ecossistemas mais exclusivos do planeta: o páramo, que só ocorre em países andinos. No passeio, é possível desfrutar da grande diversidade de paisagens da Cordilheira Central dos Andes, chegando até mais de quatro mil metros de altitude. Nessa aventura, são visitadas três áreas protegidas (Los Nevados, Campo Alegre e Ucumary), além de florestas nubladas e subandinas.



Palmas de cera (Colômbia), 2017.
Acervo: Banco de Imágenes PCC – Ministerio de Comercio, Industria y Turismo.

O último roteiro, sem dúvida o mais especializado, destaca a posição da Colômbia como o país com maior número de espécies de aves no mundo. "Birding nos Andes tropicais" (THR, 2014) é um passeio para os observadores mais exigentes de pássaros. Na Paisagem Cultural Cafeeira, convergem dois focos de biodiversidade (o Chocó Biogeográfico e os Andes tropicais), onde há 14 Áreas Importantes para Preservação de Aves (IBAs, sigla em inglês para *Important Bird and Biodiversity Area*). É possível visitar santuários mundiais de aves, como o Otún Quimbaya, a Reserva Ecológica Rio Blanco ou o Parque Nacional Natural Tatamá, onde se podem observar cerca de 900 espécies, das quais 35 são endêmicas.

O projeto Rotas da Paisagem Cultural Cafeeira venceu a categoria Inovação em Negócios nos prêmios Ulises 2015, realizados pela OMT, que exaltam a excelência e a inovação turística do mundo todo.

Atualmente, a marca Rotas da Paisagem Cultural Cafeeira está nas mãos de empresários e comunidades, filhos e herdeiros, em sua maioria, dos primeiros colonos de Antióquia, que atravessaram montanhas, fundaram cidades e deram vida a um destino que hoje é famoso mundialmente por ser um exemplo excelente de uma cultura que se adapta a características geográficas e naturais únicas no mundo. Trata-se de uma cultura e de um capital social excepcionais, reconhecidos como Patrimônio Mundial e revalorizados por empreendedores turísticos locais que, orgulhosamente, os apresentam aos visitantes.

Referências

ANGEL VALENCIA, César Augusto. *Consultoría para diagramación y geo referenciación de los planos, recorridos y puntos del destino*. Armenia: Câmara de Comércio de Armenia, 2013a.

ANGEL VALENCIA, César Augusto. *Consultoría técnica para el diseño y planificación de dos rutas turísticas temáticas en Quindío*. Armenia: Câmara de Comércio de Armenia, 2013b.

ANGEL VALENCIA, César Augusto. *Diseño de la ruta Serranía del Nudo para el municipio de Dosquebradas*. Dosquebradas: Prefeitura de Dosquebradas, 2013c.

BARON, Marley. *Colombia realismo mágico.* 2013. Disponível em: http://www.procolombia.co/print/7622. Acesso em: 31 maio 2019.

BOIX, J. P. El patito feo del turismo, que se convirtió en cisne. Turismo rural del Quindío: radiografía de un éxito. *Turismo y Sociedad*, v. 2, p. 91-100, nov. 2003.

CENICAFÉ – Centro Nacional de Investigaciones de Café. *Quiénes Somos/Historia*. 2019. Disponível em: http://www.cenicafe.org/es/index.php/quienes_somos/historia. Acesso em: 31 maio 2019.

FOMIN – Fondo Multilateral de Inversional. *Reporte de Estado del Proyecto (Final).* 2015. Disponível em: http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=39807370. Acesso em: 31 maio 2019.

GARCÍA, Óscar Jaramillo. *Les contamos la historia del Parque del Café*. 2012. Disponível em: http://www.cronicadelquindio.com/noticia-completa-titulo-les_contamos_la_historia__del_parque_del_cafe-seccion--nota-51209.htm. Acesso em: 31 maio 2019.

MONCAYO CRUZ, Víctor Manuel; MOROTTI, Fernanda Gdynia. *Colômbia.* Enciclopédia Latino-americana. 2015. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/colombia. Acesso em: 4 jun. 2019.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Colombia: de nuevo en el mapa del turismo mundial.* 2009. Disponível em: https://www2.unwto.org/es/agora/colombia-de-nuevo-en-el-mapa-del-turismo-mundial. Acesso em: 4 jun. 2019.

PCC – Paisaje Cultural Cafetero. *Generalidades – Preguntas Frecuentes*. 2017. Disponível em: http://paisajeculturalcafetero.org.co/contenido/preguntas-frecuentes1. Acesso em: 4 jun. 2019.

THR – Innovative Tourism Advisors. *Diseño y estructuración de los productos turísticos del Paisaje Cultural Cafetero*. Pereira: Fundo Nacional de Turismo (Fontur); Ministério de Comércio, Indústria e Turismo, 2014.





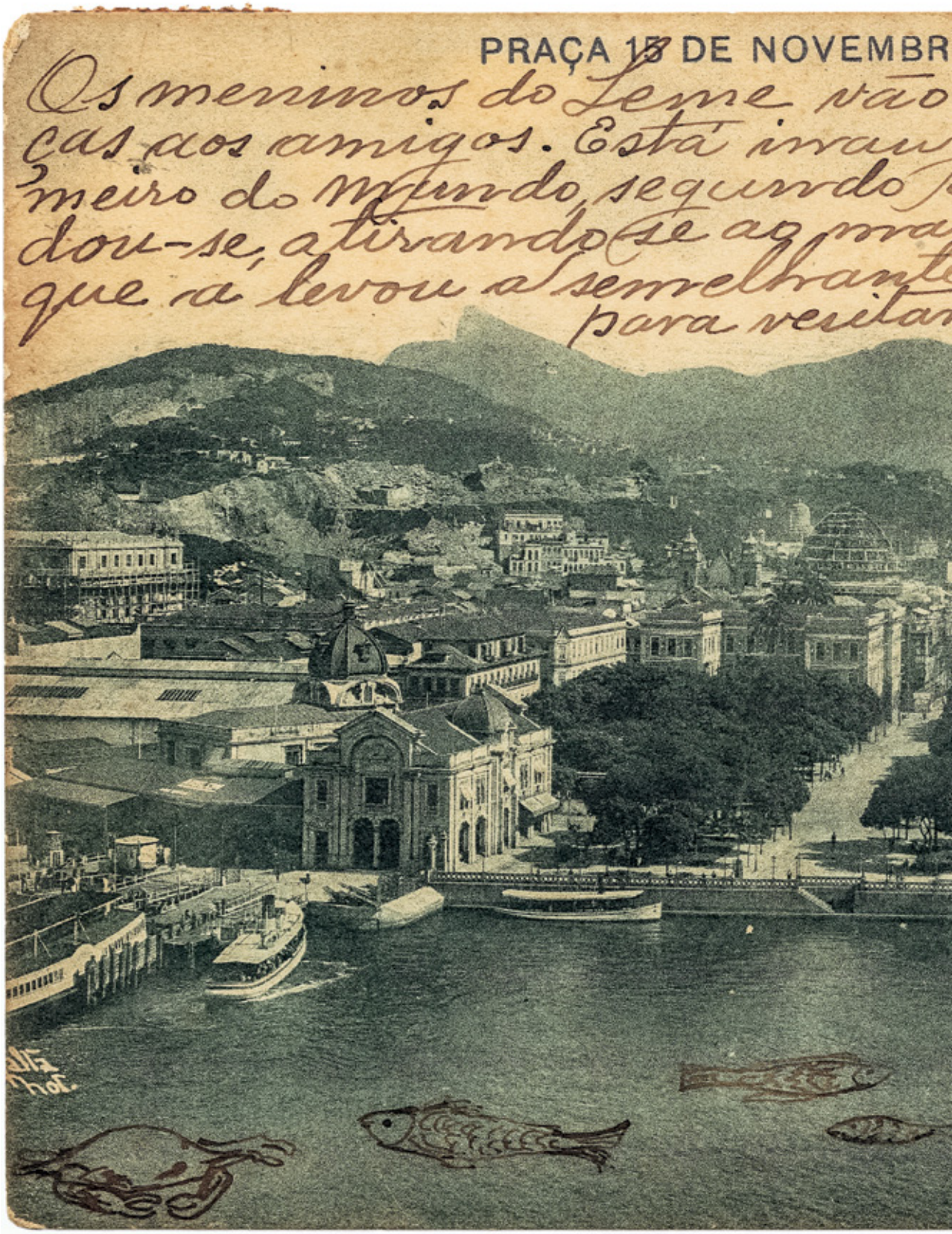
Helena Kolody

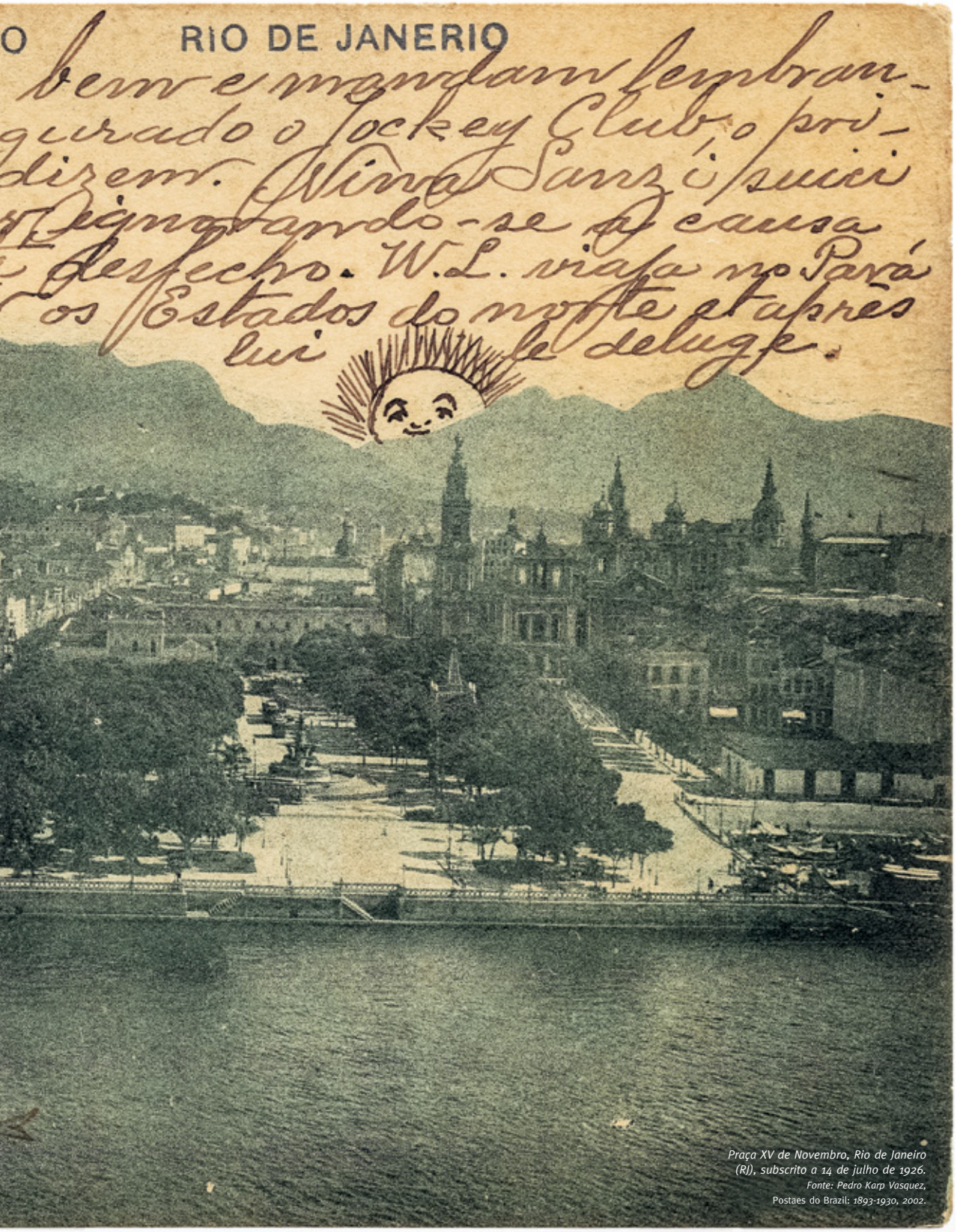
Araucária[1]

Araucária,
Nasci forte e altiva,
Solitária.
Ascendo em linha reta
– Uma coluna verde-escura
No verde cambiante da campina.
Estendo braços hirtos e serenos.
Não há na minha fronde
Nem veludos quentes de folhas,
Nem risos vermelhos de flores,
Nem vinhos estonteantes de perfumes.
Só há o odor agreste da resina,
E o sabor primitivo dos frutos.
Espalmo a taça verde no infinito.
Embalo o sono dos ninhos
Ocultos em meus espinhos.
Na silente nudez do meu isolamento.

1. Poema publicado em *Viagem no espelho*, 5. ed., em 1999 ,pela Editora da UFPR.

Maria Mia,
Russos Brancos,
Santa Cruz (PR), 2008.
Foto: Orlando Azevedo.


PRAÇA 15 DE NOVEMBR
Os meninos do Leme vão
ças aos amigos. Está inva
meiro do Mundo, segundo
dou-se, atirando-se ag
que a levou a semelhant
para veranis



Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro (RJ), subscrito a 14 de julho de 1926.
Fonte: Pedro Karp Vasquez,
Postaes do Brazil: *1893-1930, 2002.*

Notas biográficas

ÁNGEL MUÑOZ VICENTE

Bacharel em Filosofia e Letras pela Universidade de Sevilha (Espanha). É arqueólogo do Corpo Superior Facultativo de Conservadores do Patrimônio Histórico de Andaluzia e chefe do Departamento de Proteção do Patrimônio Histórico da Delegação Territorial da Secretaria da Cultura e Patrimônio Histórico da Junta de Andaluzia. Foi diretor do Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia.

ANTÓNIO PONTE

Doutor e mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Especialista em Gestão Estratégica do Patrimônio na Administração Pública e Autárquica pelo Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico (Igespar) e Instituto Superior Politécnico de Gaia. Diretor regional de Cultura do Norte e professor assistente convidado da Escola Superior de Hotelaria e Turismo e da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, além de professor afiliado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BETTINA BRAY

Mestra em Restauração Arquitetônica pela Universidade Politécnica de Madri (Espanha) e graduada em Arquitetura pela Universidade Nacional de Assunção (Paraguai). É especialista na restauração de edifícios patrimoniais, além de membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). Trabalha como profissional independente e consultora em Conservação e Restauração do Patrimônio Mundial na Secretaria Nacional de Turismo do Paraguai (Senatur).

CELIA MARTÍNEZ YÁÑEZ

Professora titular de História da Arte na Universidade de Granada (Espanha) e orientadora do Mestrado em Arquitetura e Patrimônio Histórico da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Sevilha, do Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico e do Patronato de Alhambra e Generalife. É vice-presidente do Comitê Científico Internacional de Turismo Cultural do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) e Secretária Adjunta do Conselho do Icomos na Espanha. É também autora, palestrante e editora-chefe da *ERPH: Revista Electrónica de Patrimonio Histórico*.

CÉSAR AUGUSTO ANGEL VALENCIA

Profissional de Administração Turística, mestrando em Gestão do Turismo Sustentável, técnico profissional em Operação Turística e tecnólogo em Gestão de Recursos Naturais. É membro do Conselho da Associação Colombiana de Turismo Responsável (Acotur), palestrante e professor de turismo e interpretação do patrimônio. Foi gerente da Nature Trips Colombia e diretor do projeto de planejamento e estruturação dos produtos turísticos da Paisagem Cultural Cafeeira.

CRISTINA ESCOBAR

Graduada em Arquitetura pela Universidade Nacional de Assunção e Universidade Católica de Assunção (Paraguai). É diretora de Patrimônio Turístico na Secretaria Nacional de Turismo do Paraguai (Senatur), além de coordenadora das Convenções Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), secretária do Comitê Paraguaio de Patrimônio Mundial no escritório da Comissão Nacional de Cooperação com a Unesco e gestora nacional do Patrimônio Mundial da agência das Nações Unidas.

DAYANARA CARRASCO YÉPEZ

Graduada em Arqueologia pela Escola Nacional de Antropologia e História (México). É chefe do Departamento da Área de Proteção Técnica da Direção de Operação de Sítios da Coordenação Nacional de Arqueologia do Instituto Nacional de Antropologia e História (Inah). Realiza estudos atuariais e tem amplo conhecimento sobre fórmulas e estatística.

GUADALUPE ESPINOSA

Doutora em Sociedade e Cultura com especialização em Gestão de Cultura e Patrimônio pela Universidade de Barcelona (Espanha). É responsável pela Direção de Operação de Sítios da Coordenação Nacional de Arqueologia do Instituto Nacional de Antropologia e História (Inah). Trabalha há mais de 25 anos nos sítios arqueológicos que recebem visitação pública. Foi indicada como gestora cultural pelo Centro do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

LIBERTAD TROITIÑO TORRALBA

Doutora em Geografia pela Universidade Complutense de Madri (Espanha), membro do grupo de pesquisa Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento, e professora do Departamento de Geografia na mesma universidade. Suas preocupações acadêmicas estão focadas no interesse, utilidade e aplicabilidade do conhecimento geográfico em relação a turismo, patrimônio, paisagem, turismo cultural e planejamento e gestão turístico-patrimonial de territórios e conjuntos monumentais.

LUÍS ARAÚJO

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa (Portugal). É presidente do Turismo de Portugal. Como membro do Conselho de Administração do Pestana Hotel Group, foi responsável pelas operações hoteleiras da América hispânica e pela área de desenvolvimento e operações na sucursal do grupo no Brasil. Também coordenou o Departamento de Sustentabilidade e foi assessor jurídico do mesmo grupo. Foi, ainda, chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Turismo.

MAGALI DA SILVA

Graduada em História da Arte e Turismo pela Universidade de Paris I – Sorbonne (França). É responsável pelo Departamento de Turismo do Ministério da Economia e Finanças francês, trabalhando com a implementação de políticas públicas de turismo cultural e com o apoio à implantação de tecnologias digitais em destinos e locais turísticos.

MIGUEL ÁNGEL TROITIÑO VINUESA

Geógrafo, catedrático emérito de Geografia Humana na Universidade Complutense de Madri (Espanha) e diretor do grupo de pesquisa Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento. Suas áreas de atuação são desenvolvimento territorial, geografia urbana, patrimônio e turismo. Recebeu as seguintes honrarias: Prêmio Nacional de Urbanismo (Mopu, 1981), Prêmio Europeu de Urbanismo (Associação Europeia de Urbanistas, 2002) e Primeiro Prêmio de Transferência de Tecnologia e Conhecimento na área de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Complutense de Madrid (2014).

NATALIA VÁZQUEZ CERÓN

Graduada em Arqueologia pela Escola Nacional de Antropologia e História (México). É pesquisadora assistente da Direção de Salvamento Arqueológico do Instituto Nacional de Antropologia e História (Inah). Realiza estudos de química e tem amplo conhecimento sobre fórmulas e estatística.

PATRICIA CUPEIRO LÓPEZ

Doutora em História da Arte com Menção Internacional pela Universidade de Santiago de Compostela (USC, Espanha), distinguida com o Prêmio Extraordinário de Doutorado da mesma universidade. Mestra em Renovação Urbana e Reabilitação e membro do Grupo Iacobus da USC. Desenvolveu sua atividade profissional entre a universidade e a iniciativa privada como pesquisadora, professora, orientadora, gestora e documentalista do patrimônio cultural. Em 2017, conquistou o quarto lugar no concurso para a remodelação da Praça de Armas de Ferrol (Espanha).

PAULA SILVA

Licenciada em Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto (Portugal) e mestra em Arqueologia pela Universidade do Minho. É diretora-geral do Patrimônio Cultural. Chefiou a Divisão de Monumentos da Direção Regional dos Edifícios e Monumentos do Norte, foi diretora regional do Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (Ippar-Porto), diretora dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Norte, diretora regional de Cultura do Norte e chefe de Divisão dos Museus e Patrimônio da Câmara Municipal do Porto.

PETER DEBRINE

MBA pela Escola Thunderbird de Administração Global, da Universidade Estadual do Arizona (EUA), e graduado em Química pela Universidade do Colorado. É assessor do Programa Mundial para o Patrimônio da Humanidade, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), coordenando as atividades gerais do programa, incluindo gerenciamento de projetos, divulgação e mobilização de recursos, integração e implementação de políticas e estratégias de turismo sustentável.

ROSÁRIO CORREIA MACHADO

Doutoranda em Estudos Culturais pela Universidade do Minho (Portugal). Pós-Graduada em Gestão de Centros Urbanos e em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território. Licenciada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É diretora da Rota do Românico e do Centro de Estudos do Românico e Território, além de copresidente da Comissão Científica da Rota do Românico e membro da Direção Executiva da Transromânica. É, ainda, membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos).

SILVIA FERNÁNDEZ CACHO

Doutora Europeia em História e especialista em Proteção, Gestão e Ordenamento da Paisagem. Graduada em História e Geografia pela Universidade de Sevilha (Espanha). É chefe do Centro de Documentação e Estudos. Foi coordenadora da Área de Arqueologia e do Laboratório de Paisagem Cultural do Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH) e participou de projetos relacionados a sistemas de informação patrimonial e paisagens culturais na mesma entidade.

SILVIA MARTÍNEZ

Mestra em Sociologia Política e Políticas Sociais pela Universidade Nacional de San Marcos (Peru) e Negociação e Gestão da Cooperação Internacional pela Universidade Alberto Hurtado (Chile). É coordenadora de cooperação multilateral no Ministério da Educação do Peru e da Comissão Nacional Peruana de Cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, a Cultura (Unesco). Foi responsável pela implementação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina (Crespial), vinculado à Unesco.

ZURAB POLOLIKASHVILI

Graduado em Economia pela Universidade Técnica da Geórgia, em Tbilisi (Geórgia). É secretário-geral da Organização Mundial de Turismo (OMT), depois de ter sido eleito pela XXII Sessão da Assembleia Geral da entidade. Foi embaixador da Geórgia na Espanha, Andorra, Argélia e Marrocos e representante permanente da Geórgia na OMT. Foi, ainda, ministro do Desenvolvimento Econômico de seu país natal.



O Palácio do Infante Dom Pedro em o Corpus Sancto em Lixboa. *Gravura em água-forte, 14 x 23 cm, Dirck Stoop, 1662.* *Acervo: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.*

Executive biographies

ÁNGEL MUÑOZ VICENTE

A. Muñoz holds a Bachelor of Philosophy and Literature degree from the University of Seville (Spain). He is an archaeologist at the Historic Heritage Conservation Advisory Board of Andalusia and head of the Department of Historic Heritage Protection of the Territorial Delegation/ Secretariat of Culture and Historic Heritage of the Junta de Andalusia province. He was formerly director of the Baelo Claudia Archaeological Complex.

ANTÓNIO PONTE

A. Ponte holds a PhD and an MSc in Museology from the Faculty of Literature of the University of Porto (Portugal). He is a Specialist in the Strategic Management of Heritage for Public and Municipal Administration by the Institute of Architectural and Archaeological Heritage Management (Igespar) and the Polytechnic Higher Institute of Gaia. He is the Regional director of Northern Culture, a visiting assistant professor at the Higher School of Hospitality and Tourism and at the Higher School of Education of the Porto Polytechnic Institute, as well as an affiliated professor at the Faculty of Literature of the University of Porto.

BETTINA BRAY

B. Bray holds a Master's degree in Architectural Restoration from the Polytechnic University of Madrid (Spain) and a degree in Architecture from the National University of Asunción (Paraguay). She is a specialist in the restoration of heritage buildings, as well as a member of the International Council of Monuments and Sites (Icomos). She works as an independent professional and consultant in World Heritage Conservation and Restoration at the National Secretariat of Tourism of Paraguay (Senatur).

CELIA MARTÍNEZ YÁÑEZ

C. Martínez is a Full Professor of Art History at the University of Granada (Spain) and Advisor to the Master's Degree in Architecture and Historical Heritage of the Polytechnic School of Architecture of Seville, the Andalusian Institute of Historical Heritage and the Patronage of Alhambra and Generalife. She is Vice-President of the International Scientific Committee on Cultural Tourism of the International Council on Monuments and Sites (Icomos) and Deputy Secretary of the Icomos Board in Spain. She is also the author, lecturer and editor-in-chief of ERPH: Revista Electrónica de Patrimonio Histórico.

CÉSAR AUGUSTO ANGEL VALENCIA

C. A. Angel is a professional Tourism Manager, a Master's degree student of Sustainable Tourism Management and a technical expert in Tourism Operation with an Associate degree in Natural Resources Management. He is a member of the Board of the Colombian Association of Responsible Tourism (Acotur), a speaker and professor of tourism and heritage interpretation. He was manager at Nature Trips Colombia and head of the project to design and develop tourism products for the Coffee Cultural Landscape.

CRISTINA ESCOBAR

C. Escobar majored in Architecture at the National University of Asunción and Catholic University of Asunción (Paraguay). She is director of Heritage Tourism at the National Tourism Secretariat of Paraguay (Senatur) and coordinator of the Cultural Conventions of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), secretary of the Paraguayan World Heritage Committee at the office of the National Cooperation Committee with UNESCO and World Heritage national manager at this United Nations agency.

DAYANARA CARRASCO YÉPEZ

D. Carrasco holds a B.A. in Archaeology from the National School of Anthropology and History (Mexico). She is Head of the Technical Conservation Department of the Site Operation Bureau at the National Archaeological Office/National Institute of Anthropology and History (Inah). She performs analytical studies and has ample experience with mathematics and statistics.

GUADALUPE ESPINOSA

G. Espinosa holds a PhD in Society and Culture and a specialization degree in Culture and Heritage Management from the University of Barcelona (Spain). She is responsible for Site Operations Management at the National Archaeological Department of the National Institute of Anthropology and History (Inah). She has worked with archaeological sites hosting public visitation for over 25 years. The World Heritage Center of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) nominated M. Espinosa for the position of "cultural manager".

LIBERTAD TROITIÑO TORRALBA

L. Troitiño holds a PhD in Geography from the Complutense University of Madrid (Spain). She is a member of the Tourism, Heritage and Development research group and a Professor at the Complutense University of Madrid's Geography Department. Her academic pursuits focus on the interest, utility and applicability of geographical knowledge for tourism, heritage, landscape, cultural tourism and heritage tourism and on planning and management for territories and their monument complexes.

LUÍS ARAÚJO

L. Araújo holds a degree in Law from the University of Lisbon and presides Portugal Tourism. As a member of the Pestana Hotel Group Board of Directors, he headed hotel operations in Hispanic America and undertook development and operations for the Pestana Hotel branch in Brazil. He also coordinated their Sustainability Department and provided legal counsel. M. Araújo is the former Chief of Staff of the Secretary of State for Tourism.

MAGALI DA SILVA

M. da Silva holds a B.A. in Art History and Tourism from the University of Paris I - Sorbonne (France). She is Head of the Department of Tourism of the French Ministry of Economy and Finance, where she works with the implementation of cultural tourism public policies and with support to digital technologies in tourist destinations and places.

MIGUEL ÁNGEL TROITIÑO VINUESA

M. A. Troitiño is a Geographer, professor emeritus of Human Geography at the Complutense University of Madrid (Spain) and director of the Tourism, Heritage and Development research group. His areas of expertise are territorial development, urban geography, heritage and tourism. He has been awarded the following honors: National Prize for Urbanism (Mopu, 1981), European Prize for Urbanism (European Association of Urbanists, 2002) and First Prize for the Transfer of Technology and Knowledge in the Social and Human Sciences of the Complutense University of Madrid (2014).

NATALIA VÁZQUEZ CERÓN

N. Vázquez majored in Archaeology at the National School of Anthropology and History (Mexico). Assistant researcher in the Archaeological Rescue Bureau of the National Institute of Anthropology and History (Inah). She performs chemical tests and has comprehensive understanding of formulae and statistics.

PATRICIA CUPEIRO LÓPEZ

P. Cupeiro holds aPhD in Art History with International Mention from the University of Santiago de Compostela (USC, Spain), where she was also awarded the Outstanding Doctoral honor. She holds an MSc in Urban Renovation and Rehabilitation and is a member of the USC Iacobus Group. Her professional activity includes university and private sector work as a cultural heritage researcher, teacher, advisor, manager and documentalist. In 2017, she won fourth place in the tender for remodeling the Ferrol Plaza de Armas (Spain).

PAULA SILVA

P. Silva holds a B.A. in Architecture from the School of Fine Arts of Porto (Portugal) and an MSc in Archeology from the University of Minho. She is the Cultural Heritage Chief Executive Director. M. Silva was formerly head of the Monuments Division of the Regional Department of Northern Buildings and Monuments, regional director of the Portuguese Institute of Architectural Heritage (Ippar-Porto), Director of Cultural Assets of the Northern Directorate of Regional Culture, Regional Director of Northern Culture and head of the Museums and Heritage Department at Porto City Hall.

PETER DEBRINE

P. Debrine holds an MBA from the Thunderbird School of Global Management, Arizona State University, and a B.A. in Chemistry from the University of Colorado. He is an advisor to the World Heritage Program of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), where he heads the program's outreach activities, including project management, resource dissemination and mobilization and the integration and implementation of policies and strategies for sustainable tourism.

ROSÁRIO CORREIA MACHADO

R. Machado is a Cultural Studies Doctoral student at the University of Minho (Portugal). She holds Post-Graduate degrees in Urban Center management and in Tourism, Planning and Spatial Management and a B. A. in Sociology from the University of Coimbra. She is also the director of the Romanesque Route and of the Centre for Romanesque and Territorial Studies, co-chairperson of the Scientific Board of the Romanesque Route and member of the Transromânica Executive Board. She is also a member of the International Council of Monuments and Sites (Icomos).

SILVIA FERNÁNDEZ CACHO

S. Fernández earned a European Doctor degree in History and a Specialization degree in Protection, Management and Environmental Planning. She has a B.A. in History and Geography from the University of Seville (Spain). M. Fernández is head of the Center for Documentation and Studies. She coordinated the Archaeology department and the Cultural Landscape Laboratory of the Andalusian Institute of Historical Heritage (IAPH), where she also contributed to projects regarding heritage information systems and cultural environments.

SILVIA MARTÍNEZ

S. Martínez holds a Master's Degree in Political Sociology and Social Policies from the National University of San Marcos (Peru) and in Negotiation and Management of International Cooperation from the Alberto Hurtado University (Chile). She coordinates multilateral cooperation at the Ministry of Education of Peru and is a member of the Peruvian National Board for Cooperation with the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Formerly in charge of implementing the Regional Center for the Safeguarding of the Intangible Heritage of Latin America (Crespial), under UNESCO.

ZURAB POLOLIKASHVILI

Z. Pololikashvili majored in Economics at the Georgia Technical University in Tbilisi (Georgia). He is General Secretary of the World Tourism Organization (WTO), nominated by the 22nd WTO General Assembly Session. He was Ambassador of Georgia to Spain, Andorra, Algeria and Morocco and permanent Georgia representative to the WTO. He was formerly Minister of Economic Development in his homeland.



Bota Fogo. *Gravura a água-tinta, Friederich Salathé, 1835. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.*

Notas biográficas

ANGEL MUÑOZ VICENTE

Licenciado en Filosofía y Letras por la Universidad de Sevilla (España). Es arqueólogo del Cuerpo Superior Facultativo de Conservadores del Patrimonio Histórico de Andalucía y jefe del Departamento de Protección del Patrimonio Histórico de la Comisaría Territorial de la Secretaría de Cultura y Patrimonio Histórico de la Junta de Andalucía. Fue director del Conjunto Arqueológico de Baelo Claudia.

ANTÓNIO PONTE

Doctor y Máster en Museología por la Facultad de Letras de la Universidad de Oporto (Portugal). Especialista en Gestión Estratégica del Patrimonio en Administración Pública y Autárquica por el Instituto de Gestión del Patrimonio Arquitectónico y Arqueológico (Igespar) y el Instituto Superior Politécnico de Gaia. Director regional de Cultura del Norte y profesor asistente invitado de la Escuela Superior de Hotelería y Turismo y de la Escuela Superior de Educación del Instituto Politécnico de Oporto, además de profesor afiliado a la Facultad de Letras de la Universidad de Oporto.

BETTINA BRAY

Máster en Restauración Arquitectónica por la Universidad Politécnica de Madrid (España) y licenciada en Arquitectura por la Universidad Nacional de Asunción (Paraguay). Es especialista en restauración de edificios patrimoniales, además de miembro del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (Icomos). Trabaja como profesional independiente y consultora en Conservación y Restauración del Patrimonio Mundial en la Secretaría Nacional de Turismo de Paraguay (Senatur).

CELIA MARTÍNEZ YÁÑEZ

Profesora titular de Historia del Arte de la Universidad de Granada (España) y orientadora del Máster de Arquitectura y Patrimonio Histórico de la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Sevilla, del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico y del Patronato de la Alhambra y el Generalife. Es vicepresidenta del Comité Científico Internacional de Turismo Cultural del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (Icomos) y Secretaria Adjunta del Consejo de Icomos en España. También es autora, conferenciante y editora en jefe de la ERPH: Revista Electrónica del Patrimonio Histórico.

CÉSAR AUGUSTO ANGEL VALENCIA

Profesional de Administración de Turismo, cursando Máster en Gestión de Turismo Sostenible, Técnico Profesional en Operación Turística y Tecnólogo en Gestión de Recursos Naturales. Es miembro del Consejo de la Asociación Colombiana de Turismo Responsable (Acotur), conferenciante y profesor de turismo e interpretación del patrimonio. Fue gerente de Nature Trips Colombia y director del proyecto de planificación y estructuración de los productos turísticos del Paisaje Cultural Cafetero.

CRISTINA ESCOBAR

Licenciada en Arquitectura por la Universidad Nacional de Asunción y la Universidad Católica de Asunción (Paraguay). Es Directora de Patrimonio Turístico en la Secretaría Nacional de Turismo de Paraguay (Senatur), además de coordinadora de las Convenciones Culturales de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), secretaria del Comité Paraguayo de Patrimonio Mundial en la oficina de la Comisión Nacional de Cooperación con la UNESCO y gestora nacional del Patrimonio Mundial de la agencia de las Naciones Unidas.

DAYANARA CARRASCO YÉPEZ

Licenciada en Arqueología por la Escuela Nacional de Antropología e Historia (México). Es jefe del Departamento de Área de Protección Técnica de la Dirección de Operación de Sitios de la Coordinación Nacional de Arqueología del Instituto Nacional de Antropología e Historia (Inah). Realiza estudios actuariales y tiene un amplio conocimiento de fórmulas y estadísticas.

GUADALUPE ESPINOSA

Doctora en Sociedad y Cultura con especialización en Gestión de Cultura y Patrimonio por la Universidad de Barcelona (España). Es responsable de la Dirección de Operación de Sitios de la Coordinación Nacional de Arqueología del Instituto Nacional de Antropología e Historia (Inah). Trabaja desde hace más de 25 años en sitios arqueológicos que reciben visita pública. Fue nominada como gestora cultural por el Centro del Patrimonio Mundial de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco).

LIBERTAD TROITIÑO TORRALBA

Doctora en Geografía por la Universidad Complutense de Madrid (España), miembro del grupo de investigación Turismo, Patrimonio y Desarrollo, y profesora del Departamento de Geografía de la misma universidad. Sus preocupaciones académicas se centran en el interés, la utilidad y la aplicabilidad del conocimiento geográfico en relación con el turismo, el patrimonio, el paisaje, el turismo cultural y la planificación y gestión turístico-patrimonial de territorios y conjuntos monumentales.

LUÍS ARAÚJO

Licenciado en Derecho por la Universidad de Lisboa. Es presidente de Turismo de Portugal. Como miembro del Consejo de Administración del Pestana Hotel Group, fue responsable de las operaciones hoteleras en Hispanoamérica y del área de desarrollo y operaciones en la sucursal del grupo en Brasil. También coordinó el Departamento de Sostenibilidad y fue asesor jurídico del mismo grupo. Asimismo, fue jefe Gabinete del Secretario de Estado de Turismo.

MAGALI DA SILVA

Licenciada en Historia del Arte y Turismo por la Universidad de París I - Sorbona (Francia). Se encarga del Departamento de Turismo del Ministerio de Economía y Finanzas de Francia, trabajando en la implementación de políticas públicas de turismo cultural y el apoyo a la implantación de tecnologías digitales en destinos y lugares turísticos.

MIGUEL ÁNGEL TROITIÑO VINUESA

Geógrafo, Catedrático Emérito de Geografía Humana en la Universidad Complutense de Madrid (España) y director del grupo de investigación Turismo, Patrimonio y Desarrollo. Sus áreas de actuación son desarrollo territorial, geografía urbana, patrimonio y turismo. Recibió los siguientes honores: Premio Nacional de Urbanismo (Mopu, 1981), Premio Europeo de Urbanismo (Asociación Europea de Urbanistas, 2002) y Primer Premio de Transferencia de Tecnología y Conocimiento en el área de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad Complutense de Madrid (2014).

NATALIA VÁZQUEZ CERÓN

Licenciada en Arqueología por la Escuela Nacional de Antropología e Historia (México). Es investigadora asistente en la Dirección de Rescate Arqueológico del Instituto Nacional de Antropología e Historia (Inah). Realiza estudios de química y tiene un amplio conocimiento de fórmulas y estadísticas.

PATRICIA CUPEIRO LÓPEZ

Doctora en Historia del Arte con Mención Internacional por la Universidad de Santiago de Compostela (USC, España), distinguida con el Premio Extraordinario de Doctorado de la misma universidad. Máster en Renovación Urbana y Rehabilitación y miembro del Grupo Iacobus de la USC. Desarrolló su actividad profesional entre la universidad y la iniciativa privada como investigadora, profesora, orientadora, gestora y documentalista del patrimonio cultural. En 2017 ganó el cuarto lugar en el concurso para la remodelación de la Plaza de Armas de Ferrol (España).

PAULA SILVA

Licenciada en Arquitectura por la Escuela de Bellas Artes de Oporto (Portugal) y Máster en Arqueología por la Universidad de Minho. Es directora general del Patrimonio Cultural. Dirigió la División de Monumentos de la Dirección Regional de los Edificios y Monumentos del Norte, fue directora regional del Instituto Portugués del Patrimonio Arquitectónico (Ippar-Porto), Directora de Bienes Culturales de la Dirección Regional de Cultura del Norte, directora regional de Cultura del Norte y jefa de la División de Museos y Patrimonio de la Cámara Municipal de Oporto.

PETER DEBRINE

MBA por la Escuela Thunderbird de Administración Global de la Universidad Estatal de Arizona y licenciado en química por la Universidad de Colorado. Es asesor del Programa Mundial para el Patrimonio de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco), coordinando las actividades generales del programa, incluida la gestión de proyectos, la difusión y movilización de recursos, la integración y la implementación de políticas y estrategias de turismo sostenible.

ROSÁRIO CORREIA MACHADO

Doctoranda en Estudios Culturales en la Universidad de Minho (Portugal). Posgraduada en Gestión de Centros Urbanos y en Turismo, Ordenamiento y Gestión del Territorio. Licenciada en Sociología por la Universidad de Coimbra. Es directora de la Ruta del Románico y del Centro de Estudios del Románico y Territorio, además de copresidenta de la Comisión Científica de la Ruta del Románico y miembro de la Dirección Ejecutiva de la Transrománica. También es miembro del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (Icomos).

SILVIA FERNÁNDEZ CACHO

Doctora Europea en Historia y especialista en Protección, Gestión y Ordenamiento del Paisaje. Licenciada en Historia y Geografía por la Universidad de Sevilla (España). Es jefa del Centro de Documentación y Estudios. Fue coordinadora del Área de Arqueología y del Laboratorio de Paisaje Cultural del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico (IAPH) y participó en proyectos relacionados con sistemas de información patrimonial y paisajes culturales en la misma entidad.

SILVIA MARTÍNEZ

Máster en Sociología Política y Políticas Sociales por la Universidad Nacional de San Marcos (Perú) y Negociación y Gestión de la Cooperación Internacional de la Universidad Alberto Hurtado (Chile). Es coordinadora de cooperación multilateral en el Ministerio de Educación del Perú y en la Comisión Nacional de Cooperación del Perú con la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). Fue responsable de la implementación del Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Inmaterial de América Latina (Crespial), vinculado a la UNESCO.

ZURAB POLOLIKASHVILI

Licenciado en Economía por la Universidad Técnica de Georgia en Tbilisi (Georgia). Es secretario general de la Organización Mundial de Turismo (OMT), después de haber sido elegido por la XXII Sesión de la Asamblea General de la entidad. Fue embajador de Georgia en España, Andorra, Argelia y Marruecos y representante permanente de Georgia ante la OMT. También fue Ministro de Desarrollo Económico de su país natal.



Araucária, Paraná, entre 1880 e 1884.
Foto: Marc Ferrez.
Acervo: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Pesca da tainha,
Campeche, Florianópolis
(SC), 2018.
Foto: Hermes Daniel.



Procissão do Senhor dos Passos de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2010.
Foto: Mara Freire. Acervo: Iphan.



Comunidade M'Bya-Guarani, Tava (lugar sagrado do povo Guarani), São Miguel das Missões (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano.
Acervo: Iphan.



Comunidade M'Bya-Guarani, Tava (lugar sagrado do povo Guarani), São Miguel das Missões (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano. Acervo: Iphan.



Comunidade M'Bya-Guarani, Tava (lugar sagrado do povo Guarani), São Miguel das Missões (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano.
Acervo: Iphan.



Comunidade M'Bya-Guarani, Tava (lugar sagrado do povo Guarani), São Miguel das Missões (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano.
Acervo: Iphan.





Comunidade M'Bya-Guarani, Tava (lugar sagrado do povo Guarani), ruína da Igreja de São Miguel Arcanjo, São Miguel das Missões (RS), 2007.
Foto: Eneida Serrano. Acervo: Iphan.

A publicação da *Revista do Patrimônio* não seria possível sem a inestimável colaboração das instituições representadas por seus dirigentes e servidores que, com dedicação e profissionalismo, nos permitem acessar seus acervos e utilizar documentos e imagens para o enriquecimento das matérias veiculadas. Queremos agradecer a estes profissionais e instituições que lidam diretamente com os acervos.

Arquivo Histórico de Joinville
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Fundação Cultural de Blumenau
Ashmolean Museum – Oxford (Reino Unido)
Associação de Municípios do Vale do Sousa – Rota do Românico (Portugal)
Associação do Bairro do Sambaqui
Casa da Memória – Fundação Cultural de Curitiba
Casa da Memória – Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
Casa da Memória – Ponta Grossa
Casarão e Engenho dos Andrades
Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico – Junta de Andalucía (Espanha)
Fundação Biblioteca Nacional – Brasil
Fundação Iberê Camargo
Fundação Museu do Homem Americano
Grupo de Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Rio Grande do Sul)
Instituto Memória Histórica e Cultural – Universidade de Caxias do Sul
Instituto Moreira Salles
Museu ao Ar Livre Princesa Isabel
Museu Casa Alfredo Andersen
Museu Casa de Cora Coralina
Museu da Comunicação Hipólito da Costa
Museu da Imagem e do Som do Paraná
Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade Federal de Santa Catarina – Professor Oswaldo Rodrigues Cabral
Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade Federal do Paraná
Museu de Arte de Santa Catarina
Museu de Arte do Rio Grande do Sul
Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo
Museu Julio de Castilhos
Museu Municipal Professor Hugo Daros (Gramado)
Museu Paranaense
Museu Victor Meirelles
Museus Castro Maya
Pinacoteca Aldo Locatelli
Pinacoteca de São Paulo
Programa Revive – Reabilitação, Patrimônio e Turismo (Portugal)
Projeto Brusque Memória
Secretaria de Turismo e Comércio de Antônio Prado
Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves
Viceministerio de Turismo del Ministerio de Comercio, Industria y Turismo – Republica de Colombia

Esta revista foi composta nas tipografias Adobe Garamond (texto) corpo 10/15 e Frutiger Bold (títulos)17/25,5, papel eurobulk 100g (miolo). Tiragem de 2.800 exemplares. Impressa em outubro de 2019.

Apoio

ipsis gráfica e editora

VALE

Apoio institucional

IPHAN

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

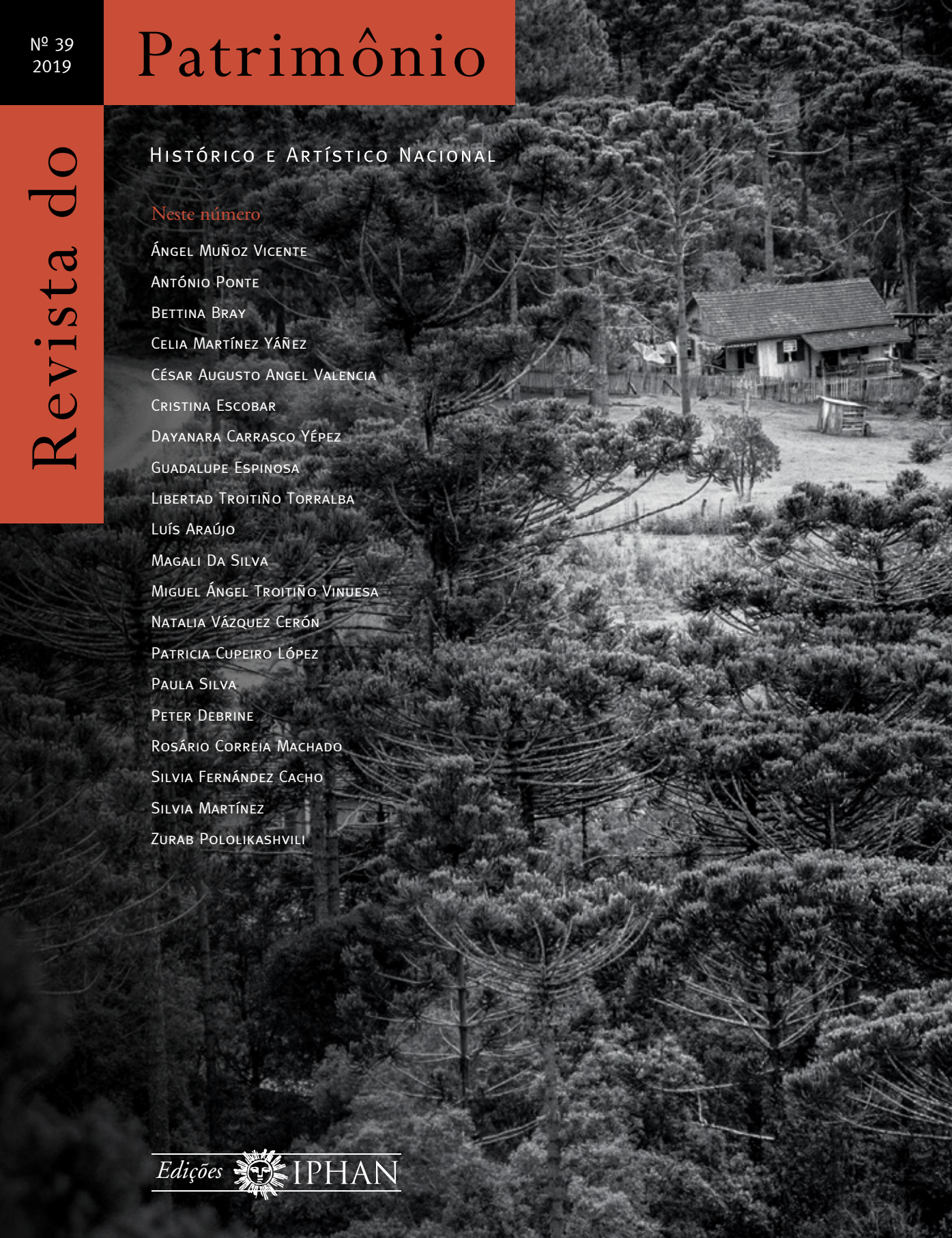
MINISTÉRIO DO TURISMO

GOVERNO FEDERAL

Nº 39
2019

Revista do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional



Neste número

Ángel Muñoz Vicente
António Ponte
Bettina Bray
Celia Martínez Yáñez
César Augusto Angel Valencia
Cristina Escobar
Dayanara Carrasco Yépez
Guadalupe Espinosa
Libertad Troitiño Torralba
Luís Araújo
Magali Da Silva
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa
Natalia Vázquez Cerón
Patricia Cupeiro López
Paula Silva
Peter Debrine
Rosário Correia Machado
Silvia Fernández Cacho
Silvia Martínez
Zurab Pololikashvili

Edições IPHAN